

EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES
THIAGO BRONI DE MESQUITA (ORGS.)

A AMAZÔNIA E A DITADURA MILITAR NO BRASIL



A AMAZÔNIA
E A DITADURA MILITAR
NO BRASIL

EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES
THIAGO BRONI DE MESQUITA (ORGS.)

A AMAZÔNIA
E A DITADURA MILITAR
NO BRASIL



Copyright © by Organizadores
Copyright © 2024 Editora Cabana
Copyright do texto © 2024 Os autores

Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2024, organizadores e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Diagramação, projeto gráfico e capa: Eder Ferreira Monteiro

Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão: Os autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A Amazônia e a ditadura militar no Brasil [livro eletrônico] / Organização de Edilza Joana Oliveira Fontes, Thiago Broni de Mesquita. – Ananindeua-PA: Cabana, 2024.

A489

Autores: Edilza Joana Oliveira Fontes, Davison Hugo Rocha Alves, Adriane dos Prazeres Silva, Elias Diniz Sacramento, Iane Maria da Silva Batista, Maika Rodrigues Amorim, Francinei Almeida da Costa, Renan Nascimento Reis, Paulo Sérgio da Costa Soares, Raimundo Amilson de Sousa Pinheiro, Davison Hugo Rocha Alves, Thiago Broni de Mesquita, Gabriel da Silva Cunha.

302 p. : il., fotos.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Inclui bibliografia

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-85733-16-8

1. Ditadura - Brasil. 2. História. 3. Amazônia. I. Fontes, Edilza Joana Oliveira (Organizadora). II. Mesquita, Thiago Broni de (Organizador). III. Título.

CDD 981.063

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Ditadura - Brasil : História



[2024]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Anderson Dantas da Silva Brito | UFOB

Dra. Adriana Angelita da Conceição | UFSC

Dra. Ana Zavala | Facultad de la Cultura, Instituto Universitario –
CLAEH. Montevideo, Uruguay

Dra. Camila Mossi de Quadros | IFPR

Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil | UFRGS

Dra Cláudia Mortari | UDESC

Dr. Francivaldo Alves Nunes | UFPA

Dra. Juliana Teixeira Souza | UFRN

Dra. Luciana Rossato | UDESC

Dra. Luciana Oliveira Correia | UNEB

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva | UEPA

Dr. Márcio Couto Henrique | UFPA

Dr. Sandor Fernando Bringmann | UFSC

COMITÊ CIENTÍFICO

Dr. Adilson Junior Ishihara Brito | UFPA

Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes | UFPA

Dr. Elison Antonio Paim | UFSC

Dr. Marcelo de Souza Magalhães | UNIRIO

Dra. Mônica Martins Silva | UFSC

Dr. Wilian Junior Bonete | UFPel

Dra. Pirjo Kristiina Virtanen | University of Helsinki, Finland

APRESENTAÇÃO

Em 1º de abril de 2024 rememoramos os 60 anos do golpe civil-militar que conduziu os militares ao poder no Brasil, no ano de 1964. Nos últimos 10 anos, convivemos com o fantasma do negacionismo histórico e, apesar da pressão exercida sobre a academia em relação à história da ditadura militar no Brasil, seguimos em frente e acreditando que amanhã seria um novo dia.

O novo dia chegou e hoje apresentamos a coletânea *A Amazônia e a ditadura militar no Brasil*, reunindo a produção de historiadores da história da ditadura que dedicaram suas pesquisas a uma ditadura que se processou longe dos grandes centros. Em meio à imensidão da floresta amazônica, o discurso dos “espaços vazios” ecoou sob o signo da violência. Estradas foram abertas, planos de integração nacional foram implementados do alto escalão da ditadura em direção às terras supostamente sem homens, a cultura do povo amazônico foi substituída por discursos que diziam que era chegada a hora de esquecer as lendas para faturar. Nas cidades, a violência foi sentida nas universidades, nos jornais, na prisão de lideranças políticas ligadas à esquerda e no silenciamento de todos aqueles que escolheram lutar e resistir. Nas escolas e universidades a educação moral e cívica, os estudos dos problemas brasileiros e a organização social e política do Brasil eram ensinadas visando mascarar o real problema do nosso país: uma ditadura militar que durou 21 anos e que deixou cacos em nossa democracia, mas, sobretudo, na região amazônica.

Em 2024 o Programa de Pós-graduação em História da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA) completa 20 anos de trajetória. Celebramos esta importante data brindando a comunidade acadêmica com 10 artigos de docentes da casa, bem como de ex-alunos que passaram pelo PPHIST/UFPA e consolidaram um campo de estudos sobre a ditadura militar no Pará e na Amazônia.

O primeiro capítulo da coletânea é assinado por Edilza Joana Oliveira Fontes e Davison Hugo Rocha Alves e analisa o caso da reforma agrária no Pará e da perseguição ao líder camponês Benedito Serra, torturado e morto por agentes da ditadura militar no ano de 1964. Adriane dos Prazeres Silva traz em seu capítulo os resultados de sua pesquisa sobre a história de uma ditadura que aconteceu na floresta, na região do Baixo Tocantins, local de resistência, luta e articulações políticas e surgimento de lideranças que enfrentaram a vigilância e as arbitrariedades dos militares em um tempo de grande repressão. O capítulo de Elias Diniz Sacramento desvela a atuação do Serviço Nacional de Informação e a vigilância de sindicalistas, padres e bispos na região Guajarina, nordeste paraense. a partir de um estudo minucioso de fontes, o autor demonstra a capilaridade da ditadura militar e a violência com a qual exerciam o poder a partir de documentos produzidos por agentes da espionagem no Pará. A análise da questão fundiária na Amazônia nos anos finais da ditadura militar é o foco do capítulo de Iane Maria da Silva Batista e Maika Rodrigues Amorim, que demonstram como o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) atuou no sentido de reservar fatias territoriais estratégicas para os empreendimentos na área de influência do Programa Grande Carajás. Na mesma linha de investigação, segue o capítulo de Francinei Almeida da Costa, que se estuda o caso de rodovias rurais abertas durante a ditadura militar e que atraía trabalhadores para a região, mas que mascarava uma política que combinava repressão aos conflitos no campo, corrupção e conivência do governo com a violência de empreiteiros.

Renan Nascimento Reis analisa em seu capítulo a história da ditadura militar na UFPA a partir do estudo de documentos produzidos pelo SNI, os quais permitem identificar a presença de mecanismos autoritários e da estrutura de vigilância dos governos militares nesse período. Paulo Sérgio da Costa Soares, por sua vez, fala sobre a resistência do movimento estudantil na UFPA em 1968, ano turbulento na história mundial e momento no qual a juventude brasileira lutava contra a reforma universitária apresentada pela ditadura militar brasileira. O jornal Resistência e a perseguição à imprensa no Pará é o tema do capítulo de Raimundo Amilson de Sousa Pinheiro, que apresenta em seu texto um recorte da história do mais importante jornal alternativo produzido na Amazônia e como ele se conecta à luta pelos direitos humanos na região, sobretudo na transição para a democracia no Pará.

O Projeto Rondon e a disciplina estudo(s) de problemas brasileiros é o tema do capítulo de Davison Hugo Rocha Alves, que demonstra como as tentativas da ditadura militar de aproximar os jovens de ações cívico-nacionalistas foi objeto

de disputas no interior do regime e aponta para as tentativas frustradas do governo de Jair Bolsonaro de retomar políticas educacionais cunhadas nos tempos da ditadura. A coletânea encerra com o capítulo de Thiago Broni de Mesquita e Gabriel da Silva Cunha, que analisam a polêmica implementação do PNLD 2020/2022 e as tentativas do governo de Jair Bolsonaro de institucionalizar o negacionismo histórico em obras didáticas aprovadas junto ao MEC.

Chico Buarque, em Jorge Maravilha, diz que “Tem nada como um tempo após um contratempo”. Passados 60 anos do golpe civil-militar de 1964 seguimos fortes em busca das histórias e das memórias sobre os trágicos 21 anos da ditadura militar brasileira. Desejamos que a coletânea *A Amazônia e a ditadura militar no Brasil* possa inspirar novas pesquisas. Boa leitura e vida longa ao PPHIST/UFPA.

Edilza Joana Oliveira Fontes e Thiago Broni de Mesquita
Belém, 02 de fevereiro de 2024.

SUMÁRIO

11

BENEDITO SERRA LÍDER CAMPONÊS ENTRE DUAS DITADURAS NO BRASIL (1937-1964)

Edilza Joana Oliveira Fontes e Davison Hugo Rocha Alves

35

VIGILÂNCIA DENTRO DAS MATAS: A DITADURA MILIATAR
NOS RINCÕES DA AMAZÔNIA (1970-1980)

Adriane dos Prazeres Silva

66

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO (SNI) E A VIGILÂNCIA DOS SINDICALISTAS,
PADRES E BISPO PROGRESSISTAS DA REGIÃO GUAJARINA/PA: 1970 E 1980

Elias Diniz Sacramento

105

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA OU RESERVA DE TERRAS PARA “GRANDES PROJETOS”? A
ATUAÇÃO DO GETAT NO PARÁ NOS ANOS FINAIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1980-1985)

Iane Maria da Silva Batista e Maika Rodrigues Amorim

119

AS RODOVIAS RURAIS NA AMAZÔNIA: OS DISFARCES DOMINANTES PARA ATRAIR
OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Francinei Almeida da Costa

149

“OU SE ACOMODA OU LUTA”: A REFORMA UNIVERSITÁRIA
E OS ACORDOS MEC/USAID

Renan Nascimento Reis

189

RESISTÊNCIA: A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DAS LUTAS DO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO PARAENSE – 1968

Paulo Sérgio da Costa Soares

221

O JORNAL RESISTÊNCIA: IMPRENSA ALTERNATIVA
E DIREITOS HUMANOS NO PARÁ (1977-1985)
Raimundo Amilson de Sousa Pinheiro

251

PROJETO RONDON E A DISCIPLINA ESTUDO(S) DE PROBLEMAS BRASILEIROS:
A TENTATIVA DE APROXIMAR A JUVENTUDE BRASILEIRA DAS AÇÕES
CÍVICO-NACIONALISTAS EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR
Davison Hugo Rocha Alves

273

“NÃO HOUVE DITADURA”: NEGACIONISMO HISTÓRICO EM TORNO DA DITADURA
MILITAR NO BRASIL, LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E O PNLD 2020/2022
Thiago Broni de Mesquita e Gabriel da Silva Cunha

298

SOBRE OS AUTORES

EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES

DAVISON HUGO ROCHA ALVES

BENEDITO SERRA
LÍDER CAMPONÊS ENTRE
DUAS DITADURAS NO BRASIL
(1937-1964)

INTRODUÇÃO

O movimento dos trabalhadores rurais é um tema bastante debatido pelos pesquisadores no Pará, a exemplo do trabalho apresentado por Guttemberg Guerra (2009) quando nos evidencia um panorama do movimento camponês no Pará, assim, ele nos lembra que “as organizações camponesas no estado do Pará são resultado de um longo processo de construção, em que inicialmente se confundem e disputam fazendeiros, agricultores e operários agrícolas” (GUERRA, 2009: 117).

Nesse sentido, cabe-se fazer uma reflexão sobre a atuação do movimento camponês no Pará para compreender os dilemas, as condições sociais, os desafios e as conquistas que remontam o início do século XX no Pará, por exemplo, quando os trabalhadores rurais se tornaram sujeitos sociais em movimento na busca de melhores condições de vida. A atuação do líder comunista Benedito Pereira Serra, no Pará, será o objeto de investigação deste artigo.

Benedito Pereira Serra nasceu em Bragança no estado do Pará em 8 de maio de 1913, era agricultor e sindicalista rural. Não consta que em 1964 ele pertencia as fileiras do Partido Comunista Brasileiro, mas, era presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola no Pará (ULTAP). Era casado com Miracy Machado Serra e tinha seis filhos. Atuou entre duas ditaduras militares no Brasil, a chamada ditadura Vargas (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985).

BENEDITO SERRA, UM MILITANTE COMUNISTA CONTRA O ESTADO NOVO NO PARÁ

Foram presos comunistas em março de 1936 objeto de ação do inquérito no Pará José Maia Fernandes, Francisco José Borba da Costa e Benedito Pereira Serra sobre o processo crime número 197 que fora iniciado no ano de 1936, na justiça especial do Tribunal de Segurança Nacional. O nosso personagem tinha 22 anos à época. Segundo os autos dos processos os referidos indivíduos comunistas no estado do Pará estavam fazendo pichações na cidade de Belém com pincel e letreiros a pixe em muros e paredes, que continha os seguintes dizerem: “Viva Luiz Carlos Prestes”, “Viva a Revolução!”, “Viva a Aliança Nacional Libertadora” e “Viva a Rússia!”. Os autores confessaram que estavam praticando tal ato, e que a propaganda do Partido Comunista do Brasil teria sido orientada em nome de Alexandre da Silva Gomes e de Benedito Costa.

Segundo os autos do processo crime eles são as principais figuras do Partido Comunista do Brasil na cidade de Belém que seria uma célula da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Os mandatários são as cartas enviadas por Alexandre da Silva Gomes que tinha o codinome ‘Peres’ escritas a próprio punho, são recomendações do partido para que o movimento subversivo fosse vitorioso com a tomada em diversas capitais do país. A carta revela o grande apreço que Alexandre da Silva Gomes possuía pelas ideias da Aliança Nacional Libertadora e que mesmo depois de preso, juntamente com Benedito Costa continuaram a fazer agitações pela cidade de Belém do interior do presídio de São José. O documento ressalta ainda que as cartas que foram encontradas com os integrantes do movimento comunista no Pará foram encontradas fotocópias nos arquivos de Luiz Carlos Prestes e de Harry Berger.

O processo número 197 condena os integrantes acima citados dentro do artigo 23 da lei nº 38 de 4 de abril de 1935, a referida lei sancionada pelo presidente Getúlio Vargas definia os crimes contra a ordem política e social, que nos lembra “a propaganda de processos violentos para subverter a ordem política é punida com a pena de um a três anos de reclusão.

A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a três anos de prisão celular”. Portanto, concluímos que Benedito Serra já era conhecido dos órgãos repressivos do estado, pois, ele já tinha sido condenado como subversivo em 1937, estranhamento Miracy não menciona este processo quando vai solicitar a reparação frente a Comissão Especial de Desaparecidos Políticos, há uma referência de que já havia sido preso.

Voltamos a encontrar notícias sobre a atuação de Benedito Serra no Jornal Terra Livre de 1956 quando uma reportagem com fotos inclusive de Benedito Serra fazendo discurso informa que com destino ao Rio de Janeiro estiveram em São Paulo, nos últimos dias de setembro três diretores da ULTAP, os senhores Benedito Pereira Serra, Firmiano Reis e Raimundo Nonato de Sousa iriam ao Rio de Janeiro fazer entrega das conclusões finais aprovadas na segunda conferência de lavradores e trabalhadores agrícolas deste estado e pretendiam entregar ao presidente Juscelino Kubistchek e ao ministro da agricultura e da guerra as conclusões da referida conferência.

Uma dessas conclusões defendia a extensão de todos os benefícios da legislação e da previdência social a todos os trabalhadores do campo. Na reportagem há uma foto da segunda conferência dos lavradores e trabalhadores agrícolas do estado do Pará quando falava o presidente Benedito Serra. O pesquisador Guttemberg Guerra (2009) assim nos lembra que Benedito Serra movimentava-se no

Estado do Pará, através da ULTAP, quando nos evidencia que durante a criação dessa associação no Pará o debate sobre a reforma agrária no nível nacional estava bastante em voga, pois:

A I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará foi realizada por convocação da Comissão Paraense pela Reforma Agrária, em 13 de maio de 1955. Ocorreu em clima de ampla mobilização, dentro da legalidade e com apoio oficial. A Prefeitura de Belém forneceu transporte no trem que percorria o trecho de Bragança até a capital e alimentação no Serviço de Assistência e Previdência Social (SAPS). Nessa I Conferência, realizada no centro de Belém, na sede do Sindicato dos Estivadores, estruturou-se a Comissão para a Fundação da ULTAP, composta de delegados de Castanhal, Santa Isabel, Igarapé-Açu, Bujaru, Bragança, Capanema e Soure. Ali se podia identificar praticamente a representação de sindicatos localizados no nordeste paraense, com exceção daquele de Soure, localizado na Ilha de Marajó. Alguns desses representantes cumpriram papel importante nos rumos das organizações e na memória do movimento. Benedito Pereira Serra, representante de Castanhal, foi o primeiro presidente da entidade (GUERRA, 2009: 119-120).

BENEDITO SERRA UMA VIDA EM VERMELHO NO PARÁ EM TEMPOS AUTORITÁRIOS (1964-1985)

No início dos anos 1960 se tornou uma demanda social de amplos setores da sociedade brasileira, acompanhada de lutas pela posse da terra em vários pontos do país, os diferentes conflitos presentes no mundo rural brasileiro foram se unificando durante os anos 1950 para construir a pauta das reformas de base sendo a Reforma Agrária a principal demanda dos trabalhadores do campo, até o início dos anos 1960 os conflitos fundiários eram atomizados e localizados, na Amazônia a expansão agrícola com a abertura da Belém-Brasília e a implantação do sistema rodoviário abriu uma nova fronteira, houve a introdução de novos conflitos, a introdução da pecuária, a introdução de novos cultivos e a luta pela permanência na terra foi ficando cada vez mais difícil.

O PCB tinha uma proposta de mobilização dos trabalhadores do campo que entendia que era necessário eliminar o latifúndio da estrutura agrária do país, para que pudesse realizar a revolução democrática burguesa. Acreditava o PCB que o campo brasileiro era marcado profundamente por restos feudais que prejudicavam o desenvolvimento das forças produtivas.

O campo era dividido entre os camponeses, ou seja, a “massa explorada do campo e latifundiários” que deveriam ser combatidos para o PCB, deveria haver uma profunda alteração na estrutura fundiária para que se pudesse desenvolver no Brasil uma indústria nacional. A reforma agrária propunha a divisão destas grandes propriedades improdutivas para aqueles que quisessem trabalhar a terra, para que se pudesse ampliar o desenvolvimento no campo e o crescimento das formas produtivas apontando condições para uma futura revolução socialista.

Mas esta não era a única proposta que tinha um público certo nos camponeses do pré-64 as ligas camponesas ganharam destaque nacional pelas sucessivas mobilizações que visibilizaram os trabalhadores do campo, que ganhou as ruas realizando marchas, comícios, congressos, reivindicavam a extinção do cambão, do barracão e contra o aumento do foro, somados a demandas por reforma agrária. As ligas camponesas davam um papel fundamental para os trabalhadores rurais dentro de uma proposta de revolução socialista no país.

A igreja católica também tinha uma proposta que defendia o direito instituído de propriedade privada no campo, mas que reconhecia a necessidade de uma reforma agrária que fosse feita com desapropriação de terras com justa indenização. A igreja católica passou a atuar no campo brasileiro defendendo a criação de sindicatos rurais e a demanda de direitos trabalhistas e sociais. (CAMARGO, 1985: 67).

No pré-64 vivia-se uma conjuntura de grandes conflitos fundiários caracterizados pela resistência e a ameaça de expulsão de terra, levada a frente por posseiros, arrendatários e trabalhadores sem-terra. No pré-64 muitos setores da sociedade brasileira concordavam com a necessidade de uma reforma agrária, mas não havia consenso como fazê-la. O golpe civil-militar de 1964 deu novas direções a este debate quando lideranças camponesas foram presas, muitas tiveram que sair do país e as liberdades foram cerceadas e o debate sobre a reforma agrária foi cerceado, é neste contexto que viveu Benedito Serra presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará (ULTAP).

A discussão sobre o anticomunismo estava presente na sociedade paraense e nos jornais da grande imprensa. Assim, os jornais de Belém aceitaram, em 1964, a tese de que havia um inimigo subversivo da democracia, das tradições, da ordem e que era necessário combatê-lo. Aceitaram também a assertiva de que os militares eram o herói do momento (FICO, 2004: 68). Ao analisar o que foi veiculado, nos três primeiros meses de 1964 nos jornais “*A Província do Pará*”, “*O Liberal*” e a “*Folha do Norte*”, do estado do Pará, observamos que foram publicados

artigos que traziam expressões como o “perigo vermelho”, “cubanização”¹, “avanço comunista”². Existia ainda a divulgação da ideia de que por conta da situação “devastadora” que se encontrava o país, era imperiosa a necessidade de substituição do presidente João Goulart. O que nos remete a ideia de que o golpe de 1964 e o “perigo vermelho” estava presente na sociedade brasileira, pois, “a brada dormida do anticomunismo foi atiçada para gerar mais uma campanha antiesquerdista” no país (MOTTA, 2021: 20).

Pedro Galvão, era presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) no ano de 1964, declara que a luta política foi naqueles dias, marcada por esse medo do comunismo, da Reforma Agrária e a Reforma Universitária (GALVÃO, 2004: 96). Sabemos que houve uma coalizão que consolidou as aspirações dos golpistas em março de 1964 (REIS, 2002: 125). Nesta coalizão a imprensa teve um grande papel. Os jornais no Pará fizeram parte desta coalizão. A chamada “Rede da Democracia”³ (NAPOLITANO, 2014: 41) contou com a presença de “O Liberal”, “A Província do Pará” e “A Folha do Norte”. Este discurso antirreformista da imprensa paraense encontrou ecos nos setores da sociedade, vinculados aos latifundiários e fazendeiros do Marajó, que expressavam temor com as propostas de reforma agrária do governo Goulart.

O Pará vivia em um ambiente conservador, marcadas por posições oligárquicas, autoritárias e elitistas e as notícias dos jornais, contribuíram para uma postura anti-jango e de apoio ao golpe civil-militar. As notícias dos jornais de 1964 no Pará destacam o apoio ao golpe civil-militar de 1964. O golpe de Estado contou com o apoio da imprensa, dos políticos ligados ao Partido Democrático Social (PDS) no Pará⁴, com o apoio da igreja⁵, da maçonaria, da intelectualidade, dos produtores rurais (fazendeiros)⁶ e dos comerciantes⁷. Contra o golpe só ficaram os

¹ A final, o que deve o povo fazer? Folha do Norte, 12 de março de 1964: 9.

² Sobreviveremos. A Província do Pará, 19 de março de 1964: 24.

³ Segundo Napolitano (2014: 45) a chamada “Rede da Democracia”, foi o nome dado para a articulação golpista que tinha na imprensa mais do que um mero porta-voz. Com efeito, os jornais passaram a ser peças-chave na conspiração a partir do final de 1963. Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República.

⁴ PSD no Pará apoia nome de Jarbas Passarinho ao governo. A Província do Pará, 10 de junho de 1964, p. 6. 2º cad.

⁵ Bispos baianos exortam os fiéis a lutar em defesa da democracia brasileira. A Província do Pará, 10 de março de 1964.

⁶ Associação dos Produtores do Pará. Província do Pará, 14 de junho de 1964, p. 3.

⁷ Congratulações pela investidura do senhor Agostinho Monteiro. A Província do Pará, 20 de junho de 1964 pg. 3; A Província do Pará, 10 de junho de 1964: 6. 2º cad. Associação Comercial do Pará.

estudantes universitários, os sindicalistas ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB), os militantes da Ação Popular (AP) e alguns políticos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O clima transcrito nos jornais era de tranquilidade e calma e o posicionamento do governo estadual era apenas de expectativa. As lideranças sindicais no mesmo dia acataram a decisão da Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) de entrar em greve, também fizeram a indicação de um representante para ir ao Rio de Janeiro saber das decisões tomadas mediante a situação que era de alerta aos trabalhadores. Havia uma rede de organizações tentando fazer com que as reformas de base fossem aceitas pela população. O CGT era uma das entidades sindicais que divulgava os benefícios das reformas de base. O CGT no Pará era presidido em 196 por Raimundo Jinkings, membro do Partido Comunista do Brasil, que foi preso, depois do movimento militar e demitido do Banco da Amazônia (BASA) acusado de subversão. A quebra da normalidade democrática já tinha dado sinais de esgarçamento quando percebemos o uso da violência para conter as articulações em defesa das reformas de base⁸. Exemplo disso é uma nota do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Petróleo nos Estados do Pará, Amazonas e Maranhão se solidarizando com Raimundo Jinkings pelo atentado sofrido no dia nove de março, em sua residência, quando foi alvo de tiros, feito do meio da rua. Na nota há uma convocação para o grande comício pelas reformas da base no dia vinte de março em Belém⁹. A nota é assinada por Carlos Sá Pereira, militante do PCB e liderança sindical que será preso após o golpe civil-militar de 1964. Raimundo Jinkings foi preso em sua residência após 29 dias de busca¹⁰, ele visitava a família. Sua prisão foi feita pela polícia militar do Estado. No mesmo dia anuncia a prisão dentre eles, do senhor Wilson de Pinho Gonçalves, funcionários dos correios e telégrafos de Santarém¹¹. Segundo o jornal A Província do Pará, ele tinha “material subversivo para sublevar o povo santareno”¹². Foram presos também o senhor Luis Fernando Costa, Manoel Alquelar de Alcântara, presidente dos sindicatos dos trabalhadores e calçados e Ubirajara Freitas.

⁸ Segundo Napolitano (2014: 18) o governo João Goulart assumia as Reformas de Base como sua principal bandeira, o CPC se dispunha a desenvolver a consciência popular, base da libertação nacional.

⁹ Grande Comício sobre as reformas de base em Belém. Jornal A Província do Pará, 12 de março de 1964.

¹⁰ No dia 30 de maio o jornal A Província do Pará noticia a prisão de Raimundo Jinkings “Presidente do ex-CGT e agitador profissional”.

¹¹ Vários elementos subversivos, A Província do Pará, 30 de maio de 1964.

¹² Vários elementos subversivos, A Província do Pará, 30 de maio de 1964: 22.

Houve uma denúncia para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) sobre a existência de agitadores comunistas em Capitão Poço. Foi feita uma diligência e foi preso Raimundo Waldemar Coelho, João Moura da Costa e Agostinho Rodrigues, este era escrivo do cartório¹³. Foram presos Sá Pereira, presidente do sindicato dos petroleiros e Nazaré Dibi, funcionário da Petrobrás, na Avenida 16 de Novembro em frente à casa dos estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA). A polícia civil continua auxiliando as forças militares nas prisões dos “elementos subversivos” e mandado todo o material apreendido para as comissões de inquérito. Toda apreensão foi organizada pelo delegado geral Eynard Pantoja, militar articulado com o coronel Jarbas Passarinho, ambos coordenadores do golpe civil-militar de 1964 no Pará.

No dia 10 de abril de 1964 foi noticiado as prisões de Benedito Pereira Serra presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), que o jornal A Província do Pará nomeia como “agente vermelho” e do engenheiro João Luís Barreto Araújo, também denominado “elemento perigoso” que foi a Rússia várias vezes e diz que houve busca na sua residência e que foi achado material subversivo e comprometedor informando ainda, que o engenheiro está desaparecido. Na mesma matéria traz a foto da senhora Lei de Brito Araújo, esposa do engenheiro João Luiz que estava desaparecida. Ela estava sendo procurada pela polícia e as autoridades a acusavam de professar o comunismo “instruída por meu marido”. A manchete do jornal era “polícia efetua novas prisões de comunistas e prossegue a procura dos que escaparam”.

A prisão de Benedito Serra foi feita no município de Castanhal segundo o jornal quando ele se preparava para fugir. O jornal A Província do Pará o nomeia como conhecido “agitador comunista” informando que ele foi recolhido a central de polícia, de onde seria transferido para o quartel da 8ª região militar. A matéria diz também que o presidente da ULTAP, conduzia regular quantidade de fogos de artifícios e material subversivo que deveria ser conduzido para sede da ULTAP para festejar a “revolução comunista” que foi interrompida pelas “forças armadas”. Benedito Serra veio a falecer no hospital militar do exército em Belém, vítimas de torturas¹⁴. Mais de meia centena de pessoas foram detidas no Pará¹⁵ após a revolução do 1º de abril acusadas de corrupção e subversão, salvo pouco mais de uma dezena permaneceram presas.

¹³ A polícia civil prendeu líderes comunistas, Jornal Folha do Norte, 2 de abril de 1964: 5.

¹⁴ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3: 163.

¹⁵ O jornal A Província do Pará de 04 de junho publica a manchete “todas as pessoas, presas poderão ser liberadas”. Quem fica preso: Benedito Monteiro, Cléo Bernardes, Raimundo Jinkings, Adelino Cordeiro, Sandoval Barbosa, Carlos Sá Pereira, Rosely Brasil, Ronaldo Barata, Humberto Lopes, Hélio Gueiros, Antônio Hozana.

Podemos observar que o delegado Eynard Pantoja chefiou pessoalmente as diligências em Castanhal e recebeu instruções das autoridades militares. Demonstrando a articulação entre as forças armada, a polícia militar do estado e a polícia civil. Foram presos também Luís Fernando dos Santos Alencar, José Acurcio Cavaleiro de Macedo e Paulo Nogueira da Costa que segundo o jornal irão responder a inquérito policial. A matéria informa também que quando da prisão de Benedito Serra “um outro elemento suspeito”, que o jornal presume que seja Raimundo Jinkings fazia companhia para Benedito Serra e conseguiu escapar.

Benedito Serra foi preso na cidade de Castanhal no estado do Pará, por membros do exército e da Delegacia de Segurança Pública e Política Social (DOPS). Foi transferido de madrugada para Belém, ele era presidente da ULTAP. O jornal A Província do Pará traz na matéria a foto de Benedito Pereira Serra, nomeado pelo jornal como conhecido ‘agente vermelho’ sendo preso e recolhido a uma cela da Central de polícia. Informa também que um outro comunista estava na companhia de Benedito Serra quando da sua prisão e que ele fugiu, o jornal informa que ‘presume-se’ que era Raimundo Jinkings. Informa também que o presidente da ULTAP “conduzia regular quantidades de fogos de artifícios e material subversivo”¹⁶.

FIGURA 1 - BENEDITO PEREIRA SERRA



Fonte: Jornal A Província do Pará, 10 de abril de 1964.

¹⁶ A polícia civil prendeu líderes comunistas, Jornal Folha do Norte, 2 de abril de 1964: 5.

Presume para o jornal que Benedito Serra estava pensando em “festejar a revolução comunista que foi interrompida pelas forças armadas revolucionárias”¹⁷. A prisão de Benedito Serra foi organizada e planejada pessoalmente pelo secretário de segurança pública que determinou que uma diligência segue até Castanhal. A diligência foi coordenada pelo delegado Eynard Pantoja. A matéria jornalística informa também que o preso aguardava transferência para o Quartel da Oitava Região Militar localizado em Belém. Afirma também que o “agente vermelho” agia entre os lavradores da estrada de ferro. A forma como é denominado o sindicalista pela província demonstra o posicionamento do jornal no momento da deflagração do golpe¹⁸.

Benedito Serra foi preso em 9 de abril de 1964 em Castanhal. Segundo a Comissão Nacional da Verdade,

No dia 3 de maio, quase um mês após a prisão de Benedito Pereira Serra, Miracy recebeu a visita de um policial militar, do 2º Batalhão de Polícia Militar, que lhe informou que o marido se encontrava preso naquela unidade. Desde a data da prisão, foi a primeira vez que voltou a ver o marido. Nas palavras de Miracy, Benedito já se encontrava bastante debilitado. Nesse encontro, Benedito relatou as condições e torturas que vinha enfrentando na prisão. Benedito foi torturado e submetido a condições degradantes durante todo o período em que esteve preso no 2º Batalhão de Polícia Militar, de 9 de abril a 9 de maio de 1964. De acordo com registro do Hospital Militar de Belém, no dia 9 de maio Benedito foi transferido a esse estabelecimento em função de piora significativa em seu quadro clínico. Cinco dias após dar entrada no hospital, Benedito Pereira Serra faleceu, (...) em depoimento registrado no 4º Ofício de Notas de Belém, o médico patologista, doutor Edvaldo Lima Silveira, concluiu que, considerando-se que “os presos políticos daquela época sofriam as mais variadas espécies de tortura em ambientes prisionais de péssimas condições higiênicas, é possível que a vítima tenha contraído na prisão hepatite infecciosa viral e que evoluiu rapidamente para hepatite aguda fulminante”. (BRASIL, 2014: 163-165)

O depoimento de Miracy Serra relata um outro contexto no momento da prisão, diferente do registrado pela matéria da Província do Pará. Miracy afirma que a prisão se deu na presença de um de seus filhos que a época tinha 12 anos de idade e que relatou em casa que seu pai foi duramente espancado no momento da prisão, ou seja, não havia, um outro comunista no momento da prisão como afirmar a matéria do jornal A Província do Pará acima citado e já indica o uso

¹⁷ A polícia civil prendeu líderes comunistas, Jornal Folha do Norte, 2 de abril de 1964: 5.

¹⁸ Polícia efetua mais prisões de comunistas e prossegue à procura dos que escaparam. A Província do Pará. 10 de abril de 1934.

de violência no momento mesmo da prisão de Benedito Serra. Em contato com o filho de Benedito Serra, Ademar Machado Serra em 12 de janeiro de 2024, ele nos dá a informação de que a polícia militar prendeu Benedito Pereira Serra, seu pai na ilha de Cotijuba, e que ele foi muito maltratado.

Posto isso, é importante também investigar quais as atividades de Benedito Serra que o levaram a ser um dos alvos das forças armadas no momento do golpe de 1964 no Pará. Em junho de 1938 o jornal publica a notícia que o tribunal de segurança absorveu dois ex-deputados potiguaros e condenou diversos comunistas. O processo número 197 envolvendo militantes comunistas no Pará que foram condenados a 1 ano e 6 meses de reclusão sendo os militantes: José Maria Fernandes, Francisco José Borba da Costa, Benedito Pereira da Serra, Alexandre da Silva Gomes e Benedito Costa.

Na mesma matéria é noticiado um subitem intitulado “mais prisões”¹⁹, o delegado Eynard Pantoja recebendo instruções das autoridades militares junto com investigadores e agentes secretos prenderam os cidadãos Luís Fernando dos Santos Alencar, José Acurcio Cavaleiro de Macedo e Paulo Nogueira da Costa, que posteriormente irão responder a um IPM na 8º QG em Belém. Na mesma matéria noticia-se que o engenheiro João Luís Barreiro Araújo considerado “elemento perigoso e que visitou a Rússia várias vezes”, ele está desaparecido junto com sua esposa Leide Brito e que estão sendo procurados pela polícia. Houve uma busca de matérias na residência do casal e que o “material subversivo” apreendido na residência é comprometedor. Contra Leide Brito Araújo há acusação de que ela professava o comunismo instruída pelo seu marido.

Várias lideranças responderam ao Inquérito Policial Militar (IPM), por atividades subversivas, que foi concluído em julho de 1964, onde foram enquadrados Benedito Wilfredo Monteiro, Raimundo Antônio da Costa Jinkings e Humberto de Lucena Lopes. Neste IPM foram indiciados também, Emmanuel Arquelau Alcântara, Antônio Maria Barbosa da Fonseca, Jose Maria de Carvalho Filho, Luiz dos Reis Gonçalves, João Florêncio do Nascimento Lameira, Mário de São Vieitas, Sebastião Jaocoud, Edgar Furtado, Jose Maria Platilha, Hermes Alves de Oliveira, Francisco de Assis das Chagas e Waldomiro Vitalino Moura.

Este IPM fugiu à regra dos Inquéritos de rotina, porque nele foi aplicada a Lei de Segurança Nacional. Instaurado para apurar atividades subversivas no ambiente dos Sindicatos da orla marítima e na própria área do 49º Distrito Naval. Os trabalhos foram iniciados no dia 8 de abril de 1964, com a Portaria nº O17/1964

¹⁹ Mais prisões. A Província do Pará. 10 de abril de 1934.

do Exmº Sr. Comandante do 49º Distrito Naval, posteriormente reconhecido pelo Mal. Estevan Taurino de Rezende Neto, com a sua delegação de poderes nº 131 de 13 de maio de 1964.

No relatório da Comissão Nacional da Verdade²⁰ que trata de mortos e desaparecidos políticos Benedito Pereira Serra é identificado como agricultor e sindicalista rural, afirma também o relatório que ele foi “rotulado como perigoso elemento subversivo, e como agitador comunista, sofreu forte perseguição política por parte do Estado em virtude de sua luta pela proteção dos direitos dos trabalhadores rurais. Morreu aos 50 anos de idade em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado”²¹. Neste relatório ficamos sabendo que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Benedito Pereira Serra em 3 de setembro de 2004, após dois indeferimentos anteriores. Seu nome consta no Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Benedito Pereira Serra morreu no dia 16 de maio de 1964, no Hospital Militar de Belém, vítima de hepatite infecciosa viral, a qual fora contraída e agravada em virtude de graves torturas e péssimas condições carcerárias a que foi submetido.

Investigando um pouco mais sobre a atuação de Benedito Serra durante o pré-64 no Pará encontramos no jornal Tribuna do Pará notícias publicadas em 1957 com a manchete “eleições hoje na ULTAP”²² que noticia as eleições que ocorreram na entidade dos lavradores, neste mesmo jornal dias depois temos uma matéria que traz a manchete “contra o golpe na ULTAP desmascarar, isolar o renegado Benedito Serra pelo caminho unitário dos organizados lavradores nesta matéria assinado por Mogy Ribeiro, a reportagem afirma que o senhor Benedito Serra aliado a ala mais reacionária do PTB deu um golpe contra da organização da ULTAP por ocasião da Assembleia Geral realizado em Belém e com uma minoria de 14 camponeses esse renegado montou uma farsa mancomunado com elementos do PTB realizando uma assembleia onde ele foi reeleito com 21 delegados dos 80 que haviam sido eleitos para a conferência e ele impediu que 50 participantes entidades, começando uma relação conflituosa e desgastante com o PCB.

²⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: mortos e desaparecidos políticos. Comissão Nacional da Verdade – Brasília: CNV, 2014.

²¹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: mortos e desaparecidos políticos. Comissão Nacional da Verdade – Brasília: CNV, 2014: 163.

²² Nascimento, Francisco Ribeiro do. “Eleições hoje na ULTAP”. Páginas de Resistências: 1946 a 158. São Paulo, editora: Imprensa Oficial, 2005: 176.

Voltamos a encontrar Benedito Serra como assinante de um manifesto das entidades sindicais paraenses condenando a candidatura de Jânio Quadros publicado no jornal novo em janeiro de 1960 ainda como presidente da ULTAP. Em 1963 o jornal *Novos Rumos*²³ com sede no Rio de Janeiro em seu número 235 publica uma matéria com a manchete “3.000 pessoas na praça protestam contra a Carestia” em Belém do Pará, a matéria fala da Semana Nacional de Protesto contra a Carestia e pelas Reformas de Base, que teve grande repercussão no estado do Pará, especialmente na cidade de Belém. Participaram deste comício Raimundo Jinkinkgs pelo CGT do Pará, Benedito Pereira Serra como presidente da ULTAP, Francisco Nascimento pelos comerciários e Francisco Costa pela União Acadêmica Paraense, além de representantes políticos como o vereador Vicente de Queiroz. O comício conclamava a população a sensibilizar com a situação econômica do país e a entrada de empresas estrangeiras na região norte e nordeste, bem como denunciando a situação de miséria e de aflição das classes laboriosas das regiões norte e do nordeste. A Semana Nacional contra a Carestia encerrou-se dia 12 de setembro de 1963 na casa dos Marceneiros com uma reunião em que estavam todas as entidades do movimento sindical discutindo a realizando do próximo Congresso dos Trabalhadores da Bacia Amazônica que fora marcado para os dias 5, 6 e 7 de setembro de 1964.

Prosseguindo nossas pesquisas ainda inconclusas sobre Benedito Serra nos deparamos com o livro de memória de Alfredo Oliveira *A Partir da Ilha* publicado, em 1991, nele o autor relembra e faz depoimentos sobre a conjuntura paraense no pré-1964 sobre as prisões de membros do PCB em Belém, partido do qual pertencia e rememora também a sua prisão. Neste livro Alfredo Oliveira nos informa que seu irmão Ubirajara jovem estudante de engenharia foi preso no contexto do golpe de 1964, os soldados invadiram a residência de seus pais, na avenida São Jerônimo e levaram seu irmão segundo ele sem nenhuma explicação. Ubirajara Oliveira não tinha qualquer atividade política e nem participava do movimento estudantil da época, não se entendeu o porquê da prisão de Ubirajara Oliveira que foi recolhido a uma cela do quartel militar na Gaspar Viana onde ficou incomunicável durante um mês, a acusação da prisão de Ubirajara esclareceu que ele havia proporcionado fuga a uma colega pelo major Alacid Nunes um dos articuladores do golpe no Pará.

O que ocorreu segundo Ubirajara Oliveira conhecido como biroca havia dado carona até a porta do jornal *O Liberal* no carro de seu pai que era um trabalhador rural. O estudante tentava fazer publicar no jornal *O Liberal* uma nota contra a invasão da União Acadêmica Paraense (UAP). A prisão de Ubirajara foi

²³ *Jornal Novos Rumos*, ano V, Rio de Janeiro 23 a 29 de agosto de 1963, nº 235.

feita a mando do major Alacid Nunes que queria saber o endereço do estudante que havia deixado a nota na redação de O Liberal. Ubirajara ignorava o paradeiro de seu colega e o major Alacid não se convenceu disso mandando para a prisão, na esperança de que ele lembrasse o que não sabia. Alfredo Oliveira visitava seu irmão na prisão e a partir dessas visitas pode nos fornecer importantes informações sobre Benedito Serra. Em seu livro já citado, Alfredo Oliveira afirma que junto com Ubirajara na mesma cela “estava um líder camponês chamado Serra de relações pouco amistosas com o Partido”, no caso o PCB, segundo o depoimento de Alfredo Oliveira Serra nas condições precárias higiênicas da prisão contraíra hepatite ou leptospirose. Ainda segundo Alfredo Oliveira militar chamado não deu maior importância ao caso. O prisioneiro Serra veio a piorar dia a dia e sintomas graves foram surgindo, Ubirajara Oliveira conseguiu passar um bilhete desesperado denunciando o estado do companheiro de cela, no caso Benedito Pereira Serra, que necessitava urgentemente ser internado. Alfredo Oliveira Declara em seu livro que pediu que examinasse Benedito Pereira Serra e que não foi permitido. A situação médica de Benedito agrava-se, de forma dramática, e Alfredo Oliveira conseguiu que o comando militar permitisse que Benedito Serra fosse visitado por Almir Gabriel, que era médico, que em 1983 será prefeito de Belém, posteriormente Senador e governador do Estado em 1994. Após essa visita Benedito Serra foi transferido para o Hospital Geral do Exército em Belém onde já chegou em estado bastante grave. Essas informações foram confirmadas pelo filho de Benedito Serra, Ademar Machado Serra, em janeiro de 2024.

Este depoimento não foi utilizado nos processos feitos junto a Comissão de Mortos e Desaparecidos. Não foi mencionado nos depoimentos de Miracy Serra, na defesa pelos advogados de Benedito Serra e a própria Comissão Nacional da Verdade não cita este depoimento, apesar de que o livro fora publicado em 1991, também queremos afirmar que não há nenhum registro sobre os maus tratos que Benedito Serra passava dentro do quartel, por nenhum militante ou advogado de presos políticos em 1964.

O depoimento de Alfredo Oliveira é um testemunho de que o exército manteve preso Benedito Pereira Serra e em precárias condições de saúde e que não prestou serviço médico quando o preso demonstrou estar em grave situação de saúde, pelo depoimento o médico do serviço militar não deu atenção para o enfermo. Assim como tomamos conhecimento que o próprio comando militar sabia que ele estava preso e permitisse que Almir Gabriel fosse consultá-lo depois da insistência, feita por Alfredo Oliveira.

Outra questão que queremos levantar é que Miracy se baseia unicamente na matéria que saiu no jornal A Província do Pará sobre a prisão de Serra, mas que esta matéria se torna um documento chave de acusação do processo que exige reparação frente a Comissão dos desaparecidos. Queremos ressaltar que a matéria quando foi produzida em 1964 tinha uma finalidade que era justificar a prisão de comunistas que queriam implantar o comunismo no Brasil. Quase 50 anos depois esta matéria é usada como prova contra aqueles que prenderam Benedito Serra e deram o golpe de 1964 no Brasil, ela é prova cabal que condena o estado brasileiro pela prisão, tortura e desaparecimento político de Benedito Serra. O documento toma outro sentido²⁴.

BENEDITO SERRA, UM LÍDER COMUNISTA EM BUSCA DE JUSTIÇA E REPARAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Nas conclusões e recomendações da Comissão Nacional da Verdade²⁵ conclui-se que Benedito Serra foi “torturado e morto por agentes do estado brasileiro, em um contexto de sistemática violação dos direitos humanos promovidos pela ditadura militar implantada nos país a partir de abril de 1964”, recomenda-se também a certificação de óbito de Benedito Serra assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos. Diante desta recomendação é que este artigo se propõe a contribuir para identificar responsabilidades ocorridas que levou a morte de Benedito Pereira Serra e o possível ocultamento de provas feitas por agentes do estado.

Os restos mortais de Benedito Pereira Serra foram enterrados no cemitério de São Jorge em Belém do Pará. Até hoje não se identificou os autores do crime. No relatório da Comissão Nacional da Verdade é indicada como a cadeia de comandos dos órgãos envolvidos na morte, nomeando então o presidente da república o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o seu ministro da guerra marechal Arthur da Costa e Silva e o seu general do IV exército Justino Alves Bastos.

Nas fontes principais da investigação do assassinato de Benedito Pereira Serra o relatório da Comissão Nacional da Verdade relaciona documentos existentes no Arquivo Nacional que poderiam elucidar as circunstâncias da morte. Nestes documentos constam o exame de neocrópsia nº 2593 datado do dia 07 de maio

²⁴ KNAUSS, Paulo. Usos do passado e a história do tempo presente: Arquivos de repressão e conhecimento histórico. In: Varella, Flávia (org.). Tempo Presente e Usos do passado. Editora FGV, 2009.

²⁵ Relatório volume III mortos e desaparecidos políticos de dezembro de 2014.

de 1964, documento expedido pela UFPA (faculdade de medicina), que relata o quadro geral precário de saúde da vítima proveniente do hospital militar de Belém após prisão do segundo batalhão do exército.

Outro documento é o 4º Ofício de Notas pelo médico patologista, doutor Edraldo Lima Silveira, de 21 de março de 1996. Este documento estabelece vínculo entre a causa da morte da vítima e a tortura e condições sanitárias precárias a que fora submetida Benedito Serra. Há também depoimentos de José Barros de Faria, amigo da vítima, datado de 22 de abril de 1996, onde relata-se as condições de saúde que gozavam Benedito Pereira Serra no período anterior à prisão.

O depoimento faz relação com o período que ficou preso e a piora do seu quadro clínico. Outro documento também constando no Arquivo Nacional é o depoimento de Martins Viana amigo da vítima, datado de 22 de abril de 1996, neste testemunho ele relata as atividades políticas da vítima anteriores à prisão. Observamos que não há nenhum documento registrado no Arquivo Nacional que fale do período da prisão dele. Ele foi preso no dia 10 de abril de 1964. Ele só dá entrada no hospital no dia 9 de maio de 1964. Ele ficou neste período sobre a responsabilidade do segundo batalhão do exército. Não temos nenhum documento falando do preso e das condições de prisão. Não há nenhum documento por parte das forças armadas de plantão, em 1964 fazendo acusações para Benedito Serra diferente de Benedito Monteiro não encontramos nenhum inquérito policial militar (IPM). Parece que as forças armadas não investigavam as atividades de Benedito Serra. Sua prisão estava dentro da lógica dos militares golpistas de prender os comunistas e os dirigentes sindicais, me parece ilógico teve suas atividades acompanhadas e Benedito Serra não.

No primeiro momento das prisões em Belém, foram os sindicalistas, os comunistas e algumas lideranças estudantis os sujeitos atingidos. O silêncio produzido em relação as atividades do presidente da ULTAP sua participação no congresso de trabalhadores da Amazônia em Belém. Suas atividades em comissões defendendo a reforma agrária não poderiam passar despercebidas. Sua atuação na Semana Nacional contra a Carestia e a Luta pelas Reformas de Base. Sua prisão e tortura demonstram a importância social de suas atividades e o silêncio destes registros, quebram a lógica dos agentes do SNI. Nos resta pensar em um silêncio produzido, dada a morte do sindicalista.

Esses documentos, se existiram não estão sobre a guarda do Arquivo Nacional. As informações que temos da vida da atividade política de Benedito Pereira Serra advém dos relatos jornalísticos e de testemunhos de companheiros de

militância. Até hoje não se sabe as circunstâncias que levaram a sua morte. Não há qualquer investigação aberta para investigar as violações dos direitos humanos pela ditadura militar e responsabilizar os agentes envolvidos nesses atos.

As políticas de reparação pensadas pelo governo brasileiro não responderam até hoje a família de Benedito Serra. Somente em 2015 que a certidão de óbito de Benedito Serra teve uma recomendação feita pela Comissão Nacional da Verdade para ser retificada. É necessário continuar a busca por memória, verdade e justiça para esclarecer as responsabilidades por graves violações dos direitos humanos. Benedito Serra faz parte de uma relação de 434 mortos e desaparecidos políticos no Brasil e no exterior, no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Seu perfil é enquadrado como execuções sumárias ou arbitrárias (incluindo mortes decorrentes de tortura). No depoimento à Comissão Nacional da Verdade Miracy Serra afirma que não teve contato com ele no período em que esteve preso.

A prisão de Benedito Serra ocorreu em 10 de abril de 1964 sendo noticiada na imprensa de Belém. Era uma figura pública que teve um tratamento diferenciado de outros sujeitos que tinham projeção política no Estado do Pará, era trabalhador rural. Benedito Serra lutou por um projeto de reforma agrária no estado. Defendia uma proposta de reforma agrária no estado e no Brasil, que foi sufocada com o golpe civil-militar de 1964. É necessário fazer uma avaliação na documentação disponibilizada no Arquivo Nacional e se é possível estabelecer conexões entre o processo de prisão, de desaparecimentos e mortos para percebermos a lógica de produção desses documentos sensíveis. Sabemos que quando os debates sobre uma política nacional de arquivos que desde a constituição federal de 1988, determinou em seu artigo 5º, inciso XXXIII, o direito fundamental do cidadão de obter, dos arquivos do poder público, toda e qualquer informação de seu interesse particular e coletivo. A Comissão Nacional da Verdade atuou também com os processos de violação de direitos humanos ocorridos no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Portanto, desde as ações que ocorreram durante o Estado Novo (1937-1945) e a busca por justiça, direitos humanos e reparação na sociedade brasileira.

A lei 8.159/91 que tratava sobre a política nacional de arquivo públicos e privados, estabeleceu que todos os documentos sigilosos independentes de sua classificação, referentes a segurança do estado estariam restritos por um prazo máximo de 30 anos, a contar da sua produção, sendo prorrogável por igual período uma única vez. Esta lei sancionada pelo presidente Fernando Collor aboliu o acesso a documentos sigilosos produzidos pelos militares e contrariou a constituição federal de 1988. O estado continuou negando informações a sociedade brasileira.

Penso que esses documentos podem não ter sido produzidos ou já foram destruídos. No caso documentos que informassem a prisão de Benedito Serra, podemos investigar quem atuava nos seus interrogatórios? Quem era responsável pela sua permanência nas dependências do exército?

O acesso a documentação possibilitaria o conhecimento e a compreensão do que aconteceu com Benedito Serra, não havendo razões para o sigilo dada a lei de anistia vigente no Brasil desde 1979. O estado brasileiro regulamentou várias vezes a lei 8.159/91 e o decreto nº 4.553/2002 confirma a insistência do estado brasileiro e manter sigilo de documentos e informações relativos aos períodos dos governos militares no Brasil e o direito das famílias dos mortos e desaparecidos políticos terem conhecimento do que aconteceu com seus entes queridos. Sabemos que a abertura dos acessos sempre foi uma questão sensível. Ana Maria de Almeida Camargo²⁶ acredita que os documentos dos arquivos são elementos probatórios, com capacidade de remissão direta a realidade (SANTOS; TELES; TELES, 2009: 77), e podem evidenciar as ligações entre arquivos, memória e história. São arquivos sensíveis, que Segundo Pierre Nora traz um “drama subjacente” (NORA, 1993: 19).

No caso da prisão, tortura e morte de Benedito Serra o Arquivo Nacional declara que não tem nenhum documento que retrate o período em que ele ficou à disposição do exército em Belém do Pará. Seria necessária uma investigação nos arquivos do exército, nas suas folhas de pessoal, para se levantar quem foram os militares que estavam “de serviço”, quem era o comandante do exército que recebeu o preso no 8º QG? Analisar as ordens de serviço? Os boletins de ocorrência? Precisariamos investigar o exército. Todos nós sabemos que as forças armadas negaram por muitos anos o acesso as informações em nome da segurança nacional, e provavelmente destruíram todos os documentos sigilosos que estavam sobre a sua guarda. A quem indicavam torturados contidos nas dependências das forças armadas. A documentação que restou está hoje no Arquivo Nacional, mas sem dúvida nenhuma foram produzidos silêncios.

Para os militares sempre foi importante manter os arquivos da repressão longe dos pesquisadores e da sociedade. Houve uma tática do esquecimento e do silêncio pensada nesta lógica que produziram lacunas na documentação de presos políticos que sofrem torturas e vieram a óbito. Essa tática do esquecimento pretendida pelos militares foi durante muito tempo implementada. Há muito trabalho a ser feito, tomar conhecimento dos documentos do SNI, hoje sobre a guarda do

²⁶ Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

Arquivo Nacional é de fundamental importância para uma história da sociedade brasileira. Um levantamento detalhado dessa documentação só é possível quando cada vez mais os historiadores, sociólogos e cientistas políticos estabelecerem projetos interdisciplinares para se ter conhecimento da documentação disponibilizada.

O levantamento destes documentos pode ser importante para se perceber “os buracos” do documento produzido. A produção da Comissão Nacional da Verdade e a comissão camponesa da verdade usaram testemunhos nos seus trabalhos e podemos fazer um trabalho de cruzamento de fontes com a documentação do SNI. Pode chegar a conclusão surpreendente de que uma dada documentação não foi produzida, por isso, não foi disponibilizada e que cabe a nós, pesquisadores, historiadores comprometidos com a verdade e a com a justiça indicarmos outras possibilidades, outras documentações possíveis para compreender os processos traumáticos ocorridos no Brasil nos governos militares.

Sabemos que a violência política é um elemento sempre presente na história. No Brasil em 1964 ela foi um componente fundamental nas disputas políticas que levaram ao fim do governo de João Goulart. Houve a presença das forças armadas como sujeitos que assumiram o poder de estado e coordenaram as repressões aos apoiadores do presidente deposto. Neste artigo procuramos entender as formas dessas violências políticas assumidas no momento da deflagração do golpe, e como elas produziram silêncios principalmente em relação aos militantes de esquerda que propunham as reformas de base.

Cabe-se enviar que a luta da família Serra pela reparação e indenização do Estado paraense e brasileiro, apresentou diversos cenários. Primeiro a viúva Miracy Serra passou anos lutando pelo direito de ser pago a indenização completa pelo assassinato do marido Benedito Serra pelas mãos da ditadura militar brasileira. Posteriormente, os filhos judicializam também a questão da indenização demonstrando que a reparação não havia sido feito plenamente, eles são considerados órfãos da ditadura, e mostram que existem uma memória oculta em relação ao pai, Benedito Serra, que precisa ser reconhecida pelo Estado. Por exemplo, em 1986 foi concedida a viúva do Benedito Serra, Miracy Machado Serra, o direito a receber 4 salários-mínimos através da lei estadual nº 5.346 de 13 de novembro de 1986, no entanto, o governo do Estado O Estado do Pará no final dos anos 1980 não cumpriu com o acordo. No governo Jader Barbalho (1982-1986) reconheceu o crime violado pelo assassinato de Benedito Serra, no entanto, somente foi pago a família 1 salário-mínimo. Faz-se necessário a reparação feita com o restante do valor a ser recebido pelo Estado brasileiro.

Posteriormente, os filhos Ademar Machado Serra, Admilson Machado Serra, Ademir Machado Serra, Iraci Serra Maia, Elizete Socorro Machado Serra considerados herdeiros legítimos de Miracy Machado Serra, quase todos já com mais de 60 anos entram com petição para requerer os valores restante não pagos pelo governo do Estado do Pará em 21 de março de 2022, com isso, os filhos estavam requerendo os valores retidos da esposa de Benedito Serra, que segundo a petição implementada em 2022 afirma-se que “ela tem direito e não foi repassada em vida”²⁷. Segundo a petição os filhos de Benedito Serra estão agora exigindo do governo do Estado do Pará os valores requeridos que foram retidos e que somam no total de R\$ 2.531.550, 86 (dois milhões, quinhentos e trinta mil, quinhentos e cinquenta reais, e oitenta e seis centavos). Nesse sentido, segundo a petição implementada a revisão dos valores a serem pagos aos herdeiros da pensionista falecida, referem-se ao período de 1987 a 2017, estão requerendo a indenização pecuniária de 30 anos, pois, segundo a petição, “os valores repassados a ‘de cujus’ em vida não condizem com o que foi estipulado pela lei nº 5.346/1986”²⁸.

No dia 6 de outubro de 2023, através de documento emitido pelo Banco do Estado do Pará, posiciona-se sobre a revisão de pagamento da pensão aos filhos de Benedito Serra e Miracy Machado assim, assim complementa a petição implementada que “na oportunidade, considerada a estampada ilegitimidade passiva dessa instituição financeira em uma ação revisional de pensão especial instituído pelo Estado do Pará, requer a imediata extinção do processo sem resolução de mérito”²⁹. O governo do Estado do Pará tem uma interpretação diferente no que se refere aos valores a serem recebidos pelos filhos de Miracy Serra, assim, fica estabelecido uma contestação a ação de revisão de aposentadoria especial, indicando que “não há no ato de concessão de aposentadoria mensal a 4 salários-mínimos como pretendido pelos autores, e sim um outro valor de referência, que não o salários-mínimos e sim 4 valores de referência, que não é a mesma coisa que salário mínimo”³⁰.

²⁷ Aposentadoria Especial (art. 57/8), pensão por morte (art. 74/9), RMI – Renda Mensal Inicial. 2ª vara cível da SJPA, 7 de abril de 2022: 5.

²⁸ Aposentadoria Especial (art. 57/8), pensão por morte (art. 74/9), RMI – Renda Mensal Inicial. 2ª vara cível da SJPA, 7 de abril de 2022: 6.

²⁹ Aposentadoria Especial (art. 57/8), pensão por morte (art. 74/9), RMI – Renda Mensal Inicial. 2ª vara cível da SJPA, 7 de abril de 2022.

³⁰ Aposentadoria Especial (art. 57/8), pensão por morte (art. 74/9), RMI – Renda Mensal Inicial. 2ª vara cível da SJPA, 6 de fevereiro de 2023: 3.

Os filhos de Miracy Machado Serra, no entanto, tentaram conciliar e reverter a decisão tomada pelo Banco do Estado do Pará, para que o processo de pensão especial fosse extinto, no entanto, através do despacho nº 99733464, assim, teve-se no dia 19 de outubro de 2023, a seguinte resposta ao pedido feito:

1) Em face dos fatos e fundamentos da contestação, já inclusa nos presentes autos, o Estado do Pará informa que **não tem interesse em conciliar**;

2) Por outro lado, entende que o Estado do Pará que não necessidade de produção de provas em audiência, sendo a matéria em discussão unicamente de direito, motivo pelo qual requer o julgamento antecipado da lide, reiterando na oportunidade todos os argumentos e fundamentos da contestação, que **evidenciam a total improcedência da presente ação**.

Fica evidenciado que os filhos de Benedito Serra requerem urgentemente a extinção da Lei da Anistia por danos psíquicos. Fica expresso na ação dos órfãos da ditadura militar no Brasil que as consequências cometidas pelo Estado Brasileiro durante o período de 1964 a 1985 chegam até a terceira geração, assim, o governo do Estado do Pará quer produzir um silêncio sobre o passado autoritário ao não fazer a revisão da pensão concedida a Miracy Machado Serra em 1986.

Ainda se tem bastante pesquisa sobre a ditadura militar no Pará, pois tem tantas memórias ocultas que precisam de reparação, onde o estado estabeleceu a lei dos anistiados e os presos políticos, mas não completou com a sua finalidade. A sociedade precisa saber a verdade, para fazer justiça com reparação para que atos perpetrados pelo Estado como esse não aconteça mais, para se pensar uma sociedade justa e democrática. Nesse terreno, é importante entender o papel da memória na construção de novos sentidos práticas para sociedades marcadas por traumas autoritários, pois, com isso esperamos compreender que a história tem uma posição político-ideológica, pois, as memórias são objetos de disputa, de lutas e conflitos constantemente (RIGONATI, 2014: 6).

Cabe-se fazer uma reflexão ao longo deste artigo sobre a história de vida de Benedito Serra e a luta de sua família, primeiro a sua esposa Miracy Machado Serra na busca através do Estado brasileiro de indenização através de pessoas desaparecidas ou mortas, como cônjuge recebeu a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do Estado, concedida pelo primeiro governo Lula

através do decreto lei 16 de dezembro de 2004, quando ampara-se através dos artigos 10 e 11, da lei 9.140 de 4 de dezembro de 1996, o direito de receber indenizações do Estado brasileiro.

O assassinato feito em 1964 em 2024, onde 60 anos depois, ainda está uma memória em aberto que gera traumas e ressentimentos nos filhos de Benedito Serra que buscam por reparação e justiça social, onde até hoje não foi reparado pelo Estado paraense e brasileiro. O governo Michel Temer (2016-2018) e o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) preferiram não tocar nesse tema sensível presente na sociedade brasileira. Para que assim nunca se esqueça e nunca mais aconteça violências autoritárias no Brasil é necessário construir políticas de reparação, pois as famílias sofreram impactos direto das ações promovidas pelos agentes de Estado. Pois, além dos traumas pelas perdas do Benedito Serra, entendemos que os filhos tiveram uma infância roubada, gerando angústias, perdas, ganhos, traumas, encontrando estratégias para sobreviver a partir da partida de Benedito Pereira Serra. Para Janaína Teles (2010), a discussão sobre a violação dos direitos humanos e a tortura, onde o acerto de contas com o passado autoritário brasileiro está em aberto, pois, “prevalece a ocultação dos acontecimentos, a negação do direito à verdade e de acesso à justiça, o que limita a articulação e a transmissão da herança daqueles anos de violência” (TELES, 2010: 53).

Nessa mesma linha de reflexão a Celso Lafer (2012) destaca que o pesquisador do tempo presente ao se debruçar sobre os estudos da justiça de transição acaba entrelaçando o presente e o passado, com a finalidade de compreender a influência dos legados autoritários e os modos de combater. O historiador tem a responsabilidade frente da demanda histórica, aquela dos rastros apagados e das vozes silenciadas, que acabam emergindo frente ao relato histórico (LAFER, 2012: 16-17).

Por fim, cabe-se ressaltar que a mobilização de mais de 30 anos da família de Serra fez com que em 2024 - ou seja, 60 anos dos tempos autoritários na sociedade brasileira ainda continuam buscando justiça e reparação em virtude da morte perpetrada pelo Estado. A repressão e a violência fez parte da história do estado brasileiro, assim, usavam a tortura como método para fazer a pessoa confessar e entregar companheiros. É inegável que houvesse um terrorismo de estado com o objetivo de aniquilar o “inimigo vermelho”. Portanto, fica-se a mensagem para que possamos debater os passados autoritários na sociedade e na sala de aula, pois, quanto menos se fala dos horrores promovidos pela ditadura militar, mais a gente está ameaçado pelos horrores de um novo golpe.

REFERÊNCIAS

- CAMARGO, Aspásia (2015). **A igreja e a questão agrária**. In: Paiva, Vanilda (org.). Igreja e questão agrária, Edições Loyola.
- FICO, Carlos (2004). Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 34, n. 47, jul. 2004: 29-60.
- “Aurora”. A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra (1960 - 1962). **Antíteses (Londrina)**, v. 8: 366-392, 2015.
- _____. Formas de acesso à terra e direitos: a proposta de Benedito Monteiro (Pará - anos 1960). In: MOTTA, Márcia; PICCOLO, Mônica. (Org.) (2017) **O domínio de Outrem - Propriedades e direitos no Brasil** volume 2. 1ed.Maranhão: EDUEMA, 2017, v. 2: 173-193.
- GALVÃO, Pedro (2004). Vencidos e vencedores. In: NUNES, André Costa et al. **1964 – Relatos Subversivos: os estudantes e golpe no Pará**. Belém: Edição dos Autores..
- GUERRA, Gutemberg (2009). Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: Fernandes, Bernardo; Medeiros, Leonilde; Paulilo, Maria. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Unesp, volume 1.
- LAFER, Celso. Justiça, História, Memória: Reflexões sobre a Comissão da Verdade. In: Araújo, Maria Paula; Fico, Carlos; Grin, Mônica (orgs.) (2012). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio.
- MEDEIROS, Leonilde(2003). **Reforma agrária no Brasil: História da atualidade da luta pela terra**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo.
- MONTEIRO, Benedito (1993). **Transtempo**. Belém: edições CEJUP.
- MOTTA, Rodrigo (2021). **Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar.
- NASCIMENTO, Francisco Ribeiro do (2005). **Páginas de Resistências: 1946 a 158**. Editora Imprensa Oficial, São Paulo.
- NAPOLITANO, Marcos (2014). **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: editora Contexto.
- NORA, Pierre (1993). **Entre a memória e a História: a problemática dos lugares**. Projeto História, nº 10: 728, dez.
- OLIVEIRA, Alfredo(1991). **A partir da ilha**. Belém Cultural CEJUP.
- RIGONATI, Denise (2014). Ditadura militar no Brasil: história, memória, trauma e gênero. **Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual da ANPUH-SP**, Santos.
- REIS, Daniel (2002). **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SANTOS, Cecília; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (org) (2009). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, vol.1, São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009: 78.

TELES, Janaína de Almeida (2012). Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por verdade e justiça no Brasil. *In*: Teles, Edson; Safatle, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo (Coleção Estado de Sítio).

KNAUSS, Paulo (2009). Usos do passado e a história do tempo presente: Arquivos de repressão e conhecimento histórico. *In*: Varella, Flávia (org.). **Tempo Presente e Usos do passado**. Editora FGV.

ADRIANE DOS PRAZERES SILVA

**VIGILÂNCIA DENTRO DAS
MATAS: A DITADURA MILITAR
NOS RINCÕES DA AMAZÔNIA
(1970-1980)**

DITADURA SOB AS COPAS DAS ÁRVORES

As águas do Tocantins / que nunca viveu parada / agora vejo dizer /
que elas vão ser represadas.

Coitados dos lavradores / acima lá da barragem / com crescimento
das águas / todos vão ser despejados.

Agora chegou a hora / que todo mundo está vendo / será que você
ainda queira / ainda ficar sofrendo (Francisco de Assis- O Chicão).

A epígrafe acima foi um dos cantos entoados no IX, encontram Anilzinho que ocorreu na cidade de Limoeiro do Ajurú, entre os dias 11-15 de outubro de 1990. A canção nos revela uma síntese de como parte dos povos que viveram tanto a montante, quanto a jusante da “barragem”, dimensionaram sua construção, ou seja, era inédito e inconveniente o fato das águas do gigante rio Tocantins serem represadas a ficar paradas. Esse empreendimento incomodava, suscitava medos e curiosidades das populações que viviam no raio de atuação da hidrelétrica. Desta feita, a música referia-se aos despejos e aos sofrimentos que a hidrelétrica de Tucuruí traria às populações em seu raio de atuação.

Além disso, a partir de 1984, ano de inauguração da hidrelétrica foi notado o desaparecimento gradual das espécies aquáticas no Tocantins, outros impactos notados foram em relação a coloração das águas do rio, e impactos na fauna, flora e vida das populações ribeirinhas, as águas do rio que encontraram e ainda encontram com mais sedimentos. O bioma e a vida social das populações tradicionais e dos próprios municípios, como Baião, Mocajuba, Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajurú, Igarapé Miri e Abaetetuba foram impactados. A música fala dos sofrimentos e das dores causadas pelos grandes projetos na Amazônia. A presença dos governos militares na Amazônia está intimamente associada a múltiplos conflitos pela terra, em parte causada por sua falta de planejamento, ou sua visão equivocada de que a floresta deveria ser expurgada, desmatada, e a falaciosa afirmação do espaço vazio, “de terras sem homens”.

Após as descobertas, dos depósitos de ferro e de manganês, assim como, a negociação dos de níquel, cobre, alumínio, cassiterita, volframita e depósito de ouro ferro-gusa, a produção de alumínio tonou-se uma prioridade no início dos anos 70, assim como a descoberta de um depósito bauxita no Trombetas. Desta feita, associada a essas descobertas, foi necessário segundo a visão dos militares o fornecimento energia da hidrelétrica (MARRIANNE SHMINK & CHARLES H. WOOD, 2012). A hidrelétrica de Tucuruí, trouxe em sua lógica também de-

sapropriação, além de impactos ambientais e especulação das terras. O caso dos Joana Peres e Anilzinho, são exemplos das consequências da especulação e vendas das terras, ocasionado por um significativo fomento dos denominados grandes projetos da Amazônia, no caso do baixo Tocantins a construção da barragem de Tucuruí foi esse marco. Desta feita, a pesquisadora Rosa Marin Acevedo afirma que em 1964, houve um projeto que visava à modernização econômica da região com a formulação e a implementação dos vários planos de desenvolvimento e o conjunto de políticas denominadas de “Operação Amazônica”¹, essa implantação ocorreu, mais precisamente em 1966, momento no qual parte do governo da União “articulou instituições, visando que possuíam como objetivo o “desenvolvimento regional”; o cargo chefe dessas instituições seria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S. A., (BASA) para administrar a política creditícia².

A hidrelétrica de Tucuruí foi planejada e construída pela ditadura militar, na Amazônia. Empreendimento bilionário e que foi questionado pelas populações que seriam por ela atingidas. Não obstante, ao analisar o relatório da assembleia do Sindicato de Trabalhadores Rurais em 29 de fevereiro de 1984, que contém os relatos de estudos sobre a barragem de Tucuruí articulado com a Oposição Sindical Lavrador em Ação. Esses trabalhadores acreditavam que as consequências que a barragem de Tucuruí traria as populações “que moravam a jusante da barragem”, não preocupava somente o povo de Cametá, mas sim todo o baixo Tocantins³.

Foi possível inferir, das análises documentais (presentes nos STRs de Cametá, Arquivo da Cúria, CPT, CNBB e FASE), que existiram intensos debates tanto nas comunidades e delegacias sindicais, pois os trabalhadores rurais, segundo o relatório “sentiram a necessidade de levar esses debates, as discussões do dia 09 de janeiro de 1984” para uma assembleia específica do mesmo ano. Para dar conta dessas discussões eles montaram o que denominaram de “comissão” para compreenderem quais impactos estavam e foi com esse intuito que chamaram para

¹ Segundo FONTES (2021) a “Operação Amazônia” fomentou incentivos que eram dados aos industriais e aos empresários em desenvolver projetos na Amazônia. É importante ressaltar que todas as indústrias que encaminharam e receberam incentivos do governo a partir da SUDAM ou o fizeram a partir do Banco da Amazônia S.A. (BASA) demonstrando, então, que havia um investimento do governo nessas indústrias para formar um parque industrial na Amazônia. A Assembleia Legislativa do Estado do Pará acompanhou esses empreendimentos e votou, autorizando o poder executivo no caso do estado. Existia, portanto, uma expansão econômica na região, a partir de uma industrialização, como atividades fundamentais.

² AZEVEDO (2002).

³ Relatório da assembleia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 28 de fevereiro de 1984 (Arquivo Cúria de Cametá).

compor essa congregação trabalhadores e trabalhadoras que aceitaram tal desafio, entre eles estavam: Benedito Coelho, Joaquim Marques, João Evangelista, Natalina Nunes, Milson Gomes, Domingos Sanches, Francisco de Assis Contente, Manoel Maria Louzada, Judite Furtado, Argileu Goísa Tavares, Direção do Sindicato e o convidado Bernardo Krommendijk. Ao analisar o citado documento foi possível perceber a seguinte assertiva⁴:

Apesar de a diretoria ter tentado fazer dessa assembleia uma pequena reunião com poucos sócios, despachando muitos trabalhadores rurais, os associados da sede para cobrar dos Órgãos governantes [...] 83 associados participaram da assembleia. Das entidades, instituição e órgãos estiveram presente apenas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da prelazia, INSA, prefeitura municipal, Partido dos Trabalhadores, CUT, receberam convites e não compareceram: empresários locais, os vereadores, os PDS, o PMDB, os órgãos públicos, que atuam no município, (EMATER, SUCAM, CELPA, SAE, DER) a instituições de saúde (hospital, fundação SESP, Clínica Municipal e colégios). A juíza, pastores evangélicos, o delegado de polícia e rádio Tocantins.

A primeira referência da citação é interessante, pois, na medida que existe a afirmação que “a diretoria do Sindicato dos trabalhadores rurais de Cametá ter buscado fazer uma discussão interna sobre os problemas da barragem, aos demais trabalhadores não aceitaram e por conta desta demanda tiveram que fazer uma assembleia pública, ou seja, era de interesse das populares não somente de Cametá entender e posicionar-se sobre o funcionamento da barragem. Portanto, ao analisar os diversificados arquivos e fontes, pude perceber que esse empreendimento foi bastante questionado pelas populações do baixo Tocantins. A barragem instalou-se sim, mas não sem conflitos e resistências, apesar dos tempos serem de ditadura. Não por acaso o livro, Lúcio Flávio Pinto (2011) possui o título “Tucuruí: A Barragem da Ditadura”, construída e inaugurada nesse período.

Ao fazer uma análise acurada, do relatório do Sindicato do Trabalhadores Rurais de 1984, é possível inferir que oitenta e três associados do sindicato dos trabalhadores Rurais, assim como seus aliados representantes da CPT, a diretora do Instituto Nossa senhora Auxiliadora, Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores CUT e o Prefeito municipal. Contudo, eles apontaram a ausência daqueles que eles julgaram ser seus opositores “empresários locais, os vereadores do PDS, os do PMDB, os órgãos públicos, que atuam no município,

⁴ Relatório da assembleia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 28 de fevereiro de 1984 (Arquivo Cúria de Cametá.).

(EMATER, SUCAM, CELPA, SAE, DER) a intuições de saúde (hospital, fundação SESP). Os representantes dos órgãos que não se fizeram presentes, uma das explicações possíveis, é porque que as pautas das discussões não os agradassem a final estamos diante de uma divergência de classes, e é possível que estejamos diante de duas visões de mundo distintas perante a um mesmo empreendimento, no caso, os que apoiavam a construção da hidrelétrica e os que sabiam o quanto do seu mundo poderiam ser impactados⁵.

A conjuntura entre as décadas de 1970-1980 foi marcada pelo aumento exponencial pelos conflitos pela posse da terra no Estado do Pará, parte deles como já foi apontado, foi azeitado pela especulação agrária, pelo Projeto de Integração Nacional (PIN⁶), pela presença dos chamados grandes projetos entre eles a Barragem de Tucuruí. Durante o mestrado mapeie doze conflitos que marcaram as memórias dos moradores de algumas cidades do Baixo Tocantins, indiquei o município, a data, o local, o motivo, envolvidos e resultados⁷ pela posse da terra eles foram discutidos, e os trabalhadores rurais buscavam solucioná-los em conjuntos em ações articuladas engendradas durante os encontros Anilzinho é sobre esses encontros que vamos discutir a partir de agora.

ANILZINHO SOB A VIGILÂNCIA DA DITADURA MILITAR: OS ENCONTROS, A LUTAS PELA TERRA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS

Ao examinar a história da luta pela terra na Amazônia entendo que existem várias nuances e que cada conflito possui suas particularidades e variantes com complexidades desafiadoras. Nesse sentido, a história de conflitos pela terra também traz a sua dialética que é a resistências, no entanto, com a presença do governo ditatorial, ocorreu acréscimos de outras variantes, como a presença dos

⁵ Relatório da Assembleia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 28 de fevereiro de 1984 (Arquivo Cúria de Cametá.).

⁶ Segundo o historiador Jaci Guilherme Vieira (2019) afirma que depois do golpe ocorrido em 1964, desdobrou-se um novo projeto fundiário conservador que antedesse às Oligarquias e ao grande capital voltado a diminuir as tensões do campo, mas não para resolvê-los, começou a ser desenhado. O lema passou a ser *homens sem terra para terras sem homens*, atribuída ao general e presidente Médici, cujo objetivo era ocupar os supostos “espaços vazios” na região Amazônica. Ele próprio criou, por decreto, datado de 16 de junho de 1970, o PIN, que acabou por dar diretrizes da ocupação da Amazônia de forma dirigida pelo Estado. Segundo VIEIRA (2019), a justificativa do PIN, era fajuta, pois era a debilidade das fronteiras, tinha dois objetivos principais: o primeiro acabava sestituindo em construir toda a infraestrutura básica na área de transporte e de comunicação. O segundo, se direcionava a atender um fluxo migratório em grande escala, já em andamento, para descomprimir os sérios problemas fundiários, concentração de terra em larga escala, não só no nordeste, mas no sul e sudeste, deslocando essa massa humana para Amazônia.

⁷ Dissertação o Vale do Tocantins e a lei Anilzinho: a lei dos Posseiros (1961 - 1981: 118-119).

grandes projetos (já citados anteriormente), e os Programas de Integração Nacional (PIN) e nesse caso a barragem de Tucuruí. Preciso afirmar, ainda que entre as décadas de 1970-1980, esses embates fervilharam na Amazônia, e que os governos militares preferiram não interferir, ou mesmo, perdeu o controle desses conflitos como prova a tese de Thiago Broni de Mesquita.⁸

Os conflitos do baixo Tocantins poderiam mais um elemento no caldeirão da luta pela posse da terra, mas não foram, pois, além de contarem com uma circularidade de informação em tom de denúncias que reverberaram em periódicos de esquerda tais como: *O Resistência*, *O Movimento*, os *Boletins das C,c*, *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*⁹ e também nos Jornais de grande circulação tais como *O Liberal* e *A Província do Pará*, mesmo sob a vigilância da Ditadura Militar. Também contaram com umas experiências em movimentos coletivos¹⁰ que partiram da década de 1930, contudo, as estratégias como veremos adiante mudaram, contaram ainda com aliados como uma igreja católica progressista que estava embalada pelos ideais da Teologia da Libertação e com apoio da FASE¹¹.

Contudo, a releitura que irei fazer dos conflitos de terra no baixo Tocantins, contam novas matizes, é lembrado uma das máximas do historiador Marc Bloch “o passado é, por definição, que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa¹²”. Ora, é com esta citação, que revelo algumas nuances do meu objeto de pesquisa, durante o mestrado, escrevi sobre Anilzinho pelos olhos dos Trabalhadores Rurais com fontes (da fase, Prelazia de Cameté, STR e documentos de arquivos pessoais cruzando com documentações da SUDAM, ITERPA e ALEPA. No entanto, a perspectiva utilizada nessa obra, é outra é a visão da ditadura militar, que paramentou o Estado com os seus órgãos de espionagem, tal como serviço Nacional de Investigação (SNI) e vigiou por uma peculiar as lutas pela terra e suas resistências concernente a questão agrária na Amazônia Tocantina.

Nesse sentido, descobri através de minhas pesquisas que a repressão esteve no enalço desses trabalhadores e produziu uma vasta documentação de suas atividades, portanto, a história de Anilzinho, será analisada neste trabalho pelo

⁸ Tese defendida em 2018, no programa de pós-graduação em História Social Universidade Federal do Rio de Janeiro intitulada “Uma estrada revela o mundo”: O SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará

⁹ Esses jornais estavam alinhados aos movimentos sociais e algumas de suas publicações eram qualificadas como subversivas pelos órgãos repressivos da ditadura militar instalado no Brasil de (1964-1985).

¹⁰ Iremos desdobrar esse argumento mais adiante nesse subtópico.

¹¹ Iremos discutir a presença dessa Igreja progressista e da FASE, no Item 5.2.

¹² BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*, ou, *O ofício do Historiador* Rio de Janeiro: Zahar, 2001 pag. 75.

ângulo apresentado do que eles consideravam seu inimigo. Assim sendo, a narrativa pretende desdobra-se de uma leitura a contrapelo, da documentação: relatório, parecer, recortes de jornais, análises de encontros que o SNI produziu sobre a Lei do Posseiro, seus encontrões, seus líderes. O fundo foi essencial para compreender a circularidade da Lei Anilzinho e as conexões que existiam entre os movimentos sociais no Estado do Pará e a nível nacional.

Portanto, ao analisar o corpo documental produzido pela repressão, selecionei as fontes que denunciaram os conflitos ocorridos no baixo Tocantins, desta feita, encontrei matérias de jornais da imprensa de oposição do governo, com relatórios sobre a movimentação de sujeitos sociais que eram identificados como “agitadores¹³” ou como “subversivos”¹⁴.

Desta feita, era de conhecimento dos órgãos de vigilância da Ditadura militar os conflitos por terras que ocorriam no Pará e suas motivações um dos exemplos são os fundos que arquivaram sobre os Conflitos em Anilzinho, Joana Peres e a organização do Sindicato livre¹⁵ em Oeiras do Pará, em novembro de 1979¹⁶. Ao cotejar duas matérias presentes no jornal *Resistência* intituladas “*Baião: Moradores do Anilzinho ameaçados por Lourenço*” e “*Pânico em Joana Peres*”, foi possível identificar a relação íntima que existiu entre a construção da hidrelétrica de Tucuruí, e a “cobiças de latifundiários nacionais e estrangeiros”, como consequência desdobrou-se num cenário caracterizado, pelo “crescente desespero e desassossego das populações do campo”¹⁷.

Não obstante, as matérias demonstravam que a proximidade de Joana Peres e Anilzinho (aproximadamente 60 km de Tucuruí), azeitou ainda mais a cobiça por

¹³ Segundo o Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica (Cisa), era atuação escrita ou verbal junto às grandes massas com a finalidade de inculcar ideias comunistas e lemas no sentido de atraí-las para seus objetivos políticos e sociais. Fonte do verbete: cisa, BRANBSB VAZ.05.08. ISHAQ, Vivien. A escrita da Repressão e da Subversão, 1964-1985/Viven Ishaq, Pablo E. Franco, Teresa de Sousa—Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

¹⁴ O Manual de Segurança e Informações, produzidas pelos órgãos de informação do governo militar que em 1971, definiu subversão como “a forma de guerra irregular visa minar a estrutura militar, econômica, social, moral e política de um regime”.

¹⁵ Segundo o professor Marcelo Badaró Mattos (2009) o impacto do golpe sobre os sindicatos foi violentíssimo, e foi necessário mais de uma década para retomada mais efetiva das mobilizações de trabalhadores e das jornadas grevistas. Entre 1964 e 1967, os sindicatos estiveram completamente amordaçados e no ano de 1978 inaugurou, com a onda de greves detonada a partir do ABC paulista, uma outra fase de afirmação das organizações coletivas dos trabalhadores no cenário político e social, iniciando uma nova etapa nas relações de trabalho. No Baixo Tocantins realizou-se movimentos para retomadas desses sindicatos alinhados aos movimentos sociais e não a ditadura militar.

¹⁶ Matéria do *Resistência* compilado pelo Serviço Nacional de Informação, acervo da Ditadura Militar que se encontra sob salvaguarda do Arquivo Nacional.

¹⁷ *Ibid.*

suas terras, os conflitos acentuaram-se, segundo o então prefeito Francisco Nogueira Ramos, a partir de 1974, no que ele denominou “novos conflitos”, pois, afinal existiram os confrontos com os Asuriní e os conflitos com os arrendatários. No entanto, “os novos conflitos” eram bem distintos dos antigos. O então prefeito explicou que naquele ano a venda de terras foram feitas por Raimundo de Melo e Silva, que vendeu cerca de 22 lotes que se centraram entre os rios Joana Peres, Mariano e Jacundá, foram cedidas ao fazendeiro Lázaro Gonçalves Barbosa, vindo do Estado de Goiás¹⁸.

O senhor Barbosa recebeu a alcunha dos moradores de Joana Peres, Anilzinho e Ipaú de ser grileiro e Latifundiário, o fato é que sua presença e de outros sujeitos que vieram do centro oeste e eixo Sul e sudeste do País, inaugurou um período complexo para os moradores da região, como já explicitarei na dissertação, não foi somente Lázaro Gonçalves Barbosa, mas teve Sebastião Martins Amaral (o Tião), existiram ainda Gustavo Barreto, Rogério e Mário que até o presente momento da pesquisa não encontramos seus sobrenomes¹⁹. Portanto, eram novos sujeitos dentro de uma nova teia de relações sociais.

No entanto, os que estavam nas terras reivindicavam o seu direito de estar ali, citavam “o decreto 3690²⁰” que reservava a terra em litígio, para Serventia Pública, da população do município de Baião, apesar disso de acordo com o jornal, os órgãos públicos tais como ITERPA e INCRA, não se manifestaram. As denúncias continuaram afirmando que 30 famílias tiveram suas terras griladas por fazendeiros e que estes eram provindos do Sul e do Centro-Oestes do País e que no processo de demarcação de terras tentaram de forma ilícita apropriar-se de terras devolutas, que eram ocupadas e cultivadas por posseiros. Iniciou-se o que os deponentes denominaram de processo de grilagem.

Desta feita, os fazendeiros diziam- se autorizados a explorar as terras as quais já estavam ocupadas intimidando e ameaçando os posseiros com pistoleiros, proibindo-os de plantar, destruindo suas casas, queimando suas plantações, envenenando os poços de água com a ajuda da própria polícia²¹. O ITERPA, segundo o jornal *Resistência* retirou- se do caso. As famílias por sua vez, desesperaram-se e

¹⁸ Matéria do *Resistência* compilado pelo Serviço Nacional de Informação, acervo da Ditadura Militar que se encontra sob salvaguarda do Arquivo Nacional.

¹⁹ Esses nomes foram recorrentes em uma gama variada de documentações, jornais *Resistência*, *O Liberal*, panfletos, Relatórios de encontros, e na memória da população que vive no território da RESEX, Ipaú- Anilzinho.

²⁰ Aqui provavelmente ocorreu um erro de digitação na escrita do jornal *Resistência*, na verdade trata-se do Decreto Nº 3.691, de agosto de 1961.

²¹ SNI, VI Encontro Nacional de Estudantes de administração, origem CIE, Tipo PB no 1142 data 21 novembro de 1979, Ficha de Distribuição e processamento de documentos.

começaram a abandonar seus lares, refugiando-se na Ilha Jutáí. Em novembro de 1978, as poucas famílias que ainda permaneciam na área receberam, uma ordem de comparecimento em Juízo da Magistrada de Baião.

Além das possíveis conviências do poder Judiciário, na figura da juíza, foram feitas denúncias contra Lázaro Gonçalves Barbosa, ele foi acusado de queimar o barracão do posseiro Valdemar Campos de Souza, tragédia na qual o trabalhador perdeu seus pertences materiais, inclusive seus documentos pessoais. Além desses atos, o senhor Barbosa foi acusado de torturar, coagir e sequestrar o posseiro Valdemar Campos de Sousa, que foi levado sob coerção pelos capangas de Lázaro Barbosa, a cidade de Tucuruí. O referido senhor, segundo o jornal *Resistência* ameaçou de morte moradores do Castanhal Grande do Anilzinho e das Adjacências Joana Peres, ele e os outros “grileiros” foram acusados também de agrediram repetidas vezes os posseiros com derrubadas de casas, expulsão de extratores de castanha²².

Foi em abril de 1980, que o Padre Tiago Poels, pároco do município de Baião publicou no jornal *Resistência* – arquivado no SNI – uma carta destinada ao coronel Alacid Nunes (então Governador do Estado) e ao deputado Domingos Juvenil, datada de dezembro de 1979. O padre qualificava com “uma carta desesperada e pedia providências, contra o que o pároco denominou de injustiças que na sua visão foram cometidas por grileiros, contra os lavradores de Joana Peres, Anilzinho e Ipaú”. Nesse sentido, as denúncias foram feitas e a carta publicada no jornal *Resistência*, porque, a população de Baião, do Baixo Tocantins e o Padre Tiago não obtiveram resposta do então deputado e do governador.

A carta é dividida em cinco eixos centrais o primeiro momento em que padre Tiago Poels discorre sobre a História de Joana Peres e Anilzinho, o segundo que discute a presença dos Asuriní a terceira que denuncia a “perseguição dos fazendeiros Goianos e Capixabas” e que a perseguição não possuía fundamento, pois. O castanhal foi reconhecido como Servidão Pública pelo Decreto²³, 14 de agosto de 1961, o quarto que retrata as barbáries sofridas pelos posseiros e suas famílias, de trinta famílias, o padre revela o depoimento de cinco posseiros Sr. Valdomiro Ventura, Dalico, Alberto Alves de Souza, o José da Costa e Jerônimo Pereira da Silva e o último ponto em que o padre denuncia a Juíza de Baião por coerção contra os posseiros da região e pede ajuda ao governador Alacid Nunes.

²² Anexo do ACE Nº 1094/1980 ARE 15 de outubro, Matéria do *Resistência* compilado pelo Serviço Nacional de Informação, acervo da Ditadura Militar que se encontra sob salvaguarda do Arquivo Nacional.

²³ Padre Tiago não cita o número do decreto, mas sabemos que ele se refere ao Decreto Nº 3.691, de 14 de agosto de 1961, Diário Oficial, Sexta- feira, 18 agosto de 1961: 3.

Nos depoimentos dos posseiros o padre faz questão de destacar a produção que eles possuíam e lhes foi retirada e mesmo o fato de possuírem cultura permanente tais como os 2 mil pés de cacau, 4 mil encanteiradas, 700 bananeiras, mandiocas, coqueiros e jaqueiras e laranjeiras do senhor Alberto Alves ou 50 pés de cajueiros, plantações de batata, inhame, mamão e cana de Açúcar do senhor Valdomiro Ventura. Provavelmente essa era uma estratégia para demonstrar que a população ocupava e lavrava a terra, legitimando desse modo aquelas posses.²⁴

Portanto, foi imerso nesse cenário de conflitos, entre os dias 08 a 09 de julho de 1980, que os trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins construíram a sua Lei, a lei do posseiro, a sua fórmula de como resistir ao ataque da grilagem, fruto do Encontro “terra pra quem nela trabalha”. Foram 150 lavradores advindos dos municípios de Cametá, Oeiras do Pará, Mocajuba, Baião e Marabá. O encontro, segundo as informações que cotejei das fontes, foi um ato de união, um modo de “reforçar a resistência” da população de Anilzinho²⁵. A seguir temos a imagem que saiu no jornal *Resistência*.

IMAGEM 1 - PRIMEIRO ENCONTRO BAIÃO-ANILZINHO EM 1980



Fonte: Elias Sacramento.

Nota: Momento em que todos gritam pela reforma Agrária. A mesma edição do jornal também está no arquivo do SNI sob salvaguarda do Arquivo Nacional.

²⁴ Anexo do ACE N 1094/80, 15 de outubro de 1980, arquivado pelo SNI, jornal *Resistência*, Ano III, 17 – Belém-Pa, outubro de 1980.

²⁵ Para compreender melhor como foi orquestrado o I Encontro Anilzinho ler o terceiro capítulo, da minha dissertação *O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-1981)*.

O humilde barracão da imagem, que é uma foto rara, foi construído em meio, a árduos conflitos pela terra, foi uma imagem que tanto a ditadura militar com os seus órgãos de repressão quanto o Jornal *Resistência* arquivaram, mas de que um barracão de palha, construído sob a vigilância e o medo, existiu a articulação dos trabalhadores rurais de Marabá, Oeiras do Pará, Baião a Cametá, e juntos sob o calor e do costume construíram a lei do Posseiro. Dentro da mata, sustentados pelos frutos da florestas e pelo espécies de sua fauna e flora, arroz e farinha, e com a certeza de que não queriam mais perder, a faixa que se destaca a esquerda provavelmente é o lema do Encontro “terra pra quem nela trabalha e os que estão enfileirados são os participantes do encontro entre eles provavelmente João Borges, seu tio Lázaro Gonçalves Borges, Dilton Rocha, Nilton Lopes de Farias, Líduina de Farias, Bernardo Kromondjk, João Evangelista e Raul do Couto, Atanagildo de Deus entre outros.

A matéria publicada pelo *Resistência* teve a diagramação dividida em cinco sessões o título da matéria analisada é “Anilzinho Baião: como resistir à grilagem traz uma breve explanação 12 pontos de luta contra os grileiros”; a Lei do posseiro que foi o “resultado mais importante do Encontro, Terra para quem nela trabalha” no Baixo Tocantins. Após esses destaques existem os subtópicos: “a posse da terra, conversa fiada, Chumbo grosso e Liberdade”.

Ao analisar o teor do documento, pode inferir lideranças que desconheci nas pesquisas e na escrita tão como João Borges, sobrinho de Lázaro Borges filho de Orlando Correa de Melo e Carmita Gonçalves Borges²⁶, João foi uma das principais lideranças da Luta pela terra entre o final da década de 1970 a 1990 no baixo Tocantins. Quem abriu as discussões, sobre a luta pela posse da terra foi João Borges “que relatou sobre a luta até aquele momento e os confrontos que a comunidade sob o comando de Gustavo Barreto, a quem classificavam de grileiro e do quanto ele havia tentado impedir a construção do barracão, após o pronunciamento de João, foi a vez de Dilton Rocha da Oposição Sindical.

O primeiro dia de encontro foi pautado aos relatos dos delegados de cada povoado provenientes das cinco cidades já citadas anteriormente, foi partir dos relatos das experiências vividas, que em conjunto perceberam que o principal problema que enfrentavam era o da posse da terra. Todas as comunidades que se faziam presentes relatavam que estavam sofrendo ataques de grileiros, do que classificavam como “grandes empreendimentos, incentivados pela SUDAM, como era o caso da empresa (Indústria e Comércio de Bebidas e Alimentos) INCOBAL e das

²⁶ Informações cedidas por Dionésio Borges Macieira em 02 de junho de 2021.

fazendas Jatobá e Araras e dos especuladores de terras que deram como exemplo, Lázaro Barboza, Lázaro Poletto e Gustavo Barreto entre outros.

Nesse sentido, na secção conversa fiada desdobrou-se os relatos sobre a via Crúcis, que os trabalhadores que lutavam pela terra passaram enumeravam, os prefeitos, delegados, juizes, e órgão como ITERPA e também o governo do Estado “afirmavam que até aquela data foi só dinheiro gasto pra ouvir conversa fiada”, e durante esse encontro eles enumeram aqueles que não os ajudaram, que na suas leituras, mas os atrapalharam entre eles citaram o tenente Pinheiro do ITERPA, a Juíza de Baião Maria de Fátima Monteiro, entre as autoridades citadas estava Alacid Nunes, Jarbas Passarinho, Iris Pedro de Oliveira ex-presidente do instituto de terras e o deputado Domingos Juvenil que na época pertencia ao PDS. No segundo dia 09 de julho de 1980, iniciou com a resposta à João Borges que questionou: “se foi útil a maneira como nós lutamos até agora? Muitos responderam que o fato de terem sempre procurado as autoridades foi muito útil, pois aprenderam que isso não resolve. Era preciso apanhar para aprender”.

Nessa assertiva, acima encontramos dois elementos essenciais a primeira que foi os meios pelos quais essas pessoas haviam tentado solucionar seu grave dilema, a perda do seus lares ancestrais, apelaram às autoridades e legislações anteriores, aqui faço a inferência de que utilizaram a experiência da década de trinta e apelavam também ao decreto 3.691/1966, mas, o que eles talvez não sabiam é que a legislação 3.641/1966, alterou profundamente a legislação Agrária do Estado do Pará e em consequência as suas vidas também. No entanto, o segundo elemento que destaco a citação destacado acima, foi que o aprendizado, de que buscar as “autoridades não resolviam” seus problemas. A conclusão que eles tiveram, que haviam apanhado e aprendido, portanto, resolveram romper com o que estava imposto, a conciliação não era mais a solução era preciso algo mais forte, algo que lhes representa-se.

Portanto, depois de seus estudos de caso e de suas resistências foi forjada no meio da mata e da luta pela terra que, segundo o jornal *Resistência*, “o documento final do encontro em forma de um código em 12 pontos apelidados de Lei Anilzinho, que visava orientar os lavradores da região para os futuros enfrentamentos com os grileiros e o último ponto de divisão na diagramação do jornal e na matéria citada foi denominado de liberdade, onde relatam o discurso de deputado de Ademir Andrade do PMDB. No final do encontro foram aprovadas ainda duas cartas pela assembleia, uma de boas-vindas ao bispo que estava chegando à prelaia de Cameté, Dom José Elias Chaves e uma segunda de solidariedade à então diretoria eleita no final de 1979, mas que em maio haviam sido presos e torturados.

As duas cartas aprovadas no final do encontro, nos revela nuances fundamentais da articulação dos Trabalhadores Rurais do Baixo Tocantins, a primeira era afirmação com a parceria da Prelazia de Cametá, assinalada pela carta de boas-vindas, ao bispo Dom José Elias Chaves e o segundo era a articulação e solidariedade entre os movimentos sociais do Baixo Tocantins e os de Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém.

Mas a Lei Anilzinho, a Lei do Posseiro teve uma circulação mais do que poderia se supor e analisando os arquivos da Ditadura encontrei esses rastros e posso afirmar com base das análises da sistematização de uma gama variada de fontes que a Lei do Posseiro foi uma lei baseado no costume, em suas experiências de usar as terras coletivamente, mas também foi uma lei que poderia ser adaptada às circunstâncias das lutas pelas terras na Amazônia, mas sem perder sua essência. A seguir temos a Lei Anilzinho:

1 – Resistir na Terra; 2- A terra é da comunidade; 3- A terra é para trabalhar nela trabalha: quem vende sai da área; 4- Fazer demarcação nas áreas: não esperar pelo topógrafo: nem esperar pelo governo; 5- Defender a terra com armas se for preciso, machado, terçado, espingarda e etc, reagir ao ataque da grilagem; 6- Comunicar e denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas, sindicatos, entidades de apoio à imprensa, que haja solidariedade mútua; 7- Fazer oposição sindical e política. Que o sindicato seja dos trabalhadores. Trocar de delegado sindical pelego. Criar delegacia sindical mesmo com dez trabalhadores. Exigir do sindicato a ação em defesa da classe; 8- Onde tiver delegacia e comunidade, criar comissão da terra; 9- Construir casa comunitária ou capela e exigir postos médicos, escola, para dar mais segurança na terra; 10 – Organizar comunidades com homens, mulheres e jovens, através de mutirão e trabalho coletivo; 11- Criar um fundo de manutenção dos encontros; 12 Lutar pela reforma agrária radical e imediata²⁷.

Após a lei acima ter sido aprovada ela teve uma circularidade, tanto que conseguir rastreá-la nos jornais da esquerda tais como, *Movimento*, no *Resistência*, e nos informativos do Jornal *Comunidades Cristãs*, e encontros da década de oitenta como a campanha nacional pela Reforma Agrária realizado 4 de outubro de 1984, em Belém²⁸, Ciclo de debates sobre o uso Agrotóxico na Amazônia, IV encontro de Estudantes de Administração, nas discussões da constituinte de 1988, nos encontros da CUT em 1984 e nos encontros dos trabalhadores rurais da região

²⁷ Essa lei foi mais bem discutida em minha dissertação, “O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-1981)”. Defendida no Programa de Pós- graduação de História UFPA, 2016.

²⁸ Serviço Nacional de Informações, Agência Belém, campanha Nacional pela Reforma Agrária- Belém/ PA realizado em 4 de outubro de 1984.

Guajarina, no município de Moju²⁹, bem como dos Encontros dos Trabalhadores Rurais do Baixo Araguaia. Nesse sentido, encontrei a Lei Anilzinho nos autos dos processos movidos pela repressão para incriminar por subversão e agitação os Padres Aristides Camio e Fancois Jean Marie Gourou.³⁰

A circularidade poderá ser verificada no jornal *Movimento*, n. 264, de 21 a 27 de julho de 1980, arquivado pelo SNI, A descrição do material é denominada a “Análise de propaganda Adversa” que na escrita da repressão é uma qualificação dada pelos analistas do governo à propaganda de organizações comunistas, realizada³¹ por meio de panfletos entre outros, no caso pelo jornal. No caso da matéria, publicada pelo *Movimento*, considerado um jornal de resistência à ditadura e cuja sede ficava na cidade de São Paulo, na matéria que analisei intitulada a Lei dos posseiros, a fim que no Baixo Tocantins no Pará, já tinha sua “própria lei a Lei Anilzinho, ou lei dos Posseiros”. A matéria explicava que os doze pontos de lutas, do encontro foram fruto do encontro “terra pra quem nela trabalha”, que ocorreu no meio da mata dentro da área disputa pelo grileiro Gustavo Barreto³².

Durante as pesquisas pude perceber ainda como a lei Anilzinho, foi instrumentalizada nos dois exemplos que pude rastrear, percebi o seu artigo cinco foi executado, o primeiro encontrei no exemplar do jornal *Resistência* de 15 de outubro de 1980, a matéria intitulada “Lavradores Expulsam o grileiro”, e ela afirma que a Lei começava a ser colocada em prática pelos posseiros do Tocantins, no lugarejo denominado Varginha, alguém qualificado como pistoleiro, designado de Ceará foi alvejado no braço, “e estava na companhia do Genro de Lino Leão e outros empregados e abria um pico que varou no lote do lavrador Lauro Lopes, mais conhecido como Loca”, segundo o jornal *Resistência*, a vítima era empregado do senhor Lino Vicente Leão “, que ameaçou os posseiros da localidade, o teor da ameaça era que desde 25 de agosto de 1980, iria demarcar terras que julgavam³³ ser suas:

²⁹ Ler *A luta pela terra numa parte da Amazônia: O trágico de 07 de setembro e seus desdobramentos*, do professor e pesquisador Elias Diniz Sacramento.

³⁰ Pesquisa realizada em setembro de 2017 nos Arquivos da Ditadura Militar, sob salvaguarda do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

³¹ A escrita da Repressão e da Subversão, 1964-1985/Viven Ishaq, Pablo E. Franco, Teresa de Sousa—Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

³² Matéria do jornal *Movimento*, n. 264, de 21 a 27 de julho de 1980, arquivado pelo SNI, a descrição do material é denominada, a “Análise de propaganda Adversa”, Pesquisa realizada em setembro de 2017, nos Arquivos da Ditadura militar, sob Salvaguarda do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

³³ Exemplar do *Resistência*, ano III, n. 17, Belém - outubro de 1980. Pesquisa realizada em setembro de 2017 nos Arquivos da Ditadura militar, sob salvaguarda do Arquivo Nacional Rio de Janeiro.

Lino Mandou dizer que ia passar o pico “e que o que estiver na frente eu derrubo”. Acontece que os posseiros de Varginha participaram do encontro de Anilzinho realizado no mês de junho e resolveram colocar em prática as decisões tomadas: defender as posses com armas, se for preciso e pedir ajuda aos companheiros de outros povoados. Não deu outra coisa. O pistoleiro conhecido por Ceará foi baleado e os outros pediram de joelhos, pelo amor de Deus, para que não atirassem³⁴.

A frase do início da citação que foi atribuída ao senhor Lino Vicente Leão demonstra que ele iria demarcar as terras e não importavam as consequências, e que quem estava na frente seria tombado, provavelmente seria morto. No entanto, existia uma mudança na postura dos posseiros de Varginha, eles participaram segundo o *Resistência* do encontro Anilzinho que ocorreu em junho de 1980 e por conta do quinto item da Lei do Posseiro, “que era preciso defender a terra do ataque da grilagem com armas se fosse preciso, terçado, espingarda..., e deveriam pedir ajudas a quem eles julgassem que fossem seus aliados”. A matéria concluída demonstrando que esses trabalhadores saíram vencedores desse conflito e que quem implorou por suas vidas foram os trabalhadores de Lino Vicente³⁵.

O segundo caso, em que encontrei a aplicação do quinto item da Lei do posseiro foi fato analisado pelo professor pesquisador Elias Diniz Sacramento, no conflito que ocorreu entre a firma Reasa contra os posseiros da região do Jambuaçu, quando os trabalhadores perceberam que o Estado não conseguiriam resolver seus problemas, foi executado o quinto item da Lei Anilzinho I foi executado, ou seja, eles utilizaram armas para defender as suas terras e no caso foi uma espingarda que ceifou a vida do vereador Edmilson Soares que na visão dos trabalhadores era seu inimigo, pois estava defendendo os interesses da empresa. O tiro partiu de uma das armas dos quarenta e cinco trabalhadores rurais, que acreditavam na sua organização e inspirado pela Lei do Posseiro, a Lei Anilzinho defenderam o que consideravam como seu com armas e para não serem mortos e expulsos da terra mataram e expulsaram, no que Sacramento denominou de o trágico 7 de setembro de 1984, em Moju e seus desdobramentos.

Após o primeiro encontro Anilzinho existiram mais nove encontrões e o segundo e o terceiro estiveram na mira do sistema de repressão da ditadura militar. Desta feita, encontrei um arquivo confidencial datado do dia 1 dezembro de 1981, de produção do Serviço Nacional de Informações Agência de Belém³⁶ sob o título

³⁴ Exemplar do jornal *Resistência*, ano III, n. 17, Belém - outubro de 1980. Pesquisa realizada em setembro de 2017 nos Arquivos da Ditadura militar, sob salvaguarda do Arquivo Nacional Rio de Janeiro.

³⁵ *Ibid.*

³⁶ Informe n. 0852/119/ABE/81, Origem ABE/SNI (PRG N0 002534/81) presidência.

“agitação³⁷ no Meio Rural, Município de Baião. O documento é dividido em três partes, a primeira em que destaca os itens que julgam mais importante do segundo encontro de Anilzinho, a segunda parte o que denominaram Manifesto de Anilzinho que explicam os motivos pelos quais ocorreu o segundo Encontro Anilzinho e o terceiro que a Lei Anilzinho em si³⁸.

Entre os dias 6 a 8 de novembro de 1981, portanto, mais de um depois do primeiro Encontro Anilzinho, foi realizado o segundo encontro, qualificado como, agitação, que na visão da repressão, eram atividades que tinham como finalidades inserir ideais comunistas e lemas para atrair as grandes massas para desdobrar os objetivos sociais e políticos³⁹. Desta feita, após uma leitura acurada da documentação, foi possível abstrair que o segundo encontro, teve a participação de 63 comunidades e 7 municípios diferentes (Baião, Cametá, Oeiras do Pará, Igarapé Miri, Tucuruí e Limoeiro do Ajurú.), na então localidade de Baião, dessa vez não tiveram representantes de Marabá, mas ocorreu a ampliação do encontro, com um maior número de participantes.

Desta feita, segundo os agentes do SNI, o objetivo do encontro “era traçar objetivos para o desencadeamento de lutas, visando resolver o problema de terras” do Baixo Tocantins, mas com a força dos próprios trabalhadores. Um dos objetivos maiores do encontro foi a aprovação de um documento intitulado Lei Anilzinho II, que para o SNI, Foi a reformulação de um manifesto anterior denominado, Lei Anilzinho I. na visão da ditadura os itens que se sobressaíam da lei Anilzinho II era o Item 01. Resistir na terra e seus respectivos sub-item e item 05 que tratava da organização, abaixo temos a Lei Anilzinho II, a reformulação da lei Anilzinho I⁴⁰.

1- Resistir na terra; 1.1- De maneira imediata se for preciso com armas, machados, terçado, resistir à grilagem – Comunicar e denunciar às arbitrariedades as comunidades vizinhas, sindicatos, CPT e demais entidades de apoio, imprensa, que haja solidariedade mútua; 1.2- De maneira permanente: plantar culturas permanentes e subsistência, morar na terra.

³⁷ Segundo o CISA, agitação era atuação escrita ou verbal junto as grandes massas, com a finalidade de inculcar as ideias comunistas e lemas no sentido de atraí-las para seus objetivos políticos e sociais. A escrita da Repressão e da Subversão, 1964-1985/Viven Ishaq, Pablo E. Franco, Teresa de Sousa—Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

³⁸ Agitação no meio rural, Lei Anilzinho II, datado de 1 de dezembro de 1981, pesquisa realizada em setembro de 2017 nos Arquivos da Ditadura militar, sob salvaguarda do Arquivo Nacional Rio de Janeiro.

³⁹ A escrita da Repressão e da Subversão, 1964- 1985/ Viven Ishaq, Pablo E. Franco, Teresa de Sousa—Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

⁴⁰ Faço análises mais acuradas das Lei Anilzinho I e II em minha dissertação de mestrado, capítulo 3. Intitulada o Vale do Tocantins e a Lei dos posseiros: a lei Anilzinho (1961-1981), defendida em 2016 no PPHIST.

2- Propriedade da Terra; 2.1 - A terra é da comunidade; 2.2- Cabe as comunidades com ou sem topógrafo, demarcar e dividir a área entre os seus membros; 2.3- Os membros assinam um documento preparado reconhecendo que a terra que eles trabalham ou irão trabalhar é da comunidade reconhecendo que a terra que eles trabalham ou irão é da comunidade; 2.4- No caso do possessor deixar a terra só terá direito à indenização da benfeitoria, pois a terra pertencem a comunidade.

3- Uso da terra; 3.1- A terra é para trabalhar nela; 3.2- Dar prioridade a cultura permanente; 3.3- Manter cultura de subsistência para a família e a comunidade. 3.4- Não se comprometer com banco.

4- Comercialização; 4.1- No processo de comercialização dos produtos, organizar cantinas ou cooperativas; 4.2- procurar vender a produção e comprar os bens necessários em conjunto.

5- Organização; 5.1 Comunitária, organizar a comunidade com homens, mulheres e jovens através de mutirão e trabalho coletivo e deve ser coordenado por uma comissão mista, construir casa comunitária capela, exigir posto médico, escola para dar mais segurança na terra, criar comissões de trabalho e estudo, conforme a necessidade da comunidade; 5.2- sindicato todos os membros da comunidade devem ser sindicalizados fazer oposição sindical, que o sindicato seja dos trabalhadores, troca de delegado sindical pelego. Criar delegacia sindical mesmo com dez trabalhadores. Exigir do sindicato ação em defesa da classe. As oposições sindicais existentes, deverão articular um amplo movimento de oposições sindicais em toda a região tocantina. As oposições sindicais deverão criar comissões de educação sindical, lutar pela reforma agrária radical e imediata sob o controle dos trabalhadores. Lutar pela construção da central única dos trabalhadores (CUT) pela base; 5.3- Política- Fazer oposição política.

6- Encontros- 6.1 Criar um fundo de manutenção dos encontros; 6.2 em casos de encontros ou qualquer outro movimento festivo, as vendas sejam feitas para o benefício da comunidade.

7- Vinte cinco de julho era o Dia do Trabalhador.

A partir do momento que os técnicos do SNI colocaram como relevante os itens 1 e 5 da lei eles nos revelam o que julgavam como sendo perigoso ao governo, pois o item I, demonstra a falta de confiança nas leis do Estado, e que organização desses trabalhadores desafiava o Status quo, tanto na sua organização que era de três tipos: a Comunitária, a Sindical e política, destaco essa última que era a oposição política a quem comandava o país, ou seja, aos militares. Desta feita, a organização iniciava num item mais micro e partia para um item intermediário que foi a conquistas dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais pelos sindicatos e o nível mais macro-estrutural que foi a oposição política.

Os três principais eixos norteadores do encontro foram os problemas de terra, a política de terras agrícolas dos Bancos e as condições de vida da população do Baixo Tocantins. Nesse sentido quanto ao primeiro item do encontro, ele lança luz sobre as condições em que ocorreram os conflitos pela posse da terra, que a “chegada do grileiro era na maioria “mansa”, ou seja, sem atritos e depois violento, portanto, baseado no conflito, nos revela ainda de onde partiam essas ameaças, que era da implantação do que denominavam grandes projetos tais como: Pró-Várzea, seringalistas, as madeireiras, e o incentivo aos agropecuaristas, que em no entendimento desses trabalhadores ameaçavam e deixavam em condições de insegurança os posseiros do baixo Tocantins⁴¹.

O segundo eixo norteador do encontro foi a discussão sobre a política dos bancos, especialmente a referente a lavoura branca⁴², traria endividamento no banco, que no seu entender era preocupante. O último ponto foi condições de vida no campo, que no seu entender era motivada “pela falta assistência técnica, médica, odontológica e educacional, somada a desvalorização dos seus produtos, agravados pelo comércio intermediário. Portanto, foi diante da conjuntura desfavorável que esses trabalhadores resolveram a solução para os seus problemas seriam resolvidos com suas “próprias forças”⁴³.

Os caminhos escolhidos seriam a organização em comunidades de “base, no sindicato e nos Partidos políticos que julgavam como sendo de interesse dos trabalhadores”, o objetivo de suas lutas era uma sociedade menos desigual, uma sociedade mais justa. Além desta finalidade, possuíam como bandeiras de lutas, A reforma Agrária Radical e imediata que “fosse sobre o controle dos trabalhadores, lutariam ainda pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que em suas opiniões deveria ser formada a partir das bases, também lutariam por um governo dos Trabalhadores⁴⁴.

Ao olhar de maneira mais acurada para o segundo encontro Anilzinho percebi que as pautas de lutas foram sendo aprimoradas, permanecia o tom de denúncia, no entanto, eles já entendiam que isso era insuficiente, percebiam também que deveriam possuir uma organização mais articulada, nesse sentido, era necessário conquistar os espaços de poder, com sujeitos formados na Base, ou seja, no bojo da luta, que possuíssem seus ideias e de fato pudessem defender seus direitos, pois, já haviam

⁴¹ Agitação no meio rural, Lei Anilzinho II, datado de 1 de dezembro de 1981, pesquisa realizada em setembro de 2017, nos Arquivos da Ditadura militar, sob salvaguarda do Arquivo Nacional Rio de Janeiro.

⁴² Que não é perene, precisa ser plantada todos os anos. Exemplo: milho, algodão, arroz, mandioca,

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ *Ibid.*

compreendiam que deveriam estar na oposição, ao governo militar, mas, que precisariam, mais do que isso, era necessário, construir a CUT, e também os Sindicatos de Trabalhadores rurais, que tivessem alinhados às suas pautas, assim como mandatos no legislativo e no Executivo, não obstante, acreditavam que poderiam alcançar, ou pelo, ao menos imediatamente por sua reforma Agrária Radical e imediata, que deveria ser feita pelas mãos de quem trabalhava na terra, ou seja, do trabalhador.

A Lei Anilzinho, que é o terceiro item do documento e já foi citada anteriormente, também teve uma circularidade, e ela foi bastante singular. Em minhas pesquisas no Arquivo da ditadura militar a encontrei nos autos do processo dos padres Aristides Camio e François Jean Marie Gouriou, que foram presos no Araguaia em 1982 “no anexo 9; letra- H- Xerox do Boletim Informativo “Boa União”, contendo a “Lei Anilzinho”. Os redatores, responsáveis pela edição das compilações feitas pelo SNI, no acervo dos Padres, colocaram entre aspas, o nome do Informativo e o nome da lei do Posseiro, provavelmente para destacar a origem e do que se tratava, sendo qualificado como elementos subversivos, que deveriam ser tratados com atenção⁴⁵.

A agência Central do Serviço Nacional de Informação, em documentação datada de 16 de outubro de 1981, afirmava que os padres Aristides Camio e François Jean Marie Gouriou, mais conhecido como padre Chico, faziam parte dos religiosos das missões estrangeiras de Paris, mas estavam atuando no norte de Goiás e Sul do Pará. O SNI, destacou na apreensão dos materiais tais como 2 mimeógrafos e 3 máquinas datilográficas, e uma quantidade significativa de panfletos. Entre as documentações apreendidas, destacava-se o referente ao 3º congresso dos Trabalhadores Rurais que teria acusado o governo de favorecer o latifúndio nacional e internacional e em linhas gerais defendia uma reforma Agrária radical e imediata com o domínio dos trabalhadores. Segundo o SNI, as análises de livros, livretos, panfletos e apreendidos nas residências dos padres François Jean Marie Gouriou e Aristides Camio, demonstrariam que suas pastorais estavam fundamentadas em princípios marxistas- leninistas⁴⁶. O SNI, destacou que a comprovação que os padres desenvolviam atividades subversivas em São João do Araguaia, porque, eles faziam parte de um conjunto de ações devidamente programadas pelo clero progressista, pelo Partido comunista do Brasil, e pela oposição sindical rural.

⁴⁵ Anexo 9; letra- H- Xerox do Boletim Informativo “Boa União”, contendo a “Lei Anilzinho”, pesquisa realizada em setembro de 2017 nos Arquivos da Ditadura militar, sob Salvaguarda do Arquivo Nacional Rio de Janeiro.

⁴⁶ Segundo a escrita da repressão e da subversão, é definida um sistema político e doutrinário aplicado por Vladimir Lenin (1870-1924) na Rússia, após a Revolução de outubro de 1917. Tendo como base, as teorias de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), adaptou-se as condições históricas da Rússia.

Prova disso é segundo SNI, era a presença da denominada lei Anilzinho, que foi aprovada, segundo lhe constava, por ocasião do I Congresso Nacional em Defesa da Amazônia, realizado no período de 09 a 12 de outubro de 1980. A citada Lei era Constituída de 12 artigos, foi considerada lei é considerada “a lei dos posseiros do baixo Araguaia que era área de atuação do baixo do padres; eles ressaltaram os artigos 1º, 4º, 5º, 7º e 12º da Lei Anilzinho que destacava, portanto, a resistência na terra, a oposição dos trabalhadores rurais, sua organização e suas exigências de uma reforma Agrária Radical e imediata pelas, mãos dos trabalhadores eram os elementos que mais chamavam atenção dos aparelhos de repressão e vigilância da ditadura militar na Amazônia⁴⁷.

Ao analisar a lei Anilzinho em seu último item, ou seja, o “12 Reforma Agrária Radical e imediata”, não temos como deixar de perceber que ela se remete ao lema do encontro dos lavradores promovido pela ULTAB, em 1962. Esse encontro de acordo com Mário Grynszpan (2017) era entre outras coisas um ato de reivindicação pautada numa reforma Agrária Radical e imediata “na lei ou na Marra”. Após dezoito anos, ou seja, 1980, período de redemocratização, mas ainda de muita repressão, os camponeses, posseiros, lavradores, trabalhadores rurais do Baixo Tocantins construíram a sua Lei, A Lei Anilzinho: A lei do posseiro, reivindicando uma reforma Agrária radical e imediata, sua lei era pautada no costume de viver nos castanhais, nas terras de maneira comunitária, a terra era da comunidade e não de um único dono. O castanhal era do povo do Baixo Tocantins.

Evoco mais uma vez as concepções de Edward Palmer Thompson (1987) ao afirmar que a “consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”. Nesse sentido, ao construir a Lei dos Posseiros, ao construírem os encontrões de mesmo nome, assim como outras ações que visavam aglutinar os trabalhadores do baixo Tocantins, compreendi que estamos diante de sujeitos que entenderam o momento que estavam vivendo articularam sua identidade, forjaram-se numa conjuntura de lutas e formularam suas ações culturais, de lutas e políticas e se contrapuseram as ações engendradas pelo estado autoritário.

A legislação do Estado Nação, voltada para questão agrária estava alinhada, em grande medida a um estado ditatorial que engendrava ações de maneira vertical, ou seja, as decisões eram tomadas no alto escalão de poder e enviada para as esferas inferiores, essas medidas são executadas através das letras duras das leis

⁴⁷ Serviço Nacional de Informação, Agência Central, informação N° 0358/19/AC/81; Assunto Aristide Camio e François Jean Marie Gouriou. Pesquisa realizada nos arquivos da ditadura militar, sob salvaguarda do Arquivo Nacional.

ou de projetos. Eles podem até se impor, mas não sem antes enfrentarem resistências e lutas. A criação da lei dos posseiros pelos posseiros, homens e mulheres do campo, de dentro das matas é uma ruptura nesse paradigma, eles e elas buscaram a via que mais lhes interessava.

Ainda de acordo com SNI, o suporte financeiro da campanha sistematizada pelos padres veio do exterior e consistia na soma de um milhão e oitocentos mil francos franceses. Não obstante, encontrei nos arquivos compilados pelo SNI, o primeiro encontro nacional em defesa da Amazônia, que ocorreu em Urucará, município do interior do estado do Amazonas, quase na fronteira com Santarém, entre os dias 9 a 12 de outubro de 1980, foram reunidos 15 colônias para resolver os problemas de títulos agrários definitivos, enfrentavam mil dificuldades, não possuíam a infraestruturas foi aprovado que a Lei Anilzinho dos trabalhadores rurais do baixo Araguaia. A lei, segundo esses trabalhadores, a partir daquele momento era considerado uma das leis em defesa da Amazônia por aqueles que se consideravam como aqueles que lutavam “contra a exploração do homem pelo mais forte e contra a destruição da Amazônia⁴⁸”.

OS FRUTOS DA ÁRVORE DA LIBERDADE SINDICATOS CONQUISTADOS PELA OPOSIÇÃO SINDICAL

Após um vasto investimento de pesquisa e da sistematização das fontes foi possível perceber a íntima relação dos movimentos sociais promovidos pelos trabalhadores rurais do Tocantins e a parceria com a igreja católica progressista, no caso representada pela Prelazia de Cametá. Que em sintonia com ideias da Teologia da Libertação, o corpo clerical, planejou e desdobrou projetos tais os de cunho agrícolas familiar, as cantinas comunitárias, deu um significativo apoio ao Dia do Trabalhador, ao movimento dos desapropriados da barragem de Tucuruí, aos encontrões Anilzinho, e fomentou a criação do PT em algumas cidades da Prelazia e finalmente endossou a luta pela conquista da direção dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais pela oposição sindical⁴⁹.

Na visão dos lavradores que articularam-se durante meados da década de 1970 a 1990 no baixo Tocantins⁵⁰, as lutas pela tomada dos sindicatos era de fun-

⁴⁸ Relação de Livros, livretos, Panfletos e Jornais apreendidos na residência dos padres Aristides Camio e François Jean Marie Gouriou. Pesquisa realizada nos arquivos da ditadura militar, sob salvaguarda do arquivo Nacional. Ano 1981.

⁴⁹ Relatório do 4º Encontro de Animadores da Prelazia de Cametá dos dias 22-24 de abril de 1985, realizado no seminário da aldeia.

⁵⁰ Baixo Tocantins (uma das microrregiões do estado do Pará), composto pelos municípios: Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tucuruí

damental importância para que os projetos agrícolas e o direito dos trabalhadores rurais fossem mais bem definidos, “uma vez que segundo esses sujeitos sociais o sindicato não estava defendendo como deveria o direito da categoria”⁵¹.

As mulheres e os homens que compunham, esse multifacetado mosaico de trabalhadores possuíam em 1984, uma média de idade que variavam de 30 a 60 anos, filhos de homens e mulheres que estiveram no interior da floresta, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras das matas, habitavam lugares tais como Joana Coelho, Paquetá, João Garopé, Cotalão distrito de Moiraba, ou seja, dos rincões da Amazônia, que estavam conectados e buscavam melhores condições de vida, aqui citamos alguns desses mais de quase 700, nomes: Maria dos Prazeres Wanzeler, Tila Monteiro, Isabel, Alves Tavares, Antônia Valente de Moraes, Maria Dulcinea Batista da Cruz, Terezinha Perira da Silva, Raimundo Candido Cardoso, Antônio Furtado Louzada, Agenor Alves Furtado, Benedito Pinto trindade, Zebino Pinto de Almeida, Domingos Coelho Solto, Firmino da Silva, Clementino Sousa dos Santos, Orivaldo da Cruz, Manoel Nazaré Batista, Domingos de Souza Mindelo.⁵² Eles e elas lutaram também pela manutenção da posse de suas terras.

Desta feita, a possível resolução dos conflitos pela posse da terra na Prelazia de Cametá e também do baixo Tocantins, passava, na visão de um número significativo de associados passava pela tomada dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais STR's, pela oposição sindical, pois, segundo, estes sujeitos sociais analisados, a diretoria de meados de 1970- 1980, “não estava atendendo as necessidades da categoria como pode ser detectado”, esses argumentos, podem ser detectado na documentação presente na prelazia de Cametá, entre eles cito; os relatórios dos encontros Anilzinho, Informativos das C.cs, atas de encontros de Animadores entre outros.

Segundo a documentação arrolada “o descaso com a defesa da categoria” era percepção em questões como a posse da terra, e desta feita eles dispararam uma campanha, apoiado também pela Igreja progressista de Cametá, em favor da tomada dos Sindicatos e houve, ainda, a escolha do Partido dos Trabalhadores PT como mais um representante da categoria, uma vez que essa tinha de fato proposta que atendiam em parte os ideais de uma sociedade mais justa e igualitária⁵³.

Um dos informativos mensais da Prelazia traz como matéria de destaque, o tema, “Terra Nossa”, onde argumentava sobre o pouco interesse do governo esta-

⁵¹ BOLETINS de Novembro, 06 de dezembro 1989.

⁵² Dados, obtidos a partir da Lista de 1984, das pessoas aptas a votar nas eleições do STR de 1984 e perfil dos trabalhadores e trabalhadoras no caderno de associados de 1990. Arquivos do STR de Cametá Em 1984, eram 110 aptos a votar em 1990, já existiam 691 associados.

⁵³ Relatório do Encontro de Padres e Animadores das Comunidades em Aldeia de 24 a 27 de setembro 1981.

dual pela defesa dos trabalhadores e fazia um apelo urgente, várias vezes repetidas nos jornaizinhos da década de 1970, para que cada lavrador tratasse “de arranjar documentos pessoais e referentes à posse da Terra, uma vez que estes eram essenciais para conquistar direitos sobre a terra onde trabalhavam”⁵⁴.

Podemos verificar que ocorreram campanhas dos trabalhadores rurais em parceria com a Igreja progressista, no intuito de alertar e conscientizar os seus companheiros para a necessidade de obtenção do título de terra definitivo, pois afinal de contas era um dos poucos instrumentos que os trabalhadores rurais possuíam para defender seus direitos contra os latifundiários. Algo que não fazia muito sentido para a maioria dos lavradores antes de 1970, ainda, segundo o relatório de animadores de 1981, “que eles encontraram grandes dificuldades para que um lavrador que trabalhava 30 anos numa terra obtivesse seus documentos de posse”. Afinal a lógica de ocupação de terras na Amazônia, visava, o morar, trabalhar e fazer o extrativismo na terra, era suficiente, no entanto, como sabemos essa lógica mudou com a presença dos militares na Amazônia.

Era dever dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, segundo os argumentos da então oposição sindical “deveria ser da natureza do STR, proteger e defender o pequeno contra o grande”. Para oposição sindical muitos dos STR,s do baixo Tocantins, “as vezes fugiam desta obrigação”.

Essas pautas de debates, foram levadas para encontros de religiosos, entre eles cito o encontro dos bispos do Brasil em Itaiçi, ainda em 1979, resultou num documento do qual uma das prerrogativas foi destacar a força do sindicato livre e a importância da conquista destes pelos trabalhadores⁵⁵. Segundo esta visão não haveria verdadeiro desenvolvimento rural, sem participação livre, consciente e responsável dos agricultores. Portanto, prevalecia uma visão que o “sindicalismo deveria ser incentivado e fortalecido, com suas autênticas lideranças e atendidas suas justas reivindicações, não só quanto à reforma agrária, legislação rural trabalhista e previdenciária, mas também quanto ao próprio enquadramento estruturação do sindicalismo rural”⁵⁶.

A partir de tal documento elaborado pelos bispos do Brasil em Itaiçi notou-se a Prelazia de Cametá, junto com a oposição fizeram intensas campanhas para tomada dos sindicatos, que eles avaliaram “estar nas mãos de pelegos”. Essas articulações das oposições sindicais do baixo Tocantins, poderão ser notadas nos

⁵⁴ Informativo número 4 de 1979, julho, Prelazia de Cametá.

⁵⁵ Informativo número 4 de 1979, julho, Prelazia de Cametá.

⁵⁶ *Ibid.*

momentos de visitas na comunidade de Pirarucú, pertencente à paróquia de Oeiras, por exemplo. Nesta visitação foi exposto que a comunidade local acreditava na importância de “um sindicato livre” que para eles representaria a força dos trabalhadores. Portanto, era preciso, união com outras comunidades com a finalidade de conseguir os objetivos que eram comuns das classes trabalhadoras, desta feita, nas cidades que compõem a prelazia de Cameté a partir de finais de 1970, ocorreu de forma mais intensa as campanhas para a conquista dos STR’s⁵⁷.

No relatório de dois cursos de lideranças comunitárias, acompanhados por animadores na casa comunitária do baixo Paruru (região de ilhas) no município de Cameté, ocorrido do dia 22 a 25 de maio de 1980, um dos assuntos mais debatidos foi a importância da conquista dos sindicatos⁵⁸. Desta feita, diante das aferições feitas após o cotejamento da documentação é possível argumentar que nas principais cidades da Prelazia de Cameté era de extrema importância a conquista dos sindicatos, pois para esses trabalhadores, para poder ocorrer as suas libertações, no encontro Anilzinho III na CC de Nova América 28 a 31 de outubro de 1982 a questão sindical voltou novamente à pauta⁵⁹.

De acordo com o relatório do III encontro Anilzinho, as diretorias dos sindicatos da região estavam atreladas à política partidária do (PDS e PMDB) e a comerciantes, que por sua vez estavam presos aos poderosos, e que segundo a visão dos membros da assembleia “eram manipulados e usavam o sindicato para fazer campanha política partidária”, por sua vez de acordo com as suas avaliações “os partido do governo eram pelegos e estavam se opondo aos interesses dos trabalhadores, ainda havia a reclamação de que os associados não possuíam participação direta e a única coisa que possuíam eram as políticas assistencialistas”.

Os agricultores reunidos chegaram à conclusão de que deveriam montar um sindicato combativo, que defendesse o interesse da classe, as assembleias “gerais deixariam de ser legalista, nesta existiria uma diretoria voltada para os interesses da classe, a diretoria promoveu treinamentos, reuniões, prestação de contas, o dinheiro dos associados deveria ser usado para a assistência jurídica”⁶⁰.

No terceiro encontro Anilzinho, descreveu os passos para se chegar a um sindicato combativo, de acordo com essa estratégia, primeiro se fazia necessário criar uma “oposição Sindical, procurar se associar e convidar os companheiros de

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ Relatório do Encontro dos animadores 2 a 25 de maio de 1980.

⁵⁹ Relatório do III Encontro Anilzinho Comunidade Cristão de Nova América, 28 a 31 de outubro de 1982.

⁶⁰ Relatório do III Encontro Anilzinho Comunidade Cristão de Nova América, 28 a 31 de outubro de 1982.

luta para o mesmo fim, e por isso se fazia necessário retirar as diretorias pelegas, fazer conscientização sindical, criar comissões e delegacias sindicais, mini delegacias sindicais”, nesse sentido, “os companheiros deveriam pagar em dia as suas mensalidades e por último não menos importante, era necessário os pequenos agricultores se unissem para tornar aquele sonho em realidade”⁶¹.

É possível afirmar que desde 1970 em especial em 1979 os trabalhadores rurais e a Prelazia promoveram encontros com intuito de formar lideranças para também ganhar os sindicatos das cidades vizinhas (Mocajuba, Oeiras, Baião e Cametá entre outros), “mas com uma grande preocupação de que os movimentos sociais não se tornassem apenas partidários esquecendo-se dos ideais cristãos”⁶².

No encontro, IV Anilzinho que ocorreu em Nova América entre os dias 20 a 24 de outubro de 1984, foi destacado na avaliação das intersindicais: a importância, força e “o entrosamento de todos os sindicatos de oposições sindicais da região do baixo Tocantins”. Deste modo, é possível verificar a rede de articulações que foi formando-se lenta e gradualmente, e o quanto essa estratégia foi importante a longo prazo ⁶³.

O encontro dos animadores que ocorreu nos dias 22 – 24 de abril de 1985 trouxeram à tona a seguinte avaliação de conjuntura, de acordo com as perspectivas dos Animadores de comunidade, o movimento sindical de oposição estava se solidificando, pois, ocorreu o aumento do número de sindicalizados nos dois municípios que a oposição venceu, ou seja, nos STR,S de Limoeiro e de Oeiras-do-Pará e paralelamente no baixo Tocantins, estavam organizando o Partido dos Trabalhadores PT no município de Cametá e de Oeiras do Pará⁶⁴.

Ainda na trilha do desdobramento, da articulação sindical, encontrei no informativo de abril de 1985 de número 115, traz a discussão da situação sindical na prelazia de Cametá; que de acordo com a perspectiva desses trabalhadores “a organização estava crescendo e era como um semeador que saiu para semear”. Naquele ano o encontro de Animadores estava completando 8 anos, e na avaliação desse grupo isto significava que eram oito anos dos trabalhadores completavam encontrando- se e discutindo os problemas e a organização dos sindicatos⁶⁵. Portanto, os encontros de Anilzinho e de Animadores de comunidade, bem como, a aliança entre trabalhadores rurais e a prelazia foram intrínsecas e essenciais para uma cultura política na região do baixo Tocantins, no que, alguns movimentos

⁶¹ *Ibid.*

⁶² *Ibid.*

⁶³ Relatório dos Encontros Década de 70-80.

⁶⁴ Encontro Anilzinho Nova América, 20-24 de outubro de 1989.

⁶⁵ Relatório do Encontro de Animadores, 22 a 24 de abril de 1985.

sociais denominam de cinturão vermelho do Baixo Tocantins, entendo por cultura política, assertiva construída pelo professor Rodrigo Patto Sá Motta (2014: 21): “um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinados grupos humanos, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, bem como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.

De acordo com as minhas análises apoiada em farta documentação os trabalhadores rurais a partir desses encontros de Animadores de comunidade, Anilzinho, de reforma Agrária, agriculturas familiar e mesmo os de cunho de saúde foi forjado uma percepção entre esses grupos que havia “crescido em toda a região do baixo Tocantins, uma consciência de organização e dessa consciência surgiu à base para as oposições sindicais, que em suas perspectiva combateram o peleguismo e a legislação sindical da década de 1870-1980⁶⁶.

Nos oito anos de encontros de Animadores e dos cinco anos de encontros Anilzinho, aquelas experiências, em suas opiniões “havia espalhado aquela necessidade de se organizarem. No mês de fevereiro de 1985, por exemplo, nas eleições sindicais em Bagre, “os pequenos lavradores” conseguiram eleger os seus candidatos sindicais. Em março foi realizado um encontro de lavradores na CC de Tachi, rio Parnaíba, em que houve uma discussão sobre os conflitos da terra e sobre os rumos do sindicato⁶⁷.

Esses sujeitos sociais a organização estava dando seus frutos, naquele ano de 1985, as oposições contavam com 4 eleições sindicais: Em Oeiras (9 de julho), Igarapé-Miri (23 de junho), Cameté (28 de julho) e Limoeiro do Ajurú (novembro). Todos esses municípios estavam com uma oposição sindical com chapa e programa discutido com os trabalhadores. No encontro dos lavradores ocorridos do dia 24-28 de abril de 1985, no seminário menor São Vicente de Paulo, na Aldeia dentro da sede do município de Cameté, mais uma vez foi discutido como andava a atuação sindical dos animadores, o rumo que o sindicalismo deveria tomar e por último a conjuntura política dos partidos políticos não legalizados⁶⁸.

O primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais conquistado no Baixo Tocantins, foi em Oeiras do Pará, a posse desse sindicato ocorreu em 29 de julho de 1979⁶⁹, com apoio da igreja católica do baixo Tocantins. No entanto, ocorreu um

⁶⁶ Revista da Prelazia de abril de 1985, número 115.

⁶⁷ Revistas da Prelazia 1982-1985.

⁶⁸ Revista 101 da Prelazia 1985.

⁶⁹ Relatório da festa do Dia do Trabalhador Rural e a posse da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pa, 29 de julho de 1979, arquivos da FASE, sede Belém.

rompimento entre a prelazia e a FASE, em outubro de 1980, fruto de um embate entre os comunistas e os membros da igreja Católica progressista. Este fato nos demonstra que esses movimentos não foram homogêneos, eles tiveram disputas por poder e esgarçamentos. O grupo que Atanagildo de Deus com Gabriel Oliveira da Silva passou a ser encarado, não mais como aliados. Podemos verificar o desdobramento destes fatos nos informativos presentes na C.C. O sindicato de Baião foi conquistado em dezembro de 1982 pela oposição sindical, tendo como diretor Manuel Pinto Dilton da Rocha⁷⁰.

De acordo com essa documentação, a primeira eleição disputada foi à de Oeiras, que teve sua primeira convocação no dia 09 de junho de 1985. Nesta eleição disputaram duas chapas, a chapa 1 composta por um vereador do PMDB, o Sr. Gabriel Oliveira da Silva Dias e também Atanagildo de Deus Mattos, o gato e a chapa 2. Atanagildo de Deus foi tratado de maneira pejorativa, nas folhas do relatório, e percebemos, algumas informações imprecisas, tais como a diretoria do STR, de Oeiras do Pará a dez anos a direção do sindicato, quando estava fazendo cinco anos. O relatório desse encontro tem um de recalque, ao afirmar que no início, ou seja, em 1979 o STR de Oeiras do Pará contava com apoio da prelazia de Cametá.

Nesses relatórios a prelazia de Cametá e alguns trabalhadores rurais sentiram-se “traídos”, e o STR de Oeiras fez alianças com outras organizações sem discutir com os agricultores. A posse da diretoria de Oeiras do Pará, em 1979, foi comovente⁷¹. No entanto, naquele anos de 1985, estavam sendo acusados de apoio do PMDB de Oeiras, como ex-prefeito Oséias e também alguns membros da diretoria, eram associados ao PRC (partido revolucionário comunista), portanto, diante dessa complexa configuração a chapa 1 que concorria às reeleições e que no período curto, fazia parte daquele mesmo grupo, confrontava a chapa 2 composta de lavradores das Comunidades Cristãs e naquela data contava apoio dos professores e do diretório do Partido dos Trabalhadores de Oeiras do Pará⁷².

Um dos pontos de catalização das articulações desses trabalhadores rurais foi a organização da vinda do líder sindical, Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, demonstrando as atividades e articulação políticas que envolviam esses trabalhadores e membros da prelazia de Cametá⁷³. De acordo com as memórias de Nilton

⁷⁰ Para entender melhor a conquista desse sindicato ler o trabalho de TCC de Francinei da Rocha Correa, Memória dos Lavradores Rurais sobre as lutas sociais dos sindicatos dos trabalhadores Rurais de Baião.

⁷¹ Ler minha dissertação de mestrado.

⁷² Relatório do Encontro de Lavradores ocorrido no seminário de Cametá 24-28 de abril de 1985.

⁷³ Revista Número 118 de novembro 1985 “A organização dos trabalhadores avança, eleições em Limoeiro do Ajurú, mudança no sindicato de Mocajuba”.

Lopes de Farias (Saci) e Raul do Couto, os trabalhadores rurais estava fundado o PT, na região. Essa empreitada teve como um de seus pontos altos a vinda do Luís Inácio Lula da Silva na região. Saci, qualificou a viagem de Lula como histórica, uma viagem importante, fruto dos seus esforços coletivos eles fizeram coleta para pagar uma passagem de monomotor que ele chegou em Belém, seguiu de carro até Abaetetuba, de onde foi fretado barquinho um barquinho conhecido “como popô” na Amazonia por ser barulhento e lento, tratava-se de um yamma de 18, que nas lembranças de Raul do Couto, era um barco geleira, eles navegaram até chegar em Cameté.

Em Cameté foi feita a primeira parada, as pessoas estavam esperando, esperavam o Lula num grande navio, e eles chegaram num barquinho popô, àque-la altura o aparato armado pelo prefeito de Cameté havia se desfeito, pelo atraso, então ele chegou pacificamente, nesse primeiro ato, que segundo o senhor Bernardo Kromondjk ocorreu no sol de meio dia da Amazônia, na praça das Mercês, o discurso foi feito em cima de um caminhão, e uma parte significativa do discurso do Lula, foi gravado pelo senhor Bernardo. Nas memórias Nilton de Farias (Saci).

O povo esperava, principalmente os integrantes das comunidades cristãs, em especial os liderados por Francisco de Assis Contente, o popular Chicão, que tornou-se liderança na região, e era visto também como um poeta popular líder de comunidades. As pessoas naquela praça desejavam ver Lula - ele havia saído da prisão, após a segunda greve do ABC paulista, -. Segundo Nilton Lopes Farias depois do discurso em cima do caminhão. O Lula e mais um grupo seguiram até a Catedral de São João Batista, lá ele fez mais uma fala num megafone para os presentes, em seguida partiram para o único restaurante que existia em Cameté, naquele 31 de maio de 1980, o do senhor conhecido como Pucuru. Depois partiram para Baião onde ele passou mais um dia. Segundo as memórias de Farias eles andavam pelo centro gritando palavras de ordem num megafone “abaixo a carestia, a panela está vazia” [...] ele discursou na frente do colégio Imaculada Conceição, que em 1981 era denominado colégio Jarbas Passarinho, em Baião estava tendo a festividade de Santo, e o grupo de Nilton De Farias (Saci) contratou o único fotógrafo da cidade para cobrir o evento, no entanto, o então prefeito o recontratou para sabotar as fotos e deste resultou uma única foto que registrou a passagem Lula em Baião⁷⁴.

⁷⁴ A descrição da vinda de Lula ao baixo Tocantins é fruto do cruzamento das memórias presentes em três entrevistas a primeira realizada em setembro de 2015, em Cameté com Bernardo Krommondjk; a segunda realizada em outubro de 2015, em Belém do Pará, com Raul do Couto e a terceira realizada em setembro de 2018, em Baião com Nilton Lopes de Farias Saci.

Antes do senhor Bernardo Krommendjk, voltar para a Holanda em 2017, ele me cedeu, as imagens do seu precioso acervo digital, adiante temos o painel que mostra o então sindicalistas, Luiz Inácio Lula da Silva, discursando em Cametá, na praça das Mercês em 31 de Maio de 1931, ele já era reconhecido como uma forte liderança sindical, temos a presença de membro da CUT, de Raul do Couto e Francisco Assis Contente o Chicão discursando na praça das Mercês em Cametá em 1981. O evento foi marcado pela presença de lavradores e lavradoras. Essas imagens, ajudam a demonstrar um pouco, quais moldes, as práticas e mesmo a representação política desses sujeitos sociais.

IMAGEM 2 - EVENTO NA PRAÇA DAS MERCÊS, EM CAMETÁ



Fonte: Bernardo Krommondjk.

Nota: A) Discurso de Lula na Praça das Mercês, em Cametá (31/5/81); B) Apoio da oposição sindical que organizou a vinda de Lula (Os Lavradores apóiam o Grande Líder Sindical); C) Lula Fazendo a Implantação do PT em Cametá; D) Lula e Paulo Rocha (CUT Regional); E) Chicão Grande Liderança Sindical do Baixo Tocantins Discursado; e F) Paulo Rocha dando apoio e Incentivando a Tomada dos Sindicatos das Mãos dos Pelegos.

Dentro da organização desses trabalhadores ocorreram conflitos e não podemos vê-los como um grupo homogêneo, uma das inflexões está pautada na trajetória política de dois trabalhadores rurais, Atanagildo de Deus (O Gatão) e Petronilo Progênio Alves (Petroca). Ambos foram perseguidos pelo governo militar nas décadas de 1970 e 1980, por articularem os movimentos agrários de resistência na terra, junto com outros trabalhadores rurais da Amazônia, mais especificamente do Baixo-Tocantins, resistiram ao processo de grilagens de terras, feitas por empresas e grandes projetos, que por sua vez foram incentivadas pelos governos militares. Os trabalhadores instrumentalizaram suas experiências políticas para ajudar a articular outros movimentos sociais no Pará. Ao analisar esses sujeitos percebi as estruturas sociais em que estavam inseridos, entre elas a prelazia de Cametá com seus clérigos progressistas e a FASE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que ora concluímos é uma tentativa de contribuir com a historiografia sobre a ditadura militar de (1964-1985). A seara sobre a temática dentro da Amazônia é farta e necessita de muitas mãos, os arquivos estão sendo abertos e ainda há muito a fazer. O golpe civil militar e a ditadura que desdobrou-se após esse evento, impactou diretamente a vida cotidiana dos povos das matas. No baixo Tocantins a venda ilegal de terras exigiu dos sujeitos sociais ações articuladas que levou trabalhadoras e trabalhadores a lutas, que por sua vez os colocou na mira dos órgãos de repressão, mas elas e eles resistiram, criaram sua própria Lei, a Lei do posseiro (Lei Anilzinho) e uma cultura política de luta articulada que lhes permitiu conquista de todos os STR,S de 1979-1980 e forjarem alianças com a FASE e a igreja progressista, no caso, a prelazia de Cametá e conseguiram trazer uma das maiores lideranças sindicais do período e atual presidente da república (pela terceira vez) Luiz Inácio Lula da Silva. Portanto, é uma História de gente das matas e de rios que resistiu e venceu a ditadura militar.

REFERÊNCIAS

- DEZEMONE, Marcus Ajuruam de Oliveira (2008). **Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos**. Ano de obtenção: 2008. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. Tese de doutorado.
- EDILZA, J. O (2017). Paisagens amazônicas: O espaço vazio e a floresta. *In*: COELHO, Anna Carolina de Abreu; ALVES, Davison Hugo Rocha; NETO, Raimundo Moreira das Neves. (Org.). **Perspectivas de pesquisa em História da Amazônia**: Natureza, diversidade, ensino e direitos humanos. 1. ed. v. 1. Belém: Açaí, 2017, p. 147-171.
- FONTES, Edilza J. O (2014). O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias. **Opsis** (UFG), v. 14, p. 338-358.
- MESQUITA, Thiago Broni (2018). “Uma estrada revela o mundo”: O SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará. **Tese de doutorado** defendida em 2018, no programa de pós-graduação em História Social Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SCHMINK, Marianne (2012). **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**/ Marianne Schmink; Charles H. Wood; (tradução de Noemi Miyasaka Porroe Rimundo Moura) Belém: ed.UFPA.
- SILVA, Adriane dos Prazeres (2021). As terras de uso comum e os castanhais do vale Amazônico. **Tese de doutorado**; luta, resistência e a lei dos posseiros de (1930-1991) Programa de Pós-Graduação de História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém.
- SILVA, Adriane dos Prazeres (2016). O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: (1961-1981). **Dissertação** (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação de História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8265/1/Dissertacao_ValeTocantinsLei.pdf
- SOUSA, Raimundo Valdomiro (2002). **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder / Belém: NAEA.
- THOMPSON, E. P. (1987). **Senhores e Caçadores**: A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 350.
- TRECCANI, Girolamo Domenico (2006). Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação/ Girolamo Domenico Treccani - Belém: Secretaria Executiva de Justiça. **Programa Raízes**: 354.
- VIEIRA, Jaci Guilherme (2015). Um novo projeto de igreja e de missão entre os índios de Roraima: A ordem da Consolata: 1969 a 1997. **Texto de Pós-doutorado apresentado no PPHIST**, dez.

ELIAS DINIZ SACRAMENTO



**O SERVIÇO NACIONAL
DE INFORMAÇÃO (SNI)
E A VIGILÂNCIA DOS
SINDICALISTAS, PADRES E
BISPO PROGRESSISTAS DA
REGIÃO GUAJARINA/PA:
1970 E 1980**

INTRODUÇÃO

Em março de 2023 a Comissão Estadual da Verdade do Pará lançou o Relatório Paulo Fonteles Filho (2022)¹, uma coletânea dividida em três partes. Chamados de Tomo, I, II e III, foi o resultado de um árduo trabalho que se iniciou no dia 01 de setembro de 2014 em uma cerimônia realizada no Espaço São José Liberto e contou com a presença do então governador do Estado do Pará naquela ocasião, Simão Jatene. Sob a presidência desta comissão, ficou o renomado advogado Egídio Salles, bem como Paulo Fonteles Filho, filho do ex-deputado estadual Paulo Fonteles e o também advogado Marco Apolo.

No percurso da organização do relatório final, em 2017 Paulo Fonteles Filho, um dos mais empenhados pela construção da coletânea, Paulinho, como era conhecido, faleceu vítima de problemas de saúde, acarretando em dificuldades para se concretizar a finalização da obra. Em 2020, no auge da pandemia, Egídio Sales, presidente da Comissão Estadual da Verdade do Pará, não resistiu a Covid 19, e acabou se tornando uma das milhares de vítimas, vindo a falecer e deixando o trabalho com várias interrogações.

Enquanto a maioria das Comissões da Verdade criadas Brasil a fora, a do Estado do Pará tornava-se uma incógnita. Ao longo dos anos, desde 2014, muitas reuniões haviam acontecido coletando depoimentos, fazendo oitivas, catalogando documentações, indo em busca de informações para que se pudesse ter um ‘relatório’ mais conclusivo daquilo que teria ocorrido aqui no estado paraense nos períodos de 1964 a 1985, tempo que oficialmente durou o regime militar.

No entanto, as duas mortes ‘travaram’ o caminho que se havia pensado e planejado para a apresentação deste importante trabalho que havia se iniciado. Angelina Anjos, Ismael Machado, Marco Apolo e Marcelo Zelic, então se empenharam em dar continuidade ao que havia se iniciado em 2014. Passado a Pandemia do Covid em 2020 e sem os dois principais protagonistas, encamparam a luta, e o resultado foi apresentado no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Pará no dia 13 de março de 2023. Infelizmente, mais de dois meses depois, Marcelo Zelic, um dos que havia se empenhado para ajudar na conclusão da obra, faleceu vítima de um infarto.

Porém, o resultado da coletânea foi significativo. Somando os três Tomos, I, II, e III, o volume alcançou a marca de aproximadamente 1.453 páginas. Depoi-

¹ ANJOS, Anjelina. Comissão Estadual da Verdade do Pará. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA, 2022.

mentos, como do ex-governador do Estado do Pará Aurélio do Carmo que esta comissão ainda havia conseguido entrevistar bem como tantos outros personagens que viveram o golpe de 1964, foram catalogados e apresentados. Políticos como o ex-governador, vice-governador, prefeitos, parlamentares das mais diversas esferas que tiveram seus direitos cassados, profissionais liberais, professores e estudantes da Universidade Federal do Pará e de outras instituições, fizeram parte deste importante documento.

Outra parte importante do relatório foi a apresentação sobre a violação dos Direitos Humanos dos Camponeses, entre eles, os relacionados as organizações vigente na época, como Liga Camponesa, mais também daquilo que se convencionou chamar da Guerrilha do Araguaia, quando os militares iniciaram a perseguição aos chamados ‘Comunistas’ no Sul do Pará, mais também aos moradores da região, não poupando torturas e outras formas de violências. Na transição da década de 1970 para 1980, já com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em atividades, aqueles que já possuíam uma direção comprometida com a classe trabalhadora do campo, também viveram as ‘espionagens’ com o processo de observação.

Algo que me deixou feliz com o resultado da apresentação do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Pará, foi a presença de vários artigos utilizados para dar embasamento. Sem conhecimento prévio, foi publicado um artigo meu, que faz parte publicação da revista Moara, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, e saiu na edição nº 44 de julho a dezembro de 2015.

Sob o título “Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história” (2022)². Neste trabalho apresento um balanço de alguns casos de processos de lutas e resistência que se deram na Amazônia, sobretudo, nos períodos em que o regime militar ainda estava vigorando. Procurei enfatizar algumas publicações que já haviam dado conta de terem problematizado os casos apresentados. E no final do artigo, procurei dar ênfase para o caso do município de Moju, onde na transição do regime ditatorial brasileiro, diversos projetos agroindustriais se instalaram ali, causando grandes distúrbios, levando a situações de conflitos, culminando com despejo de famílias, prisões, mortes de políticos e assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças sindicais, além de tentativas de homicídios contra membros do clero progressista.

² SACRAMENTO, Elias Diniz. Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história. In: ANJOS, Anjelina. Comissão Estadual da Verdade do Pará. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA, 2022.

Sobre o município de Moju, já descrevi em vários trabalhos, artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos. No entanto, procurar mostrar como a Ditadura Civil-Militar vigiou estes membros destas instituições, ainda não tinha feito. É isto que pretendo apresentar aqui, como base principal desta produção: como os militares vigiaram o chamado clero progressista, sobretudo da chamada região Guajarina, onde faziam parte os seguintes municípios, Abaetetuba, Moju, Barcarena, Acará, Concórdia do Pará, Bujaru e Tomé-Açu.

O clero 'progressista' desta região era composto pelo então bispo da Diocese de Abaetetuba, Dom Ângelo Frosi e alguns padres da ordem dos Xaverianos, como os que se deslocaram para o município mojuense, Sérgio Tonetto e Ângelo Paganelli. Estes dois se somariam a figura de Virgílio Serrão Sacramento, líder sindical e que junto aos dois travariam grandes batalhas contra latifundiários, grileiros, mas seriam vigiados pelo Serviço de Inteligência das Forças Armadas, bem como o já mencionado bispo.

Além destes, outra figura importante na região Guajarina, seria de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, liderança sindical que despontaria no município de Tomé-Açu e se tornaria ali presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, bem como Virgílio Serrão Sacramento, em Moju. Em Tomé-Açu, Benezinho também passaria a ser vigiado.

É este o propósito do artigo, procurar mostrar através dos documentos encontrados nos arquivos, como se deu esse processo de monitoramento destas pessoas, líderes religiosos do Clero progressista, o bispo Dom Ângelo Frosi e os padres Sérgio Tonetto e Ângelo Paganelli e as lideranças sindicais, aqui, o caso de Tomé-Açu com o líder sindical Benedito Alves Bandeira e de Moju, com a liderança de Virgílio Serrão Sacramento. O intuito é procurar deixar claro, que além da vigilância nos espaços urbanos, O Serviço Nacional de Inteligência também esteve presente no campo, sobretudo na região amazônica e no Estado do Pará.

A DITADURA MILITAR NO PARÁ: ALGUNS APONTAMENTOS

Na metade do século XX, trabalhadores do campo que eram a maioria da população do Brasil, procuraram buscar formas de se organizar para cobrar melhorias e direitos. Entre esses direitos questionados estavam a reforma agrária, com a distribuição de terras e a igualdade do salário mínimo para que fosse estendido aos camponeses também, uma vez que esse direito já era garantido aos trabalhadores das cidades.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade criada em 1954, tinha por finalidade dar o suporte que a classe camponesa necessitava, uma vez que faltava uma entidade representativa. A ULTAB foi fundada pelos trabalhadores agrícolas e tinha como o objetivo a luta pela melhoria da condição de vida do trabalho nas áreas rurais. Era ligada ao Partido Comunista brasileiro. Depois do golpe militar de 1964, acabou desaparecendo. De acordo como Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas,

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi fundada em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Ele foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos de 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação da nova entidade. (CPDOC/FGV)³

Gutemberg Armando Diniz Guerra (2009)⁴ nos fala que da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), surgiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), que para sua efetivação contou com as associações de lavradores já existentes desde os anos de 1950 e que estavam muito mais concentradas na zona bragantina, na região nordeste paraense. No estado do Pará, o Partido Comunista do Brasil (PCB) também mantinha influência na organização social junto aos camponeses. Nesse período da metade do século XX a questão agrária era tema de grandes debates, como veremos a seguir,

No momento em que surgiu a ULTAB, a reforma agrária ocupava espaço importante no debate nacional. A I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará foi realizada por convocação da Comissão Paraense pela Reforma Agrária, em 13 de maio de 1955. Ocorreu em clima de ampla mobilização, dentro da legalidade e com o apoio oficial. A prefeitura de Belém forneceu transporte no trem que percorria o trecho de Bragança até a capital e alimentação no Serviço de Assistência à Previdência Social (SAPS). Nessa Conferência, realizada no centro de Belém, na sede do Sindicato dos Estivadores, estruturou-se a Comissão para

³ www.CPDOC/FGV.br/produção/dossiê - acessado em 12/11/2019.

⁴ GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará.. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de & PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

a Fundação da ULTAP, composta de delegados de Castanhal, Santa Isabel, Igarapé-Açú, Bujaru, Bragança, Capanema e Soure. Ali se podia identificar a representação de sindicatos localizados no nordeste paraense, com exceção daquele de Soure, localizado na ilha de Marajó. Alguns desses representantes cumpriam papel importante nos rumos das organizações e na memória do movimento. Benedito Pereira Serra, representante de Castanhal, foi o primeiro presidente da entidade e morreu em decorrência dos maus-tratos recebidos na prisão após o golpe de 64. (GUERRA, 2009: 120-121).

Como podemos ver, a organização social dos trabalhadores do campo no estado já vinha desde a primeira metade do século XX, como bem nos mostra Gutemberg Guerra, tanto que a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará foi fundada em consonância com a fundação da união Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, tendo, como mencionado, nesse momento a região Bragantina como centro desses espaços de discussões e debates. É nesse contexto que surge a figura de Benedito Pereira Serra, que como nos diz o autor, uma década depois de estar à frente da ULTAP, vai ser morto no hospital militar em Castanhal, acusado de ser subversivo, uma vez que era liderança dos camponeses dessa região e pesava acusação de fazer parte do Partido Comunista do Brasil.

Como liderança camponesa que se firmou, Benedito Pereira Serra, era natural de Castanhal, onde desde o fim do século XIX haviam chegados levas de migrantes, principalmente do estado do Ceará e no seu entorno havia sido construído a estrada de ferro que ligava Belém a Bragança onde também haviam se criado vários núcleos de colonização como Santa Maria, Capanema, Santa Isabel, Benevides. No decorrer do século XX esses espaços foram se tornando espaços de disputas, principalmente depois da construção da BR-316, a Belém-Brasília em meados da década de 1950.

Com a tomada do poder em 31 de março de 1964, os militares colocaram a Amazônia no plano de segurança nacional e nesse sentido, aqueles que eram considerados subversivos e possuíam alguma ligação com PCB eram presos, torturados e muitos deles desapareciam. O caso ocorrido com Benedito Pereira Serra foi um desses em que os militares tomaram de prisão contra ele e o levaram para ser interrogado, como podemos ver no livro “Dossiê – Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)⁵, existe uma descrição que o líder da ULTAP nasceu em Bragança (PA) no dia 8 de maio de 1913 e seus pais se chamavam Ben-

⁵ Dossiê – Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)/ Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos – IEVE – Instituto de Estudos sobre Violência do Estado. – São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

vindo Moraes Serra e Teresa Joana Pereira de Moraes e foi morto em 16 de maio de 1964. Era líder sindical rural e presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrários do Pará, trabalhava como ambulante e sua acusação era de subversão e comunismo, tendo sido preso no dia 9 de abril de 1964. Apresentando o dossiê, duas matérias de jornais da época, sendo o primeiro da Folha Vespertina do dia 9 de abril, que trazia como manchete “Capturado Benedito Serra em Castanhal quando seguia rumo à Bragança”, informava o seguinte,

[...] Procurado pelas autoridades de nossa capital, que de fato deram conhecimento às demais autoridades de todo interior do Estado, foi preso em Castanhal e posteriormente enviado para Belém, onde já se encontra, o agente subversivo Benedito Pereira Serra, presidente da ULTAP. Sua prisão foi possível graças à constante vigilância do delegado de polícia daquele município, cel. Jurandir Lima. Benedito viajava em uma “Kombi” que faz linha regular com aquele município e pretendia chegar à Bragança. [...] Hoje pela manhã, foi Benedito novamente fichado (seu antigo prontuário tem número 195), devendo posteriormente ser entregue às autoridades militares [...] (Dossiê, 2009: 82)

Já no jornal A Província do Pará, mostrado também pelo Dossiê, temos a seguinte notícia, com o título “Polícia efetua mais prisões de comunistas e prossegue à procura dos que escaparam”, vejamos a informação,

[...] Escortado por elementos do Exército e da Delegacia de Segurança Política e Social, foi transferido da Delegacia de Castanhal para Central, na madrugada de ontem, o Sr. Benedito Pereira Serra, presidente da ULTAP, preso naquela cidade da zona bragantina, quando preparava-se para fugir. O conhecido agitador comunista foi recolhido a uma das celas da Central de Polícia, onde aguarda ordens de transferência para o Quartel da 8ª Região Militar. (Dossiê, 2009: 82).

Como podemos ver nas matérias dos jornais paraenses utilizadas pelo Dossiê, da prisão do líder da União dos Lavradores ocorrida no dia 09 de abril, bem no início do golpe efetuado pelos militares até sua morte no dia 16 de maio, haviam se passado pouco mais de um mês e dez dias aproximadamente. Sendo taxado de comunista e subversivo, sofreu espancamentos desde o início de sua prisão, tendo inclusive sido omitido seu paradeiro a seus familiares. Como relatou sua esposa Miracy Machado Serra, que só conseguiu localizar o endereço de sua prisão no dia 03 de maio, quando foi informada que este estava no 2º Batalhão de Polícia Militar.

Segundo seu testemunho, de uma de suas últimas visitas a ele no dia 09 de maio, seu marido havia sido espancado muito, davam-lhe banho de água gelada e a água que lhe davam para beber era de péssima qualidade bem como

a comida e a cela era úmida cheia de insetos. Não permitiam que ela levasse comida e roupas para este trocar na cadeia. Já nesse período ele se sentia com febre e tremia muito e não tinha assistência médica onde estava preso e já estava com o corpo cheio de hematomas.

No dia 19 de maio, o jornal A Província do Pará deu a seguinte informação: “Faleceu o comunista que estava preso, vítima de forte hepatite aguda”. De fato, Benedito Pereira Serra havia sido morto pela que apontava o laudo da necropsia feito pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará, assinado pelo patologista José Monteiro Leite onde informava que este havia falecido no hospital Militar em Belém em 16 de maio de 1964, às 19 horas.

Benedito Pereira Serra é considerado o primeiro morto pelos militares no Pará. Sua morte, como observado, se deveu ao fato de ser considerado um subversivo e manter elo com os comunistas, entre outras palavras, fazer parte do Partido Comunista do Brasil. Sua morte está relacionada ao início de extrema vigilância aos contrários ao modelo que se iniciava no Brasil, o das forças armadas no controle da nação.

A morte do líder da ULTAP é considerada mais política do que por questões envolvendo disputa por terra como ocorreu no município de Moju no ano de 1965, quando se deu o assassinato de Pedro Gomes da Silva, um lavrador da comunidade de Junirateua. A história desse lavrador está no relatório da “Comissão Camponesa da Verdade” (2014)⁶. Um homem conhecido por “Miguel” tentou se apossar das terras do senhor Pedro Gomes. O lavrador compareceu a um local onde estava um agrimensor conhecido por Hoyos Bentes, a polícia e o próprio Miguel, quando na posse de documentos, mostrou para o agrimensor. Este fez um sinal com as mãos para os que estavam a sua proximidade, de onde se ouviu um disparo e o pobre lavrador foi atingido a altura das costas no lado esquerdo.

Já no relatório “Assassinatos no campo: 1964-1985” há o seguinte relato,

Pedro procurou ajuda, mesmo ferido, junto ao delegado de Moju, quando foi jogado ao solo e morto por um fuzil empunhado pelo soldado Antônio Francisco de Oliveira. Após a morte do lavrador, travou-se combate entre os filhos deste (Abílio, Clemente e Sebastião) ajudados por Oscar, Sandoval, Roberto e outros com os assassinos de Pedro. No final, o delegado José Francisco dos Santos foi morto. (Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1987: p. 31).

Essa morte, a do lavrador mojuense, seria uma das primeiras relacionadas a questão de terras no período da ditadura militar. Nos anos seguintes, o cam-

⁶ VERDADE, Comissão Camponesa da. Relatório Final: Violações de Direitos No Campo 1946 a 1988 Brasília, dezembro de 2014. Brasília, dezembro de 2014.

po paraense viveria dias terríveis de conflitos no campo, envolvendo então outros agentes que começariam a se fazer presentes, principalmente a categoria dos pistoleiros, homens que praticavam seus serviços para fazendeiros com a missão de “limpar as áreas”, como de certa forma aconteceu em Moju, embora ali, tenha sido a força estatal ainda servindo aos ditames de pessoas interessadas em se apropriar das terras de simples colonos.

No entanto, duas mortes chamaram a atenção já no período governado pelos militares. Embora não tivessem relação com as questões da terra propriamente ditas, não deixaram de passar em branco, principalmente a primeira, do jovem e estudante Edson Luís de Lima Souto. Nascido em Belém, no dia 24 de fevereiro de 1950, era filho de João dos Santos e Maria de Belém Lima Souto. Sua família era de origem pobre e em busca de uma vida melhor, foi para o Rio de Janeiro onde ao chegar, se matriculou no Instituto Cooperativo de Ensino que ficava no lugar conhecido como Calabouço.

A morte de Edson Luís se deu no ano de 1968 quando a situação era tida como caótica, onde os militares ‘endureciam’ cada vez mais o regime. A situação do espaço como um todo onde funcionava o instituto, e onde estava o restaurante Calabouço, funcionando em precárias condições, fez com que nos dias que antecederam sua morte, existissem ali diversos protestos. No dia 28 de março desse ano, mais um protesto estava programado para acontecer com uma passeata que iria percorrer várias ruas da capital carioca. No entanto, os policiais militares invadiram o local e começaram a atirar nos estudantes que apenas estavam armados de paus e pedras. Edson, que nem militante era, estava ali apenas segurando uma bandeja quando se iniciou uma correria e o paraense foi atingido então por um tiro no peito. A bala atravessou o coração e alojou-se na espinha, provocando morte imediata. O nome do policial era Aloisio Raposo, um aspirante da polícia militar.

Ainda de acordo com o “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), depois dos tiros e da morte do estudante, seus colegas não permitiram que o corpo fosse levado ao instituto Médico Legal. Preferiram conduzir seu corpo para Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde ali foi necropsiado. Também ali se iniciou seu velório, tendo a presença de muitos artistas e se criado filas para a população se despedir do nortista. No dia seguinte, já na parte da tarde, o cortejo saiu as ruas ao som Valsa do Adeus, como podemos ver no trecho a baixo,

No dia seguinte à tarde, o corpo de Edson Luís foi acompanhado por 50 mil pessoas em passeata até o Cemitério São João Batista. Durante mais de duas horas, o cortejo percorreu as ruas do centro

da cidade até o cemitério. Foi sepultado à luz de velas e de archotes improvisado ao som do Hino Nacional. A emoção tomou conta das pessoas que, na saída, entoaram a “Valsa do Adeus”. As manifestações estudantis alastraram-se por quase todo o país e foram violentamente reprimidas. Assim mesmo, realizou-se a missa de sétimo dia, em 04 de abril de 1968, na igreja da Candelária, mandada celebrar pela Assembleia Legislativa. Na saída, os presentes foram reprimidos pela PM, pelo Corpo de Fuzileiros Navais e pelo DOPS. À tarde, após a celebração de outra missa em sua homenagem, muitos foram poupados com a ajuda dos padres, mas novamente houve violência. (DOSSIÊ DITADURA: MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL/1964-1985, 2009: 114).

Como podemos ver, a morte do jovem estudante paraense, ao ser interrompida de forma trágica por um tiro disparado na momento da invasão do restaurante Calabouço causou grande comoção, principalmente no Rio de Janeiro, como está no relato, com as diversas manifestações ocorridas ali e ao mesmo tempo com as retaliações do Estado, principalmente pelo DOPS. A morte, como bem mostrada, não tinha nada a ver com as questões relacionadas a disputas por terra, mas sim pelo fato de os militares estarem naquele ano de 1968 ‘endurecendo’ o regime.

Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar foi outro de origem nortista que teve a vida ceifada no período em que os militares estavam no poder. Nascido em 23 de setembro de 1913 em Óbidos, região Oeste do estado do Pará era filho de Felipe Costa Pomar e Rosa de Araújo Pomar e foi morto em 16 de dezembro de 1976. Embora tenha saído de Óbidos aos 13 anos de idade para estudar em Belém onde iniciou sua introdução no movimento estudantil, não retornou para sua cidade, pois na década de 1930 houve a revolta tenentista que chegou à cidade natal, mas sendo sufocado o levante, Pedro foi para o Rio de Janeiro e ali entrou no PCB.

De acordo com o Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), já com 19 anos de idade, este retornou para a cidade das ‘mangueiras’ Belém, e começou a cursar medicina. Se dedicou ao esporte, sendo jogador do profissional do Clube do Remo, se casou em 1935 com Catharina Patrocínia Torres tendo com ela quatro filhos. Foi preso pela primeira vez em janeiro de 1936 quando cursava o terceiro ano da faculdade. Sua saída da prisão se deu quase um ano e meio depois, em junho de 1937, quando decidiu largar medicina e optou por se tornar um militante do PCB. Dois anos depois foi novamente preso, em 1939 junto com alguns companheiros líderes do partido, como Maurício Grabóis e Amarildo de Vasconcelos, quando conseguiu fugir da prisão em 5 de agosto de 1941. Sua trajetória foi muito intensa nos anos que seguiram, tornando-se eleito

em 1947 para a Câmara Federal, onde estava no partido da sigla Partido Social Progressista (PSP). Quando terminou o mandato, os comunistas não podiam se candidatar novamente.

Com o golpe de 1964, Pedro Pomar, já era um dirigente de grande expressão e por isso teve sua prisão preventiva decretada, tendo este que buscar um esconderijo porque sua casa em São Paulo foi invadida e depredada. Nesse início do governo ditatorial, na clandestinidade, fez várias viagens pelo Brasil para ajudar na organização de militantes nas áreas rurais, como Goiás, Maranhão e o sul do Pará. Nessas viagens, se passava por vendedor de medicamentos. A morte de Pedro Pomar ocorreu na famosa Chacina da Lapa, no dia 16 de dezembro de 1976 quando os militares invadiram a casa e mataram os que estavam ali, já dirigentes do PCdoB, entre eles, os dois principais dirigentes, Pedro Ângelo Arroyo, além de outros homens que faziam parte da direção. Segundo o “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985),”, temos a seguinte informação,

Pomar não deveria estar presente à reunião no bairro da Lapa, em São Paulo naquele dezembro de 1976. Mas sua mulher estava doente e desenganada pelos médicos, o que o levou a desistir de uma viagem à Albânia. E, por uma dessas ironias da vida, vários membros da família se reuniram para despedir-se de Pedro. Pomar foi enterado com nome falso no Cemitério de Perus e, em 1980, sua família fez o traslado de seus restos mortais para Belém do Pará. (DOSSIÊ DITADURA: MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL/1964-1985, 2009: 673).

Como podemos observar, as mortes dos três personagens acima tinham em comum suas origens. Todos eram paraenses. O primeiro, líder de trabalhadores rurais, militando na região bragantina. O segundo, um jovem com perspectiva de melhorar de vida e que ao sair de Belém, acreditava que conseguiria essa condição na cidade do Rio de Janeiro, quando ali encontrou a morte, numa infelicidade de estar no local que era alvo dos militares por conta dos protestos da maioria dos estudantes. O terceiro caso, então do grande líder comunista, numa ação planejada, que não deu a mínima chance de se defenderem, apesar da polícia ter informado posteriormente que ali teria ocorrido uma troca de tiros, onde na verdade ocorreu uma execução dos líderes do Partido Comunista do Brasil.

É verdade, que das três mortes, apenas a primeira, do dirigente da ULTAP, havia uma ligação com a questão agrária, uma vez que seu representante buscava de alguma forma, organizar os camponeses da região para a luta por mais direitos e benefícios para a categoria. Mas mesmo assim, as mortes faziam parte do papel

do estado e das forças militares para conterem qualquer forma de contestação de seus governos, entre esses casos, estava obviamente, o controle do campo, como foi o caso do aniquilamento da Guerrilha do Araguaia.

Os autores Charles Wood e Marianne Schmink no livro “Conflitos sociais e a formação da Amazônia (2012)⁷, um trabalho resultado de uma pesquisa na região amazônica desde 1976 quando adentraram a região do sul do Pará, nos municípios de Marabá, Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu, Xinguara, no momento que esse espaço experimentava grandes transformações advindas principalmente pela abertura de várias estradas e onde se iniciavam grandes conflitos pela posse da terra, ocasionada sobretudo pela implantação dos projetos dos militares. O primeiro lançamento do livro se deu em 1992 e foi publicado em inglês. Uma das abordagens que fizeram pelo sul do Pará foi sobre a guerrilha do Araguaia.

Para os autores, a vinda de 69 membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) se deu com a chegada de outros migrantes que também haviam partido para esse espaço. A maioria dos jovens que foram chamados de guerrilheiros eram em sua maioria profissionais urbanos que estavam naquele momento fugindo da repressão que ocorria principalmente no sul e sudeste do Brasil. Tornaram-se bem quistos, pois ajudavam nas então comunidades de São Geraldo do Araguaia, Itaipavas, São João do Araguaia, Palestina, Xambioá entre outras com os serviços de médicos e aulas de alfabetização.

Para os autores, em sua análise, a operação da guerrilha não era uma ameaça para o estado brasileiro. Porém, a reação dos militares foi rápida e já em 1972 o governo editou um decreto que permitia ao Conselho de Segurança Nacional que se envolvesse sobre as atividades industriais e de colonização na Amazônia, onde mobilizou milhares de recrutas de bases mais próximas. Logo no início da primeira operação, o exército usou táticas militares comuns e foram obviamente derrotados. Só lograriam êxito com a chegada na região do então comandante Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, que na metade de 1974, com técnicas e táticas de guerra, como as usada no Vietnã pelos norte-americanos, e ainda com ajuda dos chamados “bate-paus” derrotaram os guerrilheiros.

Diversos pesquisadores se dedicaram aos estudos sobre o que aconteceu na região do Araguaia. Trabalhos acadêmicos dos mais diversos graus como monografias, dissertações, teses e romances já foram produzidos no campo da investigação por parte de pesquisadores. Um desses trabalhos, uma monografia

⁷ SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles. Conflitos sociais e a formação da Amazônia; [Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura] Belém: ed. Ufpa, 2012.

apresentada na Faculdade de História da Universidade Federal do Pará em 2003, de Marylia Lima Nina de Azevedo⁸, intitulado “Discursos acerca da guerrilha do Araguaia”, procurou mostrar algumas heranças sobre o movimento. Para esta pesquisadora em seu trabalho inicial, a guerrilha foi resultado do PC do B, que havia rompido com o PCB, porque acreditavam que este partido era de pacificação e os membros do novo partido acreditavam que por essa via, o regime não chegaria ao fim, então a proposta de organização de um movimento revolucionário prevaleceu.

Os irmãos Pedro Fonteles e Paulo Fonteles Filho, filhos do deputado Paulo Fonteles, que muito andou por essa região, também se aventuraram em escrever trabalhos que se tonaram publicações acerca do tema. Pedro Fonteles junto com Laércio Braga no trabalho de conclusão, que depois virou um livro chamado “Guerrilha do Araguaia: luta e apropriação da massa campesina (1972-1975)”⁹ mostram que a população da região do Araguaia viveu e apoiou em grande medida o movimento guerrilheiro, tanto, que pelos dados anotados por eles, mais de “300 colonos da região foram torturados e muitos outros foram mortos”.

Já Paulo Fonteles Filho¹⁰ nos mostra em seu livro intitulado “Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas” (2013), relatos memoriais sobre alguns dos acontecimentos da região do Araguaia onde se deu a guerrilha. Dentre diversos fatos, nos traz a memória da luta camponesa nesse espaço, decorrente do período em que os ‘paulistas’ viveram nas matas e fizeram ‘amizades’ com os colonos. Falando sobre ‘A primeira caravana do Araguaia’ ocorrida em 1980, onde estava à frente o advogado Paulo Fonteles, que foi um dos que ajudou na organização da comitiva para que fosse até os camponeses que tinham vivido, participado, torturados e desaparecidos pelos militares.

A missão da caravana era ouvir as vítimas que haviam ficado ali depois do fim da guerrilha. Paulo Fonteles, o advogado que já conhecia a região desde 1978 por conta do trabalho junto à Comissão Pastoral da Terra vivendo na cidade de Conceição de Araguaia, mas atuando em toda a região como São Geraldo do Araguaia, pois nesse tempo, essas localidades como Xinguara, Rio Maria e o próprio São Geraldo do Araguaia eram vilarejos, mais pertenciam ao município de Conceição do Araguaia. Então Paulo Fonteles já tinha um bom conhecimento sobre os

⁸ AZEVEDO, Marylia Lima Nina de. Discursos acerca da guerrilha do Araguaia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Pará: Belém, 2003.

⁹ BRAGA, Laércio & FONTELES, Pedro. Guerrilha do Araguaia: luta e apropriação da massa campesina (1972-1975). Belém, Cromos: 2011.

¹⁰ FILHO, Paulo Fonteles. Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

acontecimentos que ali ocorreram. Chamado de ‘advogado do mato’, por alcunha de percorrer os sertões da Amazônia, Paulo Fonteles Filho assim o descreve,

Advogado maduro com atuação no âmbito da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e já com certa experiência entre os moradores do sul do Pará, Paulo Fonteles é designado em 24 de outubro pelo Conselho Seccional da OAB-PA, para acompanhar os caravaneiros que chegavam de diversos pontos do país. Aquele ano de 1980 foi particularmente duro para o ‘advogado-do-mato’, como era conhecido Fonteles entre as massas camponesas dos sertões do Araguaia (FONTELES, 2013: 29).

A questão posta era de que os anos em que os militares estiveram na região e fizeram as campanhas de ataques contra os guerrilheiros, os camponeses também sofreram diversas perseguições. Com isso havia ficado então um saldo de profunda dor e sofrimento com sequelas físicas e emocionais em muitos moradores da região, sem contar os processos de tentativas de expulsão que vieram em seguida por conta da abertura para o capital econômico nacional e internacional se instalar nessas localidades. Embora a Caravana tivesse um papel de ir ver a situação dos familiares do Araguaia, também se tinha a oportunidade para mostrar como já estava o quadro do sul do Pará nesse momento de transição da década de 1970 e início da década de 1980. Vejamos mais uma vez a observação de Paulo Fonteles Filho,

Em 1980, ano da Primeira Caravana do Araguaia, foram registrados 56 conflitos pela posse da terra apenas na região do Araguaia e adjacências onde ocorreu a Guerrilha. Tais conflitos produziram 30 mortos entre camponeses, pistoleiros e grandes latifundiários com amplo apoio da ditadura militar, como Fernando Leitão Diniz e Elias Uliana . vale ressaltar que a grande maioria dos mortos era de pistoleiros que atuavam a soldo dos grandes empreendimentos agropecuários que ensinavam retirar os lavradores de suas posses, o que representava uma ofensiva do movimento social camponês naquela imensa região. (FONTELES, 2013: 31).

Como podemos perceber, o limiar da década de 1980, trazia a herança da década anterior, marcada pela memória de uma guerra que teve um vencedor, a força brutal do Estado. Mas deixou, além de sequelas, lições para os camponeses e camponesas. Vejamos ainda mais uma descrição que nos traz Paulo Fonteles Filho,

E com a derrota militar das Forças da Guerrilha do Araguaia, as terras, antes largas e peneiras de fartura, são inseridas nas relações capitalistas de produção controladas pela grande empresa privada, e o poder dos generais vai favorecer e acelerar o malsinado modelo. E essa mudança radical vai alimentar uma profunda revolta na imensa massa camponesa pelos sertões do Araguaia. A geração de “Gringo”

foi de lavradores que conheceram os insurgentes do Araguaia e por conta da luta pela posse da terra promoveram a “Guerra dos Perdidos” em 1976. Tal geração de camponeses resistiu à instalação de diversos grupos financeiros que ocupavam vastas áreas, tais como Sul América, Atlântica, Boa Vista, Peixoto de Castro, Bradesco e Bamerindus; os alemães Atlas e Volkswagen; os norte-americanos King’s Ranch, United Steel Corp, e John Davis. No caso de John Davis, coronel aposentado do Exército dos Estados Unidos, dezenas de posseiros realizaram ação coletiva armada, na PA-70, próximo à região do Araguaia, depois das provocações do militar ianque que, pela força, tentava desalojar os lavradores de suas posses. Do choque resultou a morte do norte americano bem como de seus dois filhos. (FONTELES, 2013: 32).

Como podemos ver no relato de Paulo Fonteles Filho, do resultado da Caravana do Araguaia, que tinha como objetivo fazer uma verificação das sequelas deixadas na região, sobretudo das ações do Exército, o autor nos mostra que nesse primeiro momento, já se anotou em um relatório, mais de cinquenta casos de mortes envolvendo conflitos só na região do Araguaia, e como pontuou na citação acima, os camponeses do Araguaia, também tiveram lições de aprendizado com os guerrilheiros, principalmente que o movimento foi aniquilado, quando eles mesmo, tiveram que construir processos de organização para suas defesas.

Paulo Fonteles Filho recorda da entrada de diversos grupos que adentraram na Amazônia, principalmente na região do Araguaia, como dos bancos Bradesco e Bamerindus, a indústria de produção de automóveis alemã Volkswagen, entre outros empreendimentos. Nos mostra que frente a tudo isso houve resistência, principalmente pelo modo de organização apreendido junto aos ‘paulistas’, como eram chamados os guerrilheiros do Araguaia.

Assim, podemos ter uma ideia do que foram os impactos do regime militar e suas ações para a Amazônia, principalmente para o estado do Pará, com consequências que deixaram rastros de dor e destruição desde o início do golpe em 1964 com prisões, torturas e mortes de trabalhadores tanto no campo quanto na cidade.

Pere Petit no artigo “O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985” (2016)¹¹, nos mostra como ocorreram as mudanças junto aos golpistas aqui no estado paraense, principalmente na capital. Para o autor, o golpe foi considerado ‘civil-militar’ porque forças da sociedade civil como governadores, parlamentares, empresários, fazendeiros, além de alas conser-

¹¹ PETIT, Pere. O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no estado do Pará: 1964-1985. Revista de Estudios Brasileños, I Primer Semestre 2016, I Volumen 3 - Número 4.

vadoras da igreja católica apoiaram diretamente o regime. Nesse sentido, o autor é enfático nessa afirmação, mesmo não desprezando os debates já travados sobre o tema, em que outros autores afirmam que o golpe foi militar.

Para Petit, em Belém, o movimento contou com a grande articulação do então tenente-coronel Jarbas Passarinho, eu durante os anos seguintes viria a ser um dos maiores mentores intelectuais do regime militar, como da instituição do AI-5 quando do debate entre a cúpula se deveriam usar ou não a força máxima para tomarem o controle definitivo dos poderes com o fechamento do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, entre outros, usou a expressão “as favas com os escrúpulos da nação!” numa fala que permitia tudo.

Assim, continua Petit, para que o golpe se consumasse nas terras da parte norte do Brasil, era necessário que houvesse uma ligação, e essa se fez com a figura de Jarbas Passarinho, que no momento de tirarem o presidente João Goulart, daqui se alinhava as posições tomadas com os militares de Minas Gerais, onde o ‘levante’ se iniciava. O autor nos fala ainda que ocorreria o “I Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (Slardes) que iria acontecer na Faculdade de Odontologia em Belém e os responsáveis por esta organização era a União Internacional dos Estudantes, a União Nacional do Estudantes (UNE) e a União Acadêmica de Estudantes do Pará (UEAP). Para dar ênfase ao golpe, o evento deveria ser invadido pelas forças militares e pela polícia militar que deveriam espancar e prender jovens que não estivessem um lenço branco amarrado no pescoço, como nos mostra a seguir,

A invasão do local deveria ter acontecido em sincronia com a ação da Polícia Militar (PM), cuja incumbência seria agredir e prender aqueles que não tivessem lenços brancos amarrados no pescoço. Por alguma feliz razão, as pessoas com lenços brancos invadiram o auditório antes do combinado com oficiais da PM. Para participar do Slardes chegaram a Belém, além de estudantes paraenses e de outros estados do país, estudantes argentinos, bolivianos, colombianos, guianenses, venezuelanos e peruanos. (PETIT, 2016: 27)

Como se pode observar, o clima era de consolidação com golpe dado pelos militares e apoiados pelos civis. Não restando alternativa as autoridades locais senão a adesão por parte dos governantes como do governador Aurélio do Carmo e seu vice Newton Miranda, além do prefeito de Belém Moura Carvalho que ficaram nas gestões até a metade de junho de 1964, quando foram destituídos totalmente de seus respectivos cargos. Ainda no processo da consolidação do golpe, a caçada aos contrários ao movimento foi grandiosa, como nos mostra mais uma vez Petit,

Cerca de 300 pessoas foram presas no Pará nos meses de abril a junho de 1964. A maioria eram lideranças sindicais, militantes do PCB e da Ação Popular (AP) e estudantes universitários. No dia 14 de abril foi detido Henrique Felipe Santiago, ex-deputado estadual do PCB que teve seu mandato cassado em 1948. (...) O deputado estadual Benedicto Monteiro foi detido, no município de Alenquer, no dia 15 de abril. Um dia antes, o seu mandato foi cassado pela Assembleia Legislativa “por unanimidade de trinta e quatro votos, em uma reunião especialmente convocada para esse fim”. Raimundo Jinkings, presidente do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá e presidente regional do CGT, foi preso, em Belém, no dia 29 de abril. (PETIT, 2016: 28-29)

Assim, temos então um olhar sobre os acontecimentos daqueles dias difíceis que foram o cenário brasileiro, com as tropas militares nas ruas e os resistentes a esse movimento, resistindo ou buscando de alguma forma fugir das prisões impostas pelas autoridades, acima de tudo militares. O Pará, e sua capital, Belém não ficaram de fora desse momento de grandes tensões sociais, pois como bem nos mostrou Pere Petit, as autoridades civis, não tiveram forças suficiente para manter a ordem, na tentativa de frustrar os golpistas, pelo contrário, foram obrigado aderir a ‘nova ordem’ que se estabelecia, mesmo que a força fosse sendo usada de forma desproporcional.

Ainda sobre o golpe militar em 1964, Edilza Fontes nos mostra através do artigo “A UFPA e os anos de chumbo: a administração do reitor Silveira Neto em tempos de ditadura (1964-1969)”¹². No texto, a autora nos mostra que José Silveira Neto assumiu a reitoria da Universidade Federal do Pará em 1960 tendo permanecido no cargo até 1969, ou seja, assumiu ainda no período democrático e no momento do golpe continuou como reitor, tendo principalmente aí, com o apoio dos militares implantado uma série de reformas estruturais, mas também com o apoio declarado, se tornou também um dos principais apoiadores e ‘perseguidores’ dos contrários ao regime. As lembranças de alunos da época, ex-professores e funcionários coletados pela autora nos mostram exatamente um pouco o perfil do então reitor.

Segundo Edilza Fontes, o ano de 1968, quando se instaurou o AI – 5 (Ato Institucional número 5) foi o mais turbulento dentro da UFPA, com a ocupação de várias faculdades como Medicina, Economia, Química, Filosofia, Ciências Humanas e Letras principalmente por alunos e que foram vigiados pela polícia mantendo

¹² FONTES, Edilza Joana Oliveira ; ALVES, Davison Rocha. A UFPA e os anos de chumbo: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960-1969). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013.

um clima tenso no ar. Foi o momento de endurecimento da reitoria para com professores considerados subversivos como dos casos de 'Aurélio Leal Alves, Inocência Mártires Coelho, Pedro Galvão, Isidoro Alves Raimundo Heraldo Maués, João de Paes Loureiro, entre outros' (Fontes, 2103: 290).

Em 2014, Edilza Fontes também organizou a série chamada "Anos de chumbo e a UFPA"¹³ que foi produzido através de mais de 87 depoimentos concedidos por professores, técnicos administrativos e ex-alunos da Universidade Federal do Pará. Esses depoimentos foram resultados do projeto denominado "A UFPA e os anos de chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)", onde a partir dos depoimentos a autora organizou diversos eixos temáticos onde foram produzidos cinco programas em que os sentimentos, as lembranças, os traumas, as experiências do período ditatorial no Pará e no Brasil são relatados e registrados. Resultado desse trabalho, foram criados 'curtas' com pequenos trechos dessas memórias, como podemos ver a seguir,

Em 64 eu estava em Boa Vista quando teve o golpe... e a gente era tão distante de tudo que só quase dois meses depois é que os militares chegaram lá e não tinham muitas coisas pra fazer. Aí eles resolveram prender todas as bicicletas...(Margaret Moura Refkalefsky). Na universidade como Belém a gente encontrava de tudo, desde apoio, desde solidariedade até traição, a covardia...(Pedro Cruz Galvão de Lima).

Eu encontrei uma universidade em alvoroço, uma universidade que falava de tudo, que movimentava. O diretório era muito representativo na congregação apesar de termos só três professores que na verdade tinham consciência da situação, os outros fingiam que não tinham... (Lays Duarte de Salles)

Houve inclusive defecções, inclusive houve gente que no mesmo dia ou no dia seguinte mudou de lado, se passou debaixo das asas verde-oliva das asas militares, foi pra Brasília (Aloizio Lins Leal)

Existia muita gente revoltada com o golpe, o fato de os militares estarem no país, um silêncio, uma inversão da ordem. Havia uma tradição de uma participação estudantil na política, não apenas nas agremiações clandestinas, mas através da participação do movimento que tinha como ideia redemocratizar o país...(Humberto Cunha)

Nós estávamos reunidos na CAJU no dia do golpe. Haveria na UAP, que ficava em frente da CAJU ali na São Jerônimo e ia haver uma palestra do Benedito Monteiro sobre Reforma Agrária. Nós estávamos em peso, cheia a UAP. Nós estávamos lá na frente, aí chegou o caminhão do exército e fechou as duas ruas, uma era na Benjamim e a Ruy Barbosa e descarregou os militares lá com todo aquele aparato lá. Aí foi gente correndo pra trás, pulando muro, cerca por lá... (Alberto Ferreira Puty).

¹³ FONTES, Joana Edilza Oliveira. A UFPA e os anos de chumbo. Disponível em www.multimidia.ufpa.br

Como podemos observar nos trechos acima dos depoimentos concedidos à historiadora, são várias as memórias sobre o golpe militar de professores, servidores e ex-alunos nos dando um entendimento hoje que a situação vivenciada por essas pessoas foi muito difícil, mas também e em alguns momentos cômica, como no caso do militares quando chegaram em Boa Vista e sem terem muito o que fazer, prenderam as bicicletas. Outras nos instigam mais a pensarmos o momento de tensão vivenciado pelos jovens que iriam ouvir a palestra de Benedito Monteiro, grande defensor da reforma agrária e que no dia programado, 31 de março de 1964, foram surpreendidos pelos soldados do exército.

No livro intitulado Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres (2003)¹⁴, Osvaldo Coimbra nos mostra o papel da igreja Católica no momento do golpe. Segundo o autor, a instituição religiosa não ficou de fora no apoio junto ao seu maior líder do período, o arcebispo Dom Alberto Ramos, a quem era visto desde nos anos de 1960 como alguém que gostava muito de estar ligado à elite local, participando de programas televisivos e falando nos palanques.

Foi essa ligação, segundo Osvaldo Coimbra que fez com que o então arcebispo ficasse do lado dos militares no momento que ocorreu o golpe 'delatando' padres considerados subversivos e comunistas além de membros da então Juventude Católica Cristã (JUC) que procuravam trabalhar uma consciência cristã-social e não foram aceitos pela igreja conservadora.

Assim, podemos ver e ter uma compreensão de que o golpe militar ou civil-militar que se instalou no Brasil a partir de primeiro de abril de 1964, não só causou mudanças bruscas em outras regiões do país, principalmente no sudeste, mas também alcanço espaços mais distantes, principalmente na caça aos comunistas, como foi o caso do Pará, com vigilância no campo e na cidade e não diferente, dentro do próprio seio da igreja católica. Nesse sentido, o estado paraense com sua capital Belém, sentiram de perto os dias e os anos que se seguiram com temor e preocupação, mais também com lutas dos contrários ao regime instalado, que como já vimos, só viria finalizar com o mandato do último presidente militar, João Batista Figueiredo em 1985, mas que heranças ficaram e permanecem ainda hoje, não só na memória, mas práticas cometidas, muito no campo quando são observadas uma série de violações dos direitos humanos, principalmente pelas forças do estado como das polícias civil, militar e em alguns casos da polícia federal.

¹⁴ COIMBRA, Osvaldo. Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denúncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964.- Belém: Paka-Tatu, 2003.

CLERO PROGRESSISTA E OS STRS: A VIGILÂNCIA

Renato Pinheiro da Costa no trabalho acadêmico apresentado no Instituto Teológico do Pará (IPAR) no ano de 1998 intitulado “Diocese de Abaetetuba: revendo fatos para reconstruir a história” (1998)¹⁵ nos mostra alguns dos antecedentes que fariam com que esta região tivesse uma forte influência da igreja católica. Ele nos diz, que somente em 1961 é que Abaetetuba, como então espaço mais desenvolvido e movimentado desta região passará a ser denominada de Prelazia, vindo a se tornar Diocese em 1981.

Antes de ser prelazia, o território que corresponde aos municípios de Tomé-Açu, Bujaru, Barcarena, Moju, Tailândia, Concórdia, Acará e Abaetetuba, pertenciam ao território eclesial da Arquidiocese de Belém do Pará, com isto os pastores que vinham a esses lugares para a tender as necessidades espirituais da população eram do clero secular ou religioso que prestavam serviços missionários à arquidiocese (Pinheiro, 1998: 36).

Em 1961 chegaram em Abaetetuba os primeiros missionários Xaverianos e acompanhados de Dom Alberto Gaudêncio Ramos. No dia 06 de maio de 1962, seria criada a então Prelazia de Abaeté. Em 18 de dezembro do mesmo ano, seria então nomeado bispo Dom João Gazza, da congregação dos Xaverianos. O decreto do papa para a criação da Diocese de Abaetetuba é de 04 de agosto de 1981. No entanto, é somente no dia 15 de julho de 1982 que é oficialmente instalada. E como marco deste momento, é feito a abertura da 1ª Assembleia do povo de Deus e que tinha como tema: “Nós igreja, apostamos nos pequenos”. E nada menos que Dom Ângelo Frosi era escolhido como bispo.

Dom Ângelo Frosi, assume então como bispo da Diocese de Abaetetuba quando os municípios vizinhos começavam a viver os problemas ocasionados pelos diversos projetos agroindustriais que também passavam a se instalar nos municípios próximos, como de mineração em Barcarena, de monoculturas em municípios como Moju, Acará, Tomé-Açu.

Eram tempos em que os militares ainda impulsionados pelo slogan desenvolvimentista, incentivavam a todo custo investimentos para esta parte da Amazônia. Assim, municípios como Moju, Acará e Tomé-Açu receberam grandes números de projetos voltados para o setor agropecuário, produção de monocul-

¹⁵ PINHEIRO DA COSTA, Renato. Diocese de Abaetetuba: revendo fatos para reconstruir a história” no trabalho acadêmico apresentado no Instituto Teológico do Pará (IPAR). Monografia de Especialização. Belém, PA: (IPAR), 1998.

turas, como se viu com a empresa Sococo, Agropalma, Agromendes, Reasa, entre outras que ali se instalaram. No município de Acará, não seria diferente e muito menos em Tomé-Açu, com a chegada de pessoas de outros estados para se apossar de terras para algum tipo de negócio.

Frente a isso tudo, estes municípios viviam uma ‘penúria’, pois muitos colonos, lavradores, não sabiam a quem recorrer. Onde já existia os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os presidentes eram considerados ‘pelegos’, faziam vista grossa. O lema da 1ª Assembleia Diocesana animou muitos dos que participaram, uma vez que ali estava os dizeres “Nós igreja, apostamos nos pequenos”, aparentemente onde estes sujeitos teriam uma ‘esperança’ em uma voz para ajuda-los.

No documento dos militares considerado secreto, datado de 14 de março de 1978, podemos ver uma das primeiras ‘observações’ sobre Dom Ângelo Frosi. Intitulado “Antecedentes de D. Ângelo Frosi – Bispo Prelado de Abaetetuba/PA”, temos as primeiras descrições sobre o religioso, como veremos a seguir,

D. Ângelo Frosi – Xaveriano – DLN – 31 Jan 21 – S. Bassano, Cremona/Itália – Ordenado padre em 06 de maio de 48 – Nomeado Administrador Apostólico “ad-nutum” da Prelazia de Abaeté do Tocantins, em Dez 67 – Eleito bispo titular de Magneto e Prelado do Tocantins, em 09 Fev 70 – Participou de um encontro realizado no “S. Pio X” no período de 03 de Mar 70, ao qual estiveram presentes 12 bispos pertencentes a Regional Norte 2, da CNBB. Ao final do encontro, foi aprovada a “Declaração dos Bispos da Amazônia” que foi assinada por todos os participantes do conclave. Consoante o conteúdo da “Declaração”, no Seminário foram tratados assuntos exclusivamente pertinentes à realidade católica, em particular aos ligados à Educação, Saúde e formação religiosa na Amazônia – em 20 de Jul, o jornal “A Província do Pará”, noticiou que, com o “imprimatur” de D. Ângelo Frosi, bispo prelado de Abaetetuba/PA e Presidente da Comissão Episcopal Regional Norte 2, estava à venda, em publicação da editora “Vozes Ltda”, o livro “Cristão no meio rural” de autoria do frei Bernadino Leers, OFM – Até Fev de 74 o nomeado D. Ângelo era considerado “Conservador” – em Mar 77, D. Ângelo Frosi assinou, justamente com D. Alano Maria Pena e o padre Joaquim Farinha, em nome da Comissão Episcopal Regional 2, uma nota de “solidariedade aos bispos acusados de comunistas”, no caso D. Tomás Balduino e D. Pedro Casaldáliga, que na época, foram denunciados pelo bispo de Diamantina/MG, D. Geraldo Sigaud, como professantes do credo comunista. Em sua manifestação de solidariedade, ressaltaram os signatários: “a marginalização em que vive a imensa maioria do nosso povo e a impossibilidade prática de participarem das decisões que dizem respeito à vida da comunidade, são certamente, um dos frutos do capitalismo”. – D. Ângelo Frosi, ao que parece, passou a adotar a linha “Progressista” da Igreja, tanto que em sua prelazia têm sido realizados cursos a tra-

balhadores rurais, com cunho contestatório ao governo. Jovens da Prelazia de Abaetetuba, apoiados por religiosos passaram a imprimir e distribuir naquela cidade, o jornalzinho denominado “O Despertador”, que se revelou como um órgão de contestação ao regime, com tendências esquerdistas. – no dia 21 Jan 78, D. Ângelo Frosi, Bispo Prelado de Abaetetuba/PA e Presidente da Regional Norte II da CNBB, concedeu entrevista a jornalistas de Belém/, na qual fez severas críticas ao Governo pela maneira como foi feita a indicação do candidato oficial à Presidência da República. D. Ângelo disse que a Igreja não pode concordar com o processo adotado, que alija a participação do povo, deixando a escolha nas mãos de uma única pessoa ou de um pequeno grupo. (ACE: 109941/78)¹⁶

Como podemos observar nas descrições acima do Serviço Nacional de Informação, a vida do religioso já estava vigiada. Sabiam todo seu histórico de origem, bem como de suas últimas exposições e posições ligadas a religiosidade, mas também no campo político-social. Seus pensamentos, traduzidos nas ações ou palavras colocavam os militares a par de todos seus passos. Em novo documento tido como ‘sigiloso’ e ‘confidencial’, os militares apresentaram um novo ‘dossiê’ contra o bispo de Dom Ângelo Frosi. Desta vez, intitulado “Assunto de caráter político-ideológico – D. Ângelo Frosi.” Vejamos os registros,

O bispo de Abaetetuba/PA – D. Ângelo Frosi, não se tem manifestado, até agora, a respeito de assunto de caráter político-ideológico. Há registros, no entanto, de que o referido religioso, através dos sermões proferidos em sua diocese, como também por meio de panfletos e livretos ali difundidos, vem procurando induzir os fiéis a se posicionarem contra o regime e o Governo. Assim é que, em artigo inserido no jornal “O Liberal”, edição de 28 Set 81, o jornalista João Malato denunciou que, por ocasião da ida do Senador Jarbas Gonçalves Passarinho à Abaetetuba, com o único objetivo de instalar o Diretório Municipal do Partido Democrático Social (PDS), D. Ângelo Fez um violento sermão na igreja local, atacando não só o Senador, como também as autoridades constituídas da Nação. Acusando-os como responsáveis pela morte de milhões de crianças, devido à falta de assistência. Segundo, ainda, o articulista, a Diocese de Abaetetuba vem sendo um dos principais focos de agitação rural e seu bispado vem se revelando como um dos mais ativos e determinados, inclusive despendendo milhões de cruzeiros (que lhe vêm do estrangeiro), na confecção de “Cartilhas Pastorais” (ACE: 1917/82)¹⁷

E continua o documento,

Ainda em 81, prefaciado por D. Ângelo Frosi, foi lançado em Abae-

¹⁶ Arquivo Nacional, SNI. BR_DFABSB_V8-MIC_GNC.AAA.78109941. 14 de março de 1978.

¹⁷ Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78109941. 14 de março de 1982.

tetuba o livro de cantos intitulado “Caminhando e Cantando”, para uso das Comunidades Eclesiais de Base do município. São 419 letras de cânticos, quase todas enfocando questões de terras e clamando pela liberdade dos “pobres lavradores e trabalhadores, espoliados pelos poderosos”. Algumas dessas letras, foram adaptadas às músicas de canções populares, tais como: “Peguei um Ita no Norte”, “Boiadeiro”, “Lá no meu pé de serra”, “Asa Branca”, “Mulher Rendeira”, etc. dentre tais cânticos, destacam-se, todavia, os intitulados “Povo unido jamais será vencido”, “Vamos companheiro” e “Agora nós vamos pra luta”, dado os seus teores incitativos à desobediência e à desordem. (ACE: 1917/82)¹⁸

A seguir a letra intitulada “Vamos companheiro”,

1. Vamos companheiro / está na hora de acordar/ diante de tanta injustiça/ não podemos desanimar (bis).
2. Os lavradores reunidos/ um dia vão resolver / os grandes problemas da terra/ que estão aparecer (bis)
3. Vamos em frente meus amigos/ levando sempre a união/ pobre acreditando no pobre/ baseado na situação (bis).
4. Amigos e companheiros/ vamos se unir pra mais forte ficar/ se organizando em sindicato/ para podermos reivindicar (bis). (ACE 1917/82).¹⁹

Como mencionado no documento, o bispo continuava sendo vigiado. Os militares aparentemente entendiam que este não causava grandes preocupações, mais seu posicionamento em alguns momentos os incomodavam, como no sermão proferido quando da visita do então Senador da República Jarbas Passarinho em Abaetetuba para instalação da sede do PDS. Ou então pelo fato de estar com um posicionamento ligado aos lavradores, sobretudo com o ‘prefaciamento’ do livro de cânticos, que eram utilizados para ‘animar’ os encontros nas comunidades de base.

As letras, obviamente, haviam sido uma estratégia para os movimentos sociais, comunidades eclesiais de base, partido das esquerdas que começavam a respirar um ‘ar’ de liberdade e através destas canções, podiam se manifestar e aos poucos, pensarem nos processos de reorganização de alguns movimentos, como aos poucos foi acontecendo, como a ‘tomada’ dos sindicatos dos trabalhadores rurais, que em sua maioria criados a partir dos anos de 1970, estavam sob o controle de líderes ligados aos militares.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

Foi o que aconteceu em Acará, Tomé-Açu e Moju, por exemplo, municípios que eram ligados a Diocese de Abaetetuba, e que faziam parte da denominação chamada ‘região Guajarina’. Ali, no limiar da década de 1980, grupo de lavradores, vivendo a experiência das CEBs e com as chamadas Delegacias Sindicais, apoiados pelos discursos do bispo de Abaetetuba e de padres considerados progressistas, utilizando a ‘cartilha’ da Teologia da Libertação, incentivaram e ajudaram na conscientização para que estes pudessem fazer uma luta de enfrentamento para que pudessem conquistar os STRs.

Um desses religiosos, padre Sérgio Tonetto, atuando em Moju desde 1977, foi importante personagem para que as mudanças ocorressem neste município. Crítico contundente do regime militar, também foi vigiado e num documento sigiloso, teve sua identidade apresentada pelo militares, como poderá ver a seguir,

Sérgio Tonetto – DLN: 18 Fev 45 – Iesolo/Itália – Filiação: Ermínio Tonetto e Emma Sgorlon. – sacerdote Católico. Trabalha na Paróquia da cidade de Moju/PA, onde desenvolve um trabalho de contestação ao Governo e ao regime, dando integral apoio ao PT. – infiltração nos estabelecimentos de ensino. (ACE Nº 3157/83).²⁰

Como podemos verificar, padre Sérgio Tonetto, também estava sob a vigilância dos militares. Bastava fazer alguma crítica ao regime ou ao governo que as atenções se voltavam para esta ou aquela pessoa e já era considerada suspeita, subversiva, comunista. Em 1984, outro documento contendo mais detalhes sobre o padre Sérgio Tonetto e também com do recém chegado padre Ângelo Paganeli em Moju, outro Xaveriano, vindo da Itália é apresentado em um novo relatório intitulado “Atuação do clero no município de Moju/PA”, como será mostrado a seguir,

Os padres Sérgio Tonetto e Ângelo, ambos de nacionalidade italiana, estão aproximadamente há três anos atuando no município de Moju/PA. Durante a semana, viajam pelo interior do município, catequisando os moradores. Os padres, quando sabem que políticos vão visitar qualquer região, antecipam-se dizendo aos moradores que “os enganadores” estão chegando para visitá-los, que não é para acreditar no que eles dizem, sob pena de perderem suas confianças. Durante a celebração da missa aos domingos, procuram denegri a imagem dos Governo Federal e Estadual, dizendo que os mesmos são “ladrões e corruptos”. Em 21 Out 84, padre Ângelo, durante a missa, disse que “o Governo Federal é o grande culpado pela morte das crianças no Nordeste; pela inflação galopante; pela permanência do incompetente Delfim Neto no Ministério do Planejamento; pela candidatura de Paulo Maluf, para permanecer o continuísmo da ditadura militar, pelos escândalo financeiros havidos e sem providen-

²⁰ Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003157. 04 de maio de 1983.

cia nenhuma no Brasil; pela perseguição dos pobres e oprimidos; pela falta de terra para os colonos trabalhadores e pela miséria em que vivem milhões de brasileiros”. (ACE 5039/84).²¹

É claro que para os militares conseguirem tais informações tão precisas, era necessário que nos espaços destas localidades, existissem pessoas “infiltradas”, que estivessem a serviço do regime, os chamados colaboradores. No caso de Moju, haviam vários, entre eles, políticos e outros civis. Um destes, mencionado em um documento era o senhor Cleto Nascimento Medeiros, que viria se tornar político com mandato de vereador por diversos mandatos em Moju, como se pode ver a seguir,

Cleto Nascimento Medeiros, vereador pelo Partido Democrático Social (PDS), comentou a servidor desta AR, que o padres não batizam filhos de políticos e nem os podem servir de padrinhos, citando o caso de seu filho que está com cinco anos de idade, e ainda não foi batizado. O problema fundiário sempre existiu no município, e, por esse motivo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Moju e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) distribuíram um comunicado (cópia anexa), datado de 10 Set 84, no qual criticam as autoridades federais e estaduais pelo “descaso” em relação ao problema. Como forma de solucionar os conflitos gerados pela posse da terra sugerem uma “reforma agrária radical e imediata”. (ACE 5039/84).²²

De fato, a presença dos dois missionários religiosos em Moju foi muito importante. Não à toa o relatório tecia críticas muito forte em relação aos dois padres. Sérgio Tonetto, que se encontrava no Pará e desde os anos de 1977 em Moju, era um dos mais animados com a possibilidade de uma organização mais expressiva dos lavradores. Em uma nova observação, se referindo a conquista do sindicato dos trabalhadores rurais mojuense, que de fato ocorreu em 1984, temos como título “Eleição no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju/PA”, vamos conferir,

Realizou-se no dia 06 Mar 83, às eleições para o Sindicato Rural de Moju/PA, com a participação de 04 (quatro) chapas concorrentes. Saiu vencedora a chapa 2 (oposição), apoiada pelo “Clero Progressista”, Federação dos Órgãos Para Assistência Social e Educacional (FASE) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B) representado pela militante Isabel Marques Tavares da Cunha; além ativa da Comissão Pastoral da Terra que unidos somaram forças visando tomar a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. A estratégia adotada pela chapa 2, consistiu em pôr em prática as articulações que vêm sendo desenvolvidas nos últimos 04 (quatro) anos pelo PT, Clero Progressista, CPT, FASE, PC do B. referidas entida-

²¹ Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_84005039. 30 de novembro de 1984.

²² Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_84005039. 30 de novembro de 1984.

des esquerdistas vêm desenvolvendo intenso trabalho de base, no campo, junto aos trabalhadores rurais, aos pequenos agricultores, posseiros, com o objetivo de formar uma consciência política que reúna os trabalhadores rurais e para tanto, o primeiro passo é tomada do controle dos sindicatos rurais. (ACE 3045/83).²³

E prossegue o documento dos militares,

No caso do Sindicato de Moju/PA, o Clero Progressista, nas pessoas do Padre Sávio Corinaldesi, filho de Ulderico Corinaldesi e Ima Gagliardini, nascido aos 01 Dez 36, Jesi/Itália e Sérgio Tonetto, filho de Eminio Tonetto e Emma Sgorlon, nascido aos 18 Fev 46 em Iesolo/Itália, que aproveitando-se do indivíduo Manoel Ferreira dos Santos (Manoel Libório), ligado à CPT e filiado ao PT (concorreu s eleições de novembro/82, ao cargo de vereador, em Moju/PA, obtendo apenas 56 (cinquenta e seis) votos, recentemente infiltrado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju/PA, tendo participado da chapa 2, como representante, para pôr em prática a estratégia política visando tomar a direção do Sindicato, consubstanciada nos seguintes pontos: distribuição de panfletos divulgando a chapa2. – quitação das mensalidades em atraso dos associados e simpatizantes da chapa 2. –promover o transporte, hospedagem e alimentação dos eleitores no dia da eleição. – intenso trabalho de base através da distribuição de panfletos, realização de encontros de comunidades, além de trabalho de boca de urna no dia da eleição feito pelos padres na sede do Centro Comunitário de Moju/PA - os trabalhos de votação foram iniciados por volta de 08:00 horas, transcorrendo normalmente, sem incidentes. A apuração iniciou-se à noite terminando às 03:00 horas do dia 07 Mar 83, quando a chapa 2 foi proclamada vitoriosa por maioria esmagadora, tendo recebido quase 80% (oitenta por cento) dos votos no total de 310. – no dia das eleições, a FASE, se fez presente, representada pelo seu Diretor Regional de Abaetetuba/PA, Osvaldo de Moraes Matos. (ACE 3045/83).²⁴

E pra finalizar o relatório, foi apresentado a chapa vitoriosa,

A chapa 2 tinha a seguinte composição: Efetivos – Virgílio Serrão Sacramento – Rosalina dos Santos Silva – Aldenor dos Reis e Silva – Suplentes: Neles Barbosa Rodrigues – Alcebiades Teles de Souza – André de Souza Gomes – Conselho Fiscal – Efetivos: Geraldo Felipe Santiago – Joaquim Alves dos Santos – João da Cruz Gomes da Costa – Suplentes: Tiago Martins – Idalino Araújo Tavares – Raimundo Leal Maia. – Delegado Representante – Efetivos: Manoel Ferreira dos Santos – José Correa da Cunha – Suplentes: Josias de Jesus – Otávio Inácio da Cunha (ACE 3045/83).²⁵

²³ Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003045. 21 de março de 1983.

²⁴ *Idem.*

²⁵ *Idem.*

O relatório apresentado pelo agentes de segurança do Serviço Nacional de Informação (SNI) era bem preciso falando sobre a veracidade dos fatos uma vez que continha detalhes dos atos organizados pelos sujeitos que que haviam se proposto a participar do pleito realizado pelo STR de Moju, bem como dos que se prontificaram ajudar na vitória da chapa 2, como a FASE, CPT, Clero local, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil, entre outros.

Fundado em 1971, o STR de Moju contabilizava mais de uma década sob a direção de lideranças ligadas aos militares. E frente ao avanço do agronegócio que investia nas terras mojuense, a direção nada fazia para ajudar as famílias de lavradores que procuravam ajuda. Foi este sentimento que levou o grupo, chamado de oposição a se posicionar e fazer o enfrentamento dentro da entidade, primeiro buscando conquistar a vitória, que como vimos no relatório acima, foi travado uma 'batalha' para que a vitória ocorresse.

E neste sentido, com o apoio de padre Sérgio Tonetto que já se encontrava em Moju, bem como de outros representantes de partidos, movimentos sociais, Virgílio Serrão Sacramento, é aclamado presidente desta instituição.

Em 1985, Virgílio aparece em outros documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI). O primeiro mencionando a figura do líder sindical como 'questionador' pelos problemas relacionados as aposentadorias onde começavam a aparecer casos de 'fraudes' neste benefícios, como está posto a seguir,

Fraude nas aposentadorias – Nos primeiros dias da segunda quinzena de Jan 85, os jornais da cidade ocuparam-se na divulgação da notícia de que, nos municípios de Capitão Poço e Moju, ambos neste Estado, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) estava sustando a entrega dos carnês de aposentadorias de trabalhadores rurais, sob alegação da prática de fraude nas Certidões de Nascimento. Em contato mantido, nesta data, com a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), através de seu titular, Dr. Ajax Carvalho de Oliveira, a B7B, não só obteve a confirmação dos fatos narrados através da imprensa, como também tomou ciência das medidas adotadas. (ACE 5151/85)²⁶

E prossegue o documento,

Segundo aquele dirigente, o INPS/PA, vinha, há algum tempo, recebendo denúncias de fraudes no processo de obtenção de aposentadorias, principalmente no interior do Estado. Em vista disso, sendo os meses de Jan/Jun de cada ano a época mais adequada para detectar tais irregularidades, face ser o período em que são distribuídos os carnês de pagamento, foram mandadas aquelas localidades

²⁶ Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_85005151. 29 de janeiro de 1985.

equipes de fiscais do órgão, com a missão de efetuar levantamentos dos processos de aposentadoria concedidas. Nessa ocasião, foram comprovadas inúmeras irregularidades. Casos idênticos, verificados em outras diligências, já tiveram seus processos encaminhados a Superintendência Regional de Polícia Federal. (ACE 5151/85).²⁷

Finalizando o documento, a crítica a Virgílio Serrão Sacramento e outras lideranças de Moju,

Segundo ainda aquele dirigente, referidas irregularidades são, na maioria das vezes, facilitadas pela ação irresponsável dos Cartórios localizados no interior, que expedem Certidões de Nascimento “frias”, sempre com idade a mais. É válido ressaltar, que, aproveitando-se da oportunidade para denegrir a atuação do órgão na área, estão o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Moju, na pessoa do seu Presidente Virgílio Serrão Sacramento; Comissão Pastoral da Terra (CPT), através do Padre Ângelo Paganelli e Sandra Fernandes da Associação Mojuense dos Professores, que através da imprensa, vem distorcendo os fatos. (ACE 5151/85).²⁸

Em outro documento do Serviço Nacional de Informação (SNI), novas denúncias contra o clero e o STR de Moju. Ocorre, que no dia 07 de setembro de 1984, um imbróglio de terras havia culminado com a morte de Edmilson Soares, vereador pelo Partido Democrático Social (PDS) e acionista de uma firma de dendê. O representante da agroindústria queria a todo custo se apossar de terras pertencentes ao senhor Delorizano, morador da localidade de Curuperé. A noite, o Edmilson chamava outros seguranças e investiam contra a propriedade deste senhor.

O sindicato dos trabalhadores rurais, na pessoa de seu presidente, Virgílio Serrão Sacramento, procurou de várias maneiras resolver a situação. Junto com os pais e outros representantes de movimentos sociais. Fizeram denúncias, foram até as autoridades competentes procurar uma solução. Infelizmente, não encontraram. No dia 07 de setembro de 1984, acreditando que teriam sua propriedade invadida, Delorizano e outros homens foram para a área esperar o parlamentar para chegarem a um diálogo. Quando este apareceu, e foi questionado sobre o trabalho, agiu disparando contra os lavradores que lá estava, que revidaram, e então Edmilson acabou falecendo.

Em documento ainda de 1984, mostra que alguns parlamentares do então PDS, Gerson Perez, Aziz Mutran e o prefeito de Moju Didi Teixeira, foram até o governador Jader Barbalho, relatar os acontecimentos dos últimos dias no município mojuense, quer dizer, apresentar suas versões, vejamos a seguir,

²⁷ *Idem.*

²⁸ *Idem.*

No município de Moju/PA, o Clero Progressista, através dos estrangeiros Padres Sérgio Tonetto e Ângelo e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais vêm desenvolvendo um trabalho de massa, de forma a conscientizar os trabalhadores rurais a empregar a violência como forma adequada de ter acesso a posse e uso da terra. De certa forma, esse trabalho vem surtindo efeito, ocasionando a omissão das autoridades policiais nas providências relativas aos conflitos pela disputa da terra, culminando com a morte, no dia 07 SET 84, do vereador Edmilson Ribeiro Soares (PDS/PA), empregado da empresa Reasa, por cerca de 40 posseiros, quando na condição de empregado orientava os trabalhos de demarcação dos limites de uma gleba daquela empresa. Consumado o crime, a polícia prendeu todos os suspeitos. removendo-os para a cadeia da cidade de Abaetetuba/PA, próximo à Moju, face as ameaças de invasão e de retirada dos presos da cadeia de Moju/PA para colocá-los em liberdade. Apesar dessa providência, por ingerência de autoridades estaduais, ligadas a Comissão Pastoral da Terra, a prisão em flagrante foi relaxada e os presos soltos, para serem submetidos a inquérito em liberdade. Após esse episódio, a tensão social no município recrudescceu. pois os Padres Sérgio e Ângelo, através dos seus sermões na Igreja, durante as missas, insuflam a população contra as autoridades e contra os proprietários rurais. (ACE 4980/84).²⁹

Prossegue o relatório, agora mostrando os presentes na reunião com o governador,

A fim de denunciar a situação existente, e, ao mesmo tempo, pedir providências, estiveram nesta AR, no dia 10 Set de Deputado Federal Gerson Peres dos Santos (PDS/PA), o Dep Est Aziz Mutran (PDS/PA) e o Prefeito Municipal de Moju, Benedito de Azevedo Teixeira “Didi” (PDS/PA), os quais relataram o clima de insegurança existente no Município, face às constantes ameaças a integridade física e a vida de autoridades que se opõem aos seus desígnios. Durante a visita, o Dep Fed Gerson Perez fez graves acusações ao Governador do Estado, Jader Fontenele Barbalho, ao Secretário do Interior e Justiça, Itair da Silva, ao Secretário de Segurança Pública, ARNALDO MORAES FILHO e ao Procurador-Geral do Estado, Benedito Wilfredo Monteiro, pelas posições de apoio aos ativistas de esquerda. O parlamentar sugeriu, ainda, medidas contra-ofensivas a serem realizadas por órgãos federais, como forma de minimizar o proselitismo esquerdista que vem sendo feito na região do Tocantins. Com o mesmo intuito, no dia 02 Out 84, estiveram nesta Agência, o Promotor Público de Moju, Dr. Raimundo Renato e a Juíza de Direito, Dra Dahil Paraense de Souza, que, também relataram a insegurança existente no Município, mesmo para funcionamento do Poder Judiciário, cujos representantes, inclusive, durante as audiências de instrução e julgamento são ameaçados pelos trabalhadores rurais.

²⁹ Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_84004980_d0001de0001. 11 de outubro de 1984.

Segundo o Promotor, seu nome é o sexto de uma lista de pessoas marcadas para serem mortas. Atribui tal anomalia somente á conduta que tem em todos processos, quando procura cumprir com rigor o prescrito na lei processual. (ACE 4980/84).³⁰

Na metade da década de 1980, a luta pela terra em Moju era uma realidade. De certa forma, uma grande ‘confusão’ estava estabelecida. A abertura da rodovia PA-150 que ligaria a região Nordeste paraense, havia atraído muitos homens de outras regiões do país, e que a todo custo intencionavam por adquirirem mais terras. O município mojuense parecia um ‘barril de pólvora.’ E em certa medida, já pegava ‘fogo’, como vimos, com a morte do vereador Edmilson Soares.

O clero progressista e o STR mojuense, na pessoa de seu presidente Virgílio Serrão Sacramento, procuravam dar atenção aos lavradores, aos moradores das comunidades, sendo o ‘reforço’ na luta em suas defesas, sendo incentivadores para que não vendessem suas terras e resistissem as intimidações e tentativas de expulsões.

Virgílio, como presidente do STR, ganhava destaque nesta luta, e por conta de sua atuação, participava da fundação e organização de outras entidades de defesas dos trabalhadores rurais, como foi o caso da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Pará, como assim mostrou em um novo relatório feito pelo serviço secreto dos militares. Intitulado “I Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores” (I CECUT/PA), vamos conferir,

Realizou-se, no período de 22 SET 85, no Ginásio de Esportes da Universidade Federal Do Pará (UFPA), em Belém/PA, o I Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) — I CECUT —, que teve por objetivo: a discussão do desempenho da entidade; a Constituinte; a Reforma Agrária; e o Governo da Nova República, além da eleição da nova diretoria da Central Única dos Trabalhadores no Estado do Pará (CUT/PA). No primeiro dia do Congresso, foi efetuada a sessão de abertura, que contou com e presença de aproximadamente 600 pessoas, em sua maioria, militantes do Partido Revolucionário Comunista (PRC) e Convergência Socialista (CS), destacando-se entre elas, as seguintes: Jair Antônio Meneguelli (B1399561), Secretário Geral da CUT; Paulo Roberto Galvão da Rocha (8001’0340), Geraldo Irineu Pastana de Oliveira. (80620488) e Humberto Rocha Cunha, militante do PRC; Raimundo Antonio da Costa Jinkings (’0005710), militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e Orlando Bordalo Júnior, Presidente do Diretório Regional do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Entre os congressistas, também, foram notadas as presenças dos elementos abaixo relacionados: Raimundo Reinaldo Carvalho Da Silva (PCB); Rejane Maria Sobral Pimentel (B2051862) (PRC); Edir Veiga Siqueira (B1865330 — Z7 : “B”) (PRC); Matheus Henriques Antonius Otterloo (B0009465) (PRC); Durbiratan de

³⁰ *Idem.*

Almeida Barbosa (80078050) (MEP); Lucivaldo Da Silva Ribeiro (Branco) (B1962486); Virgílio Serrão Sacramento; — Pedro Paulo Souza e Silva (PRC) — Edmilson Brito Rodrigues (Z7 : “C”) (PRC); Carlos Vinicius Teles da Costa (B1138390) (CS); Elizabeth de Fátima Dias Faria (B1138388) (CS); Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes (61137141) (CS); Aida Maria da Silva; João Batista de Oliveira Araújo (31208275) (CS); Izabel Marques Tavares Da Cunha (60084785) (PRC); Jose Maria de Castro Pedroso (Piteira) (PRC) — Everardo de Aguiar Lopes (CS) — Valmir Carlos Bispo dos Santos (61864518) (PRC); Ermelinda de Melo Garcia (80192636); Conceição Rodrigues de Menezes (Concha) (B1137153) (CS); Ana Elizabeth da Costa Petrucelli (B2186378); Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima (60009489) (PRC); Atanagildo de Deus Matos (60380866) (PRC). (ACE: 5583/85).³¹

Como se pode observar na primeira parte do documento sigiloso, dos 600 participantes, deu-se destaque para os que supostamente estavam mais à frente 4 como lideranças, tanto no espaço urbano como no espaço rural. O documento prossegue mostrando a continuidade das atividades do encontro, como se pode observar a seguir,

Paulo Rocha, iniciando o Congresso, disse que um dos objetivos daquele encontro era debater a libertação da classe trabalhadora, mas que se sentia triste com a ausência dos companheiros mortos pelas mãos de pistoleiros; e conclamou a união dos trabalhadores para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro, contra “a onda de intervenções que se desencadearam no País”. Orlando Bordalo Júnior, por sua vez, saudou os encontristas e disse não entender o porquê da CUT e CONCLAT, que congregam trabalhadores de todo o País, estarem separadas. Afirmou, também, não aceitar a atual democracia, conclamando a união de todos os partidos em torno dos trabalhadores para que se alcance a democracia plena. Raimundo Jinkings, em sua fala, defendeu uma reforma agrária radical e imediata “para que não contínuem morrendo trabalhadores rurais, como atualmente está acontecendo”. Ao final, Jair Meneguelli fez um retrospecto do surgimento da CUT; a seguir, passou a comentar o desempenho do atual Governo, declarando que o mesmo está adotando uma “repressão” sofisticada, utilizando-se dos meios de comunicação para sair contra os trabalhadores, ao invés de acionar a polícia para reprimir as greves e outras mobilizações da classe operária”. No dia 21 SET 85, houve, apenas, debates sobre o regimento interno da entidade, o que se deu por todo o dia. Pela parte da noite, na programação cultural, foi exibida a peça “Quintino, a Outra Face da Sacanagem”, encenada pelo grupo “Cena Aberta”. Referida peça não foi apresentada integralmente, porque, segundo a sua autora, Zélia Amador de Deus, a mesma não está totalmente completa. (ACE: 5583/85).³²

³¹ Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_85005583. 07 de outubro de 1985.

³² *Idem*.

E prossegue o informativo dos militares,

No domingo, 22 SET, foram debatidos os seguintes temas: “Avaliação e Implantação da CUT No Pará”; e “Sindicalismo: Conjuntura Político-econômica”. Referidos debates não foram acompanhados devido terem sido realizados em grupos, com acesso, somente, a pessoas credenciadas. Entre as propostas aprovadas pela Plenária da CUT, em relação ao tema “Reforma Agrária”, destacam-se as seguintes: Extinção imediata do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT); do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM); e do Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária (INCRA); — Legalização imediata de todas as terras ocupa das por trabalhadores rurais; Estabelecimento de uma área máxima para as propriedades; Desapropriação de todos os latifúndios; e fim dos incentivos fiscais para as empresas pecuárias e outras do tipo. No que tange a conjuntura nacional, ficou definido que a CUT deve empenhar-se na organização e apoio à luta de todos os trabalhadores e na defesa dos seguintes pontos: Rompimento com o FMI e não pagamento da dívida externa; Reajuste trimestral de salários, com semana de 40 hs, sem redução de salário; Estabilidade no emprego e salário-desemprego; Liberdade e autonomia sindical; Irrestrito direito de greve; Completa liberdade de organização partidária, assegurando o livre acesso aos veículos de comunicação de massa, inclusive aos partidos clandestinos; Fim da Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa e Lei de Greve, com o desmantelamento dos “aparelhos repressivos”; Julgamento e punição dos envolvidos nos crimes de tortura, assassinato político e corrupção; Reforma Agrária Radical aos trabalhadores rurais; Transformação das grandes fazendas agropecuárias em fazendas-modelos de propriedade estatal, gerenciadas pelos trabalhadores; Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, independente do Executivo e do atual Congresso; e Congelamento dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos serviços básicos. Quanto a questão sindical, foi aprovada a proposta de extinção gradual do imposto sindical e sua substituição por outras formas de contribuição e, ainda, instituição de sindicato ou federação regional por ramos de atividades. (ACE: 5583/85).³³

Por fim, o documento mostrava como ficava a direção provisória da Central única dos Trabalhadores no Estado do Pará, vejamos,

Diretoria : Presidente: Avelino Ganzer; Vice- Presidente: Edmilson Brito Rodrigues; Secretário Geral: Paulo Roberto Galvão da Rocha; 1º Secretário: Paulo Adelino; 2º Secretário: Raimundo Nonato; 1º Tesoureiro : Raimundo Walter; 2º Tesoureiro: João Batista Oliveira de Araújo; Secretaria Rural: José Dias Vieira (Zelito); Secretaria de Formação Política: Páscoa da Costa e Silva; Secretaria de Divulgação e Imprensa: Rosa Leal; Secretaria de Finanças: Lucídio Gomes da Silva; Representante da Região das Ilhas: Getúlio; Representante

³³ *Idem.*

da Região Guajarina: Virgílio Serrão Sacramento; Representante da Região do Tocantins “Bragança”; Representante do Baixo Amazonas: Jose Ferreira de Araújo; Representante da Região Bragantina: Jose Galvão De Lima; Representante do Sul do Pará: Atanagildo De Deus Matos (Gatão). Data da Eleição : 22 Set 85 Prazo de Mandato: 01 Ano. (ACE: 5583/85).³⁴

Como se pode notar no documento acima, os dias de encontro sobre a criação da Central Única dos Trabalhadores no Estado do Pará foi feita sob a observação de possíveis ‘infiltrados’ ligados ao regime militar. Tal a precisão das descrições, com exceção apenas do dia em que houve debates em grupos e só participariam os credenciados. Do resto, tiveram conhecimento de tudo.

Como já mencionado, dos mais de 600 presentes no encontro, lá estava Virgílio Serrão Sacramento, representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Moju e que viria a ser o escolhido para representar a CUT na região Guajarina, ficando sob sua responsabilidade a organização da entidade, o que viria a ocorrer em seguida, com sede em Abaetetuba ficando este na tesouraria.

Um último documento do Serviço Nacional de Informação ainda mencionaria o nome do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento em 1987, quando este juntamente com muitas outras lideranças sindicais conquistariam a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI/PA). Vejamos,

Eleições da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – Realizou-se no dia 28 FEV 87, em Belém/PA, as eleições para a renovação da diretoria da Federação Dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, tendo a chapa 2, como vencedora, em seu segundo escrutínio. A chapa vencedora está composta da seguinte maneira: Diretoria: Jose Dias de Andrade Valente Moreira (Presidente); Almir Ferreira Barros; Raimundo Cardoso de Araújo; Advonsil Candido Siqueira; Jose Galvão de Lima; Getúlio Brabo de Souza; Manoel Pinheiro De Souza; José Ferreira de Araújo; Hilton Ramos Ferreira; Jose Oscar Peixoto; Manoel Ferreira dos Santos; Jose Jorle Soares Monteiro; Arnaldo Lobo Martins; Atanagildo de Deus Matos; Salomão de Jesus Canto Teixeira; e Maria de Jesus da Silva Aguiar. Suplentes: Pedro Ramos de Souza; Manoel Francisco Evangelista Matos; Mair Ferreira de Souza; Francisco de Assis Contente; Miguel Camilo Nunes; Ponciano dos Santos Fagundes; Antônio Pereira Calado da Silva; Ana Selma da Silva; Oscar da Luz Prestes; Raimundo Monteiro Marques; Jose Carlos Pereira; Jose Maria Medeiros da Costa; Manoel Eurico Oliveira da Silva; Eduardo Nascimento Ferreira; Felipe Alves Macedo e Ademir Barbalho. Conselho Fiscal: Luiz Gonzaga da Cruz; Virgílio Serrão Sacramento; e Luiz Lopes Sobrinho. Suplentes: Valdério Pereira dos Santos; Ma-

³⁴ *Idem.*

noel da Costa Ferreira e Raimundo Jose da Silva Monteiro. Delegados Representantes: Avelino Ganzer e Zacarias Rodrigues Botelho. Suplentes: Narciso Vieira Ramos e Manoel Monteiro Dos Santos. Tendo à frente José Dias de Andrade Valente Moreira, Secretario Rural da Central Única dos Trabalhadores no Estado do Pará (CUT/PA) e coordenador do Movimento dos Sem-terra no Pará, a chapa vitoriosa recebeu apoio de militantes da Comissão Pastoral da Terra Norte II '(CPT/Norte II), do Dep Fed Ademir Galvão Andrade, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Pará (PMDB/PA), Do Dep Est Valdir Ganzer, do Partido dos Trabalhadores do Pará (PT/PA), além de militantes da CUT/PA. (6028/87).³⁵

Como mostrado acima, mais uma vez o nome de Virgílio Serrão Sacramento aparecia nos relatórios confidenciais dos militares. Desta vez, na tão sonhada conquista da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI/PA). Virgílio era eleito membro do Conselho Fiscal, para um mandato que seria de três anos. Mais uma vez o líder sindical tinha seu nome anotado pelo serviço de inteligência.

Seria a última vez que o líder sindical apareceria nos relatórios dos agentes de segurança. Menos de dois meses depois da eleição da Fetagri/PA, este seria morto em Moju, no dia 05 de abril de 1987, um domingo à tarde, quando retornava para sua casa que ficava aproximadamente oito quilômetros da cidade, um caminhão com placa PT – 1189 do município de Paragominas, mais que prestava serviços para uma empresa de serraria do município de Tailândia, o ‘apanhou’ por trás, colidindo com sua motocicleta, o arremessando a mais de trinta metros de distância, morrendo instantaneamente. Sobre o assassinato, o Serviço Nacional de Informação (SNI), silenciou.

CONCLUINDO...

No dia 13 de novembro do ano de 2023, às 14 horas foi realizado uma sessão solene no auditório João Batista no prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Pará em homenagem aos 40 anos de Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT/PA). A homenagem foi uma proposição da então Deputada Estadual Maria do Carmo, do Partido dos Trabalhadores (PT). Auditório lotado, com aproximadamente umas 200 pessoas. Estavam presente na composição da mesa, além da Deputada proponente, o Deputado Estadual Carlos Bordalo (PT), o Senador Beto Faro (PT), e o ex-Senador Paulo Rocha (PT) e na atualidade, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além de outras pessoas.

³⁵ Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_87006028_d0001de0001. 24 de março de 1987.

Estive presente no evento, afinal de contas, meu pai Virgílio Serrão Sacramento havia sido um dos fundadores desta entidade representante dos trabalhadores e inclusive foi um dos que questionou o chamado grupo dos sindicatos urbanos que rejeitavam a possibilidade desta Central agregar os trabalhadores do campo, e o líder sindical era um intransigente defensor da inclusão da categoria camponesa.

Presente no auditório da sessão a alusão aos 40 anos da CUT, fizeram uma homenagem para a professora aposentada da Universidade do Estado do Pará (UEPA) por sua significativa contribuição como mulher no processo da entidade cutista. Porém, os demais da mesa não lembraram de meu pai. Não lembraram, é verdade da maioria, apenas do líder sindical Avelino Ganzer, que teria sido importante para a criação e organização desta entidade, tanto que no ano de 1985 foi eleito vice-presidente da CUT Nacional. Avelino era líder sindical de Santarém e lá, no início dos anos de 1980 foram um dos primeiros a conquistar o STR.

A falta de lembrança de pessoas que em algum momento da história foram personagens importantes para os movimentos sociais é uma realidade. Há uma dificuldade em se rememorar esse passado, buscar fazer com que não caiam no esquecimento. Em 1987, quando Virgílio Serrão Sacramento se destacava como liderança, do STR de Moju, PT/Pará, CUT e FETAGRI paraense, não era à toa. Seu destaque se dava pela luta em defesa dos trabalhadores rurais do município mojuense e de outros cantos da região Guajarina.

Sua morte no dia 05 de abril de 1987, resultado de um ‘atropelamento’ sempre deixou questionamentos no ar. Como as investigações foram precárias, não tendo interesse a justiça de se fazer um melhor levantamento dos fatos, logo o único responsável tornou-se o motorista do caminhão, Osvaldo Camargo, preso no município de Tailândia, sendo solto mediante pagamento de fianças. Tendo sido julgado em circunstâncias que nem a família soube de Virgílio, pegou uma pena de dois anos de prisão com direito a pagar em liberdade. Um prêmio para a impunidade.

No entanto, em fins dezembro de 2022, a filha caçula de Virgílio Serrão Sacramento, Noemi, que quando de sua morte em 1987, estava com seis meses e não conheceu o pai, pelas festas de final de ano, com seus 36 anos de vida, conheceu um senhor, importante empresário, dono de fazendas, que depois de uma confraternização na cidade mojuense, a chamou em particular e lhe fez uma confissão, junto com um pedido de desculpas, onde nas palavras de Noemi, a 11ª filha, assim narrou o que esta pessoa lhe falou. Na ocasião do 36º aniversário da morte de seu pai, assim, esta escreveu em uma rede social, vejamos,

Hoje, 05/04/2023, completam 36 anos do assassinato de meu pai, Virgílio. É uma lacuna que não se fechou, é diferente de ter um parente morto por doença, por uma fatalidade, ele teve a morte planejada por um grupo de pessoas, e isso é algo difícil de compreender. Em dezembro, durante uma conversa com um conhecido, após uma confraternização em minha cidade natal, escutei um pedido de desculpas. A pessoa me disse que foi convidado para as reuniões que tratavam sobre o assassinato do meu pai, mas nunca participou, por não concordar com essa “estratégia “. Foi um choque tão grande escutar aquilo, que me desestabilizei emocionalmente. Confesso que o trauma de não ter convivido com meu pai ainda existe, as vezes eu tenho vontade de esquecer tudo isso, às vezes tenho vontade de gritar, de clamar por uma justiça que nunca ocorreu, mas que de fato se concretiza pela memória que persiste no imaginário de sua família, amigos, companheiros de luta. Tenho 36 anos, e hoje completa 36 anos de sua Páscoa, meu pai, que “coincidência “ , heim...Para sempre em meu coração! Virgílio vive, sempre, sempre, sempre! (Noemi Sacramento: 05/04/2023)³⁶

Como se pode observar na fala da filha caçula de Virgílio Serrão Sacramento, a tese que a morte do líder sindical teria sido resultado de um ‘acidente’ desmonta-se. Infelizmente o senhor não mencionou o nome das pessoas envolvidas ou que lhe chamavam para as reuniões. Não importa mais para a família, a única certeza que existe e se concretiza é que foi uma morte planejada, não pelos militares, mas por aqueles que receberam incentivos destes, para ‘desenvolver’ a Amazônia a qualquer custo, tirando famílias de suas terras, espancando, prendendo, matando.

O propósito dos militares em muitos casos foi o de levar seus planos até as últimas consequências, como bem mencionou o General Jarbas Passarinho às vésperas do Ato Institucional nº 5 de 1968, quando mencionou a seguinte frase “às favas com os escrúpulos da nação”. E foi o que de fato aconteceu em todos os sentidos, quando do assassinato de militantes, padres, freiras, advogados, trabalhadores rurais e lideranças sindicais, como foi o caso de Virgílio Serrão Sacramento, pois quando de sua morte tinha onze filhos e não houve ‘escrúpulos’.

Virgílio não foi o único da região Guajarina a ter sua vida interrompida. Benedito Alves Bandeira, líder sindical de Tomé-Açu, também teve o mesmo fim em 04 de julho de 1984, quando foi brutalmente assassinado na porta do STR de seu município. A história é contada no meu artigo com o título “Órfãos da ditadura: a memória dos familiares de Benedito Alves Bandeira o “Benezinho” (2021)³⁷,

³⁶ SACRAMENTO, Noemi Diniz. In: <https://www.facebook.com/noemi.sacramento>.

³⁷ SACRAMENTO, Elias Diniz. Órfãos da ditadura: a memória dos familiares de Benedito Alves Bandeira o “Benezinho. In: FONTES, Edilza & ROCHA, Davison. Governos Militares na Amazônia: política educacional, conflitos e legislação agrária, a operação Amazônia, cultura histórica e os direitos humanos. – 1. ed. Belém, PA: Cabana, 2021.

do livro chamado “Governos Militares na Amazônia: política educacional, conflitos e legislação agrária, a operação Amazônia, cultura histórica e os direitos humanos de autoria de Edilza Fontes Davison Rocha. Ali procuro mostrar como ficaram os sete filhos que tiveram que continuar a vida sem o pai, com depoimentos e lembranças dolorosas.

Entre diversos trabalhos que já escrevi sobre meu pai, destaco o artigo que se chama “Luta pela terra na Amazônia, assassinatos: homenagens, músicas e poesia na história de Virgílio Serrão Sacramento”, (2022)³⁸. da obra de Francivaldo Alves Nunes, Márcia Milena Galdez Ferreira e Cristiana Costa da Rocha, que tem como título “O rural entre posses, domínios e conflitos” onde procuro mostrar como este líder sindical foi homenageado depois de seu assassinato, principalmente com as canções escritas e poemas, de amigos e familiares.

Assim, é possível afirmar quanta culpa tiveram os militares nos processos de violação dos direitos humanos na Amazônia, no estado do Pará, região Guajarina, como foi o caso da vigilância do bispo Dom Ângelo Frosi, dos padres Ângelo Paganelli e Sérgio Tonetto, além da liderança sindical de Virgílio Serrão Sacramento, que de fato foi o único que teve sua vida ceifada. Inclusive o padre Sérgio Tonetto foi transferido de paróquia imediatamente em virtude das ameaças que continuaram em Moju. Dom Ângelo Frosi, que de fato, nunca havia manifestado ser um progressista convicto ou ‘comunista’, continuou os trabalhos a frente da diocese de Abaetetuba voltando-se muito mais para os trabalhos pastorais até seu falecimento no ano de 2004.

Inegável a participação deste bispo na região Guajarina, sobretudo pelo apoio junto aos movimentos sociais nos fins da década de 1970 e início da década de 1980. E mais ainda, dos padres Ângelo Paganelli e principalmente de Sérgio Tonetto, grande apoiador e incentivados da organização da classe trabalhadora do campo. Não à toa, tiveram suas vidas em alguns momentos sob o olhar atento dos militares, a quem de alguma forma, incomodaram. A alguns filhos destas pessoas, como de Virgílio Serrão Sacramento, meu pai, cabe a responsabilidade de não deixar a história cair no esquecimento.

³⁸ SACRAMENTO, Elias Diniz. Luta pela terra na Amazônia, assassinatos: homenagens, músicas e poesia na história de Virgílio Serrão Sacramento. In: NUNES, Francivaldo Alves; FERREIRA, Márcia Milena Galdez & ROCHA, Cristiana Costa da: O rural entre posses, domínios e conflitos. – 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2022.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS

Arquivo Nacional, SNI. BR_DFABSB_V8-MIC_GNC.AAA.78109941. 14 de março de 1978.

Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78109941. 14 de março de 1982.

Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003157. 04 de maio de 1983.

Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_8400539. 30 de novembro de 1984.

Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_84005039. 30 de novembro de 1984.

Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003045. 21 de março de 1983.

Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_85005151. 29 de janeiro de 1985.

Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_84004980_d0001de0001. 11 de outubro de 1984.

Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_85005583. 07 de outubro de 1985.

Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_87006028_d0001de0001. 24 de março de 1987. www.CPDOC/FGV.br/produção/dossiê - acessado em 12/11/2019.

FONTES, Joana Edilza Oliveira. A UFPA e os anos de chumbo. Disponível em www.multimidia.ufpa.br

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, Anjelina (2022). **Comissão Estadual da Verdade do Pará**. Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA.

AZEVEDO, Marylia Lima Nina de (2003). **Discursos acerca da guerrilha do Araguaia**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Pará: Belém.

BRAGA, Laércio & FONTELES, Pedro. **Guerrilha do Araguaia: luta e apropriação da massa campesina (1972-1975)**. Belém, Cromos: 2011.

COIMBRA, Osvaldo (2003). **Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denúncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964.**- Belém: Paka-Tatu.

Dossiê – Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)/ Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos – IEVE – Instituto de Estudos sobre Violência do Estado. – São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de & PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs), (2009). **Lutas camponesas contemporâneas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950.** São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

FONTES, Edilza Joana Oliveira; ALVES, Davison Rocha (2013). A UFPA e os anos de chumbo: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960-1969). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez.

FILHO, Paulo Fonteles (2013). **Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas.** São Paulo: Anita Garibaldi.

GALDEZ & ROCHA, Cristiana Costa da (2022). **O rural entre posses, domínios e conflitos.** – 1. ed. São Paulo: Livraria

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz (2009). **Organizações rurais e camponesas no estado do Pará.**

PETIT, Pere (2016). O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no estado do Pará: 1964-1985. **Revista de Estudos Brasileños**, I Primer Semestre 2016, I Volumen 3 - Número 4.

PINHEIRO DA COSTA, Renato (1998). Diocese de Abaetetuba: revendo fatos para reconstruir a história” no trabalho acadêmico apresentado no Instituto Teológico do Pará (IPAR). **Monografia de Especialização.** Belém, PA: (IPAR).

SACRAMENTO, Elias Diniz. Órfãos da ditadura: a memória dos familiares de Benedito Alves Bandeira o “Benezinho (2021). *In*: FONTES, Edilza & ROCHA, Davison. **Governos Militares na Amazônia: política educacional, conflitos e legislação agrária, a operação Amazônia, cultura histórica e os direitos humanos.** – 1. ed. Belém, PA: Cabana.

SACRAMENTO, Elias Diniz (2022). Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história. *In*: ANJOS, Anjelina. **Comissão Estadual da Verdade do Pará.** – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: Imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **Luta pela terra na Amazônia, assassinatos: homenagens, músicas e poesia na história de Virgílio Serrão Sacramento.** *In*: NUNES, Francivaldo Alves; FERREIRA, Márcia Milena

SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles (2012). **Conflitos sociais e a formação da Amazônia;** Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura Belém: ed. Ufpa.

VERDADE, Comissão Camponesa da (2014). **Relatório Final: Violações de Direitos no Campo 1946 a 1988** Brasília, dezembro de 2014. Brasília, dezembro.

IANE MARIA DA SILVA BATISTA

MAIKA RODRIGUES AMORIM

**REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA OU RESERVA DE
TERRAS PARA “GRANDES
PROJETOS”? A ATUAÇÃO DO
GETAT NO PARÁ NOS ANOS
FINAIS DA DITADURA CIVIL-
MILITAR (1980-1985)**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um dos pilares sob os quais a experiência desenvolvimentista planejada e executada pelo estado nacional na Amazônia brasileira na segunda metade do século XX, no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985) baseou-se foi a chamada “ocupação produtiva” do território. Nos discursos dos ideólogos governamentais das políticas desenvolvimentistas, a Amazônia era apresentada como uma região de imensa potencialidade econômica “adormecida”, consubstanciada na abundância de seus recursos, a aguardar por uma ação externa para sua transformação em mercadorias (BATISTA, 2021).

O influxo de legislações e políticas governamentais, estimuladoras da introdução e/ou expansão de atividades econômicas em escala na região como extração madeireira, atividade agropecuária ou mineradora, tornou a questão do acesso a terras um componente fundamental desse processo histórico, conforme documentado por Batista (2016; 2021). Neste artigo, analisa-se essa experiência a partir da atuação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). Argumenta-se que a criação deste órgão refletiu uma perspectiva estatal que considerava a problemática fundiária na Amazônia como questão de segurança nacional, tendo engendrado uma “militarização” da questão agrária na região, extrapolando, pois, as medidas de regularização fundiária necessárias ao suposto assentamento de agricultores, conforme previsto nos dispositivos legais que instituiu aquele grupo de trabalho.

O CONTEXTO: O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA NOS ANOS 1980

O planejamento do desenvolvimento da Amazônia na primeira metade dos anos 1980 foi orientado pelo III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (III PDA) previsto para execução no período de 1980 a 1985, sob o governo de João Figueiredo (1979-1985) (BATISTA, 2016). Esse plano foi elaborado num contexto de forte recessão econômica nos países industrializados, assinalada pela alta dos juros, pela queda nos preços das matérias primas no mercado mundial e pela interrupção do fluxo de créditos internacionais (NETTO, 2014).

O aprofundamento da crise econômica mundial propiciada, em grande medida, pelo “segundo choque” do petróleo, ocorrido em 1979, com profundos reflexos na economia brasileira refletiu-se no III PDA, no qual destacou-se a explo-

ração dos minérios do subsolo, especialmente as jazidas concentradas no sudeste do Estado do Pará, culminando na criação do Programa Grande Carajás (PGC) (ALMEIDA JÚNIOR, 1986); (VALVERDE, 1980); (HALL, 1991); (PINTO, 1988); (AB'SÁBER, 2004); (KOHLHEPP, 1987); (FERREIRA, 1982).

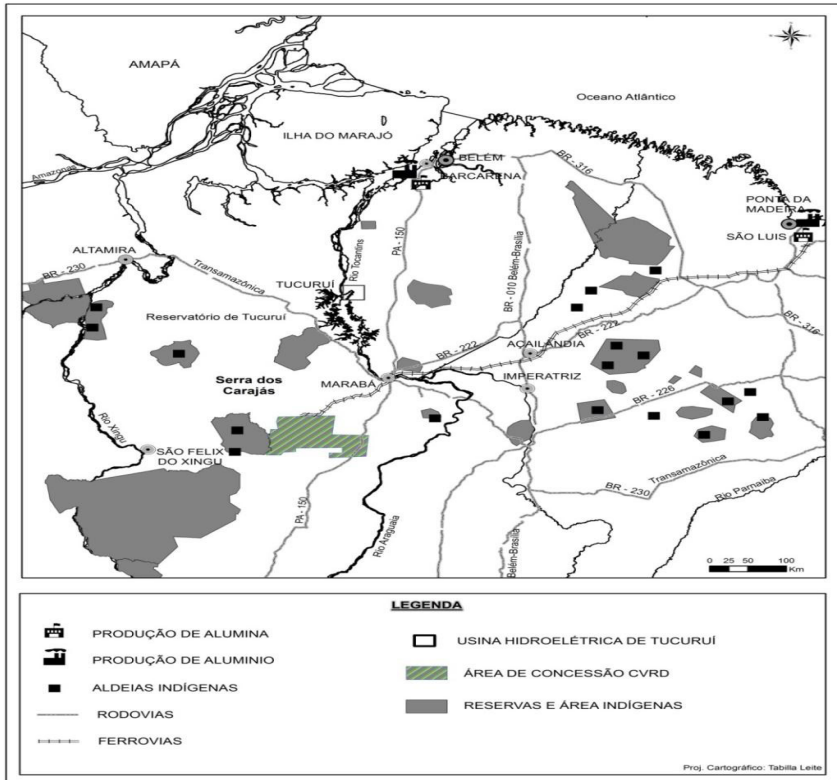
O PGC constituiu, um instrumento estatal estratégico no que tange ao aprofundamento do padrão de ocupação econômica baseado na atividade mineral que já se encontrava em curso na Amazônia. No período de execução do III PDA, o Estado nacional impulsionou, pois, a ocupação econômica da região através do ramo minerador, valendo-se das “vantagens competitivas” de Carajás, a saber: existência de matéria prima em escala, sobretudo o minério de ferro, com amplas reservas de elevado teor metálico, possibilidade de energia abundante e barata, a ser produzida pelo represamento do rio Tocantins; facilidade de acesso aos mercados, por meio das estradas de penetração abertas nas décadas anteriores, além da disponibilidade de mão de obra.

O PGC foi instituído por meio do Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Por meio deste dispositivo legal, o governo criou um regime especial de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos desenvolvidos no âmbito do Programa, definiu o seu contorno territorial bem como sua estrutura administrativa, com base em um conselho interministerial¹ (TRINDADE, 2014). De acordo com o Artigo 2º do Decreto, os empreendimentos integrantes do Programa compreendiam: serviços de infraestrutura, com prioridade para o projeto da ferrovia ligando a mina de Carajás ao porto da Ponta da Madeira, no litoral maranhense, com 870 quilômetros de extensão; a instalação e ampliação do sistema portuário regional, com destaque para Itaqui, no Maranhão e Vila do Conde, no município paraense de Barcarena; aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas; projetos voltados às atividades de pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais, agricultura, pecuária, pesca e agroindústria, bem como florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas e; outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região (BRASIL, 1980). Uma representação espacial da área de planejamento

¹ Esse Conselho foi formado por representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério das Minas e Energia (MME), Transportes, Indústria e Comércio, Fazenda, Interior, Agricultura, Trabalho, Ciência e Tecnologia e Reforma e Desenvolvimento Agrário, além da Secretaria Geral do então Conselho de Segurança Nacional. A presidência do Conselho coube ao ministro chefe da SEPLAN, vinculado à Presidência da República. Ao órgão competia conceder incentivos, coordenar, promover e executar as medidas necessárias à operacionalização do PGC. Note-se a ausência da SUDAM nesta instância decisória.

do PGC, a distribuição de seus empreendimentos, bem como sua incidência sobre terras indígenas, pode ser visualizada no mapa 01, a seguir.

IMAGEM 1 - MAPA DA ÁREA DE PLANEJAMENTO DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS.



Fonte: Kohlhepp (1987: 317).
Adaptado por: Tabilla Leite (2016).

A circunscrição territorial do PGC atingiu 895.265 km², equivalente a 10,6% do território brasileiro e 16,8% da Amazônia Legal, abrangendo mais de 240 municípios do Maranhão, Pará e a parte norte do Estado de Goiás. (HALL, 1991). Trata-se de uma extensão considerável, mesmo para os padrões amazônicos. Como se pode observar no mapa, parte significativa deste amplo território, objeto de planificação, era ocupada por diversos povos indígenas, que praticavam a agricultura itinerante e exploravam uma diversidade de plantas da floresta e obtinham proteína animal sobretudo através da coleta de insetos, caça e pesca (POSEY, 1984).

O caráter estratégico atribuído pela planificação estatal ao PGC viabilizou um conjunto diversificado de operações concernentes à sua operacionalização tendo em vista o aproveitamento global da estrutura criada em sua área de abrangência. Nesse contexto, o Estado brasileiro atuou no sentido de disponibilizar, por meio da formalização jurídica, novas extensões territoriais ao mercado de terras, atendendo, desse modo, aos desígnios de empresários e grupos financeiros já instalados ou interessados em se instalar na vasta circunscrição territorial do PGC. Esse processo evidenciou distintas concepções de uso e ocupação da terra, opondo modalidades de apropriação baseadas no usufruto comunal de determinados recursos como fontes d'água, reservas de matas, igarapés e cocais, praticadas pelas frentes camponesas estabelecidas na região, e uma perspectiva fundiária governamental, fundamentada estritamente na propriedade privada (ALMEIDA, 1986).

As transformações nas formas de apropriação e uso da terra previstas pelo funcionamento global do Programa Grande Carajás eram incompatíveis com a existência de sistemas de apossamento preexistentes, que contrariavam as determinações governamentais de ocupação das terras, como os praticados por seringueiros, castanheiros e posseiros, ou pelos povos indígenas que viviam na região.

Um aspecto fundamental da intervenção governamental na Amazônia naquele contexto foi a criação de instrumentos vinculados ao Conselho de Segurança Nacional, instituídos com o propósito oficial de efetuar a “regularização fundiária” em suas áreas de atuação. Desse modo, em fevereiro de 1980, o governo do presidente Figueiredo criou o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), através do Decreto-Lei nº 1.767 (BRASIL, 1980a) e o Grupo Executivo para a região do Baixo Amazonas (GEBAM), por meio do Decreto 84.516 (BRASIL, 1980b). A criação destes órgãos refletia uma concepção governamental que considerava a problemática fundiária na Amazônia como questão de segurança nacional, engendrando uma “militarização” da questão agrária na região (MARTINS, 1984).

Com efeito, os números referentes aos conflitos de terra no início da década demonstravam que a Amazônia se tornara um território em disputa. Entre 1980 e 1981, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG), dos conflitos pela terra registrados no país, 35% ocorreram na Amazônia, diante de 47% no Nordeste e 18% no Sul e Sudeste.

Portanto, a região, que segundo a lógica dos militares no poder no início dos anos 1970, deveria constituir uma válvula de escape aos problemas sociais

provocados pela estrutura fundiária em outras regiões, especialmente o Nordeste, convertera-se, ela própria, numa área de agudos conflitos que revelavam a tensão sob a qual vinha se desenvolvendo a sua ocupação (COSTA, 1992).

O GETAT E A APROPRIAÇÃO DE TERRAS NO SUDESTE PARAENSE

A jurisdição do GETAT abrangia cerca de 47 milhões de hectares, envolvendo mais da metade da área total do Programa Grande Carajás. Compreendia 48 municípios do sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, precisamente onde sobressaíam os principais projetos vinculados ao PGC. A proeminência da intervenção estatal na área de atuação do GETAT, sobreposta em grande parte à do PGC, justificava-se do ponto de vista do planejamento, pela extrema complexidade da ocupação daquela região, marcada na segunda metade do novecentos pela instalação de uma diversidade de atividades econômicas subsidiadas pelas políticas desenvolvimentistas e por uma expansão camponesa, espontânea e/ou dirigida, motivada pela busca de terras, a qual extrapolara as expectativas projetadas oficialmente (BATISTA, 2016).

Este segmento camponês, com apoio de entidades confessionais, vivia um processo de fortalecimento no limiar dos anos 80, assinalado pela criação de associações de moradores e/ou associações de defesa, assim como de sindicatos de trabalhadores rurais mobilizados em torno da luta pela terra, apontados como embriões da resistência coletiva no sudeste do Pará (GUERRA, 2013).

Por sua vez, grande parte dos projetos agropecuários aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)² com a função de “planejar e promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia” (BRASIL, 1966), complexos madeireiros, programas de mineração, com destaque para o PGC, além de um conjunto de edificações necessárias à sua expansão econômica, como estradas pioneiras, hidrelétrica, portos, ferrovia etc. caracterizavam o território em questão. A região, no entanto, possuía vastas extensões de domínio territorial não definido plenamente em termos jurídicos, devido, em grande medida, às modalidades fraudulentas de titulação e aquisição de terras, consubstanciadas no mecanismo de grilagem. Desse modo, era fundamental ao Estado garantir a segurança jurídica das terras aos novos empreendimentos a serem instalados no contexto do Programa Grande Carajás, bem como inibir modalidades de apropriação dos recursos naturais não coincidentes com as previstas na legislação.

² A SUDAM foi criada por meio da Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966.

Pesquisas documentais e de campo realizadas pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida e pelo sociólogo José de Souza Martins na região afetada pelo PGC evidenciaram uma “lógica camponesa” de incorporação da terra ao processo produtivo mediante o trabalho familiar (ALMEIDA, 1986); (MARTINS, 1981: 103-124). Nesse sentido, o movimento espontâneo de ocupação, característico dos posseiros, seguia um conjunto de normas, mediante um patrimônio cultural determinado, que estabelecia áreas de apropriação comum e definia os critérios de admissão de novos grupos domésticos. De acordo com essa perspectiva, a terra não era considerada, necessariamente, passível de atos de compra e venda, vinculando-se o caráter de mercadoria, em geral, às benfeitorias resultantes do trabalho familiar (ALMEIDA, 1986).³

Tal postura, por certo, contrariava as premissas da “ocupação produtiva” das terras, preconizada pelo planejamento governamental. Naquele contexto, a formalização jurídica efetuada pelo GETAT, consistia, portanto, em uma forma de assegurar os direitos individuais sobre a terra, incorporando-as legalmente aos mercados, assim como antecipar-se à expansão camponesa em determinados espaços pretendidos por empresas privadas.

O processo de concentração das terras, especialmente as mais férteis – já identificadas na década de 1970 no âmbito do Projeto Radares da Amazônia (RADAM) por parte das grandes empresas mostrava-se vulnerável aos impasses no domínio jurídico-formal referentes à emissão de títulos definitivos das imensas extensões pretendidas. Superposição de títulos, fraudes cartoriais e a presença efetiva de coletores de castanha, seringueiros, garimpeiros, pequenos produtores agrícolas e grupos indígenas em áreas consideradas “vazias” constituíam os principais “entraves” à regularização das terras almejadas por empresas agropecuárias, madeireiras e mineradoras, tanto públicas como privadas (ALMEIDA, 1984a: 31-58).

³ Segundo Almeida (1986: 268), diferentemente das áreas de colonização antiga, onde predominam famílias camponesas dispostas de maneira duradoura num pedaço de terra transmitido de geração a geração, nas regiões de fronteira não se registra um patrimônio constante em terras e benfeitorias sujeito à ampliação e/ou fracionamento. Isto porque a ocupação de tais áreas geralmente é efetuada por gerações de um campesinato expropriado, que já procederam a contínuos ou intermitentes deslocamentos, do Nordeste até essa região de terras disponíveis, designadas por eles como “terra liberta” ou “terra sem dono”. Nesse sentido, a abundância do recurso básico, as próprias condições determinantes do acesso e os frequentes conflitos, diante da insegurança da posse, impossibilitavam, de modo geral, uma reprodução do regime de posse e uso da terra vigente nas regiões de colonização antiga. Saliente-se que a concepção de “terra livre” fez parte do direito que vigorou até a promulgação da Lei de Terras em 1850. Segundo José de Souza Martins, ele era o pressuposto da expansão agrícola “do pequeno e do grande”, e se baseava na precedência dos direitos do rei, que possuía a propriedade eminente de todas as terras, tendo a prerrogativa de arrecadar de volta as que não fossem ocupadas em curto prazo, redistribuindo-as a outros interessados. Trata-se, pois, de um direito que, embora revogado em 1850, permaneceu inscrito nas concepções e nas experiências de muitos trabalhadores (MARTINS, 1991: 20).

Desse modo, a ação fundiária na região consistia fundamentalmente em engendrar “[...] uma medida legal capaz de definir os direitos de propriedade da terra, os direitos de lavra e aqueles de extração madeireira”, assim como agilizar uma definição dominial que permitisse às empresas de colonização particular realizar transações com dezenas de milhares de hectares, legalmente dispostos no mercado (ALMEIDA, 1986: 279).

Um dos principais instrumentos de atuação do GETAT foi a arrecadação de áreas rurais como terras devolutas. Orientado pela Lei n. 6.383, de 7 de dezembro de 1976 (Brasil, 1976), esse mecanismo baseava-se na realização de levantamentos junto a cartórios e institutos fundiários como o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) e Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), visando atestar, por meio de certidões, a inexistência de domínio particular sobre as áreas arroladas, bem como a não ocorrência de contestações ou reclamações administrativas promovidas por terceiros, quanto ao seu domínio ou posse (ALMEIDA, 1986). Tal procedimento tinha o objetivo de garantir a lisura das operações de arrecadação.

Materiais cartográficos, como plantas de medição e demarcação, elaboradas em diferentes anos pelo IDAGO, cartas planimétricas do Projeto RADAM, mapas das Unidades Executivas do GETAT,⁴ de empresas especializadas em levantamentos topográficos e plantas cadastrais de algumas áreas urbanas em expansão, como Açailândia e Itinga, no Maranhão e Aragominas, Araguanã e Muricilândia, em Goiás, orientavam a localização geográfica das áreas arrecadadas. Apresentadas as certidões e devidamente localizadas as áreas, o GETAT, por meio de portarias, determinava que suas unidades executivas adotassem as medidas para fins de matrícula das respectivas áreas em nome da União junto aos cartórios de registro de imóveis das comarcas correspondentes (ALMEIDA, 1984a).

Considerando o histórico de fraudes e irregularidades abrangendo cartórios e agências fundiárias, envolvidos em diversas ações de grilagem no processo de apropriação de terras na Amazônia, a iniciativa do GETAT acabava por endossar e/ou legalizar indiretamente tais procedimentos (PINTO, 1980: 149); (ASSELIM, 1982).⁵ Do mesmo modo, ao se orientar pela premissa da ausência de con-

⁴ As Unidades Executivas do GETAT eram sediadas em Tucuruí, Conceição do Araguaia e São Geraldo, no Pará, Araguaína, em Goiás e Açailândia e Imperatriz, no Maranhão.

⁵ Conforme amplamente documentado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, a grande maioria dos cartórios da região apresentavam irregularidades nos livros de registros de imóveis. Tal situação inclusive motivou por parte do Ministério da Justiça ao corregedor-geral do Pará o pedido de correição, em pelo menos duas ocasiões ao longo da década de 1970, em cinco cartórios do interior do Estado, a saber: São Domingos do Capim, Conceição do Araguaia, São Miguel do Guamá, Santana do Araguaia e Al-

testação sobre a propriedade de terras na esfera cartorial, restringindo-se apenas ao domínio jurídico, desconsiderava possíveis conflitos de terras circunscritos à esfera da atuação de órgãos policiais e de entidades de representação, ainda não encaminhados aos órgãos judiciais (ALMEIDA, 1984). A existência de concepções de propriedade e usos da terra entre grupos camponeses na região não previstas nos dispositivos legais e a dificuldade de acesso aos serviços de cartórios por tais segmentos também não era ponderada. Por conseguinte, os atos de arrecadação poderiam eventualmente abranger áreas efetivamente ocupadas, especialmente por posseiros, atribuindo a estes, diante da titulação das terras, a classificação de invasores e sujeitando-os a ações repressivas de “desocupação”.

Até meados de 1984 foram arrecadados 7 milhões e 926 mil hectares, abrangendo aproximadamente 18% da área total sob jurisdição do GETAT (ALMEIDA, 1984). A concentração da atuação deste órgão em determinados locais é bastante reveladora dos propósitos governamentais em relação aos usos da terra. A maior parte das arrecadações ocorreu em São Félix do Xingu. O município havia sido escolhido para ser um dos sete polos de desenvolvimento do plano agrícola do PGC. Essa escolha implicava em destinar “extensões agriculturáveis e/ou de mata para a geração de produtos exportáveis”, como soja, milho, feijão, carnes especiais e produtos florestais (BRASIL, 1983).

Por certo, não foi por aleatório o enfoque atribuído ao município xinguanense. Em seu território, os técnicos do projeto RADAM detectaram grandes manchas de solo de alta fertilidade, ocorrências minerais (ouro, cassiterita, tungstênio) e madeiras nobres. Esta conjugação de recursos naturais, em uma área ainda pouco afetada pela expansão camponesa (IBGE, 1981) ⁶, certamente acelerou a definição do estatuto jurídico das terras do município por parte do GETAT, reservando-as, preferencialmente, para grandes empresas agropecuárias, de extração mineral e de colonização particular (ALMEIDA, 1984). Além de concentrar o maior número de imóveis com área igual ou superior a vinte mil hectares, no contexto do início dos anos 80, o município sofria a afluência de um número crescente de empresas pretendendo as terras agriculturáveis dos igarapés São Sebastião e Preto e dos rios Fresco e Liberdade (ALMEIDA, 1984).

tamira. Um caso que ficou especialmente conhecido foi a fraude da Fazenda Pindaré, no Maranhão, considerada na ocasião a maior fraude cartorial do país, envolvendo a grilagem de 1,173 milhão de hectares. A área grilada atingiu os municípios de Imperatriz, João Lisboa, Santa Luzia, Pindaré-Mirim e Amarante do Maranhão, todos localizados na área sob jurisdição do GETAT, sendo três deles cortados pela ferrovia Carajás-Itaqui.

⁶ Conforme a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado do Pará de 1981, a taxa de densidade demográfica de São Félix do Xingu era de 0,04 habitante por quilômetro quadrado.

A possibilidade de expansão da fronteira agrícola para o Xingu, com perspectivas de reprodução semelhantes às observadas em outras regiões da Amazônia, era uma alternativa que decididamente não aprazia aos órgãos fundiários e aos pretendentes àquelas áreas, que careciam de definição legal, conforme salientado por Almeida (1986: 283):

Eles conseguem tolerar os garimpeiros, cuja ocupação reconhecem temporária; os grupos indígenas, cujas terras têm conseguido subtrair; e, em certa medida, os seringueiros e coletores de castanha, cuja atividade de extração sabem não conduzir, necessariamente, a uma ocupação significativa; mas não admitem os denominados posseiros, que desenvolvem uma atividade agrícola regular e têm moradia habitual, ocupando de maneira definitiva a terra. Recusam-se mesmo, em muitas situações, a reconhecer como posses legítimas as daqueles já assentados há décadas nas áreas que agora pretendem. Classificam-nos de “invasores”.

Além de reservar porções territoriais estratégicas para os grandes empreendimentos na área de influência do PGC, as modalidades de regularização fundiária executadas pelo GETAT, ao assegurar o direito individual sobre a terra, por meio das titulações, compeliram as experiências históricas de apropriação e uso da terra experimentadas nas diversas formas de ocupação camponesa na região a um ordenamento espacial estranho às suas práticas produtivas e à sua relação com os recursos naturais. Por conseguinte, relativizavam-se critérios culturalmente estabelecidos de uso da terra, baseados no apossamento coletivo de determinados recursos, ao impor-se, através do título, a individualização dos domínios.

Desse modo, segundo Almeida (1986), retirava-se da terra o significado a ela atribuído na expansão camponesa, regido pelas regras de um direito consuetudinário que prescreviam métodos de cultivo em extensões abertas, as quais podiam ser utilizadas segundo a vontade de cada grupo familiar sem exigências de áreas contíguas ou a obrigação de confinar o conjunto de suas atividades produtivas numa parcela determinada. Privatizaram-se, assim, domínios de caráter comunitário, não pertencentes individualmente a nenhum grupo familiar, tais como: coais, fontes d'água, igarapés, pastagens naturais e reservas de mata fornecedores de palha, talos, lenha para combustível, madeiras para construções, murtas e outras espécies vegetais usadas em cerimônias religiosas ou de propriedades medicinais reconhecidas (ALMEIDA, 1986).

A política de regularização fundiária efetuada pelo GETAT, ao mesmo tempo em que subvertia formas tradicionais de ocupação camponesa, denotava uma concepção estritamente econômica de apropriação e uso da terra. O ordena-

mento jurídico proposto atendia, pois, aos interesses de segmentos sociais orientados exclusivamente pela lógica do lucro. Nesse sentido, a obtenção do título definitivo impunha-se como um fator essencial à maior valorização das terras, habilitando-as às transações comerciais consideradas legítimas como atos de compra e venda e hipoteca em operações bancárias, permitindo, do ponto de vista formal, o ingresso dessas áreas no mercado de terras (ALMEIDA, 1984a). O “reconhecimento” formal das especificidades socioculturais das populações amazônicas, expresso no texto do III PDA, restringia-se, assim, ao campo das “boas intenções”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes e a bibliografia consultadas evidenciam que as medidas de regularização fundiária operacionalizadas pelo GETAT destinavam-se fundamentalmente às áreas onde a expansão dos posseiros escapara ao controle governamental, e/ou onde se almejava a substituição de formas preexistentes de uso da terra por novos donos e novas atividades econômicas. O ordenamento fundiário preconizado por aqueles órgãos visava, pois, em última instância, a liberação “legal” de espaços historicamente ocupados para atender aos mais diversos projetos de interesse exclusivo de determinados segmentos sociais norteados pela lógica estritamente mercantil do uso do ambiente.

Ao desconsiderar as dimensões sociais e ambientais do processo de ocupação histórica da região, marcadas por relações de parentesco, compadrio, vizinhança, intercâmbio de dias de trabalho etc., o Estado brasileiro engendrou condições para uma escalada dos conflitos envolvendo o acesso e a permanência na terra. Esses conflitos persistem, em diversas escalas, em diferentes pontos da Amazônia brasileira refletindo-se em violações de direitos humanos que têm acompanhado as frentes de expansão na região, como invasão de áreas protegidas, violência contra posseiros, assassinatos de lideranças camponesas, ataques a comunidades indígenas e quilombolas entre outros.

Ressalte-se, no entanto, que os litígios envolvendo o acesso e a permanência na terra fomentaram estratégias de resistência dos grupos sociais afetados frente aos agentes antagonistas tanto da esfera estatal como do setor privado, aproveitando-se especialmente dos interstícios da gradativa retomada da democracia no país na década de 1980. Nesse processo destaca-se o papel relevante do Movimento dos Sem-terra (MST) que, segundo Mançano (2000) iniciou seu processo de territorialização no sudeste paraense no ano de 1989.

Atualmente, naquela região, especialmente no município de Marabá, concentra-se um número expressivo de assentamentos da reforma agrária, resultante de intensas mobilizações de trabalhadores rurais e suas organizações. Esse processo traz à tona novos atores sociais ao mesmo tempo em que suscita novos antagonismos, expressos nos dados quantitativos sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em sua publicação anual “Caderno de Conflitos no campo”, que aponta ano a ano a persistência de conflitos envolvendo o acesso, a posse e a permanência na terra naquele *locus*.

O GETAT foi extinto pelo Decreto-lei nº. 2.328, de 5 de maio de 1987, através do qual seus direitos e obrigações passaram à alçada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Contudo, como este artigo procurou demonstrar, sua atuação nos anos finais da ditadura civil-militar marcada pelo signo do autoritarismo estatal e por uma perspectiva reducionista em relação a ocupação da terra na Amazônia, deixou marcas impressas até hoje na região, em especial no sudeste paraense.

REFERÊNCIAS

FONTES

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **O GETAT e a arrecadação de áreas rurais como terra devoluta**. In: Amazônia Brasileira em foco. Rio de Janeiro: CNDDA, nº 15 (1983/1984), p. 31-58.

BRASIL (1966). **Lei nº 5.174**, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica e dá outras providências. Brasília, DF, 1966.

BRASIL (1980). **Decreto-Lei nº 1.813**, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1813.htm. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL (1980). **III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985)**. Brasília, DF, 1980.

BRASIL (1987). **Decreto de Lei nº 2.328**, de 5 de maio de 1987. Extingue o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del2328.htm. Acesso em: 31 de out. 2023.

BRASIL (1976). **Decreto de Lei nº 6.383**, de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6383.htm. Acesso em: 21 de set. 2023.

BRASIL (1976). **Decreto de Lei nº 1.813**, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1813.htm. Acesso em: 21 de set. 2023.

BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, Aziz (2004). **Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: EDUSP.

ALMEIDA JÚNIOR (1986). Estrutura fundiária e expansão camponesa. *In: ALMEIDA JÚNIOR, José Maria Gonçalves de. (Org.). Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, DF: CNPQ, p. 265-293.

ALMEIDA JÚNIOR, José Maria Gonçalves de. (Org.), (1986). **Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense; Brasília, DF: CNPQ, 1986.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1989). **Conflito e poder: os conflitos agrários na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989)**. [S.l.:s. n.]. Edição do Autor. Mimeo.

ASSELIM, Victor (1982). **Grilagem, corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes.

BATISTA, Iane M (2016). Ambiente e sociedade nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985). 2016. **Tese** (Doutorado em História Social da Amazônia) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém.

BATISTA, Iane M. (2021). O 1º PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO DA SUDAM (1967-1971) E O DESFLORESTAMENTO NA AMAZÔNIA. **Jamaxi**, 4(2). Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/5596>. Acesso em: 7 nov. 2023.

COSTA, Francisco de Assis (1992). **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. SEPEQ; NAEA; UFPA, 1992.

FERREIRA, Argemiro (1982). Carajás: o grande desafio. **Revista Ciência Hoje**, São Paulo: SBPC, ano 1, v.1, n. 3, nov./dez.1982.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz (2013). **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

HALL, Anthony (1991). O Programa Grande Carajás: gênese e evolução. *In: HÉBETTE, Jean (Org.). O cerco está se fechando*. Belém: FASE/NAEA/UFPA, 1991, p. 38-44. A porção norte do Estado de Goiás que integrava a Amazônia Legal passou a constituir o Estado do Tocantins com a promulgação da Constituição de 1988.

IBGE (1981). **Sinopse preliminar do censo demográfico do Estado do Pará**. Rio de Janeiro: IBGE.

KOHLHEPP, Gerd (1987). Problemas do planejamento regional e do desenvolvimento regional na área do Programa Grande Carajás no leste da Amazônia. *In: KOHLHEPP, Gerd;*

SCHRADER, Achim (Eds.). Homem e natureza na Amazônia. **Simpósio Internacional e Interdisciplinar**. Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina (ADLAF), p. 313-345.

MANÇANO, Bernardo (2000). **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Vozes.

MARTINS, José de Souza (1984). **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes.

MARTINS, José de Souza (1981). Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia Legal. In: _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 103-124.

NETTO, José Paulo (2014). **Pequena história da ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez.

PINTO, Lúcio Flávio (1980). **Amazônia: no rastro do saque**. São Paulo: HUCITEC.

POSEY, Darrel (1984). Os Kayapó e a natureza. **Revista Ciência Hoje**, v. 2, n. 12, maio /jun.

SILVA, Jonas Teodósio da (2012). Povoamento e ocupação das terras urumajoenses (1900-1960): aspectos da imigração nordestina. In: BATISTA, Iane Maria da Silva (Org.). **Histórias e memórias urumajoenses: novas perspectivas**. Belém: Açaí, 2012, p. 115-137.

TRINDADE, José Raimundo Barreto (Org.) (2014). **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro**. Belém: Paka-Tatu.

VALVERDE, Orlando (1980). **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Brasília: Editora UNB; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1989; SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: EDUSP, 1980.

FRANCINEI ALMEIDA DA COSTA

**As RODOVIAS RURAIS NA
AMAZÔNIA: OS DISFARCES
DOMINANTES PARA ATRAIR
OS TRABALHADORES E
TRABALHADORAS**

INTRODUÇÃO

Em um artigo publicado no dia vinte e três de abril de dois mil e dezoito, o *Jornal Diário do Amapá*¹ dava destaque a uma das rodovias federais mais antigas em construção no país, a Rodovia Br-156. Neste ano de 2023, estima-se aproximadamente 85 anos desde que Marechal Cândido Rondon a projetou. Nessa comissão de inspeção de fronteiras, Cândido Rondon projetou o desbravamento do eixo Oiapoque-Guiana Francesa. No entanto, foi durante o período militar que, essa rodovia federal ganhou destaque com os números de trabalhadores contratados na década de 1970, estendendo-se até a nova república, época em que se deu o encontro entre a população cabocla, os grupos indígenas, os migrantes, assim como houve avanço dos capitalistas no campo. No eixo centro-norte da Br-156, as empreiteiras instaladas nos municípios de Macapá até o Amapá polarizaram o recrutamento de trabalhadores para executarem atividades laborais nos canteiros de obras sobre a política desenvolvimentista dos acordos entre o Estado e as empresas capitalistas, as quais avançaram nessa região.

Ao longo desses 85 anos de existências, as representações da Br-156 estiveram ligadas ao sistema capitalista, à exploração dos recursos minerais, aos recursos extrativistas e principalmente ao uso da mão de obra de muitos trabalhadores. Após o fim da primeira etapa de terraplenagem e da pavimentação da região estudada, grande parte dos trabalhadores da construção civil de estradas e rodagem, que eram de contratos temporários, passaram a fazer parte da população de pequenas cidades, agrovilas e assentamentos rurais, criados a partir da década de 1980. Nessa direção, na pesquisa, há um interesse nesses trabalhadores, sobretudo, naqueles dos canteiros de obras, envolvendo diversas problemáticas, como: condições de vida, de saúde; as tensões; as lutas por terras para garantir moradia e garantir a produção de alimentos.

A bibliografia sobre os trabalhadores de rodovias foi mais representativa a partir da década de 1970, principalmente depois da criação do Programa de Integração Nacional-PIN, pois teve como uma das metas a construção civil, considerada um dos alicerces da política de desenvolvimentismo que o país experimentava, assim apontava para a reestruturação e modernização mediante aos acordos com as empreiteiras, as quais, por sua vez, contratavam a força trabalho. A análise socioantropológica da temática dos trabalhadores da construção civil em rodovias tem focado na exploração dessa mão de obra pelas grandes empreiteiras, que negligenciavam os

¹ BR 156: A vovó das rodovias federais em construção no Brasil fica no Amapá. *Diário do Amapá*, 23/04/2018: 1.

direitos trabalhistas. A produção da literatura do monopólio das firmas ganhou destaque nas investigações do historiador Pedro Campos (2012) através da obra, a ditadura dos empreiteiros², que destacou a ampla conexão estatal baseada no poder (Atos do Poder Executivo) e no pacto político com grandes empreiteiras no que se refere ao uso da força de trabalho de milhares de homens e mulheres que inclusive foram ameaçados com a expansão do empreendimento da abertura de estradas e rodovias.

Esses atos do poder executivo eram muito presentes nesse marco temporal, entre 1970 e 1990, principalmente através dos contratos/convênios entre o Governo do Território Federal do Amapá-GTF/AP, o governo pós ditadura e os empreiteiros, ao passo que o projeto de aberturas de trilhas apresentava desenvolvimento para a Amazônia. No entanto, os trabalhadores de rodovias foram recrutados para as construções de pontes, terraplenagem, abertura de florestas, derubadas de árvores, tendo que trabalhar e morar no meio da floresta. Essa classe trabalhadora, que se ocupava da atividade na Amazônia Setentrional Amapaense-ASA, era uma das mais vulneráveis no que diz respeito aos direitos trabalhistas, saúde e segurança no cotidiano dos canteiros de obras. A relação trabalhista promoveu, nesses locais, trocas de experiências, resultando no dinamismo para a formação de classe no campo.

Uma das publicações mais recentes que versa sobre a luta dos trabalhadores de rodovias sob a perspectiva da História Social é a tese de doutorado intitulada: *Construtores do Brasil Grande: Trabalho e trabalhadores na rodovia Transamazônica (1970-1974)*, de Magno Michell Marçal Braga, defendida em 2021. Ela apresentou uma linha de investigação que discute sobre os direitos trabalhistas de homens e mulheres envolvidos nas construções de rodovias. O autor destaca as experiências da classe trabalhadora mobilizada em torno da construção da rodovia Transamazônica como o principal objeto de estudo. A Transamazônica nasceu filiada ao PIN no auge da ditadura militar, em 1970, e teve a incorporação do território amazônico à lógica do capital nacional como pano de fundo da estratégia do Estado, que contava com o Nordeste como área de repulsão de um exército de mão de obra numa discussão que aborda as experiências individuais e coletivas dos trabalhadores das rodovias.

² A relação entre empresários da construção civil e o Estado, durante a ditadura civil-militar, afirma que o *modus operandi* das partes envolvidas guarda estreita relação com o período JK e as grandes obras de infraestrutura. As empreiteiras, na metade do século XX, tornaram-se pontes do avanço capitalista no campo. Cf. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em História Social na Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012.

A construção da Br-156³ marcou profundamente a população da região da ASA durante o século XX. Desde as formas de estratégias de sobrevivência, das lutas pelas melhorias pela moradia e trabalho no campo. Todavia, talvez uma das marcas mais profundas deixadas pelas construtoras durante a abertura e terraplenagem dessa rodovia foram as sequelas sociais: violência no campo, violação aos direitos trabalhistas, ameaças as reservas pelas empresas e grileiros, assédios aos moradores locais, famílias, exploração e acidentes de trabalho e/ou doenças daqueles que viveram e labutavam em diversos trechos de construção.

O Jornal Brasil do dia vinte e sete de julho de 1991, destaca em sua matéria que a construção da Br-156 ameaça as reservas naturais e as comunidades tradicionais. A denúncia foi apresentada pelo Conselho Nacional de Seringueiro-CNS e do Instituto de Estudos Amazônico-IEA. As entidades afirmam que, com as obras da Br-156, chegam grileiros e empreiteiras. Eles estariam se instalados em áreas de proteção de reserva e de camponeses, provocando conflitos, desmatamentos e abrindo “estradas” clandestinas. O periódico destaca ainda que, no ano de 1979, Aníbal Barcellos quando exercia o primeiro mandado no governo do Amapá, nomeado pelo presidente João Figueiredo, muitos trabalhadores foram contratados para executarem as atividades de construção civil nesses trechos de “estradas”. Um dos proprietários da empreiteira CR Almeida, o senador Henrique Almeida, do PFL, afirmou que, nenhum momento houve problemas com as comunidades que residem próximo dos trechos da rodovia⁴.

A leitura desse artigo conduz refletir sobre as questões relacionadas a zona rural amapaense, no processo de ocupação e de circulação de moradores, trabalhadores e migrantes que se faz em grande parte pela busca de trabalho. Esse movimento se intensificara desde a abertura de floresta por via de estradas, como foi a construção de ruas e avenidas de Macapá, no final de 1950, e que levou à dinamização de pessoas e mercadorias. Mas, as ocupações das/ trabalhadoras/es na busca de trabalho, resultaram em áreas expropriadas de várias famílias no trecho rodoviário, motivado pelo avanço das empreiteiras. Segundo o Relatório de Impacto Ambien-

³ A rodovia Br-156 dá acesso à fronteira com a Guiana Francesa, e possui dois trechos pavimentados totalizando 384,2 km. O principal eixo pavimentado compreende a área entre a cidade de Macapá até Calçoene, o que representa uma extensão 330 km. A BR-156 sobrepõe-se à BR-210 entre os quilômetros 20 e 100, ou seja, das proximidades de Macapá até o município de Porto Grande. Somente após o trevo da cidade de Porto Grande (quilômetro 100) a BR-210 segue de forma mais contundente para o sentido oeste, enquanto a BR-156 segue em seu traçado rumo ao norte. O segundo trecho pavimentado compreende uma distância de aproximadamente 50 km e liga o município de Oiapoque à ponte internacional Franco-brasileira. A respeito da relevância da construção da Br-156, ver: SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. *Eixos de circulação e infraestrutura na Amazônia Setentrional Amapaense (ASA)*. Anais-Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2015.

⁴ Construção da BR 156 é ameaça as reservas. *Jornal Brasil*, 22/07/1991. Classe 03, pp.02.

tal-RIMA, a construção da Br-156, abriu o espaço para exploração dos recursos naturais e dos trabalhadores. Para, o secretário de obras do Amapá, Ricardo Otero Amoedo Sênier, “ a estrada é fundamental para o desenvolvimento da região, dos seus moradores e trabalhadores que dependem do emprego dessa obra”.

FONTES E ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O corpo documental da presente pesquisa é composto por dois tipos de fontes principais (Diário Oficial do Amapá e os Processos Trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho-TRT da 8ª Região), e por demais fontes auxiliares (documentos oficiais, fotografias, relatos de viajantes, entrevistas de ex- trabalhadores ou parentes da construção civil, jornais, relatórios administrativos, atas de reuniões de sindicatos/associações. De tal modo, a análise conjunta de fontes de diversas nuances possibilitou seguir os rastros dos trabalhadores que desenvolveram as atividades operárias da construção civil na rodovia Br-156.

Além da necessidade de uma pesquisa bibliográfica e documental, a primeira com a finalidade de construir e discutir teoricamente o objeto de estudo e a segunda com a finalidade de trabalhar informações de documentos relacionados à situação do trabalho nos canteiros de obras na rodovia Br-156, recorri aos relatos orais. A construção da fonte histórica, a partir dos relatos orais, oportuniza compreender como os sujeitos sociais interpretam e constroem suas próprias experiências, apresentando novas abordagens e perspectivas, permitindo que os pesquisadores busquem novas pistas para a pesquisa. O estudo será realizado com pessoas que viveram as relações trabalhistas, no período de 1970 a 1990, tanto na área urbana quanto na área rural dos municípios da ASA e que executaram as atividades laborais no canteiro de obras. Os entrevistados foram mulheres e homens, que executaram suas atividades no período estudado.

Segundo Bourdieu, na passagem do oral para o escrito é necessário que quem transcreve cometa algumas infidelidades, que são a base da verdadeira fidelidade do que foi dito, pois, na vivência cotidiana da língua, mesmo quem possui conhecimento das normas da chamada língua culta, nem sempre fala de acordo com elas.⁵ Para Verena Alberti, “essa característica é fundamental para que a narrativa historiográfica possa contribuir no sentido de questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas de uma sociedade”⁶

⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 1987.

⁶ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*.

Os trabalhadores e trabalhadoras da construção civil da rodovia Br-156 registram seus movimentos na Justiça de Trabalho por meio da impetração de processos trabalhistas contra as empreiteiras e subempreiteiras. Essas ações judiciais das relações de trabalho serão pensadas a partir dos processos de regulamentação do trabalho e dos registros dos movimentos de operários (as) e das suas representações na ASA, nas margens da rodovia da Br-156. Os documentos judiciais compõem peças de processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho-TRT PA/AP da 8ª Região da 1ª e da 2ª Vara de Trabalho produzidas no contexto de conflitos jurídicos que ocorreram contra as firmas contratadas para executarem serviços nos trechos de Porto Grande até o Amapá.

A pesquisa realizada possui uma clara influência nas convenções estabelecidas pela historiografia britânica contemporânea, representada particularmente pelos historiadores Edward Thompson e Eric Hobsbawm, e também nos historiadores da Amazônia, cujos estudos em história social do trabalho partem de uma tentativa em reavaliar algumas interpretações e análises sólidas na historiografia da Amazônia, tais como, Sidney Lobato, Adalberto Paz, Paulo Cambraia, e Edilza Fontes, entre outros, e também da história da justiça do trabalho, tais como Angela de Castro Gomes e Fernando Teixeira da Silva, ambos desenvolvendo pesquisas sobre a legislação trabalhista no Brasil, além de intelectuais na área de sociologia como José de Souza Martins.

Dos historiadores da Amazônia mencionados, suas pesquisas apresentam a necessidade de contextualizações que envolvam uma interdisciplinaridade, entre história, geografia agrária, sociologia do trabalho, política e antropologia, cuja a finalidade seria reconstruir as experiências e as estratégias dos trabalhadores do século XX, que fujam das percepções estruturalistas que envolve o trabalhador e classe operária, e sim, de uma discussão sobre os direitos, costumes, lazer, religiosidade, cultura e da história dos trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia no século XX.

AS RODOVIAS RURAIS NA AMAZÔNIA

[...] rodovias construídas entre 1950-1980 foram projetadas muito antes, quando a vertebração do território ainda ocorria a partir de linhas férreas entre as províncias situadas no litoral e aquelas localizadas no interior. Esse propósito de integração do território, durante o período imperial e início da república, já almejava estabelecer

um processo ocupação e a construção de caminhos por onde se pudesse realizar o escoamento da produção interna para os portos marítimos e para as cidades litorâneas.⁷

Na perspectiva crítica, sobretudo marxista, as dinâmicas territoriais e as relações de trabalho campo-cidade na região amazônica, que se deram a partir das especificidades regionais, exerceram um papel de destaque nas análises e figuraram entre as principais publicações acadêmicas de historiadores sobre a lógica de abertura de rodovias. A partir dos anos de 1950, “o processo de ocupação e povoamento da região passou a ser planejada e implementada por meio da construção de uma extensa malha viária – o que antes denominada civilização dos rios passou reconfigurada como civilização das estradas”.⁸

Outro autor dedicado à análise da política de abertura de rodovias é João Tertuliano de Lins Neto. Na leitura da obra desse pesquisador, o projeto de construção de expansão de rodovias mobilizou a oferta de trabalho de forças locais e de migrantes, a partir da década de 1950, culminando com a construção da Br-14 (Belém-Brasília, com 1964 km), parte integrante da nova etapa de acumulação capitalista internacional⁹. Esse cenário também contribuiu para evidenciar o projeto que visava a construção de uma nova capital federal (Brasília), fato que descentralizou a administração e levou a uma maior ocupação dos imensos territórios do Centro-Oeste brasileiro, até aquela época, muito pouco povoados, principalmente com a chegada de migrantes nordestinos.¹⁰

No entanto, no decorrer dos acontecimentos, a dinâmica do transporte fluvial na Amazônia viria a sofrer forte influência transformadora, imposta pelo novo cenário político de “integração territorial”, visto que ele exigia ações do governo federal que possibilitassem a “integração” da Amazônia brasileira a outras

⁷ NETO, Thiago Oliveira. *Geopolítica e rodovias na Amazônia: um debate necessário*. Revista de Geopolítica, Natal, v. 6, n° 2, p. 166 - 186, jul. /dez. 2015.

⁸ Os termos “civilização dos rios” e “civilização das estradas” serviram como alicerce na investigação da historiadora Rosa Elizabeth Acevedo Marin, que fez o uso para demonstrar que, com decadência da economia da borracha, esse setor experimenta forte retração na modalidade fluvial. A partir da década de 1950, uma nova infraestrutura econômica é organizada na região com base no transporte rodoviário. Cf. MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Civilização do rio, civilização da estrada: Transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX*. Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Belém, 2004.

⁹ NETO, João Tertuliano de Almeida Lins. *A navegação fluvial amazônica na perspectiva da integração regional ao mercado*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp. Campinas: 1991.

¹⁰ DUARTE, Vinícios. *Análise Comparativa dos Custos e Aspectos Operacionais para o Transporte de Soja por Rodovias e Ferrovias da cidade de Ijuí para o Porto do Rio Grande*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Engenharia Civil, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2015, p.15.

regiões do país. Com a queda do comércio da borracha, o rio deixou de ser o principal pilar para atender os interesses nacionais e internacionais. Na concepção dessas tendências, as construções de rodovias estavam associadas, para alguns pesquisadores, à ideia de “civilização de estrada”. Isso se deu também no campo ideológico, nos discursos de alguns políticos, jornalistas, literários que defendiam e atribuíam “desvantagens” em manter o sistema ferroviário e fluvial para os projetos de empreendimentos na Amazônia.

Evidenciou-se um dualismo tanto no campo social quanto na própria produção científica sobre os transportes terrestres, em que agentes apaixonados defendiam posições em torno de construções ferroviárias ou rodoviárias. Não é possível afirmar que essa política fosse fruto de uma administração calculada e eficiente. Ao contrário, os rumos da política de transportes foram, em grande parte, definidos pelos grupos de pressão: interesses das montadoras, das multinacionais do petróleo e da borracha, aliados aos interesses das empreiteiras nacionais.¹¹

O processo do “rodoviarismo”, contribuiu na abertura de estradas, fluxo migratório e exploração da força trabalho. Conclui-se que os rios enquanto “*trilhas e caminhos*”, a partir da segunda metade do século XX, não desempenhavam o desenvolvimento nem colonização de locais de mais “vazios demográficos”, daí a justificativa do governo federal de criar programas especiais na execução de obras de construção civil de portos, rodovias e ferrovias.¹² Esse cenário começou a sofrer grandes mudanças em decorrência do número de trabalhadores que migraram para a Amazônia, a partir da década de 1950.

A abertura da estrada Belém-Brasília havia sido antecedida por uma corrente camponesa que se deslocava em direção ao noroeste do Maranhão e ao sul do Pará. Essa corrente era confrontada por fazendeiros e empresas favorecidas pela política de incentivos fiscais para implementar os denominados projetos agropecuários. A partir dessas vias, as terras paraenses que, em sua maioria, eram terras “livres” se incorporaram aos mercados por meio de agentes econômicos do Sul e do Centro Oeste do país. A construção da Belém-Brasília como estratégia de política econômica representa um marco na história econômica e social da Amazônia, uma vez que possibilita o ingresso de suas terras aos mercados.¹³

¹¹ Cf. PAULA, Dilma de Andrade. Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul. / dez 2010.

¹² SUDAM. Amazônia – política e estratégia de ocupação e desenvolvimento. Palestra proferida na Escola Nacional de Informações, em Brasília. 03 de maio de 1973. Milton Câmara Senna. Superintendente.

¹³ FERNANDES, Marcionila e ACEVEDO, Rosa. A Nova Ordem Ecológica na História Recente da Amazônia. In: Amazônia IPAR. *Revista Teológico-Pastoral*. Ano III, Nº 4 – janeiro-junho. 2001. Belém-Pará.

Foi dentro dessa conjectura política da construção de rodovias que houve a chegada de trabalhadores nordestinos, paraenses, amapaenses e de moradores locais para executarem diversas atividades nos canteiros de obras de estradas e ramais ocorridos entre 1970-1990 nas margens da Br-156, em direção ao trecho da rodovia localizado nos limites entre os Municípios de Macapá até o Amapá. Esse evento promoveria o avanço do capital no campo e conseqüentemente a “contratação” de mão de obra em atividades em meio a floresta amazônica, em contramão, trabalhadores seriam acometidos por doenças atribuídas ao labor da construção civil e viveriam sem a proteção administrativa, uma vez que a renda monetária era insuficiente para a sobrevivência.

O foco da discussão neste artigo é a implantação do projeto de “rodoviarismo” na Amazônia, sobretudo, da rodovia Br-156, tal como as relações entre trabalhadores e grupos empresariais que marcaram a construção histórica dessa região em dois tempos: o da “intervenção militar na Amazônia”, nas décadas de 70 e 80, e o do “pós-ditadura”, sendo eles geradores dos mais dolorosos atos de exploração trabalhistas de atividades temporárias nas margens das rodovias.

Somente em 1970, General Ivanhoé Gonçalves Martins, governador do TFA, executou seu plano político e econômico que contava com abertura de editais e constantes reuniões para as licitações de preços para a execução de serviços na rodovia Br-156, trecho Macapá/Clevelândia. Os trabalhadores expressavam muita ansiedade na busca pela primeira contratação e, conseqüentemente, terem carteira de trabalho assinada. No entanto, as contratações, pagamentos e indenizações estavam sob responsabilidade da Firma vencedora, isto é, a Construtora Comercial Carmo LTDA, denominada empreiteira, que apenas em quatro meses mobilizou o recrutamento de trabalhadores rurais e migrantes.¹⁴

Observamos que no próprio documento oficial de 1985, fica claro o contingente de operários nesses trechos de obras e que eles não podiam contestar e nem reclamar os seus direitos ao GFAP. Por outro lado, qualquer reclamação trabalhista ou conflitos de trabalho que se instalavam nos canteiros de obras era de responsabilidade da firma contratada. Ao chegar em Ferreira Gomes, Paulo Sérgio Quaresma de Oliveira foi procurar o encarregado de obras, que estava hospedado

¹⁴ Carta Convite de números 04 e 05/1970-DO para o representante do GFAP, o senhor diretor da divisão de obras engenheiro Joaquim de Vilhena Neto e a firma Construtora Comercial Carmo LTDA. Aqui denominada empreiteira, com escritório a avenida Coaracy Nunes nesta capital, representada pelo seu sócio gerente Senhor Walter Pereira, do Carmo brasileiro, casado, residente nesta cidade, que assina como representante legal da firma, com a finalidade construir seis pontes sobre o Rio Araguari, Tracajatuba e Tartarugalzinho localizada na rodovia BR 156- Macapá/Clevelândia, no trecho Macapá/Amapá, subtrecho Ferreira Gomes/ Amapá.

em uma casa de um fazendeiro local, aquele era considerado uma liderança política da região do Araguari. Depois de 15 dias na busca por trabalho, foi “fichado” como carpinteiro na Empresa Montec Engenharia S/C Ltda. Após a conclusão das obras, ele afirmou na Justiça do Trabalho de Macapá que não houve pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS e que a firma teria alegado que o GFAP não tinha repassado o restante do dinheiro.¹⁵

Paulo Sérgio Quaresma de Oliveira labutava na construção de pontes de alto risco de vida como carpinteiro. O salário que recebia o reclamante era, segundo CCT em anexo, de servente. Após seu desligamento da empreiteira, ele afirmou que não houve pagamento do FGTS e que, no período de atividades no canteiro de obras, não havia as atualizações de valores de pagamentos de horas-extras. O reclamante alegou ainda que várias vezes tinha que entrar na mata para o corte de madeiras de lei para serem utilizadas nas construções das pontes em horário noturno. Essa tarefa era dos braçais, ou seja, a atividade feita configurava desvio de função, o que consequentemente provocava discussões ou, até mesmo, assédio psicológico no canteiro de obras. As pontes em obras rodoviárias eram monitoradas pelos encarregados, os quais, muitas vezes, não compreendiam o cotidiano trabalhista da construção civil. Ao ser demitido, Paulo não recebeu as guias de Seguro Desemprego que garantiriam ao Reclamante o recebimento de 03 cotas no valor Cz\$ 136,00 cada, como requer. O fundamento do pedido encontra amparo nos artigos 159 e 156 da Lei Substantiva Civil, no art. 8º da CLT, haja vista que a não entrega das referidas Guias gerou prejuízo de ordem patrimonial a ele, isto é, o FGTS e as diferenças salariais de horas extras. No dia onze de abril de 1986, reuniu-se a primeira vara do trabalho de Macapá para a apreciação das parcelas trabalhistas acima epigrafadas.¹⁶

¹⁵ TRT da 8ª Região de Macapá-Processo Trabalhista de número 580/1986-4, 11/04/1986.

¹⁶ Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a presença do reclamante, pessoalmente, assistido pelo Dr. FRANKLIN CAVARLHO MACEDO, habitados às fls. 05. Presente a reclamada, por seu preposto o Sr. EDSON ALAN FONSECA REZENDE, que junta carta de C.G.C. Recusada a proposta de conciliação. A reclamada apresenta contestação oral nos seguintes termos: que está pagando 40% de FGTS no valor de Cz\$ 78,96; que foi entregue as guias de seguro desemprego; que está comprovado os depósitos de FGTS; que o reclamante trabalhou na função de carpinteiro e não de servente, conforme informado em sua petição inicial; que ora junta folhas de pontos para provar o horário do reclamante; que ora junta levantamento de horas e faltas. São os termos nesta ocasião as partes resolvem conciliar nas seguintes bases: A reclamada pagará ao reclamante, a importância de Cz\$ 300,00 (trezentos cruzados), em uma única parcela, com vencimento até o dia 24/04/1986, sob pena de multa de 30%, em caso de inadimplência. Do valor do acordo Cz\$150,00 refere-se as parcelas de natureza indenizatórias e Cz\$ 150,00 refere-se a parcelas da natureza remuneratórias com o cumprimento do acordo o reclamante dará a reclamada plena, geral e irrevogável quitação de todas as parcelas declinadas na inicial. Custas pelo reclamante no valor de Cz\$ 6,00, calculadas sobre o valor da conciliação. Este juízo homologa o acordo para que produza seus efeitos legais e isenta o reclamante do pagamento das custas, na forma

Embora os processos trabalhistas não tivessem um enorme peso numérico no TRT de Macapá, podemos observar que alguns reclamantes (peões e braços), que labutam nos canteiros de obras exigiam as contribuições dos direitos assegurados aos trabalhadores, sobretudo, relatavam os grandes problemas enfrentados nas áreas alagadas, alegando que não havia equipamentos suficientes para retirarem trabalhadores, tratores e caminhões dos atoleiros constantes no trecho de abertura de rodovias. As construções das rodovias apontam que, apesar de sua relevância no processo de interligação entre as regiões do país, as atividades laborais apresentaram muitas tensões e diversas dificuldades. A respeito do setor ambiental, o desmatamento aumentou nos primeiros anos de 1970. Os trabalhadores rurais e migrantes, atraídos para a floresta tropical com a promessa de terras e um futuro melhor, começaram a derrubar árvores como jatobá, itaúba, marupá e cedro para instalar suas plantações.

Através do levantamento bibliográfico de autores que trataram do pioneirismo das rodovias na Amazônia, será possível deduzir como se deu a relação de empreiteiros e os trabalhadores rurais. A partir de 1960, com o apoio do estado, ressurgiu a imobilização da força trabalho, na qual as firmas e empresas da construção civil extorquiam dos operários os seus direitos e o baixo custo da mão de obra para obter lucros, apropriando-se das terras próximas às malhas viárias e aos trechos da Br-156. Considera-se importante na discussão dessa subseção os programas de ocupação da ASA que tinham como objetivo integrar a Amazônia ao Brasil e evidenciar quais as contribuições e condições desses planos para os trabalhadores e trabalhadoras.

As iniciativas mais efetivas para a construção pioneira do rodoviarismo na Amazônia nasceram com a construção da Belém-Brasília, que ligava a região Norte ao Centro-Oeste. Rodovia Belém-Brasília, Transbrasiliana, Rodovia Bernardo Sayão, Br-010, Br-14, Rodovia da Unidade Nacional, são vários os nomes atribuídos à rodovia construída que ligava a cidade de Anápolis, em Goiás, à Belém, capital do Pará. Os nomes atribuídos têm suas particularidades, de acordo com as representações políticas de unidade de federação. Os acordos regionais e nacionais que favoreciam inteiramente as empresas e empreiteiras para os fins de construção civil, assim como para a abertura de estradas e ramais faziam parte da política de desenvolvimento da Amazônia.¹⁷

da lei. Registre-se a isenção. Após o cumprimento do acordo, pague-se ao reclamante e arquivem-se os autos. E em caso de inadimplência, execute-se. O patrono do reclamante requer e este Juízo defere o desentranhamento dos documentos de FL. 13/27, o que é procedido neste ato. A reclamada deverá recolher e comprovar perante e secretaria da vara, no prezo de 10 dias após o cumprimento de acordo. As contribuições previdenciárias, sob pena de execução. Nada mais. /CMM.

¹⁷ SOUSA, Michelle Louise; PACHECO, Rafael Araújo. A influência da rodovia Belém-Brasília no processo de desenvolvimento das cidades do Centro-Norte de Goiás. *Revista Eletrônica Geoaraguaia*. Barra do Garças-MT. V 3, n.2: 246 - 262. Agosto /dezembro. 2013.

Com a viabilidade da construção desse grande empreendimento, além da relevância econômica, os grandes proprietários de terras e empreiteiras visavam aumentar as suas expansões de obras em vários trechos das rodovias e contavam com acordos firmados com políticos regionais e locais, formando, assim, uma conexão valiosa para a exploração dos recursos e do controle dos trabalhadores nas atividades desenvolvidas na floresta. Essa construção só seria possível com a captação de recursos por meio de impostos e também de proprietários rurais da Amazônia.¹⁸

Mais precisamente, a literatura e a historiografia da Amazônia demonstram que, durante o governo militar, houve favorecimento às empreiteiras e aos grupos econômicos. Para o geógrafo José Willian Vesentini, os planos de construção de rodovias em solo amazônico só foram possíveis por causa das pressões políticas particularmente do Estado do Amazonas e do Pará, com a criação de uma superintendência focada na formulação de planos para o desenvolvimento da Amazônia. A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, teve como objetivo desenvolver economicamente a região mediante ações que integrassem a região com o restante do país. Dentre as propostas do Órgão, destaca-se a integração de vias de transportes e comunicações. Posto isso, vejamos o que fala Artigo 7º do referido documento legal:

Realizar um plano de viação da Amazônia, que compreenda todo o sistema de transportes e comunicações, tendo em vista principalmente as peculiaridades do complexo hidrográfico, sua extensão e importância na economia regional, e as bases econômicas e técnicas de sua gradual execução.¹⁹

A SPVEA possibilitou a execução de um plano de viação da Amazônia concebido não só em função do atendimento às peculiaridades do complexo hidrográfico regional, como também da necessidade de promover a interligação da região amazônica aos centros produtores e mercados do Centro-Sul do país. A SPVEA definiu um planejamento para o sistema viário, aproveitando o plano da Transbrasiliana²⁰. A criação da SPVEA tinha como propósito a coordenação e planos de metas mais eficazes, visando à exploração “racional” da Amazônia. Entre-

¹⁸ VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*, São Paulo, Ática, 1986.

¹⁹ BRASIL. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. SPVEA. Rodovia da Unidade Nacional. Belém, 1960: 12.

²⁰ SOUSA, Michelle Louise; PACHECO, Rafael Araújo. *A influência da rodovia Belém-Brasília no processo de desenvolvimento das cidades do Centro-Norte de Goiás...*, Op. cit., p.245.

tanto, embora fosse essa preocupação da tal instituição, na prática do propósito, pouca coisa aconteceu, em face às contradições existentes dos próprios governantes do país e da sociedade²¹.

Problematizando a SPVEA, Alberto Tamer²², no livro “Transamazônica”: solução para o ano 2001, diz que, as contradições acima expostas extrapolaram o contexto tornando-se maiores e que, na prática, o projeto não beneficiou os nortistas. Primeiramente, o governo federal nunca cumpriu integralmente o repasse de verbas das que SPVEA tinha direito. A falta de pagamento era constante e os atrasos e descontos se sucediam. Além dos atrasos, os cortes no orçamento do governo federal também atingiam em cheio esse órgão. Problemas nos empreendimentos tornaram-se presentes em diversas partes da Amazônia, como tensões no campo e violências²³. Além das chuvas, ramais alagados, rios de tráfego sazonal, problema dos solos, muitos trabalhadores eram alvos da exploração de trabalho, ao passo que as empreiteiras que “venciam” o processo licitatório de construção e abertura de estradas e ramais.

As empreiteiras já eram bastante poderosas econômica e politicamente, às vésperas do golpe de 1964, tendo elas significativa participação nesse episódio²⁴. O regime proporcionaria um cenário ainda mais alentador para as atividades e lucros dessas empresas ao garantir baixos salários para os trabalhadores, ausência de greves e de sindicatos combativos, além de um orçamento extremamente favorável às construtoras, com grandes e crescentes dotações de recursos públicos para a realização de investimentos, expressos na forma de obras de infraestrutura.²⁵

No caso da abertura e construção da Br-156, o recrutamento de operários, os fluxos de pessoas provenientes das margens dos ramais e dos rios ilustraram a dinâmica espacial e social com padrões de vida diferentes, na qual de um lado tinham-se os trabalhadores rurais que buscavam terra e trabalho e, do outro, ti-

²¹ RIBEIRO, *Op. cit.* 2016, p.46.

²² TAMER, Alberto. *Transamazônica: solução para 2001*. Rio de Janeiro, APEC, 1971, p. 39. *Transamazônica, solução para 2001*, título do livro que expressava as perspectivas e propagandas em torno da construção da estrada, reunindo as matérias do experiente redator econômico da revista APEC e do jornal O Estado de São Paulo, Alberto Tamer, que se especializou sobre os problemas do Nordeste, onde ouviu o discurso de Médici, no qual afirmava que iria dar as “terras sem homens da Amazônia para os homens sem-terra do Nordeste”.

²³ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953- 1966)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2017, 149 f.

²⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

²⁵ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *As empreiteiras e a rodovia transamazônica: interesses econômicos e impactos sociais de um grande projeto da ditadura brasileira*. Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 34, n. 55, p. 67-82, Dez/2021.

nha-se o avanço de empresas de extração de recursos, fazendas e principalmente empreiteiras na construção de rodovias, de prédios públicos e estabelecimento privados, transformando o modo de viver, tal qual determinando, por meio de “oferta de trabalho”, as condições de vida e de força trabalho.

Na década de 1980, a “economia do garimpo”²⁶ mobilizou pessoas e estimulou a circulação monetária no eixo da rodovia, contudo, esse cenário tornou-se contraditório, uma vez que o ciclo de ouro nos perímetros de Tartarugalzinho e Amapá não beneficiava garimpeiros e a população local. Muitos viviam em situação precária e buscavam outras atividades trabalhistas²⁷. Exemplo disso foi o fechamento de um abatedouro de búfalo no Distrito de Aporema, motivado pela falta de higiene e maus tratos aos trabalhadores²⁸. Esses fatores contribuíram para que as empreiteiras revertissem o modelo de recrutamento, isto é, devido à condição geográfica da distância para Macapá, seria mais viável contratar trabalhadores que residissem nos lugares mais próximos do trecho de execução das obras, nesse caso, essa estratégia de contratação beneficiaria a firma em termos contratuais e aumentaria a força trabalho de produção.²⁹

Desse modo, podemos afirmar que as empreiteiras não seguiram os erros cometidos na construção das primeiras rodovias da Amazônia, na década de 1950, no que diz respeito em não fazer um levantamento e programa de ação exato dos gastos com materiais e humanos. Dessa forma, para a abrir as terras inexploradas, florestas naturais e áreas rochosas da ASA seria necessária maior força de trabalho envolvida na empreitada, quanto maior seria a jornada de trabalho, maior seria a redução nos valores dos salários pagos aos trabalhadores. Os empreiteiros, em relação à construção da rodovia, apostavam na política de recrutamento de trabalhadores baseada na produção capitalista.

Em relação ao Amapá, a história da abertura da estrada, conectada com a expropriação de camponeses, teve início em 1946, quando Augusto Trajano de Azevedo Antunes se juntou à empresa norte-americana Bethlehem Steel³⁰ para for-

²⁶ O fenômeno problemático são os garimpos ilegais que envolvem migrantes, trânsito comercial diverso e prostituição, fenômenos observáveis e definidos aqui como “economia do garimpo”. Cf. ALMEIDA, Carina Santos de; RAUBER, Alexandre Luiz. *Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional*. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017.

²⁷ ALMEIDA, Carina Santos de; RAUBER, Alexandre Luiz. *Idem.*, 2017, p.08.

²⁸ VILHENA, Júlio da Silva. *A História e o perfil de Tartarugalzinho*. 1º Edição. Tartarugalzinho-AP, 2010.

²⁹ PINTO, Gratuliano de Moraes, Chefe da Seção de Obras, incumbida o recebimento e julgamento propostas para a execução dos serviços nos canteiros de obras.

³⁰ A associação com a empresa norte americana Bethlem Steel fazia com que 49% dos lucros fluíssem para os EUA. E, ainda, os 51% que pertenciam ao capital nacional eram remetidos para o Sudeste brasileiro, algo que ficaria mais evidente quando lembrarmos que a sede da Icomi estava em Belo Horizonte,

mar a Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), que se instalou na região na década de 50 do século XX. A atividade suscitou questionamentos acerca da sua capacidade de impulsionar processos de desenvolvimento regional, tendo sido alvo de críticas de diversas ordens.

No início da década de 50, havia uma única e precária estrada de terra trafegável por automóveis, partindo de Macapá até Porto Platon. Era a BR 156, transitável apenas nos intervalos das chuvas. A partir deste ponto, o acesso para Serra do Navio era através de um quase intransitável caminho de terra ou subindo a correnteza do rio Amapará, muitas vezes enfrentando perigosas corredeiras formadas próximo a Cupixi. Demorava-se semanas para transportar uma carga entre Macapá e Serra do Navio.³¹

É o estudo de Antônio Teixeira Guerra que nos informa sobre o grau da situação da rodovia e sobre os dramas de famílias e de camponeses que dependiam da locomoção por meio das estradas para manter a conexão com a capital. A saga desses trabalhadores começa na construção e abertura e continua com as barreiras encontradas no cotidiano, em tempo de chuvas e com aumento de buracos. Segundo o autor, a rodovia AP-Br-156 seria a principal estrada de rodagem do Território que ligaria a capital amapaense ao município de Oiapoque, no extremo norte, e que, a partir da década de 1940, foi denominada de espinha dorsal das comunicações terrestres.

O traçado das rodovias está relacionado à necessidade de corrigir as insuficiências da bacia navegável e estabelecer ligações rápidas entre o sul e o norte do Território. A principal rodovia é a Br-15, que parte de Macapá, passa por Amapá e vai até Lourenço. O trecho daí até à fronteira ainda está em construção. Em 1957, a rede rodoviária do Território compunha-se de 930 km de estradas em tráfego, sendo 447 de rodovias federais e 483 de rodovias municipais.³²

Em 05 de abril de 1979, o Diretor do Núcleo de Apoio Administrativo/SOP e representante da Construtora Miranda LTDA, o senhor Ezequias Ribeiro de Assis, explanou que alguns critérios eram utilizados para o recrutamento de trabalhadores para obras de curto prazo, como se o contratado conhecia, a mata rasteira, os tipos de cipós e trepadeiras; e outro critério era se todos reconheciam

fato que contribuiu para que grande parte do investimento oriundo da venda do manganês do Amapá não ficasse nesta região.

³¹ DRUMMOND, José Augusto e Mariângela de Araújo Povoas Pereira (2007), *O Amapá nos tempos do manganês, um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)*, Rio de Janeiro, Editora Garamond, p.156.

³² Cf. GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudos Geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. Publicações nº 10 da Série "Livros". 1954.

ou identificavam a diferença entre os tipos de terrenos que estrada apresentava em suas aberturas, tais como: terreno arenoso e argiloso. Essas avaliações eram relevantes para analisar a postura e o comprometimento do trabalhador com a firma³³. Porém, o historiador Cambraia enfatiza que as ligações entre os interesses políticos e as outras forças sociais da época, as empreiteiras e o Estado, não se preocupavam com o “progresso” da construção da Br-156. Em sua pesquisa, ele deixa claro que os discursos ideológicos são favoráveis apenas à política de militarização de mostrar para a população camponesa, ribeirinha e, até mesmo da capital, que a abertura e a pavimentação da Br-156 até o município de Oiapoque trariam progresso e melhoria na comunicação e promoveriam a integração entre o campo e a cidade.

O pesquisador abordou quase todos os aspectos em sua pesquisa, enfatizando que a abertura da rodovia, juntamente com as redes hidroviárias, é relevante para o desenvolvimento da Amazônia quanto ao aspecto das melhorias de onde vivem milhares de moradores, inclusive em áreas de difícil acesso e distantes da Br-156. No entanto, criticou as estratégias e as políticas intervencionistas adotadas no processo de abertura de rodovias no Amapá, apontando que ocorreram diversos erros não admitidos pelos programas e projetos do governo federal. Empresas construtoras, na maioria das vezes, não previam, em seus planos, as diversidades geográficas e sociais para a abertura e pavimentação da Br-156.³⁴

Os contratos de empresas nacionais e internacionais na região amazônica eram de exclusividade daquelas que poderiam garantir prerrogativas e direitos e que estabeleciam acordos contratuais com os representantes políticos. Era essa política de conexão burguesia-militar que reunia interesses na época para o desenvolvimento da Amazônia. Essa política coordenada pela administração militar ganhou novos contornos com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM. A partir da criação da SUDAM, embora a população tivesse esperança

³³ Contrato de Empreitada Global nº 005/79-SOP (Processo nº 91/00056/79-SOP) com o Governador Aníbal Barcelos. PARTES: Governo do Território Federal do Amapá e a firma CONSTRUTORA MIRANDA LTDA. OBJETO: Construção de um Depósito na localidade de Porto Grande-Amapá. O valor global e aceito é de Cr\$ 340.985,00 (trezentos e quarenta mil novecentos e oitenta e cinco cruzeiros), valor da proposta apresentada pela CONTRATADA. As despesas deste Contrato correrão à conta dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, elemento de Despesa 4.1.1.0.00, Programa 13754283.148, conforme Nota de Empenho nº 488 no valor de Cr\$ 341.235,00 (TREZENTOS E QUARENTA E UM MIL, DUZENTOS E TRINTA E CINCO CRUZEIROS), emitida em 2 de abril de 1979. FUNDAMENTO DO CONTRATO: Este Contrato decorre da homologação do Excelentíssimo Senhor Governador do Território exaradas às fls. 18 do Processo nº 1 /00055/79-SOP da Licitação relativa ao convite nº 02/7&-CPLOS, combinado com o item XVII do Artigo 18 do Decreto-Lei nº 411 de 08 de janeiro de 1969.

³⁴ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia (2008). *Na ilharga da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem regatão: os significados dos regatões do Amapá- 1945 a 1970*, Editora Açaí. P. 217-218.

para o desenvolvimento e para a melhoria da economia, na prática, a aliança privilegiou *os patrões das rodovias* (as empreiteiras e o capital internacional).

A historiografia de referência sobre o tema da ocupação da Amazônia, a partir de 1970, afirma que o processo de rodoviarismo, sob controle das instituições e órgãos militares, com apoio dos proprietários rurais, investidores estrangeiros, consistiu na despolitização das questões relacionadas aos moradores e trabalhadores da zona rural. Na verdade, esses órgãos nunca chegaram à comunidade camponesa com grandes investimentos, pois a democratização do acesso ao trabalho e à terra não estavam na política que o governo implantava para o desenvolvimento da Amazônia.

AS ESTRATÉGIAS DAS CONSTRUTORAS DE RODOVIAS NO PERÍODO CIVIL-MILITAR NA AMAZÔNIA

A SUDAM, criada em 1966, representou uma das estratégias do governo federal para atrair trabalhadores, construtoras e empresas nacionais e internacionais. As constantes publicações da Revista *Isto É Amazônia* pelos próprios membros desse órgão apresentava a Amazônia como uma região que oferta emprego e ganhos salariais. Em novembro de 1972, o periódico publicou em suas páginas, em português e inglês, vários textos e slogans de oferta de trabalho e incentivos financeiros.³⁵

A revista trazia os bordões “Chega de lendas, vamos faturar”, significando que a Amazônia era a região para a mudança financeira. Outras legendas como: “A Amazônia convida para um bom negócio”; “Prosperem com a Amazônia” tornaram-se modelo ideológico na capa da SUDAM. As matérias de outubro e novembro de 1971 estamparam a “Amazônia ontem” — uma floresta; “hoje” — tratores rasgando a floresta; e o “amanhã” — o perfil de uma fábrica com quatro chaminés fumegantes e um edifício de escritórios. Sendo assim, a SUDAM adotava como um dos pontos estratégicos a política de ocupação da Amazônia com criações de empreendimentos de rodovias. O critério adotado pela SUDAM era adotar alguns critérios que beneficiassem a expansão e a conexão entre municípios, polos industriais, cidades e regiões da Amazônia com o resto do Brasil.³⁶

É unânime afirmar, por meio de várias pesquisas de cunho historiográfico, que o processo de ocupação da Amazônia cresceu nas primeiras décadas do século XX, contudo, a década de 1970 foi considerada o momento histórico chave

³⁵ *Revista Isto É Amazônia*, publicação de novembro de 1972.

³⁶ *Revista Isto É Amazônia*, publicação de out/novembro de 1972.

para estudos sobre a história social principalmente envolvendo questões de movimentos sociais, trabalhistas, de colonização, amplamente sustentada e apoiada por uma política de concessão de incentivos fiscais regionais, com argumentos caracterizados de uma “*Amazônia pouco povoada*”, baixa demografia e uma área isolada do restante do país.³⁷

A construção do espaço amazônico, ao longo de sua história, foi se processando através de um conjunto de mecanismos políticos-jurídicos, coordenados pelo governo federal, como parte de uma política territorial com visita e garantia de seus espaços internos. Desta forma, os planos foram implantados e conjugado a partir de uma estratégia intervencionista, tanto no nível da estrutura de seu território, quanto à gestação dos instrumentos necessários à viabilização dessa política.³⁸

A literatura sobre os locais de destinos dos trabalhadores da Amazônia é abordada pela Geógrafa Becker que afirma que a ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima após o golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina da segurança nacional, o objetivo básico do governo militar torna-se a criação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país.³⁹ Nesta direção, o que estaria por detrás de bordões como: “*Prosperare com a Amazônia*” e “*Integrar para não Entregar*”?

Nesse sentido, segundo Gerd Kohlhep, o Plano de Integração Nacional, sob o bordão “*Integrar para não Entregar*”, foi baseado na implementação de estradas como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília, Perimetral Norte, Br-156 entre outras, com a finalidade de transformar essas estradas e rodovias em corredores do desenvolvimento amazônico e em roteiro de migração e colonização da Amazônia, mudando a visão de desenvolvimento regional, tendo, assim, um olhar voltado para as questões da região amazônica, trazendo uma nova concepção de desenvolvimento inter-regional, ligando as principais regiões produtivas.

Convém lembrar que o planejamento estatal não se resume apenas à construção de estradas e rodovias. Ignorando as peculiaridades de moradores e trabalhadores que viviam na floresta amazônica e ribeirinhas, desde 1967, o

³⁷ LOUREIRO, Violete Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem. Natureza*. 2. ed. – Belém: CEJUP 2004. (Coleção Amazoniana, 1). HALL, Anthony. “O desenvolvimento da Amazônia brasileira”. In: *Amazônia desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Projeto Grande Carajá*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

³⁸ RIBEIRO, Hidélberto de Sousa. *Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia Oriental*. Jundiá, Paco Editorial, 2016.

³⁹ BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. *Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990, p 219.

governo militar criou órgãos e empresas para colocar em prática suas Estratégias para a região.⁴⁰ De certa maneira, a criação da SUDAM, do Banco da Amazônia (BASA) e da Zona Franca de Manaus, região privilegiada com incentivos fiscais, e o organismo destinado a supervisioná-la, a Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, podem ser vistas como uma concepção de natureza geopolítica que visa à exploração de recursos minerais, vegetais e da força trabalho de milhares de trabalhadores.⁴¹

Para Ribeiro, como fundamento para tal concepção, a história de tentativas de ocupação da Amazônia sempre combinava em dois objetivos. O primeiro, o da geopolítica, que vê no conhecimento geográfico da região um importante fator para a intervenção, sendo necessária para a criação de uma infraestrutura, visando à exploração de seus recursos naturais, fundamentais para o desenvolvimento proposto ao país e, conseqüentemente, da região. O segundo, que observa o papel desempenhado pelo povoamento através da colonização, pois, a criação de *lôcus* populacionais fomentaria não só o crescimento demográfico na região como também garantiria a posse efetiva da Amazônia e a expansão de sua fronteira econômica.⁴²

Nesta perspectiva, o que interessa nesse discurso é o contexto das políticas territoriais, estas que estão diretamente relacionadas à questão da integração e da unidade nacional. Mudanças surgiram com a criação do Plano de Integração Nacional-PIN⁴³, projeto esse embasado em uma visão nacionalista, responsável pela construção da Perimetral Norte - Br-210 e a Transamazônica - Br-230, condicionado numa gama de mecanismos fundamentais à efetivação do fortalecimento do capitalismo no campo.⁴⁴

De um ponto de vista crítico, seguindo o raciocínio de Ribeiro e Feitoza, pode-se afirmar que o avanço da fronteira na Amazônia foi apoiado nas propagandas ideológicas construídas durante a década de 70. É nesse sentido que Oliveira, Sales e Lacerda nos remetem que a ocupação da região amazônica, viabilizada pe-

⁴⁰ FILHO, João Meirelles. *O Livro de Ouro da Amazônia*. Editora Ediouro, 2004. p.135.

⁴¹ CHAVES, Valena Jacob. A utilização de mão de obra escrava na colonização e ocupação da Amazônia. Os reflexos da ocupação das distintas regiões da Amazônia nas relações de trabalho que se formaram nestas localidades. In: VELLOSO, Gabriel; MARANHÃO, Ney (Coordenador). *Contemporaneidade e Trabalho - Aspectos materiais e processuais*. Estudos em homenagem aos 30 anos da AMATRA 8. São Paulo: Letra. 2011.

⁴² RIBEIRO, *Op. cit.*, 2016.

⁴³ *Ibidem*, p.36.

⁴⁴ FEITOZA, S. K. A. *A rodovia perimetral norte: objetivos e impactos da sua construção no território federal de Roraima (1970-1982)*. 2016. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Ciências Humanas - CCH, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

las políticas nacionalistas ocasionou uma série de projetos rodoviários, proporcionando um fluxo migratório de trabalhadores, inseridos na engrenagem de aberturas de estradas e rodovias.

Algumas rodovias não tiveram nem a metade daquilo que estava proposto no projeto de construção. É o caso da Br-230 (Transamazônica), e da Br-210 (Perimetral Norte). Com relação a essas grandes estruturas de rodagem, [...] no contexto das rodovias no estado de Roraima, pontuando sucintamente a Br-174, esta que representa o eixo central, sendo a responsável por interligar a capital Boa Vista a Manaus. E em especial a Perimetral Norte (Br-210), novamente evidenciando que esta rodovia proporcionou o povoamento na região Sudeste do estado, além de atualmente ser uma das principais vias de escoamento de toda a produção agrícola gerada nos municípios de Caroebe, São Luiz e São João da Baliza.⁴⁵

A preocupação quanto à posse da Amazônia por parte do estado brasileiro vem acontecendo desde o período colonial, porém, em termos de política territorial, a presença intervencionista, nessa época, era praticamente feita através de fortificações militares dispostas estrategicamente ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes, bem como pela presença das missões religiosas. O discurso de segurança com base na ocupação dos chamados “*vazios demográficos*” não levava em consideração as populações da floresta e os trabalhadores. De início, as tomadas de decisões deveriam se concentrar em uma rede de acordos que atraísse a exploração dos recursos minerais e extrativistas na Amazônia e garantisse melhores condições às empresas capitalistas, obtendo controle dos trabalhadores no campo.⁴⁶

Nos períodos entre 1960 e 1985, houve mudanças estruturais. Os projetos nacionais para a aceleração da modernização da sociedade assumiram um papel de prioridade, sendo foco de uma política de rápida ocupação de seu território que alterou profundamente a região. Nesse período, o estado brasileiro tomou para si a iniciativa da modernização amazônica, mas o ambicioso projeto de avanço na fronteira da Amazônia apresentou uma série de problemas de violência e de situações precárias aos trabalhadores, dentre outras questões, os dilemas salariais, jornada de trabalho, trabalho sazonal, a submissão dos corpos ao trabalho, que se estendiam em vários trechos de aberturas de rodovias localizadas nas margens de rios, lagos, lagoas, pequenos riachos, de áreas indígenas, quilombolas e estradas.⁴⁷

⁴⁵ OLIVEIRA, I.; SALES, H.; LACERDA, E. Rodovias na Amazônia e os processos de territorialização: o caso da Br-210, Sudeste de Roraima. *Revista Geográfica*. Acadêmica v.15, n.1 (VII.2021), p.21-32.

⁴⁶ RIBEIRO, Op. cit., 2016.

⁴⁷ LEAL, Jorge Luiz dos Santos. *A Amazônia brasileira e o seu caráter transnacional: o aproveitamento do seu patrimônio estratégico para garantia do desenvolvimento*. Tese de Doutorado em Ciência Jurídica

Ademais, com a abertura de rodovias e novas estradas, o capitalismo avançou no campo e fez aumentar a acumulação e a concentração de riquezas na exploração da força trabalho de camponeses e de migrantes.⁴⁸ Esse processo transformou o meio rural com a mecanização, a industrialização e a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura, assim como expropriou e expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado. Pela primeira vez, ligando os centros nacionais de população e a capital com o coração da floresta, descobriu-se que a Amazônia não era o vazio demográfico que os governantes da época pensavam.⁴⁹

Arthur Reis traça algumas diretrizes de produções de temas sobre a Amazônia. Já na década de 1950, abordou em seus estudos os termos utilizados por alguns autores, pesquisadores e literários na visão estereotipada das primeiras décadas do século XX. Esses estereótipos eram comuns nas propagandas varguistas na época da ditadura militar. Para o historiador, na política de ocupação, era ratificada a ideia de uma natureza que se sobrepõe à atividade humana, isto é, uma região sem cultura, grande vazio demográfico e sem civilização. E não seria possível definir essa área como toda homogênea, e sim heterogênea.⁵⁰

É possível lançar dois questionamentos relevantes na abertura de estradas na Amazônia. O primeiro se refere à articulação dos padrões produtivos entre o governo militar e as empresas capitalistas, estabelecendo uma crescente exploração de recursos e das pessoas. O segundo argumento afirma que essa aproximação originou vários problemas no sistema agrário amazônico, isto é, na expropriação de camponeses, exploração da mão-de obra, violência e outros. Trata-se justamente da introdução de uma nova divisão social do trabalho que gerou o abandono da população interiorana no seu *laissez faire* de subsistência econômica.

Foi também durante a década de 1970 que a introdução das máquinas, tratores, caçambas e a chegada de trabalhadores provocou a circulação de novos sujeitos. O processo de indução migratória, mineração, acirramento entre empreiteiros e trabalhadores foram presentes no eixo da abertura e construção da rodovia, o que direcionou para a criação de vilas, agrovilas, assentamentos agrários e muni-

da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí-SC, pp.378, 2019.

⁴⁸ FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento social como categoria geográfica*. Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 1, 59-81, 1986.

⁴⁹ FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma Agrária e modernização no campo. In Terra Livre, nº 02, série 11-12. São Paulo: AGB, 1996b, p. 153-175. D'INCAO E MELLO, Maria Conceição. *O Boia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975.

⁵⁰ RAIOL, *Op. cit.*, 1992.

cípios. Essa rodovia foi o primeiro corredor de conexão e dinâmica territoriais. As primeiras casas aos redores da Br-156 foram contidas nas narrações dos moradores. As dinâmicas sociais dos caboclos da Amazônia de migrações da ocupação do território entre o Rio Araguari e Rio Grande Amapá constituem parte da análise iniciais como contexto para compreendermos as labutas de homens e mulheres.⁵¹

Em termos de uma concepção historiográfica, os perímetros nos canteiros de obras foram marcados por esse rearranjo do espaço, que também implicou nas perspectivas da colonização e das relações de trabalho, o que gerou um excedente de mão de obra no capital monopolista presente no eixo de Ferreira Gomes até o Amapá. Decorrente disso, as empreiteiras de construção civil foram vistas, ao mesmo tempo, como uma nova forma dos antigos moradores captarem recursos para garantirem suas sobrevivências, por outro lado, essa configuração modificou os espaços dos moradores, produtores rurais e dos trabalhadores que prestavam serviços públicos privados nas condições de explorados nos diversos empreendimentos na área do extrativismo, mineração, agricultura e pecuária.

Para essas construtoras e empreiteiras instaladas nos trechos da Br-156, o prazo de entrega da obra era essencial para manter novas licitações com os políticos amapaenses; e para os trabalhadores, as jornadas de trabalho aumentavam, com culturas rígidas no canteiro de obras, e seguiam as normas e legislação da segunda, que, na maioria das vezes, eram fiscalizados pelos engenheiros da Construtora Comercial Carmo Ltda e pelos técnicos que representavam o governador Ivanhoé. Uma reflexão importante é que nem todos trabalhadores se adequaram ao modelo de atividades executadas em plena floresta da ASA, onde predominavam os trabalhos agrícolas e onde os operários buscavam melhorias de vida.

O sistema de trabalho por empreitada era garantir a rápida execução das obras, no entanto, problemas da região da ASA como chuvas constantes entre os meses de janeiro a junho, além do difícil acesso à mata, locais de atoleiros de veículos, a demora de abastecimentos de alimentos e os salários baixíssimos, que não seguiam as normas da tabela salarial da construção civil, de acordo com a lei em vigor do GTF-AP, eram alguns dos fatores que causavam atraso na entrega da obra. Conforme constatamos na tabela 1, os operários contratados estavam assegurados pelo decreto federal que obrigava a empreiteira a pagar o salário e mais o auxílio alimentação, mas que os representantes da firma alegavam que não havia orçamento para assegurar os direitos dos trabalhadores. Muitas empreiteiras recorriam aos

⁵¹ VILHENA, Júlio da Silva. *A História e o perfil de Tartarugalzinho*. 1ª Edição. Tartarugalzinho-AP, 2010.

mais variados métodos de dominação para assegurar a produtividade da força de trabalho, que variavam da produção à subordinação nos canteiros de obras, como afirma abaixo o entrevistado, apontando uma direção de exploração do trabalho que garantia os lucros dos *patrões das rodovias*:

No canteiro de obras, os salários variavam de acordo com as funções trabalhistas, o nível salarial dos trabalhadores braçais, cozinheiro, ajudante de pedreiro e carpinteiro não especializados eram (de duzentos e doze cruzeiros novos) NCr\$212,00, já os carpinteiros, pedreiros, ferreiros recebiam (de duzentos e noventa e seis cruzeiros novos, e trinta centavos) NCr\$296,30; enquanto o salário dos caçambeiros, tratoristas recebiam de duzentos e sessenta e seis cruzeiros novos, e trinta centavos) NCr\$266,30 e de (duzentos e noventa e seis cruzeiros novos, e trinta centavos) NCr\$296,30. O que me deixava muito brabo, é que a gente trabalhava o dia todo, e ainda desqualificavam nosso trabalho, tinha dias que faltava a farinha, na comida, mas, que não faltava era trabalho, pois para o patrão a produção era o que valia que as vezes ultrapassava o horário de saída da obra, enquanto o salário continuava pouquíssimo para manter a sobrevivência da família.⁵²

O relato do trabalhador Adonias Santos da Silva, maranhense de 81 anos, casado, carpinteiro, nos remete a fazer uma reflexão sobre as diferentes noções de tempo no trabalho e no cotidiano do canteiro de obras. Nota-se que, no contexto trabalhista, para o controle e produção do serviço, era necessário manter o controle e supervisão das atividades laborais. Para a empreiteira e técnicos de fiscalização do GTF-AP, quanto mais tempo os operários ficavam nos perímetros desenvolvendo a mão-de-obra, mais se ganhava dinheiro. Thompson (1998, p.271) observou a velocidade de trabalho na construção da rodovia: “as pressões favoráveis ao aumento da disciplina e da ordem partiam das autoridades, isto é, o trabalhador estava sendo obrigado de todos os lados a se adequar a uma realidade forjada para o mantimento de um sistema econômico estranho ao seu costume”⁵³

Nesse sentido, não é demais citar o livro de Karl Polanyi, “*a grande transformação*”, visto que esse autor, ao analisar os impactos do comércio mundial e da revolução industrial, ocorridos na Inglaterra sobre a população camponesa, aponta dois momentos. São momentos que, embora sentidos a alguns séculos atrás, principalmente pela população europeia, evidenciam-se no Brasil, especialmente na região Amazônica, sob a conexão entre a gestão do Estado brasileiro e as instalações de empresas nacionais e internacionais no campo.

⁵² Entrevista de Adonias Santos da Silva, cedida no dia 03 de novembro de 2021.

⁵³ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1998: 271.

Nessas condições, concordamos com Tamer, em um artigo publicado em *o Estado de São Paulo*, que faz uma brilhante análise esclarecendo os riscos da presença das empresas capitalistas, empreiteiras e o avanço dos latifundiários no campo. O autor apresentou uma lista de medidas selecionadas que garantiriam os direitos e as sobrevivência de milhares de trabalhadores, posseiros e antigos moradores, o que ele denominou de *Decálogo de sobrevivência*:

O que será preciso para enfrentar-se o desafio de uma zona de selva desconhecida e insalubre? Perguntamos a um técnico habituado a experiências desta ordem. Sua resposta mostra o vulto do empreendimento necessário: 1-A instalação imediata de um pequeno hospital com aparelhamento para análise de sangue. Produção de gelo. 2-Profilaxia de todo homem que entre na área para trabalhar, afim de que não seja ainda mais ampla a contaminação, pois ele já traz consigo inúmeras doenças. 3-Perfuração de poços para obtenção de água potável e não contaminada. Educação do operário – ou do migrante - a fim de que ele adquiria os hábitos de higiene indispensáveis ao saneamento geral. Esse trabalhador, precisará ser, acima de tudo, examinado clinicamente e, depois, preparado para obedecer a um regulamento rígido, uma espécie de “decálogo de sobrevivência na selva.” Sem isso, acrescente-se, todo o trabalho de saneamento estará perdido.⁵⁴

Além dessa noção de tempo marcada pelo trabalho no canteiro de obras, a relação com o espaço na ASA (floresta de terra firme e cerrados) fazia parte de um processo de sobrevivência de onde tiravam a subsistência das famílias. Como lembra o maranhense Adonias, em suas narrações, que, no intervalo do trabalho, muitos trabalhadores utilizavam os “*lazer*es” de ir atrás de caças e pescas, empreendendo táticas para garantir o sustento. Essas distintas orientações do tempo de acordo com o trabalho no campo faziam parte da vida do camponês, pescador e de outros trabalhadores rurais.

Mesmo nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador. Assim que se contrata a mão de obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado. É verdade que a regulação do tempo de trabalho pode ser feita independente de qualquer relógio – e, na verdade, precede a difusão desse mecanismo. Ainda assim, [...], os fazendeiros ricos calculavam as suas expectativas de mão-de-obra contratada em “dias de trabalho” [...].⁵⁵

Com base nessa epígrafe de Thompson, as reflexões sobre o tempo foram relevantes nas relações de trabalhos, motivadas pelo processo de expansão das empreiteiras no campo entre o trabalhador x empregador. Esse tempo ficou fortemente

⁵⁴ TAMER, Alberto. *Primeiro será preciso sobreviver*. O Estado de São Paulo, 29 de julho de 1970.

⁵⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*, Op. cit.; 1998, p.272.

atrelado ao ganho de dinheiro, com a produção e a presença disciplinar, marcado também pelos padrões adotados pelos *patrões de rodovias* para aumentar suas riquezas por meio da força trabalho. A existência de uma força de trabalho foi capaz de acelerar e concluir os serviços nos eixos rodoviários no menor tempo possível. Isso garantia um grande fortalecimento da política intervencionista e dos acordos entre a elite amapaense. Os contratos eram de menor tempo possível e, evidentemente, buscavam bons lucros aos investidores, liberando-os para acordar novos contratos.

CONCLUSÃO

Ao longo da pesquisa, buscamos privilegiar a historiografia dos sujeitos sociais, isto é, dos trabalhadores da construção civil da Br-156 que estiveram na zona rural do Amapá executando as diversas funções na construção de estradas e ramais. Por todas as extensões dos capítulos, foi possível analisar as articulações e as estratégias das construtoras, empreiteiras, patrões e dos operários “contratados”, que deram início na luta de classes no período militar até os primeiros anos da nova República. O estudo sobre a História Social do Trabalho, na historiografia amapaense, ainda é muito escasso, e o historiador encontra diversas peculiaridades e barreiras durante os levantamentos das fontes.

No Amapá, alguns documentos oficiais e judiciais que registram a expressão desses peões encontram-se em outra federação brasileira, isto é, no Estado do Pará. É certo que os usos das fontes judiciais estão diretamente associados às novas perspectivas de investigação das relações sociais do período de estudo. Algumas fontes judiciais já foram utilizadas em outros estudos historiográficos, mas as fontes principais deste estudo são na ordem de relevância: os processos trabalhistas e o diário oficial do governo. Estudos anteriores da historiografia amapaense sobre a Linha Pesquisa História Social do Trabalho utilizaram as fontes judiciais, mas, nesta dissertação, são investigadas as ações trabalhistas como objeto central do cotidiano de trabalhadores/as tais quais suas lutas, resistências de formas individuais e coletivas, que buscaram a Justiça do Trabalho para denunciar e garantir seus direitos que foram violados nos canteiros de obras.

O estudo do primeiro capítulo nos permite afirmar que a implantação do projeto de “rodoviarismo” na Amazônia, sobretudo, o da rodovia Br-156, contou com a presença das construtoras e a articulação empresarial-militar, culminando nos conflitos e nas resistências entre os grupos elitizados, moradores e trabalhadores da construção civil, que foram “contratados” para a construção da rodovia. Tal

realidade nos permite verificar que muitos peões foram responsáveis pela crescente articulação e construção de obras públicas e privadas e que essa contribuição da força trabalho em solo amapaense teve início muito antes do período estudado. No governo janarista, por exemplo, os operários tinham seus direitos trabalhistas burlados, resultando em divergências nos canteiros de obras. Era comum nessa região os trabalhadores braçais exercerem outras funções. Historicamente, no trecho pesquisado, encontravam-se outros sujeitos sociais que já ocupavam essa área como alguns grupos de indígenas, caçadores, fazendeiros, castanheiros, seringueiros, camponeses e pescadores que resolveram substituir as atividades tradicionais pelo trabalho sazonal na abertura de estrada ou em outras atividades econômicas.

Podemos perceber, na presente pesquisa, que a grande maioria dos trabalhadores/as da rodovia possui uma trajetória de migrações, seja dentro da mesma cidade, no mesmo município, ora morando na cidade, ora no campo ou mudando-se de um município para o outro, de outros estados para Amapá e o Pará e/ou mesmo do Maranhão e Pará para o Amapá. Dessa forma, essa condição de movimentação forçada é constante na trajetória dos *peões de estradas*, *peões cabaços* e braçais que buscavam trabalho em mineração, empresas extrativistas e na construção civil. Também podemos perceber em entrevistas com ex-trabalhadores/as e trabalhadores/as da Br-156 que o histórico de inserções profissionais no canteiro de obras, ao longo da trajetória, geralmente se deu de maneira precária.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

JORNAIS:

JORNAL Diário do Amapá. BR 156: A vovó das rodovias federais em construção no Brasil fica no Amapá. Publicado no dia 23/04/2018.

JORNAL Diário do Amapá. A Lendária Br-156. 03/02/2015. Esta publicação é do jornalista Ruy Guarany que apresenta o pioneirismo da construção da Br-156, um projeto que se iniciou na década de 1940 e que até os dias atuais não chegou à conclusão de sua pavimentação até o município de Oiapoque.

JORNAL Diário do Amapá, artigo publicado no dia 06 de outubro de 2018, pelo colunista e historiador Nilson Montoril, destaca em seu texto que outro lugar condigno fosse preparado para abrigar o gabinete do governador, Janary Nunes e seus primeiros assessores dividiram os espaços da Prefeitura de Macapá com a equipe de Jacy Jucá.

JORNAL Diário do Amapá. As estradas incipientes da rodovia Macapá- Clevelândia nos tempos de Janary, Publicado no dia 15/10/2000.

JORNAL Diário do Amapá. Walter do Carmo: a bravura de um pioneiro, 14/06/2015.

JORNAL do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tartarugalzinho, 08 de setembro 1989. A empreiteira deveria manter um engenheiro para representá-la em matéria de ordem técnica e suas relações com a fiscalização na obra.

REVISTA Isto É Amazônia, publicação de novembro de 1972.

SPVEA. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. SPVEA. Rodovia da Unidade Nacional. Belém, 1960, p.12.

SUDAM. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Programa de Ação do governo para a Amazônia – 1975- 1979, Belém, Ministério do Interior/SUDAM, 1976.

SUDAM. Amazônia – política e estratégia de ocupação e desenvolvimento. Palestra proferida na Escola Nacional de Informações, em Brasília. 03 de maio de 1973. Milton Câmara Senna. Superintendente.

SUDAM. Convênio de nº 267/84 firmado entre a SUDAM e o GTFAP para a execução de projetos do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) Projeto Maiuhira - Projeto Piloto Integrado em Amapá, na localidade de Tartarugalzinho.

PROCESSOS TRABALHISTAS:

TRT da 8ª Região de Macapá-Processo Trabalhista de número 580/1989-7-17/04/1989.

BIBLIOGRAFIA:

ALBERTI, Verena (2010). **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

BECKER, Bertha. Koiffmann.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia (1990). **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

BRASIL(1960). Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. SPVEA. **Rodovia da Unidade Nacional**. Belém.

BOURDIEU, Pierre (1987). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1987.

BRAGA, Magno Michell Marçal (2015). **Rota Transamazônica: Nordestinos e o Plano Nacional de Integração**. Curitiba: Editora Prismas.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (2021). As empreiteiras e a rodovia transamazônica: interesses econômicos e impactos sociais de um grande projeto da ditadura brasileira. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 34, n. 55, p. 67-82, Dez.

CHAVES, Valena Jacob (2011). A utilização de mão de obra escrava na colonização e ocupação da Amazônia. Os reflexos da ocupação das distintas regiões da Amazônia nas relações de trabalho que se formaram nestas localidades. *In*: VELLOSO, Gabriel; MARANHÃO, Ney (Coordenador). **Contemporaneidade e Trabalho** – Aspectos materiais e processuais. Estudos em homenagem aos 30 anos da AMATRA 8. São Paulo: LTr.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da (2008). **Na ilhargá da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão**: os significativos dos regatões na vida do Amapá-1945 a 1970. Belém: Açáí.

DREIFUSS, René Armand (1981). **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas (2007). **O Amapá nos tempos do manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000), Rio de Janeiro, Editora Garamond.

DUARTE, Vinícios (2015). **Análise Comparativa dos Custos e Aspectos Operacionais para o Transporte de Soja por Rodovias e Ferrovias da cidade de Ijuí para o Porto do Rio Grande**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Engenharia Civil, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí.

FEITOZA, Sâmela Kalyne Araújo (2016). **A rodovia perimetral norte**: objetivos e impactos da sua construção no território federal de Roraima (1970-1982). 2016. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas – CCH, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista.

FERNANDES, Marcionila; ACEVEDO, Rosa (2001). A Nova Ordem Ecológica na História Recente da Amazônia. *In*: Amazônia IPAR. **Revista Teológico-Pastoral**. Ano III, Nº 4 – janeiro-junho. Belém-Pará.

FONTES, Edilza Joana (2003). **O peão de trecho e o peão de casa**: identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE. *Novos Cadernos NAEA*. v. 6, n. 1, p. 65-82, jun. 2003, ISSN 1516-6481, p.76.

GUERRA, Antônio Teixeira (1954). **Estudos Geográfico do Território do Amapá**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. Publicações nº 10 da Série “Livros”.

HOBSBAWM, Eric J (1981). “O artesão ambulante” *In*: HOBSBAWM, Eric. **Os Trabalhadores**: Estudos sobre a História do Operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBSBAWM, Eric J (2000). **Mundos do Trabalho**. Coleção Oficinas da História, SP: Editora Paz e Terra.

HOBSBAWM, Eric J (1977). **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão (2005). A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**. 19 (54).

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2021.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (2004). **Civilização do rio, civilização da estrada**: Transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Belém

- MARTINS, José de Sousa (1997). **A fronteira a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo. Editora Hucitec.
- MARTINS, José de Souza (1998). **A caminhada no chão da noite**. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec.
- NETO, João Tertuliano de Almeida Lins (1991). **A navegação fluvial amazônica na perspectiva da integração regional ao mercado**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp. Campinas.
- NETO, Thiago Oliveira (2015). Geopolítica e rodovias na Amazônia: um debate necessário. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 6, nº 2, p. 166 - 186, jul. /Dez.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (2010). A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Agrária**, São Paulo, nº. 12, pp. 3-113.
- OLIVEIRA, Isaac Anderson Dantas de; SALES, Hassler Johnny de.; LACERDA, Elizângela Gonçalves. Rodovias na Amazônia e os processos de territorialização: o caso da BR-210, Sudeste de Roraima. **Revista Geográfica**. Acadêmica v.15, n.1 (VII.2021).
- PAULA, Dilma de Andrade (2010). Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul-dez 2010.
- RABELLO, Antônio Cláudio (2013). **A Amazônia: uma fronteira volátil**. Estudos avançados. 27 (78), 2013, p.214-215.
- RAIOL, Osvaldino (1992). **A utopia da terra na fronteira da Amazônia: A geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá**. Macapá, Editora Gráfica O DIA Ltda, 1992.
- REIS, Arthur César Ferreira (1965). **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona da Franca de Manaus, 1965.
- REIS, Arthur César Ferreira (1972). **O impacto amazônico na civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Paralelo/MEC.
- RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho (2017). **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953- 1966)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2017, 149 f.
- RIBEIRO, Hidelberto de Sousa (2016). **Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia Oriental**. Jundiá, Paco Editorial.
- SILVA, Uvanderson Vitor da (2008). **Velhos Caminhos, Novos Destinos: Migrante nordestino na Região Metropolitana de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, defendida Universidade de São Paulo, USP-SP.
- SOUSA, Michelle Louise; PACHECO, Rafael Araújo. A influência da rodovia Belém-Brasília no processo de desenvolvimento das cidades do Centro-Norte de Goiás. **Revista Eletrônica Georaguaiá**. Barra do Garças-MT. V 3, n.2, p 246 - 262. Agosto /dezembro. 2013.

SUDAM (1973). Amazônia – **Política e estratégia de ocupação e desenvolvimento**. Palestra proferida na Escola Nacional de Informações, em Brasília. 03 de maio de 1973. Milton Câmara Senna. Superintendente.

TAMER, Alberto (2001). **Transamazônica**: solução para 2001. Rio de Janeiro, APEC, 1971, p. 39. Transamazônica, solução para.

THOMPSON, Edward Palmer (2017). A formação da classe operária inglesa, V.1: A árvore da liberdade /E.P Thompson: tradução de Denise Bottmann. – 8ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra.

THOMPSON, Edward Palmer (1998). **Costumes em Comum**. S. Paulo: Cia. das Letras.

THOMPSON, Paul (1998). **A voz do passado**: História oral: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.130.

VELHO, Otavio Guilherme (1979). “A fronteira amazônica e o campesinato”. *In: Capitalismo Autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2ª edição. São Paulo - Rio de Janeiro. DIFEL.

VESENTINI, José William (1986). **A capital da geopolítica**, São Paulo, Ática.

VILHENA, Júlio da Silva (2010). **A História e o perfil de Tartarugalzinho**. 1º Edição. Tartarugalzinho-AP.

WILLIAMS, Raymond (2011). **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Ed. Unesp, p. 13-50.

RENAN NASCIMENTO REIS

**“OU SE ACOMODA
OU LUTA”: A REFORMA
UNIVERSITÁRIA E OS
ACORDOS MEC/USAID**

INTRODUÇÃO

“[...] plantador de cana verde das terras de Abaetetuba, a liberdade é mais doce de que a cana mais polpuda. Plantador de cana verde das terras de Abaetetuba”.

(Letra da música “Canto Angustiado aos Plantadores de Cana”, de João de Jesus Paes Loureiro)

Um dos alvos principais da estrutura de vigilância montada pelos militares, em seguida ao golpe à democracia em 1964, foram as universidades públicas e, nesse espaço, o Movimento Estudantil (ME), por isso, queremos fazer aqui uma breve digressão a respeito desse sujeito histórico coletivo, aquele sobre o qual nos deteremos na maior parte das vezes nas quais trataremos da vigilância imposta pelo SNI na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Desde os anos finais da década de 1950, alguns grupos de estudantes buscaram infundir, entre as camadas populares, as bandeiras por direitos de classes, pelo papel ativo do Estado e por alguns outros objetivos nacionais. Falando mais claramente, havia um esforço pela conscientização da população promovida por grupos estudantis, como a Ação Popular (AP), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a União Nacional dos Estudantes. Este último, conforme narrou René Dreifuss nos primeiros anos da década seguinte, engrossou o discurso em torno da defesa da Reforma Universitária e educacional, do apoio à Cuba (tomada pelos guerrilheiros), da reforma agrária, dos sindicatos rurais, de programas de alfabetização etc.

Essas pautas compunham o bloco nacional-reformista defendido por grupos vinculados à esquerda trabalhista. A Declaração da Bahia, documento produzido em 1961, durante o I Seminário Nacional da Reforma Universitária em Salvador (BA), geralmente, é citada para identificar o espírito do movimento naquele momento sob o ponto de vista político-ideológico, o qual denunciava o imperialismo norte-americano e o poder oligárquico no País, propondo a socialização de setores econômicos essenciais e o fim da alienação do proletariado.

Dois anos depois, a “Carta do Paraná” foi editada durante o II Seminário Nacional da Reforma Universitária, em Curitiba, Paraná, incluindo a Reforma Universitária como uma das táticas de luta pelas Reformas de Base e cingindo a luta estudantil a outras reivindicações populares.

Havia um conflito discursivo a respeito da Reforma Universitária que ultrapassou o espaço da UFPA antes mesmo do golpe de 1964. A União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES) promoveu, em janeiro de 1962 em Belém do Pará, o I Encontro Regional de Reforma Educacional das Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ao ato público que encerrou a reunião e fez parte de uma série de medidas da UBES para descentralizar o movimento secundarista, compareceram estudantes, operários e camponeses, que se locomoveram de grandes distâncias para prestigiar a “manifestação concreta da aliança operário-estudantil-camponesa”.

A vice-presidência de Intercâmbio Internacional da UNB promoveu, entre 28 de outubro e 2 de novembro de 1963, em Belém, o Seminário Latino-Americano de Reforma Universitária. O seminário teve como objetivo principal discutir as posições dos alunos latino-americanos sobre a luta pela reforma e estabelecer uma diretriz única para o movimento. “Ressalvada, evidentemente, as peculiaridades internas de cada país”.

Isso significa dizer que já havia uma discussão no âmbito estudantil, antes do golpe de 1964, a respeito da necessária reestruturação das universidades públicas. Com a ditadura militar e as novas legislações autoritárias que buscavam enfraquecer o ME, o tema se tornou uma das bandeiras para construir uma oposição ao regime.

Embora reconheçamos o mérito da pesquisa de Dreifuss, principalmente por detalhar com minúcia o contexto que envolveu os movimentos políticos antes do golpe, não podemos deixar de alertar para o fato de que o pesquisador incidiu em generalizações ao tratar dos estudantes, engessando-os em dois grupos (“esquerda” e direita”), sem observar os territórios de conflitos que ali existiam e sem levar em consideração as especificidades dos mais variados grupos de militância estudantil que atuavam em vários meios acadêmicos.

Na UFPA, por exemplo, existia uma divisão política entre os estudantes naquele contexto de crise que desembocou no movimento de deposição de João Goulart. Se, de um lado, existiam os que aprovavam as reformas de base propostas pelo governo Goulart, por outro, havia quem resistisse a essas mudanças, indo ao encontro dos que eles chamavam de “comunais”.

Isso significa dizer que não existia um movimento estudantil unificado, ou totalmente alinhado às ideias de esquerda, mas havia também grupos de estudantes de direita, o que suscitou um clima de conflito interno, desembocando em violência física algumas vezes. Segundo depôs João de Jesus Paes Loureiro, aluno da Faculdade de Direito em 1964, existiam alunos “reacionários” como aqueles ligados ao grupo conhecido na época pelo nome de “Lenços Brancos”.

Em Belém, no ano de 1975, ainda era possível que um estudante fosse arregimentado pela Tradição, Família e Propriedade (TFP) local. Antônio Sérgio da Costa, estudante do terceiro científico do Colégio Salesiano do Carmo, relatou, em reportagem publicada pela revista paraense *Bandeira 3*, o que chamou de “lavagem cerebral” recebida durante uma semana em que esteve na XXIII Semana de Formação Anticomunista (SEFAC) em Itaquera, São Paulo.

O estudante conheceu a TFP por acaso “quando via os rapazes de cabelo escovinha passarem próximo ao local de estudo”, época em que tinha apenas dezesseis anos. Um membro da entidade entrou, certa vez, na farmácia pertencente ao seu pai para comprar um remédio quando o jovem indagou se esse pertencia a alguma ordem religiosa. Foi nesse dia que recebeu o convite para conhecer o Núcleo dos Militantes da TFP situado em uma rua estreita no bairro Cidade Velha. “Na primeira reunião, mostraram-lhe um imenso mapa do mundo no qual alguns países estavam assinalados como dominados pelo comunismo”.

FIGURA 1 - GRAVURA PUBLICADA NA REVISTA BANDEIRA 3 FAZENDO ALUSÃO À TFP



Fonte: Revista *Bandeira 3* (1975).

Nota: o periódico era editado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto.

Duas semanas depois, ele começou a usar paletó e a cortar o cabelo “à moda dos tefepistas”. O estudante foi orientado a estudar o livro básico da organização, “Revolução e Contrarrevolução”, além de resumos dos acontecimentos do mundo feitos pelos próprios membros da organização. Em seu retorno a Belém, passou a aliciar jovens a ingressarem na entidade. Entre os principais financiadores da TFP da capital paraense (Figura 4), estava o comerciante português Antônio Pinto Soares, dono da “Casa Albano”, uma grande mercearia local, e revendedor autorizado das bebidas CERPA S.A..

A publicação causou aborrecimento no SNI, que afirmou se tratar de tentativa de desprestigiar a TFP “através de inverdades, insinuações, reticências, analogias com outras organizações, omissões e outras táticas, úteis aos propósitos de difamar uma entidade, genuinamente anticomunista e defensora dos postulados e ideais cristãos”.

Amiúde, diante da presença de pautas reformistas e revolucionárias, notamos, a partir da análise da documentação, que os estudantes da UFPA lutavam por questões pontuais e objetivas, resultantes de sua experiência nessa universidade. Não podemos incorrer no erro de atribuir uma identidade única ao Movimento Estudantil (ME), nem mesmo deixar de considerar as mudanças pelas quais passou depois do golpe. Além disso, a militância estudantil da UFPA levantou pautas específicas da região amazônica, as quais não surgiram como bandeiras em outros espaços.

Não podemos, igualmente, afirmar que o movimento estudantil, como um todo, trazia consigo o espírito reformista dos anos 1950, ou mesmo, que essa ou aquela geração (de “1964”, “1968” ou de “1978”) deu o norte para a formação de resistência contra o regime, uma vez que as demandas mudaram, conforme a ditadura ia se (re)fazendo e enquanto grupos estudantis entravam e saíam de cena. As observações de Eder Sader são mais lúcidas nesse sentido ao destacar a pluralidade e a mutabilidade dos movimentos e as alterações na forma de manifestações, demonstrando ser inviável sedimentar as identidades estudantis.

Daniel Aarão Reis Filho sinalizou também nesse sentido, sobretudo, ao chamar atenção para as “fraturas e contradições internas” do Movimento Estudantil, o qual teve de lidar com divisões políticas e estabelecer sua autonomia frente à interferência dos partidos revolucionários. Concordamos com esse ponto de vista, ao passo que a análise das fontes documentais, que serão expostas, dá conta de que reduzir a ação dos estudantes durante a ditadura militar, por exemplo, aos ditames dos partidos

clandestinos, significa negligenciar as experiências vividas no cotidiano universitário e como elas construíram uma forma específica de luta contra a ditadura.

É também reforçar o argumento, muitas vezes levantado, de que a violência promovida pelo Estado contra opositores do regime se constituiu como uma reação às ações celeradas promovidas por grupos armados. Muitas dessas ações eram, de fato, promovidas por militantes arregimentados nos meios universitários, mas, ao lado destas, foram promovidos modos de oposição dentro do campo “legal”, os quais sofreram igual retaliação.

Portanto, são imprecisas as insinuações de Elio Gaspari sobre o movimento estudantil durante o regime militar. Não poucas vezes o jornalista associa os estudantes a categorias generalistas (e até preconceituosas), isto é, ao que ele chama de “radicalismo brizolista”, aos partidos comunistas, à luta armada, afirmando que o movimento estudantil “tinha um pé na esquerda e outro na elite”.

Segundo Gaspari, o ME “não cabia na clandestinidade simplesmente porque era uma espécie de espoleta histórica do intrincado processo de metamorfoses ideológicas da plutocracia nacional”. Tanto a documentação da repressão quanto os testemunhos de ex-militantes sinalizam uma realidade muito mais complexa do que a descrita por esse autor.

Os protestos de estudantes documentados pelo SNI, presentes nas memórias dos sujeitos que atuaram nessas manifestações e nas notícias de jornais da época, eram o “contrateatro” em que os estudantes atacavam o regime. Essas manifestações – mais recorrentes antes do AI-5, explodiram em 1968, sendo reelaboradas sob a vigência daquele novo dispositivo, e ganharam novo gás com o processo de abertura política iniciado em 1974 – mostram que os estudantes compreendiam “sua capacidade de ação e a sua própria arte do possível”.

Isso quer dizer que modelos generalistas sobre o movimento estudantil, além de desconhecer as particularidades de cada grupo estudantil que lutou contra os militares, ignoram, no sentido mais amplo, as temporalidades e os espaços pertinentes às mais diversas ações políticas de embate contra o regime.

O notório engajamento militante de grupos de estudantes, nos anos 1960, reflete o clima político que tomou conta do País durante esse período. Em Belém do Pará, posterior à tomada do poder pelos militares, os jornais veicularam que existia um inimigo subversivo da democracia, das tradições e da ordem, o qual deveria ser combatido pelos “heróis” de botas, sugerindo que, antes de 1º de abril de 1964, não havia uma democracia no Brasil. Os três principais periódicos daquele

momento, A Província do Pará, O Liberal e Folha do Norte, publicaram artigos sobre o “perigo vermelho”, a “cubanização” e o “avanço comunista”, o que tornaria imperiosa a substituição do então presidente João Goulart, o qual pretendia, segundo essa narrativa, implantar uma ditadura comunista.

Havia, naquela época, notória divisão política da sociedade: entre aqueles que viam nas reformas de base, propostas pelo presidente, um caminho para as mudanças necessárias ao País e aqueles que reagiam ao reformismo, através de um discurso anticomunista, e tentavam mobilizar a sociedade civil contra as forças progressistas.

Alacid Nunes e Jarbas Passarinho, indicados pelo regime para liderarem a “Revolução” no Estado do Pará, não tardaram a aderir também a “caça às bruxas”, que se espalhou como uma “onda” por todo País com o objetivo eliminar do serviço público os elementos subversivos (Figura 2). No Pará, o governador Passarinho aposentou e exonerou, pelo menos, doze funcionários da Prefeitura de Belém. Esses processos eram transvestidos de supostas apurações de irregularidades em gestões anteriores. Traduzindo: expurgar comunistas da gestão pública. Por ato do prefeito Alacid Nunes, foi criada a Comissão Municipal de Investigações, presidida por Silvio Meira, consultor-geral da Prefeitura.

FIGURA 2 - A MANIFESTAÇÃO EM BELÉM NA “MARCHA DA FAMÍLIA”



Nota: segundo a Agência Nacional, foi uma das maiores de que se teve notícia, contando com a participação de 100 mil pessoas. De acordo com a legenda originalmente publicada, a passeata não tinha “caráter político-partidário” e o “povo veio às ruas saudar a vitória democrática”.

Uma Comissão de Inquérito (CI) também foi instituída pelo governador Jarbas Passarinho para investigar irregularidades que “teriam ocorrido nas diferentes repartições do Estado, em administrações anteriores”. Citar esses dados é importante para perceber como essa “onda” foi se aproximando do campus.

No dia 1º de abril de 1964, a sede da União Acadêmica Paraense (UAP) foi invadida por tropas do exército e tudo foi quebrado, incluindo o Teatro de Arte Popular. Os estudantes fugiram pulando os muros das casas vizinhas, enquanto soldados apontavam suas metralhadoras em direção ao prédio. Pedro Galvão, presidente da entidade naquele momento, foi preso por cinquenta dias, sendo indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) por subversão, o mesmo ocorreu com outros estudantes, militantes políticos, lideranças sindicais e membros do PSD no Pará.

No momento da invasão da UAP pelos militares no dia 1º de abril de 1964, mesmo dia em que acontecia, em Belém, o Congresso pela Reforma Universitária na América Latina, João de Jesus Paes Loureiro, aluno do curso de Direito, tirava cópias do jornalzinho da UNE em outro local. Quando retornou, viu a sede completamente tomada e os agentes da repressão carregando uma “carrada” de materiais, dentre os quais, a edição do seu livro, “Tarefa”, patrocinada pelo CPC da UNE, com conteúdo considerado subversivo. Dessa feita, ele passou a ser considerado, pelos olhos do regime, como elemento subversivo, o qual deveria ser vigiado de perto.

Naquela noite de 31 de março, além de Paes Loureiro, Leonídio Macedo e Heitor Dourado rondaram a cidade em uma Kombi, avisando aos demais colegas o que havia acontecido na UAP e para que tivessem cuidado. A situação era tensa e, até mesmo, o motorista do veículo, cedido pela Universidade Rural, foi identificado como espião. Loureiro escondeu-se nas ilhas de Abaetetuba, sua terra natal, onde seria “caçado” pela corveta da Marinha: “foi duas vezes lá e pressionou a minha família, pressionou pessoas da cidade, mas não conseguiram me localizar”.

Voltando a Belém, passou um tempo em clandestinidade e evitou mais confusões, ocupando seu tempo com a Faculdade e sessões no Cineart, na Praça Brasil, mas demorou pouco tempo para que as autoridades o localizassem. A testemunha ficou detida na 5ª Companhia, local chamado hoje de “Casa das Onze Janelas”, até ser encaminhado para o Rio de Janeiro. O interrogatório de Paes Loureiro ocorreu no dia 11 de abril de 1964, no Quartel-General do Comando Militar da Amazônia, na presença do então major Alacid Nunes, encarregado do IPM.

O ex-aluno não foi o único alvo da “Revolução”. Conforme noticiado pela imprensa, as Forças Armadas “caçaram” “agitadores” e apreenderam armas no Norte do País. Tropas do Exército, que realizaram essas prisões, encontraram, na sede da UAP, “grande quantidade de material subversivo”.

De 22 a 25 de maio de 1964, uma devassa, eufemicamente chamada de “Comissão de Investigação Sumária do Estado do Pará”, foi liderada pelo general de divisão Ernesto Bandeira Coelho com o objetivo de apontar “irregularidades” na gestão pública local. A “missão” atribuída pelo marechal Castello Branco envolvia pesquisar, de maneira “aprofundada”, as “inapagáveis manchas da corrupção”, as quais, segundo o relatório escrito pelo general encarregado, estavam “mescladas” às “manifestações subversivas”.

Havia a crença de que a corrupção e o esquerdismo eram elementos atrelados e infundidos no aparelho estatal, portanto, o combate a um deles teria efeito automático no outro. O relatório escrito a partir da investigação, que durou apenas (inacreditáveis) quatro dias para levantar dados sobre as três esferas de poder no Pará, atestou a presença de corrupção nos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

Walter Nunes de Figueiredo (juiz de direito de Belém), vários políticos ligados ao Partido Social Democrático (PSD), como o deputado Hélio Gueiros, Aurélio Corrêa do Carmo (governador do Estado do Pará), Francisco Gomes de Andrade Lima (superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e Issac Soares (vice-prefeito de Belém) estavam todos, segundo a Comissão, envolvidos em esquemas de corrupção.


O trabalho de levantamento também afirmou que cabia ao secretário estadual de Educação e Cultura, Benedito Celso de Pádua Costa, a “responsabilidade de ter permitido, por omissão, a infiltração comunista” na UECSP, onde trinta, entre os trinta e oito “diretórios estudantis secundários”, apresentavam “sinais de infiltração esquerdista”. No legislativo, apenas um deputado, Benedito Monteiro, era comunista, cujo mandato fora cassado (Figura 3).

No executivo, o governador do Estado teria aceito “apoio comunista para sua campanha eleitoral” e deixado de “fazer qualquer restrição de ordem ideológica aos líderes do comunismo local”. Luiz Geolás de Moura Carvalho, prefeito de Belém, também foi identificado como figura próxima ao Partido Comunista. Já no Poder Judiciário, o juiz de direito Levy Hall de Moura, segundo o material, professava ideias comunistas e havia tomado “parte nas agitações antecedentes à Revolução de 31 de março, comparecendo a comícios e reuniões do Comando Geral dos Trabalhadores e Sindicatos de orientação comunista”.

FIGURA 3 - PRONTUÁRIO DO EX-DEPUTADO ESTADUAL CASSADO, BENEDITO MONTEIRO, MANTIDO NO CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA

CENTRO
DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA

NOME: BENEDITO WILFREDO MONTEIRO PRONT. Nº 81/1076
 COGNOME: _____
 OCUPAÇÃO: Advogado
 FILIAÇÃO: Ludgero Burlamaqui Monteiro
 e de Heribertina Batista Monteiro
 DATA DE NASCIMENTO: 01/31/1924
 NATURALIDADE: PA
 NACIONALIDADE: _____
 ENDEREÇO: _____
 IDENTIDADE: _____ TÍTULO DE ELEITOR: _____
 PASSAPORTE: _____ OUTROS DOC: Ordem dos Advogados-Reg 557
 CÔR: Branca OLHOS: _____ BIGODE: Rapado
 SINAIS PARTICULARES: _____ EST. CIVIL: Casado
 NOME DO CÔNJUGE: _____
 NOME DE PARENTES: _____
 RES. DE PARENTES: _____
 HOBIES: _____
 OBS: Ex-Deputado Estadual/TA - Ex-Sup Regional da SUPRA (CASSADO)



DATA	CLASSIF	HISTÓRICO
1960	INFE	<ul style="list-style-type: none"> - Um dos articuladores de um movimento (revista à paridade no seio dos portuários e marítimos do Pará). - Consta que até dispõe de 4 000 homens que se acham suficientemente "dopados" por suas promessas sobre "Reforma Agrária nem que seja na marra". - Seu plano consiste, isolar Belém de Manaus, pela ocupação de Santarém, Óbidos e Alenquer, havendo / suspeitas que possivelmente receberá ajuda externa em pessoal e material (Cuba) através a Sra. Inglês, para aprofundar as atividades de guerrilha na área e garantir objetivos conquistados.
1964	IFM	De seu depoimento prestado no IFM instaurado no Quartel General da 1ª Zona Aérea, do qual foi en-

Fonte: Belém (1971).

Quando olhamos para a documentação produzida pela vigilância instalada pelos militares, percebemos outras personagens que serão comumente citadas e vinculadas aos subversivos atuantes na UFPA, por exemplo, Ruy Barata, elemento presente nos documentos produzidos durante toda a vigência da ditadura e não apenas pelo escritório do SNI de Belém. Ele foi mencionado, por exemplo, em relatório elaborado pela Agência de São Paulo do órgão como elemento vinculado a Salomão Aria Harc, argentino que residia em Belém antes de 31 de março de 1964, do qual havia recebido livros trazidos do Uruguai.

No documento, Barata foi descrito pela vigilância como “comunista e agitador”, o que nos leva a buscar compreender quais motivações tornaram o espaço universitário tão relevante aos olhos da vigilância do regime.

O intervencionismo militar foi dirigido, mormente, às universidades federais após as “agitações estudantis”, consideradas território de focos da “resis-

tência”, quando os corpos docentes e discentes passariam a ser alvo de um controle político estatal cada vez mais frequente, seguindo uma lógica “biopolítica”, para citar Giorgio Agamben, em que a soberania do regime se faz presente na “vida nua” de cada indivíduo.

A instalação do aparelho repressivo na UFPA, através do SNI e da Assessoria Especial de Segurança e Informações, seguiu a necessidade de exercer vigilância direcionada a cada membro desse “corpo”, em cada detalhe, enraizando-se naquele espaço, rotinizada de tal maneira que sua existência e atuação sobreviveram ao “fim” da ditadura em 1985.

Acontece que, de um lado, após o golpe civil-militar de 1964, o governo militar voltou sua atenção para uma demanda que há muito vinha sendo levantada no Brasil: a necessária modernização do País em vários de seus segmentos, entre eles, o universitário. De tal modo que o aumento do número de vagas universitárias tornou o problema ainda mais sensível.

Parte da imprensa paraense viu com entusiasmo a importação de um novo modelo de gestão do ensino superior. Ao tratar da construção do Núcleo Universitário, em matéria divulgada em setembro de 1966, salientou que havia, no projeto, apresentado pelo reitor Silveira Neto ao governador Alacid Nunes e ao empresário Rômulo Maiorana, proprietário do jornal O Liberal, a previsão de construção de um restaurante no campus que serviria as refeições “à moda das confeitarias americanas, pagando o estudante aquilo que foi servido”.

Eram os contornos da privatização do ensino superior, que estava prevista na proposta de Reforma Universitária do regime militar, no entanto, foi um item que não ganhou fôlego suficiente para vingar. Jarbas Passarinho nutria entusiasmo pela ideia e chegou a propor projeto de lei sobre o tema. Na UFPA, a privatização do ensino também tinha seus simpatizantes. Durante seu discurso de posse como vice-diretor da UFPA (Figura 4), na gestão do reitor Clóvis Malcher, Alcyr Meira, defendeu o modelo empresarial de Universidade, a qual não dependeria, exclusivamente, dos recursos da União, cujo encargo de mantê-la deveria ser aliviado. De todo modo, o tema se tornou corriqueiro nos debates públicos e era noticiado pela imprensa em Belém.

FIGURA 4 - POSSE DE ALCYR MEIRA (À ESQUERDA) COMO VICE-DIRETOR DA UFPA



Fonte: A Província do Pará (1966).

O regime militar defendeu a ideia de ser necessário promover a reestruturação radical das universidades, de modo que as noções de racionalidade, de utilidade e de eficiência pudessem abrir caminho para uma universidade tecnicista, empresarial e que atendesse aos interesses do mercado. Contrapunham-se a essa visão, ideias formuladas por Darcy Ribeiro, por exemplo, que, em 1969, defendia que as universidades custeadas por recursos públicos deveriam manter seu caráter “público”, entendendo como um “retrocesso” sua transformação em empresas ou fundações privadas.

Costa e Silva e seu jovem ministro da Fazenda Delfim Netto, distanciado-se do modelo liberal do governo anterior, o qual previa a redução de gastos com a máquina pública, passaram a pregar maior intervenção do Estado na economia, o que implicava em mais investimentos na educação superior e na pesquisa científica, evitando a propalada “evasão de cérebros” (brain drain).

Para a Amazônia, a ação mais importante, nessa fase, foi a operacionalização do Projeto Rondon, uma estratégia encontrada pelo governo militar de alcançar os jovens estudantes à nova ordem política implantada em 1964, o que, supostamente, evitaria a repressão direta sobre esse grupo e garantiria a presença na Amazônia brasileira, região sensível aos interesses do regime. É importante frisar que, após um primeiro semestre inteiro de agitações de estudantes em 1968, criou-se um programa que incentivou o deslocamento de estudantes para regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Portanto, urge ressaltar a existência de um clima de insatisfação dentro das universidades que explodiu em “68”, que vinha se intensificando nos anos anteriores. Em 1966, o Diretório do curso de Engenharia declarou movimento paredista até que o diretor da faculdade, Josué Freire, fosse exonerado. A greve tendia a se espalhar, segundo apurou o jornal *O Liberal*, pois era “grande a atividade acadêmica” e os alunos do curso de Medicina, Direito, Odontologia e Filosofia atenderiam ao pedido dos colegas de Engenharia para deflagração de greve geral.

A paralisação dos discentes foi motivada por conta da insatisfação dos alunos do terceiro ano da Escola com o alto índice de notas baixas em prova aplicada pelo professor Alberto Gatasse Kalume, ocupante da cadeira da disciplina de “Resistência” no mês de agosto. Ações como essas fazem parte do triênio 1966-1968 e devem ser levadas em consideração quanto à formação de programas de reforma do ensino superior.

Ainda assim, o regime anunciou que os jovens estudantes se aplicariam em ensinar tudo aquilo que aprenderam, o que permitiria “uma sensível elevação cultural das populações visitadas”. O Exército participou do empreendimento, proporcionando acomodação e alimentação aos participantes através das organizações militares relacionadas para apoiá-los.

Em torno dessa afabilidade estatal, que oferecia bolsas a alunos enviados para a Amazônia, existiu um propagandismo que deixava escapar as reais motivações do Projeto. O *Globo* publicou, em junho de 1968, um artigo no qual tratava do assunto. Segundo o jornal, alguns “intelectuais idosos” estavam sendo convertidos em “profetas dos jovens”, ensinando-lhes que a experiência nada valia, a tradição nada representava e uma “ditadura da juventude poderia consertar este mundo absurdo”.

“Os nossos jovens escolhem outros caminhos”, exclamou *O Globo*, lançando-se “com fervor a esforços construtivos”, fechando “os ouvidos às pregações niilistas” e entregando-se “a trabalhos significativos”. A prova disso estaria no “interesse redobrado” visto naquele ano pelo Projeto Rondon, “brilhante e profícua iniciativa, pela qual moços universitários” entravam em contato direto com a realidade do interior brasileiro, tendo as inscrições feitas para a execução das várias operações programadas para as férias de julho superadas em número “as expectativas mais otimistas”.

Na primeira fase do “benemérito projeto”, já haviam sido realizados, segundo o seu coordenador, quase 177 mil atendimentos às populações visitadas pelos estudantes. A cifra englobava prestação de serviços médicos e dentários, vacinação e serviço social. Ressaltou o artigo de jornal: “Estar aí, no Projeto Rondon

[...], o verdadeiro poder jovem, o poder criador da juventude brasileira, o poder do entusiasmo construtivo dos moços, a resposta de nossa mocidade aos que procuram atraí-la para as hostes do desespero e da autodestruição”.

O mesmo periódico publicou, em novembro de 1968, exaltações ao Projeto Rondon feitas pelo coronel Otávio Costa. Este, para quem a educação deveria ser “principalmente cívica, preparando para a formação da cidadania”, afirmou que um estudante, regressando de uma das fases do Projeto Rondon, “escreveu alguns artigos nos jornais, afirmando que ele tendia para a politização ou militarização, o que seria, segundo esse estudante, dois autênticos descaminhos”.

Disse Otávio Costa que o estudante informou que “todos eram obrigados a se levantarem cedo, como os militares, e a prestar culto à bandeira, no horário de seu hasteamento”, mas a maioria dos estudantes se “rebelou” e não quis aceitar a cerimônia, negando-se a assistir a ela. “Aí está a prova de falta de civismo”, acrescentou o milico. O Projeto Rondon, acentuou, era “o maior exemplo de civismo que podemos ver na atualidade brasileira” e levava os jovens a lugares subdesenvolvidos, “ajudando a plantar o Brasil” e a conhecer a realidade nacional. Era “o civismo autêntico no seu sentido mais completo e mais dinâmico”.

O Projeto Rondon não leva a indagar sobre qual é a especificidade da UFPA dentro desse cenário que envolveu a Reforma Universitária. Essa questão só pode ser razoavelmente respondida quando compreendemos que a Amazônia se tornou um território particular de preocupação do regime militar e estratégico para as políticas de segurança nacional. A documentação produzida pela “Comunidade” sobre a UFPA e os relatos dos ex-alunos tratam com frequência a respeito dos “problemas amazônicos”.

Por exemplo, o SNI via com inquietação o contato mantido entre alunos e professores da Universidade com membros envolvidos em lutas pela posse da terra na região ou na organização armada na região do Araguaia. Esse fato se torna ainda mais sintomático quando lembramos que, em 1969, em toda a região, só existiam duas universidades, a UFPA e a UFAM. Bem menos do que no Nordeste (11), do que no Sudeste (15) e do que no Sul (13). O olhar do regime estava realmente direcionado ao que acontecia no campus de Belém.

O discurso construído pelo regime traz alguns indícios sobre essa questão. O reitor José Rodrigues da Silveira Neto declarou ao jornal O Globo, em outubro de 1964, que se encontrava em plena evolução material e cultural a Universidade do Pará, como era chamada na época. A administração estava empenhada na reestruturação da instituição, de modo que atendessem plenamente “às necessidades

brasileiras e, sobretudo, às da área amazônica”. Segundo o reitor, preocupavam-se com os seus dirigentes, sobretudo, com a renovação e aperfeiçoamento dos quadros docentes, com a ampliação do número de discentes e com a aquisição dos equipamentos e com a pesquisa.

Para tanto, dadas as condições das instalações da Universidade do Pará naquele momento, preferiram os gestores adquirir área suficiente à instalação do campus, somada a 200 hectares já transferidos pelo Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN). Ao todo, era uma área total de 600 hectares à margem do rio Guamá e dentro da cidade de Belém: “Marcha, assim, a Universidade do Pará para altos destinos, procurando dar à região Amazônica os técnicos de que tanto necessita”, exclamou Silveira Neto.

Do outro lado, os alunos e os professores, céticos em relação ao intervencionismo militar na região, criticavam projetos desenvolvimentistas e traziam para o seu repertório discursivo contra a ditadura as insinuações norte-americanas de se fazer presente na região. Tudo era notado pelo SNI e repassado para o alto escalão do governo.

Com isso, queremos dizer que, na UFPA, não se reproduziu, simplesmente, o que ocorreu nas demais universidades do País durante o regime militar, pois aquela instituição (Figura 5) estava incrustada em um espaço de todo especial aos olhos dos militares, ou, como definiu reportagem da revista Manchete ao se referir à Universidade, em 1970, “situado num contexto socioeconômico especialíssimo”.

**FIGURA 5 - VISTA PARCIAL DO NÚCLEO PIONEIRO DO GUAMÁ
EM 1978, VENDO-SE OS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO**



Fonte: Revista Manchete.

Possivelmente em razão disso, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a UFPA obteve verba para a construção, como definiu Aloysio Chaves, de um “moderníssimo laboratório de Geologia”, destinado à pesquisa e à pós-graduação, cuja construção e compra de equipamentos alcançaram a cifra de 1,5 milhão de cruzeiros.

Não podemos deixar de notar também, por exemplo, que a UFPA foi selecionada entre as universidades federais, que foram objeto de estudo pela Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), entidade vinculada ao MEC, para promover a aplicação dos acordos MEC / United States Agency for International Development (USAID) no Brasil. Nota-se que apenas dez instituições de ensino superior federal de todo o País participaram do processo.

No empréstimo externo de 50 milhões de dólares, anunciado pelo ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, em setembro de 1973, para a construção e o reequipamento dos campi universitários, a UFPA foi uma das instituições contempladas, ficando em quarto lugar em termos de montante de recursos recebidos (4,7 milhões de dólares, o que equivalia a cerca de 7 milhões de cruzeiros). A verba foi utilizada para a construção de três laboratórios, do prédio do Núcleo de Geociências e de sessenta salas de aula no Ciclo Profissional. Em 1978, a UFPA tinha o melhor Centro de Geociências do País (Figura 6).

FIGURA 6 - FOTOGRAFIA INTERNA DO LABORATÓRIO DO NÚCLEO DE GEOCIÊNCIAS



Fonte: Revista Manchete.

Somente em 1973, a UFPA formou 1.144 profissionais, dando conta dos investimentos alocados na Universidade, a qual se encontrava em plena expansão. Em agosto, foi inaugurado um moderno laboratório de Física no Núcleo Pioneiro do Guamá, que custou 1 milhão de cruzeiros, dos quais a Universidade arcou com uma diminuta quantia, visto que o investimento foi “uma pequena contribuição”, como definiu o cônsul alemão Peter Bensch, do Departamento de Pesquisa Nuclear de Jülich, da Alemanha Ocidental. No Brasil, um laboratório similar só existia na Universidade de Santa Catarina, também beneficiado pelo mesmo convênio.

Nos anos seguintes, a UFPA permaneceu no campo de predileção para receber ajuda financeira. Em 1977, fora contemplada pelo convênio firmado entre o MEC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para concluir a construção do campus localizado às margens do rio Guamá em uma área de 85.116,70 metros quadrados. O Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas (NCGG) da UFPA recebia suporte financeiro da SUDAM, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), enquanto o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) recebia recursos de vários órgãos do Governo Federal, inclusive, do Ministério das Relações Exteriores.

**FIGURA 7 - O MINISTRO DO MEC JARBAS PASSARINHO INAUGURANDO
O LABORATÓRIO DE FÍSICA DA UFPA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 1973**

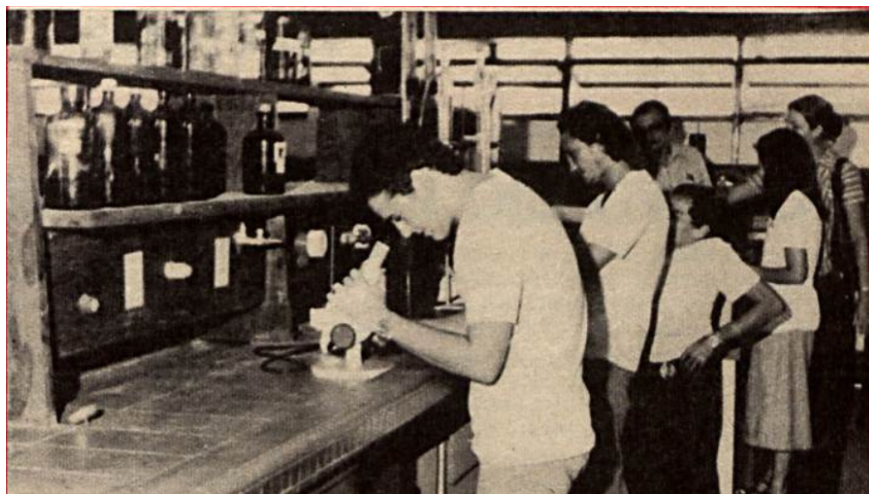


Fonte: Revista Manchete.

Em 1978, o então reitor Aracy Barreto comemorou, apesar dos problemas difíceis enfrentados pelas universidades do País, que a UFPA foi incluída no crédito oriundo do Programa PREMESU IV, convênio assinado junto ao MEC para transferência de recursos financeiros levantados por meio dos empréstimos tomados do BID.

O dinheiro seria usado para a construção de dezenove prédios, compra de equipamentos, materiais e móveis e para a expansão e capacitação dos docentes. A imprensa noticiou que o ministro da Educação, Ney Braga, caminhou ao lado do reitor Aracy Barreto pelos canteiros de obras do Núcleo Pioneiro do Guamá. O ministro se mostrou simpático à UFPA nas suas reivindicações e nos seus anseios.

FIGURA 8 - A UFPA RECEBEU INVESTIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS PARA ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA SEUS LABORATÓRIOS



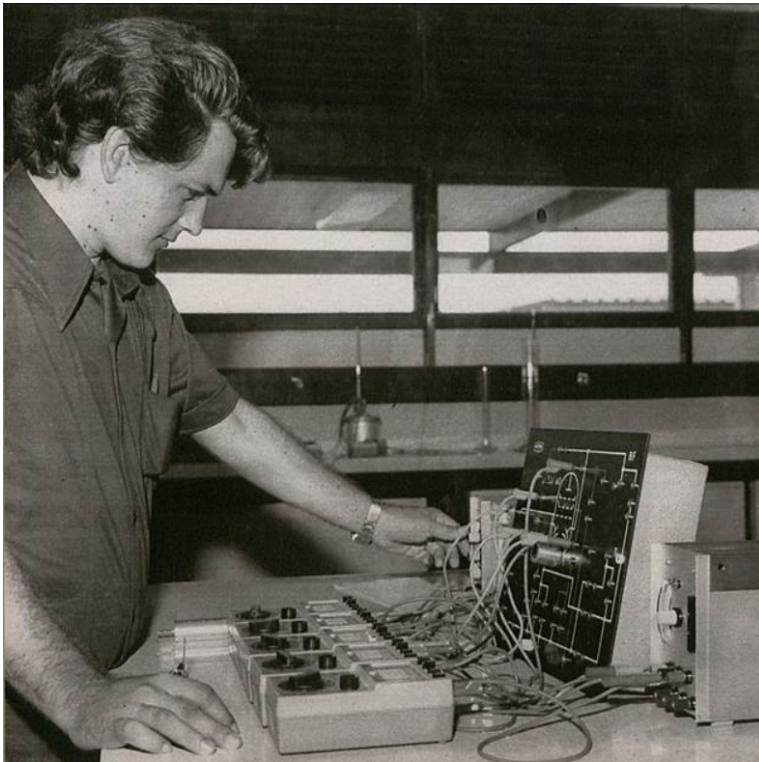
Fonte: Revista Manchete.

Nota: A Reforma Universitária transformou a instituição no principal centro de pesquisa da Amazônia.

Os debates sobre a Reforma Universitária tiveram no Pará também a característica particular de notável aversão aos EUA e à sua política de intervenção na Amazônia. Citemos um exemplo: alguns estudantes depredaram, na madrugada do dia 11 de maio de 1967, em Belém, a sede do United States Information Service (USIS), situada na Avenida Nazaré, e queimaram a bandeira norte-americana. O fato ocorreu após o término da mesa-redonda promovida pelos acadêmicos

de Medicina para debater o uso clandestino de anticoncepcionais na Amazônia. O emprego da “serpentina” foi condenado no encontro por advogados, médicos, jornalistas e estudantes. O advogado Aldebaro Klautau sustentou a tese de que a atividade denunciava a articulação de grupos estrangeiros empossados em apoderar-se da região.

FIGURA 9 - O LABORATÓRIO DE FÍSICA DA UFPA POSSUÍA MODERNOS EQUIPAMENTOS



Fonte: Revista Manchete.

Nota: o espaço era fruto do convênio entre o Conselho Nacional de Pesquisa e a República Federal da Alemanha.

Afirmou o advogado ser necessário povoar a Amazônia de brasileiros, “mas nunca de estrangeiros”. Segundo a imprensa, o debate “foi encenado por volta da meia-noite quando os estudantes saíram em passeata e depredaram a sede do USIS, cujas vidraças foram quebradas”. A polícia colocou guardas em frente à sede do USIS, a fim de impedir novas manifestações (Figura 10). O adido cultural Cyro Whidep revelou que não houve vítimas, mas que procuraria a polícia para evitar

que tal fato voltasse a ocorrer. A USIS também foi alvo de ato hostil em 1969, classificado como “terrorista”, planejado por elementos vindos de Pernambuco e interceptado pelas forças de segurança que atuavam em Belém.

FIGURA 10 - ALACID NUNES



Fonte: Revista Manchete.

Nota: foi o segundo governador do Pará da era militar (1966-1971). Em entrevista, o ex-major do Exército assegurou que a Amazônia vivia uma “nova idade, após a Revolução de 1964”, citando o plano governamental chamado de “Operação Amazônia”, conduzido pela BASA e pela SUDAM. “Com a Revolução, a Amazônia encontrou seu momento no quadro brasileiro”, completou.

Em outro documento, o prédio atacado, no dia 11 de maio de 1967, pelos estudantes foi identificado como pertencente à USAID. A marcha que desceu a Avenida Nazaré, em direção ao local, trazia faixas com os seguintes dizeres: “UAP diz: YANKEES FORA DA AMAZÔNIA”; “UNE diz: FORA DO BRASIL”; “SERPENTINA, CRIME CONTRA O POVO”. Welvin Levitski, então vice-cônsul norte-americano no Pará, conseguiu se apoderar da bandeira queimada e das faixas.

Segundo a polícia militar (PM), 150 pessoas participaram do ato. Um dos temas da reunião clandestina, promovida pela UAP no bairro do Coqueiro, foi a “Internacionalização da Amazônia”, demonstrando haver um debate sobre o assunto dentro do movimento estudantil.

Esse foi o contexto de implantação de Reforma Universitária na Amazônia e recebido pelos discentes que testemunharam esse processo como um reflexo do autoritarismo do regime. No entanto, malgrado seu caráter autoritário, não se pode afirmar que a reforma tenha sido simplesmente imposta pelo regime sem que tivesse havido negociações e flexibilizações, ou seja, não se pode falar em “domínio da lei” para usar um conceito de Edward Thompson quando analisamos a Reforma Universitária e o conjunto de dispositivos legais oriundos dela.

A lei deve “ser vista instrumentalmente como mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora”, enquanto os debates em torno do tema, sobretudo em 1968, dão conta do “campo de conflito” existente entre Estado, estudantes, professores, intelectuais e líderes políticos, os quais se “enfrentavam” dentro de estruturas legais, “visíveis e invisíveis” que ultrapassavam a própria legislação.

Por exemplo, no dia a dia do campus da UFPA, entre 1964 e 1968, a repressão não necessitou da lei, indispensavelmente, para violar direitos e coagir com violência professores e alunos, e estes, mesmo sob a vigência do “Decreto 477”, dispositivo símbolo da repressão contra estudantes e docentes, lançaram mão de diversas ferramentas para resistir ao regime.

Mais um destaque: não podemos, por outro lado, definir esse processo de negociação, longo caminho que perdurou por quase quatro anos, em que os militares cederam em alguns pontos às pressões estudantis, como sintomas de “afrouxamento do regime”. Basta lembrar que poucos meses depois da promulgação da Lei nº 5.540, o “AI-5 das Universidades”, foi instituída, no País, a raiz autoritária, repressora e conservadora da modernização das universidades públicas, que surgiu de maneira mais nítida, facilitando ainda mais essas mudanças, pois ajudaram a ceifar os obstáculos impostos pelo movimento estudantil nos anos anteriores.

Tratava-se de um jogo de “aperto” e “afrouxamento” por parte dos militares. Citemos, por exemplo, a questão dos excedentes. Há muito tempo era uma questão delicada, pois atingia, diretamente, o interesse dos alunos. Após o turbulento ano de 1968, quando houve várias invasões em universidades em todo País, as instituições de ensino foram “obrigadas” a receber essa grande quantidade de

estudantes. Trata-se de um período em que os alunos ainda puderam, mais diretamente, pressionar o regime e exigir mudanças nas estruturas das universidades públicas através de manifestações públicas, passeatas e ocupações.

O governo viu-se impelido a atender a certas pautas incorporando-as ao processo de modernização das instituições. Falando de outra forma, “o grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis”. Há, dessa forma, equilíbrio “entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”, e os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto.

O Decreto nº 60.516/67, baixado pelo presidente Costa e Silva, determinando que as faculdades matriculassem os excedentes, é um exemplo de como funcionou esse campo de luta entre estudantes e militares. O que, para os alunos, foi uma grande vitória, para a memória daqueles que faziam parte da gestão da universidade, foi algo “terrível”:

Mas eu acho que até tão grave quanto à invasão e ocupação das escolas, das faculdades, foi uma coisa que aconteceu, que eu acho que foi terrível para as universidades brasileiras, a questão dos excedentes [...]. Isso, dentro dessa pressão que houve das invasões, fez com que nós tivéssemos no Brasil inteiro e aqui no Pará, então foi terrível, [ter] que construir salas e salas de aula para poder dar ingresso.

Observamos, na fala de Alcyr Meira acima, o jogo de forças, que existia à época, diz respeito à modernização das instituições de ensino superior. Se para os estudantes, a questão dos excedentes era uma pauta cara e essencial para que se promovesse uma real Reforma Universitária, para os gestores públicos, significava aumento dos gastos por aluno, contratação de professores nem sempre preparados para a função e a expansão desordenada das instalações prediais.

Sucedeu que o governo Costa e Silva sabia da necessidade de ceder, em alguns pontos (o que não descaracteriza a faceta autoritária da reforma), caso não quisesse perder o controle do “barril de pólvora” que eram as universidades naqueles anos antecedentes ao AI-5. Falando de outra forma, os estudantes “não foram totalmente perdedores” e, apesar da relação de força “gritantemente desigual” que mantiveram com o regime, conseguiram impor sua vontade em alguns momentos.

Essas “concessões” tiveram de conviver com a limpeza ideológica das instituições de ensino, uma das prioridades das autoridades militares e principal ocupação dos agentes de informações que atuavam nesses espaços.

A “doutrina marxista”, de acordo com a apostila do treinamento promovido pelo DSI/MEC, tinha “um único objetivo final: a destruição da democracia e a implantação da ditadura comunista”. O material alertava para a presença de “Forças de Vanguarda” e de uma “burguesia progressista” no cenário mundial, atuando em linhas de ação “tipicamente de esquerda” – como o Partido Comunista (PC), as Frentes Internacionais, ou como adidos das potências comunistas, China e União Soviética –, através de quatro espécies de colaboradores – “companheiros de viagem”, “simpatizantes”, “oportunistas” e “bobos”.

A apostila distribuída aos alunos mais parecia um “tratado de demonologia” e apresentava detalhes de como identificar um comunista e explicações pormenorizadas sobre a infiltração nos movimentos de massa, as frações do partido e os grupos de apoio. “A penetração sub-reptícia em todas as camadas e em todos os setores de uma sociedade é a maior e mais temível arma do Comunismo Internacional”, aludiram os instrutores em determinado trecho. Aos Serviços de Informações, caberia a árdua e permanente missão de “identificar, acompanhar e prever as manobras solertes da mais bem montada máquina política que o mundo jamais conheceu”. O Movimento Comunista Internacional, continuava o documento, “assemelha-se a um ‘iceberg’, do qual apenas a oitava parte emerge à superfície das águas, enquanto o restante permanece oculta”. O problema estaria na parte submersa, da qual só se sentiria a presença depois do “choque”, se não se precavessem e os Serviços de Informações fossem falhos.

Nesse momento, costuma-se indagar se toda essa semântica fazia parte de uma preocupação verdadeira do regime quanto à ameaça de uma revolução comunista no Brasil, ou se não passava de uma instrumentalização para justificar mecanismos de controle e violência contra elementos opositores.

Acreditamos que as duas realidades coexistiram e alimentaram-se ao longo da ditadura, visto que a retórica produzida pelos documentos do SNI aponta para uma genuína preocupação por parte dos Serviços de Informações em tentar neutralizar possíveis agentes esquerdistas infiltrados. Isso não quer dizer também que os agentes, muitas vezes, não utilizaram essa “desculpa” para lançar tal pecha sobre inimigos do regime que não mantinham, efetivamente, ligação com grupos clandestinos, armados ou não.

Estamos diante de um território de todo específico quando tomamos por objeto de estudo: as políticas militares para a UFPA após 1964. Era um espaço localizado na Amazônia, espaço estratégico para os militares e seus aliados norte-americanos, onde se presumiam atuar células comunistas, inimigas precípua do regime militar brasileiro e da política externa ianque.

No caso da UFPA, o interesse estadunidense já se fazia presente há algum tempo. No início da sua gestão como reitor, José da Silveira Neto (1960-1969) recebeu a visita de professores norte-americanos, que lhe apresentaram um projeto de construção do campus universitário. Os professores estiveram no local onde seria instalada a Cidade Universitária.

Os Acordos MEC-USAID foram também resposta do regime à longa peleja por uma Reforma Universitária, pela qual os estudantes há muito lutavam antes mesmo do golpe de 1964. No entanto, ao tentar introduzir o modelo educacional norte-americano no Brasil, as autoridades acabaram estimulando a relutância dentro do ME, o qual via, nessa iniciativa, uma ingerência imperialista atrelada a uma submissão ideológica e intelectual aos Estados Unidos. Como resultado, as campanhas contra os acordos logo fizeram parte das pautas de reivindicações em várias universidades do País, inclusive, na UFPA.

A aversão ao americanismo já existia desde a “geração de 64”, e, na memória estudantil, a luta contra esses convênios aparece atrelada à luta contra o imperialismo econômico e cultural norte-americano. Essa antipatia parece ter sido transmitida às gerações seguintes. Conforme Maria Celeste Miranda Medeiros, partícipe da “geração de 68” na UFPA, recorda, os acordos MEC/USAID eram compreendidos entre os alunos como parte de um projeto de interferência dos Estados Unidos no Brasil através de uma reforma que seguia o modelo educacional americano.

Existia, de fato, uma disputa discursiva entre quem defendia e quem criticava a importação do modelo educacional norte-americano. Depois de passar seis semanas nos Estados Unidos, Silveira Neto relatou suas “principais observações feitas sobre a grande nação norte-americana”, onde visitou centros universitários. O reitor, conforme destacou O Liberal, “retornou cada vez mais certo de que suas ideias de fazer uma reforma de base no conceito de universidade” devia ser levada adiante. Por outro lado, os alunos buscavam se contrapor a esses discursos por meio da via do protesto, que também poderia encontrar na imprensa alguma repercussão.

No final das contas, os projetos de Reforma Universitária, sugeridos pelo regime autoritário de 1964, não foram bem recepcionados pelos alunos da UFPA, e o movimento estudantil tratou logo de fazer oposição a essas propostas. Alguns testemunhos nos dão pistas desse sentimento e podemos citar, como exemplo, as memórias de Alberto Ferreira Puty. O ex-aluno lembra que, em 1968, havia uma discussão dentro das faculdades que compunham a UFPA a respeito da Reforma

Universitária quando foram realizadas várias assembleias gerais e mesas-redondas para tratar do tema: “isso acontecia não somente em Engenharia, mas também em Filosofia, Medicina, em todos os lugares estava sendo discutida a questão da Reforma Universitária. Nós éramos contra a Lei Suplicy de Lacerda”, recorda.

Na prática, os alunos conseguiram driblar as proibições da Lei. Conforme noticiado pela imprensa em Belém, a UAP pretendia realizar, em novembro de 1966, no Largo da Memória, a sessão de abertura do I Congresso Livre Estadual de Estudantes, apesar de o Comando Militar da Amazônia ter se manifestado contra a realização do evento, “proibindo qualquer manifestação pública de entidades extintas pela Lei Suplicy de Lacerda, que regulamentou as atividades estudantis no meio universitário”. A notícia destacou que a UAP, “embora clandestinamente”, vinha persistindo em atuar entre os universitários e congregando em torno de si vários diretórios acadêmicos, também considerados ilegais pelas autoridades. O jornal criticou a permanência por quase dois anos da diretoria da UAP e denunciou que os diretórios acadêmicos de diversas faculdades já haviam credenciado os participantes do congresso estadual.

O jornal continuou sua denúncia e reportou, nos dias seguintes, mais detalhes sobre o Congresso proibido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e vazou a informação de que os organizadores mudaram o local do encontro para algum bairro do centro comercial de Belém. A medida foi tomada para precaver os presentes do choque policial, mas foi criticada pelo jornal por supostamente expor os transeuntes.

Apesar de toda a exposição promovida pelo jornal, o Congresso ocorreu no dia 6 de novembro de 1966, contando com a participação de cerca de cinquenta universitários. Somente a partir das seis horas da manhã daquele domingo, os estudantes credenciados começaram a ter notícia de que o novo local escolhido seria o bairro do Coqueiro, aproveitando o movimento de veículos que saíam da capital rumo ao local, comumente procurado para o lazer dominical. Os policiais não desconfiaram. No sábado, a peça “Show da Verdade, com Cantoria e Razão”, organizada pelos alunos do curso de Economia, também foi encenada, apesar da proibição do DOPS. O evento ocorreu no teatrinho da UAP, que ficou lotado. Inicialmente, o evento havia sido programado para ocorrer no Teatro São Cristóvão, mas, usando tática semelhante, o local foi alterado momentos antes do início, driblando novamente a polícia.

Os alunos poderiam também manifestar seu despreço à Lei Suplicy de Lacerda boicotando os eventos promovidos pelo DNE, órgão “marionete” de re-

apresentação estudantil universitária autorizado a funcionar pelo regime, sediado em Brasília (DF) e por ele controlado. Um encontro promovido pela entidade, em junho de 1966 em Belém, por exemplo, não recebeu delegações de outros Estados, e os alunos dos cursos de ensino superior da capital não prestigiaram a iniciativa e ausentaram-se das sessões. “Foi um autêntico desencontro!”, como definiu matéria de jornal publicada na época.

Segundo um ex-estudante, a Reforma foi um meio também encontrado pelo governo militar para dificultar a ação do movimento estudantil dentro das universidades:

Era a lei que acabava, eles tentaram acabar com o movimento estudantil. Tentaram acabar, eles criaram outras organizações, eles criaram uma série de travas para evitar o movimento universitário. E ali vinha a Reforma, no bojo disso, vinha todo um processo de Reforma. Reforma para transformar a universidade pública em uma universidade fundação, e cobrando. Então, na realidade, era mais ou menos isso. Antes era seriado, tirou o seriado, a pessoa lá adiante passou isso, fazia matéria com um e com outro e não tinha como formar grupos, digamos assim, que se juntasse. Então eu não sei se hoje continua assim.

No testemunho de Puty, percebemos que a Reforma é representada, na memória estudantil, como um mecanismo de controle e dispersão política, ferramentas utilizadas pelo regime para desarticular o movimento estudantil ao quebrantar os órgãos representativos acadêmicos. Essa mesma percepção surge na memória de Margaret Moura Refkalefsky ao lembrar-se da resistência dos estudantes à Reforma Universitária naquele ano de 1968: “todo mundo estava contra a reforma, porque dispersava todo mundo, você deixava de ter turma”. Continua a testemunha: “você não tinha mais o seriado, você não encontrava as pessoas, porque você montava a sua grade curricular ali, suas escolhas e não encontrava mais as pessoas”.

Na UFPA, a implantação das mudanças, propostas pelos militares no setor universitário, iniciou-se com o reitor Silveira Neto, e as definições estabelecidas pela Lei nº 5.540 de 1968 ficaram a cargo do reitor Aloysio da Costa Chaves (1969-1973) e, em seguida, de Clóvis Cunha da Gama Malcher (1973-1977). Essa diligência não ocorreu sem muita rejeição por parte dos discentes. As manifestações estudantis de alunos da UFPA, em 1968, trouxeram, em sua essência, todo o desajuste entre o que se esperava da remodelação do ensino superior no Brasil por parte dos discentes e o projeto sugerido pelo governo militar.

Os ânimos já estavam acirrados em Belém desde o dia 3 de abril de 1968 quando os estudantes saíram às ruas e o Diretório Acadêmico da UFPA decretou

greve geral por tempo indeterminado, como forma de protesto na sequência do assassinato do estudante paraense Edson Luís no Rio de Janeiro (RJ). Universitários e secundaristas saíram em passeata pelas ruas da cidade até alcançar a sede da Assembleia Legislativa provocando ali alguma agitação. Nos meses seguintes, as mobilizações do movimento estudantil continuaram e, entre julho e agosto, várias greves foram deflagradas em alguns cursos, a exemplo dos estudantes do curso de Química, que paralisaram as atividades acadêmicas em 26 de julho, ocupando, em seguida, o prédio dessa Escola. Eles receberam apoio de alunos dos cursos de Agronomia, Serviço Social, Direito, Filosofia, Engenharia, Geologia, Economia e da UAP. No mês subsequente, alunos de Arquitetura e Medicina fizeram o mesmo: interromperam as atividades e ocuparam os prédios nos quais funcionavam seus cursos em 9 e 13 de agosto, respectivamente. Os alunos de Engenharia também ocuparam a sede de sua Escola no dia 22 de agosto, tendo suas reivindicações imediatas atendidas, entre elas, a nomeação do novo diretor e a cessão de uma sala para o funcionamento do Diretório.

No curso de Medicina, também havia um movimento estudantil bastante ativo. William Mota de Siqueira descreveu, em seu depoimento, que a Faculdade de Medicina, com algumas deficiências de infraestruturas (falta de equipamentos adequados), teve seus problemas sanados graças à atuação forte do Diretório Acadêmico junto à direção da Faculdade, à época, comandada pelo professor Afonso Rodrigues Filho. A Faculdade de Medicina era a única que possuía uma sede do Diretório, uma casa construída pela Reitoria e disponibilizada para esse fim:

E, então, o Diretório tinha um poder de evitar conflitos dos professores e ao mesmo tempo em que conflitava. Um paradoxo aí. Mediava e conflitava. Então, os alunos tinham uma... E depois todo mundo junto. Isso é muito importante, que acaba com a Reforma Universitária, acaba com o Ato Institucional nº 5. A união, você para todo mundo, você ia à sala de aula: “Para todo mundo. Vamos para uma reunião, uma assembleia e tal”. E o Diretório tinha essa autoridade.

A memória desse ex-aluno representa a Reforma como o mecanismo do regime que dificultou a capacidade de mobilização e união dos estudantes, rompendo com a cultura de mediação de conflitos exercida via Diretório, que, conforme é narrado, amenizava os conflitos entre estudantes e autoridades acadêmicas. Segundo recorda o ex-aluno, durante a gestão de Jarbas Passarinho, buscou-se implantar os acordos MEC/USAID: “ele queria implantar na Medicina e nós não aceitávamos, nem o nacional”. A principal preocupação era a mudança curricular,

de modo que o sistema seriado iria ser trocado pelo curricular, em que o próprio aluno decidia quais disciplinas cursar, e não mais por blocos, como funcionava até então. Esse foi o estopim para que os alunos de Medicina começassem a se mobilizar contra o projeto de modernização centralizada que estava sendo proposto. Como desenlace, essa Faculdade foi também ocupada em 1968.

A Reforma Universitária, sob a denominação de Plano de Reestruturação da UFPA, foi criticada pelos alunos. Como forma de tentar resistir a algumas mudanças que consideravam negativas, os estudantes da Escola de Química tentaram impedir a criação do “Instituto de Química”, pois temiam significar a extinção dos cursos de Química e de Química Industrial. Os discentes ocuparam, em 1968, o prédio da Escola, à época localizado no Museu Comercial da Associação Comercial do Pará, próximo à Praça da República. Apesar desses movimentos de resistência, a “modernização” foi continuada na gestão do reitor Aloysio Chaves, o qual teve de lidar também com problemas financeiros e infraestruturais, como a dispersão dos cursos em várias localidades da cidade.

O Plano de Reestruturação foi explicado por Aloysio Chaves em entrevista concedida à revista *Manchete* em 1970. O texto da Reforma, submetido no dia 25 de setembro de 1969 ao Conselho Federal de Educação, foi elaborado por uma comissão presidida pelo reitor e formada pelos professores Agenor Porto Penna de Carvalho, Armando Dias Mendes, Maria Annunciada Ramos Chaves, José Monteiro Leite, Clóvis da Cunha Malcher, Renato Pinheiro Conduru e Nelson Figueiredo Ribeiro. O reitor classificou a reestruturação como ousada, em harmonia com a nova legislação editada pelo governo e promotora de uma “renovação total” na UFPA, extinguindo faculdades e escolas no tempo em que fora institucionalizada na base de departamentos e dividida nos Centros de Ensino Básico e nos Centros de Formação Profissional. Destacou, ainda, a criação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), “fator revolucionário e destinado a levar a Amazônia à conquista de etapas insuspeitas”.

Já a memória em torno da Reforma Universitária traz também a visão dos professores a respeito desse período turbulento e de grande agitação política na UFPA. Durante o regime militar, Júlio Ribeiro foi contratado como professor de Tecnologias das Fermentações, momento em que se levantaram as divergências com a administração da Universidade e suas propostas de reforma. A incorporação gerou polêmica logo de início, porque era intenção do reitor Silveira Neto que a Escola de Química fosse assimilada com status de Instituto, e não como escola ou faculdade, como era o caso dos cursos de Medicina, Direito e Farmácia. Essa

manobra foi vista por alguns como tentativa de exercício de maior controle por parte da Reitoria, dado que os diretores dos institutos eram indicados pelo próprio reitor, que, à vista disso, detinha controle sobre a indicação dos professores. A Reforma Universitária era vista, pois, sob esse outro ângulo como ocasião de perda de autonomia por parte das instituições de ensino, que já existiam antes mesmo da criação da UFPA e eram geridas com independência, no caso da Escola de Química, pela congregação de professores.

A peleja começou a partir dessa divergência, que envolvia uma luta pelo poder local, alcançava figuras importantes no MEC, na época chefiado por Tarso Dutra e seu secretário-geral, Edson Franco. Ao final, terminou com uma vitória dos professores e a incorporação foi feita com a manutenção da categoria de Escola.

Essas discussões em torno da Reforma foram acompanhadas pela vigilância, ao passo que alguns desses dados foram mantidos em seu arquivo. Em sigilo, a Divisão de Informações de Segurança da Aeronáutica informou à agência do SNI de Belém a respeito da participação do professor da Faculdade de Medicina, Ronaldo de Araújo, em conferência sobre o tema em junho de 1968, na UFPA, quando “teria enaltecido o valor da liderança da juventude, cujos movimentos, no seu entender, sofreram esvaziamento pelas forças conservadoras”.

O jornal *A Província do Pará* noticiou o ocorrido no dia 24 de julho de 1968 (Figura 11), destacando, no texto da matéria, ao lado da foto do orador, que Ronaldo classificou a Reforma como uma imposição estrangeira, além de denunciar seu caráter conservador e a escassez de recursos destinados à educação por parte dos militares. Depois disso, conclamou: “para a juventude, só existem duas opções: ou se acomoda ou luta. De qualquer maneira é responsável”.

Reuniões como essas parecem ter sido comuns na UFPA durante 1968. Conforme recorda José Miguel Martins Veloso, “foi um ano de muita comoção. Estava se discutindo a Reforma Universitária, fez-se um movimento em assembleias muito grandes sobre isso”.

Durante esse período de Reforma Universitária, pré-AI-5, predominou uma conjuntura em que “essas mobilizações se constituíram no espaço privilegiado de contestação do regime”, contrastando com o que se viu nos anos seguintes, quando a repressão e a euforia do “milagre econômico” permitiram uma “legitimação” do regime, de tal modo, que a reforma seguinte, a da educação básica, através da Lei nº 5.692/71, foi recepcionada com maior “entusiasmo” pela sociedade.

FIGURA 11 - O PROFESSOR RONALDO ARAÚJO NO AUDITÓRIO DA FACULDADE DE MEDICINA



Fonte: A Província do Pará, 24 de julho de 1968.

Apesar do aumento do autoritarismo do regime, após 1968, nas universidades públicas, sobretudo, por conta do AI-5 e do “Decreto 477”, as articulações do movimento estudantil, com o intuito de resistir às mudanças impostas pelo plano de reestruturação, continuaram nos anos seguintes. Em 21 de dezembro de 1973, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) encaminhou memorial ao reitor, listando vários problemas enfrentados pelos estudantes ingressos nos dois anos anteriores, o que foi acolhido em forma de moção de solidariedade pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em seguida à proposta feita pelo deputado Jader Barbalho. Resultado: o reitor Clóvis Malcher, em dezembro de 1973, emitiu a Resolução nº 180, a qual trazia benefícios aos alunos no que dizia respeito ao número de vagas para matrícula no ciclo profissional. Casos como esses evidenciam que o movimento estudantil se manteve atuante na UFPA após 1968 quando os militares aumentaram a vigilância sobre as atividades políticas nos campi universitários.

Podemos notar qual memória foi construída sobre essas mudanças através da análise das notícias de jornais veiculadas quando a censura já havia sido findada. Em 1989, O Liberal publicou artigo que afirmava que a Reforma Universitária foi um modo de reverter uma situação política em que o movimento estudantil conseguira uma mobilização jamais vista, a qual fora “sufocada” a “ferro e fogo” pela nova legislação, sucumbindo à “euforia” e à “modernização”.

Em outro artigo, agora assinado por Benedito Monteiro, à Reforma foi atribuída a culpa pela desorganização do ensino profissional e pela desarticulação da juventude: “tanto o sistema de turmas e horários de aulas como a própria arquitetura dos campi universitários impossibilitavam qualquer tipo de movimento estudantil”. Já o Diário do Pará publicou matéria em que o senador Hélio Gueiros desferiu ataques contra o então ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, ironizando que seu destaque à frente do MEC foi “a aplicação do 477 e da caótica Reforma Universitária”. O jornal *Resistência* denunciou que Passarinho foi “ministro da Educação para executar a drástica Reforma Universitária, que desmobilizava o movimento estudantil para melhor aplicar os monstruosos decretos 228 e 477”.

Diante de tudo o que foi dito, queremos reforçar que a “Reforma” foi, na verdade, uma maneira de repressão e cerceamento de liberdades, transvestida de uma “modernização” do ensino, em que o regime militar se apropriou das constantes demandas em favor do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, cobradas pelos estudantes no final dos anos 1950, e reelaborou-as conforme o autoritarismo político implantado em 1964 e através dos acordos MEC-USAID e do Projeto Rondon. Isto é, o regime “roubou” as demandas do movimento estudantil, reconstruiu-as e apresentou de forma diferente da pauta original.

FIGURA 12 - VISTA EXTERNA DA BIBLIOTECA CENTRAL



Fonte: Revista Manchete.

Nota: a 30 minutos do centro da cidade, a UFPA ostentava o modelo de reforma proposta pelo governo militar.

Essa interpretação vai ao encontro da fala proferida pelo secretário-geral Jayme Portella durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional em julho de 1968. Segundo Portella, que também era general de brigada, constituíam-se fatores

que dificultariam a ação subversiva: a constituição de núcleos de resistência democrática dentro das universidades e faculdades, que vinham se opondo às lideranças esquerdistas (a exemplo do MUDES e dos Grupos e Diretórios Acadêmicos); a Operação Rondon; a Operação Nordeste (miniatura da Operação Rondon no âmbito da Sudene); o memorial de presidentes de Diretórios Acadêmicos Democráticos, que já contava com mais de cento e cinquenta assinaturas, procurando empolgar a bandeira das reformas do ensino no Brasil; e o Grupo de Trabalho nomeado pelo governo para executar a Reforma Universitária (Figuras 12, 13 e 14).

FIGURA 13 - FOTO INTERNA DA BIBLIOTECA CENTRAL



Fonte: Revista Manchete.

Portella também apresentou para as autoridades presentes quais eram os fatores que favoreciam a ação subversiva: a deficiência da estrutura do MEC; a estrutura arcaica do ensino brasileiro; a demasiada autonomia administrativa e disciplinar das universidades em relação ao MEC e das Faculdades em relação às universidades; a falta de autoridade ou a conivência de reitores, diretores e professores; a ausência de apoio às “lideranças estudantis democráticas”; a falta de

repressão às lideranças estudantis extremistas; a ausência de orientação moral e cívica da juventude; facilidade em meios de divulgação e cobertura da imprensa aos líderes esquerdistas; despreparo das polícias civis e militares para enfrentarem ações de “Guerra Revolucionária”, embora, conforme arguiu o general de brigada, essa fosse uma das missões que lhes estavam afeitas.

FIGURA 14 - ARQUITETURA E PAISAGISMO FAZIAM PARTE DO MODELO DE APRESENTAÇÃO DA UFPA



Fonte: Revista Manchete.

Nota: a Universidade, vitrine do regime, era divulgada como exemplo de desenvolvimento integrado à realidade amazônica.

A Reforma Universitária, implantada pelo Regime, foi uma tentativa de desestruturar o movimento estudantil nas universidades disfarçada de ações de incentivo à participação dos universitários nos programas de assistência do governo, como foi o caso do Projeto Rondon. O objetivo era se contrapor à “barulheira do movimento indubitavelmente subversivo” a que se vinha “entregando uma parcela de resto insignificante” da “mocidade acadêmica”. A ação visava apresentar uma alternativa à juventude, a qual se via, na visão das Forças Armadas, atraídas pelas manifestações que custavam a “destruição” das universidades “sob o pretexto de reformar pela base”, lideradas pelos “que deixaram o Brasil de lado para aceitar a liderança demolidora de Moscou, Pequim e Havana”, os chamados de “depredadores dos edifícios universitários e assaltantes da propriedade privada”.

Empolgados com os cinco mil alunos inscritos no programa em julho de 1968, os apoiadores do programa concordavam se tratar das “características de uma verdadeira avalanche”, impossível de deter e que acabaria muito em breve por integrar as universidades ao papel que lhes incumbiu a nação, ou seja, “de organismos orientadores e modeladores do espírito e do caráter da juventude”. Eram esses os estudantes que o regime considerava fazerem parte da “sadia juventude brasileira”, contrastando com o “dispêndio negativo de imensas reservas de energia”, que vinham desperdiçando aqueles “outros estudantes induzidos a impedir a circulação em certas ruas das capitais e as aulas em várias faculdades”.

Essas foram as estratégias de conhecimento público executadas pelos militares para desestruturar os grupos estudantis contrários à ditadura e promover alguma mudança de mentalidade entre eles, suscitando “valores” cívicos. Embora houvesse ações sub-reptícias promovidas contra a comunidade acadêmica que, por muitas décadas, permaneceram desconhecidas.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ALMEIDA, Maria Cecília Pedreira de. “Baderneiros, indisciplinados, subversivos: reflexões sobre a universidade como campo”. In: MARI, Marcelo; RUFINONI, Priscila Rossinetti (Org.). **Ditadura, modernização conservadora e universidade: debates sobre um projeto de país**. Goiânia: Editora UFG, 2015.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos, v. III. Brasília, DF: CNV, abr. 2014. p. 2728-2729.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (Rio de Janeiro). EAPES. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior: Acordo MEC-USAID**. Rio de Janeiro: 1969.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FONTES, Edilza. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias. **OP SIS**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 338-347, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANDO, José. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. IPES. (Guanabara) (Org.). **A educação que nos convém**. Rio de Janeiro: APEC, abr. 1969.

MORAES, Cleodir. “A Universidade Federal do Pará em tempos de Reforma Universitária”. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira. (Org.). **UFPA 50 anos: Histórias e Memória**. v. Único. Belém: EDUFPA, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

POERNER, Arthur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Edward. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FONTES PRODUZIDAS PELOS ÓRGÃOS DE VIGILÂNCIA

Ofício nº 115/81-SCDP/SR/DPF/PA. Belém, 09/11/1981. Fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas.

Informação nº 572, Confidencial, 75/DSI/MJ. Brasília, DF, 29/08/1975. Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional.

Boletim Reservado do Exército, nº 1-A. Brasília, DF, 15 de janeiro de 1976. Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas, Arquivo Nacional.

Documento de Informação nº 2280, Confidencial, 19/ABE/73. Belém, 19/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 151/SNI/ABSB/1971, Agência de Brasília/SNI. Brasília, DF, 28/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Encaminhamento nº 151/SNI/ABSB/1971, Agência de Brasília/SNI. Brasília, DF, 28/04/1971. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Prontuário nº 81/1076, CISA. Belém, 1971 [não foi possível identificar a data de produção do documento]. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Informe nº 141/SNI/ASP/67, SNI. São Paulo, 19/07/1967. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Exemplar nº 56, Boletim Reservado nº 12, Estado-Maior das Forças Armadas. Brasília, DF, 31 de dezembro de 1969. Fundo Estado-Maior das Forças Armadas, Arquivo Nacional.

Informação nº 062/PM2/74, Confidencial, Comando-Geral/Força Auxiliar Reserva do Exército/Polícia Militar do Pará. Belém, 07/03/1974. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Ofício Circular nº 600/AECP/DSI/MEC/72. Brasília, DF, 13/03/1972. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Resposta ao Pedido de busca nº 482/DIS-COMAE-1, Ministério da Aeronáutica. Belém, 27/12/1973. Fundo do Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional nº 4. Presidência da República/CSN/Secretaria-Geral. Rio de Janeiro, 11/07/1968. Fundo do Conselho Nacional de Segurança, Arquivo Nacional.

JORNAIS E REVISTAS

UNE propõe extinção do vestibular e da cátedra vitalícia. **Política Operária**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 2, 1 jan. 1962.

UNE: universidade nova para a América. **Movimento**, Rio de Janeiro, p. 4, 20 set. 1963.

O BRASIL se levantou contra o comunismo. **Agência Nacional**, Rio de Janeiro, p. 8-9, 31 mar. 1964.

PRESIDENTE assina as últimas listas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 out. 1964.

COMUNISTAS cearenses integravam a “Linha Russa” na luta pelo poder. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1964.

VERBAS da mordomia eram desviadas também para subversão. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1964.

COMUNISTAS presos em Belém. **O Jornal**, Rio de Janeiro, n. 69, 7 abr. 1964.

REITOR mostra ao Governador e à Imprensa como vai ser futuro Núcleo Universitário. **O Liberal**, Belém, 9 set. 1966.

UNIVERSIDADE como fonte geradora de recursos: Alcyr Meira, vice-diretor da UFP [sic]. **A Província do Pará**, Belém, 22 set. 1973.

PRINCÍPIOS e normas da Reforma Universitária. **O Liberal**, Belém, 24 nov. 1966.

GREVE pode alastrar-se. **O Liberal**, Belém, 1 nov. 1966.

ALUNOS do 3º ano de engenharia protestam contra notas baixas. **O Liberal**, Belém, p. 3, 21 ago. 1966.

MOSCOU e o Projeto Rondon II. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 12 out. 1968.

O PODER jovem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1968.

EXALTADO o Projeto Rondon como exemplo de civismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1968.

FALAM os Reitores sobre as suas Universidades. **O Globo**, **Rio de Janeiro**, 13 out. 1964.

RUMOS certos para o ensino. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 138-139, 24 jan. 1970.

UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44-45, 15 jul. 1978.

RUMOS certos para o ensino. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 138-139, 24 jan. 1970.

MILHÕES de dólares para equipar a UFPA. **A Província do Pará**, Belém, 12 set. 1973.

UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132, 25 jun. 1977.

UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44-45, 15 jul. 1978.

UFP forma 1.144 profissionais este ano. **A Província do Pará**, Belém, 1 nov. 1973. 1º Caderno, p. 2.

JARBAS inaugurou o moderno laboratório de Física da UFPA. **A Província do Pará**, Belém, 22 ago. 1973.

UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132-133, 25 jun. 1977.

UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44-45, 15 jul. 1978.

TEORIA e prática a serviço da integração. **Manchete**, Rio de Janeiro, ed. Especial “Brasil 73”, p. 310, 1 jan. 1973.

ALACID Nunes: a arrancada para a nova década. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 142, 24 jan. 1970.

ESTUDANTES fizeram o congresso no coqueiro e encenaram peça na UAP. **O Liberal**, Belém, 7 nov. 1966.

SISTEMA universitário dos EUA animou Reitor. **O Liberal**, Belém, p. 2, 14 jun. 1966.

POLÍTICA de unidade melhora conceito universitário. **O Liberal**, Belém, p. 2, 14 jun. 1966.

UNIVERSITÁRIOS paraenses querem fazer o congresso proibido. **O Liberal**, Belém, 3 nov. 1966.

UNIVERSITÁRIOS marcam reunião proibida para bairro comercial. **O Liberal**, Belém, 5 nov. 1966.

ESTUDANTES fizeram o congresso no coqueiro e encenaram peça na UAP. **O Liberal**, Belém, 7 nov. 1966.

PANORAMA universitário. **O Liberal**, Belém, 13 jun. 1966.

RUMOS certos para o ensino. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 17, ed. 927, p. 138-139, 24 jan. 1970.

ESTUDANTE lotou auditório para ouvir professor falar de reforma. **Província do Pará**, Belém, 24 jul. 1968.

VESTIBULAR: um ato de propaganda. **O Liberal**, Belém, 22 jan. 1989. Artigos, p. 22.

O ALTO preço de 1964. **O Liberal**, Belém, 28 maio 1989. Artigos, p. 22.

GUEIROS acha que JP não engana a 3ª vez. **Diário do Pará**, Belém, 5 maio 1984. Política, p. 3.

A VELHA bandeira do anticomunismo. **Resistência**, Belém, ano III, n. 18, p. 11, 1 nov. 1980.

UFPA: duas décadas a serviço da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 25, ed. 1314, p. 132, 25 jun. 1977.

UNIVERSIDADE Federal do Pará: Ensino superior integrado à realidade da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 26, ed. 1369, p. 44, 15 jul. 1978.

ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Orlando Sampaio Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1321>. Acesso em: 2 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (61 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>. Acesso em: 30 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alcyr Boris de Souza Meira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (80 min 48 seg). Disponível em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 15 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João Januário Furtado Guedes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 50 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1281>. Acesso em: 17 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Maria Celeste Miranda Medeiros. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (66 min 6 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1275>. Acesso em: 17 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (59 min 57 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Margaret Moura Refkalefsky. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (55 min 58 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1273>. Acesso em: 19 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com William Mota de Siqueira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (52 min 18 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1291>. Acesso em: 14 dez. 2018.

A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Júlio dos Santos Ribeiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (44 min 49 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1290>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação à Distância. Faculdade de História. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com José Miguel Martins Veloso. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo (73 min 19 seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1288>. Acesso em: 17 jan. 2020.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968. Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, p. 5387, 1 jul. 1968.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, v. 7, p. 152, 29 nov. 1968.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, v. 1, p. 77, 26 fev. 1969.

BRASIL. Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, v. 8, p. 10823, 19 dez. 1969.

PAULO SÉRGIO DA COSTA SOARES

**RESISTÊNCIA: A HISTÓRIA
E A MEMÓRIA DAS LUTAS
DO MOVIMENTO
ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO
PARAENSE — 1968**

A UNIVERSIDADE COMO PALCO DE “SUBVERSIVOS”: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA UFPA PELO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO DE 1968

Uma reflexão sobre 1968 em Belém é a contestação de uma reforma universitária, apresentada pelo reitor Silveira Neto ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Pará (UFPA), seguindo as diretrizes do governo militar que estava pautado nos acordos o Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development (MEC-USAID), onde excluía a realidade educacional do país e os estudantes. A reformulação do ensino superior foi um dos caminhos seguidos à mobilização do movimento estudantil universitário paraense nos primeiros anos do golpe civil-militar¹.

Cabe salientar que a relação conflituosa entre os estudantes universitários e a administração da Universidade Federal do Pará e a contestação da ditadura militar são elementos mais presentes nas memórias históricas do recorrente ano, insatisfações que levaram os universitários à ocupação da UFPA em 1968. Sendo este episódio o ápice da mobilização estudantil, uma vez que os estudantes enfrentaram de uma só vez o reitor Silveira Netto e o governo militar do presidente Costa e Silva, o qual se fazia presente em Belém com sua equipe governamental.

A luta estudantil contra a reforma universitária foi uma das bandeiras levantadas pelo movimento estudantil universitário paraense que através desta causa os estudantes conseguiram uma maior participação de estudantes e ganharam apoio de parte dos deputados estaduais. Essa bandeira de luta agregou outras pautas como a defesa das estruturas democráticas brasileiras, a soberania nacional nos aspectos educacionais, a contestação dos grandes projetos pensados para a Amazônia, a repercussão da violência contra a juventude entre outras.

O debate sobre a reforma universitária da UFPA transpassou o ano de 1968 reiniciou a partir do segundo semestre de 1968, em Belém. Tanto os estudantes como o Conselho Universitário reuniram-se para debater o plano de reestruturação, mas

¹ Neste estudo a expressão “golpe civil-militar” é pautada na interpretação de Marcos Napolitano (2015, p. 9- 10) que afirma ter havido um golpe de Estado em 1964 e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. O golpe foi resultado de uma profunda divisão da sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos do país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O autor mostra com clareza como a sociedade brasileira estava dividida em seus projetos políticos e sociais, assim como, esta queria manter os privilégios de parte da sociedade em detrimento aos demais cidadãos brasileiros, por este motivo, projetos de reforma sociais, os quais questionavam as estruturas organizacionais de educação, de reforma agrária e de valores e credos sociais não eram aceitos a quem estava à frente das formas de poder, seja esta econômica, política, social e religiosa, embora existissem mobilizações coletivas dos sujeitos históricos que valorizavam os aspectos sociais em detrimento da “velha arte de governar o país”.

com objetivos diferentes. Os conselheiros estavam dispostos a aprovar o projeto de reforma apresentado ao Conselho Federal de Educação (CFE) e pelo reitor Silveira Netto. No entanto, os discentes buscavam sua participação e uma reelaboração desse projeto. Em busca deste objetivo, o movimento estudantil universitário paraense promoveu assembleias e mesas-redondas para discutirem as questões educacionais e a governabilidade do país, nos debates estava presente a questão da violência que o governo estabeleceu com o movimento estudantil nacional², a ocupação da Amazônia, do arrocho salarial, os debates também eram em torno das pautas específicas do movimento estudantil paraense, dentre elas a reforma universitária.

O reitor Silveira Netto acreditou ter chegado à fase final do plano de reforma universitária da UFPA, para concluí-la reuniu os conselheiros no dia 2 de julho de 1968, em uma sessão extraordinária. Esta tinha por objetivo comunicar aos presentes que o plano de reestruturação da Universidade necessitava ajustar parte do texto, as quais estavam inconsistentes com as diretrizes de base do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no entanto já havia obtido aprovação, com algumas restrições que deveriam ser eliminadas. O parecer enviado pelo CFE demonstrou pontos a serem corrigidos como, a existência de “duas unidades na área de Química, a Universidade estava equivocada do plano que ratificou os cursos de Engenharia Mecânica, Elétrica Química, Arquitetura, insistência em manter o Centro Pedagógico como única unidade”³.

Esses pontos que deveriam ser modificados no plano de reestruturação e encaminhado novamente ao CFE para análises. Assim, vê-se como foi complexa a questão da reforma universitária da UFPA até 1968, uma vez que esta teve de ser elaborada e reelaborada continuamente, desde 1967 até sua efêmera aprovação durante a administração de Silveira Netto. Neste estudo é são valiosas as memórias existentes sobre a reforma universitária, as inúmeras interpretações dos conselheiros, do reitor, dos estudantes, dos deputados estaduais. Essas memórias estão presentes nas atas do conselho e também na Assembleia Legislativa do Pará, nos jornais analisados, assim como nas memórias dos sujeitos sociais presentes neste período.

A reforma universitária da UFPA, em 1968, foi um processo conflituoso, uma vez que esta não se consolidou neste ano, ficando para uma próxima administração. Este conflito se iniciou com a primeira sugestão da impugnação de duas

² Sobre a violência do governo militar com os estudantes durante a ditadura militar, veja os estudos das historiadoras, Maria Ribeiro do Vale: 1968, O DIÁLOGO É A VIOLÊNCIA: Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil; Angélica Müller: 1968 em Movimento.

³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Ata da 6ª Sessão do Conselho Universitário*. Belém: UFPA, 1968. Sessão extraordinária, de 2 jul. 1968, p. 2-4.

unidades para os estudos químicos, onde a instituição deveria acatar a determinação de manter apenas uma unidade de Química, a qual ficava responsável por todo o sistema de ensino e pesquisa.

Uma vez que o reitor Silveira Netto propôs a predicação ao Instituto em vez da Escola, proposta que teve a aprovação unânime dos conselheiros, porém o resultado não agradou o colegiado e os discentes da Escola de Química, o diretor Júlio Ribeiro solicitou aos conselheiros a permanência das duas unidades de ensino de Química, o Instituto e a Escola, caso contrário “recorreria da decisão da Câmara de Ensino Superior ao Conselho Federal de Educação”⁴. Porém a Universidade tinha que cumprir as determinações do Conselho de Educação, caso contrário teria a reprovação do Plano de Reestruturação.

Diante dessa questão o Conselho Universitário acatou as ressalvas indicadas pelos relatores, escolhendo entre as duas unidades do curso de Química o Instituto, em detrimento da Escola. Nesta conjuntura, o diretor Júlio Ribeiro procurou apoio entre os discentes e docentes do curso de Química, com o argumento de que a Escola de Química deixaria de existir na UFPA. Foi graças a essa solidariedade que o diretor derrotou a proposta do reitor de afastá-lo do cargo administrativo. A consequência desta compreensão foi o início das ocupações das Escolas e Faculdades da Universidade Federal do Pará no ano de 1968.

OS ESTUDANTES SONHAM COM A POLÍTICA: A MOBILIZAÇÃO PARA O FIM DA IMPUNIDADE

Durante o início do processo de “radicalização” da classe estudantil no Pará, as ocupações da Universidade Federal do Pará, o reitor Silveira Netto, encontrava-se em uma viagem ao Sul do Brasil. Ao retornar a Belém, certamente, já possuía conhecimento dos fatos. Sua primeira determinação foi convocar uma sessão extraordinária ao conselho universitário para obter um diagnóstico exato do que estava ocorrendo no interior das Faculdades e Escolas. Vale ressaltar que esta sessão extraordinária foi de caráter sigiloso, haja vista que ocorreu de portas fechadas no prédio da reitoria, vigiado por guardas armados de cassetetes, com ordem de não aceitar aproximação de estudantes e da imprensa para haver sigilo das informações desta reunião⁵.

⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Ata da 6ª Sessão do Conselho Universitário*. Belém: UFPA, 1968. Sessão extraordinária, de 2 jul. 1968, p. 2-4.

⁵ CONSELHO Reabre Discussão Sobre Química e Congregação de Engenharia Delibera hoje. *A Província do Pará*, Belém, 3 de ago. 1968. 1º cad., p. 8.

No decorrer da reunião, o reitor Silveira Netto solicitou que os diretores das Faculdades falassem sobre os últimos acontecimentos ocorridos em cada unidade. Na ocasião estavam presentes os diretores das seguintes unidades: Faculdades de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Serviço Social, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Faculdade de Odontologia, Escola de Engenharia, Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, Faculdade de Farmácia, Escola de Química, Instituto de Higiene e Medicina Preventiva⁶.

Nas declarações, os respectivos conselheiros afirmaram que as unidades de ensino pela qual eram responsáveis foram ocupadas pelos estudantes. Em algumas ainda houve atividades normais, em outras as atividades acadêmicas foram suspensas pelos discentes, dando lugar a confecção de faixas e cartazes que seriam colocados nas paredes e na fachada principal das Escolas e Faculdades, assim como a elaboração de pautas reivindicatórias para apresentação em assembleias gerais, também salientaram haver a preocupação de evitar perdas dos bens materiais das unidades.

Sobre as ocupações, o conselheiro Sílvio Augusto de Bastos Meira ressaltou que os acontecimentos seriam esperados, pois esses ocorreram nas regiões sul e nordeste do país. As notícias chegaram até aqui, influenciando o jovem paraense. Em seu discurso, fala da empolgação da juventude, outros almeja a perturbação da ordem, sem objetivo concreto; além do que poderia ser massa de manobra de supostos líderes, agitadores profissionais. No entanto, solicitou prudência ao dialogarem com os discentes, afirmando que “ninguém se iluda, a juventude nunca foi derrotada: a história bem demonstra que a juventude nunca foi derrotada”⁷.

Nesta sessão, o reitor Silveira Netto acusou o conselheiro Júlio Ribeiro de ser o responsável pelo processo de ocupação, questionando-o se havia normalidade na permanência dos alunos nas dependências das unidades por vinte e quatro horas? Júlio Ribeiro argumentou que “não existe propriamente uma ocupação, se é este o termo, a não ser que seja considerada assim a permanência constante dos alunos na escola”⁸.

No decorrer da discussão, o reitor questionou se a ocupação foi consentida pela diretoria da Escola ou violada? Pois havia uma portaria de nº 41/68, que autorizou a permanência dos estudantes dentro da unidade. Júlio Ribeiro mencionou que os alunos tomaram a decisão de ocupar por contra própria, em relação à portaria frisou que a mesma autorizava somente a utilização da sala do Diretório

⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Ata da 9ª Sessão do Conselho Universitário. Belém: UFPA, 1968. Sessão extraordinária, 2 ago. 1968, p. 3.

⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Ata da 9ª Sessão do Conselho Universitário, op. cit. p. 3

⁸ *Ibid.* p.3.

Acadêmico durante o período noturno, fator que não autorizava propriamente a ocupação. É importante salientar que as divergências entre Silveira Netto e Júlio do Ribeiro vinham de outras sessões anteriores, desta forma o reitor propôs a alternativa de afastá-lo do cargo administrativo, indicando um novo diretor, o professor Artur Mello. Esta proposta foi embargada pela congregação e discentes de Química que a rejeitaram.

É importante salientar que, paralelamente, o debate da reformulação da Universidade fazia parte das assembleias realizadas nos diretórios acadêmicos das Faculdades de Medicina, Engenharia, Direito, Química e Filosofia Ciências e Letras. Os estudantes foram extremamente atuantes em prol de mudanças educacionais e políticas sociais. Apesar de haver divergências ideológicas, houve um consenso para o processo de ocupação das Escolas e Faculdades, ou seja, permaneceram unidos para a conquista de suas reivindicações.

Os periódicos de Belém anunciavam que durante o mês de julho e agosto de 1968 ocorreram a realização de várias assembleias, mesas-redondas e reuniões, grupos de jovens oriundos de várias Escolas e Faculdades e os representantes de Medicina, Engenharia, Direito, Arquitetura, Química, Serviço Social, Filosofia, Geologia se reuniram no conselho deliberativo, na sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE)⁹. Dentro das propostas em voga estava a questão da mobilização dos estudantes locais em face o movimento universitário que ora agitava o país, assim como, incentivavam os discentes a entrarem na vida política do Brasil, as análises sobre a reforma universitária¹⁰ e os problemas específicos da região e de cada Faculdade¹¹. Alberto Ferreira Puty¹² diz que nestas assembleias existiram várias discussões sobre a reforma universitária que pretendia transformar as universidades brasileiras em fundações particulares com cobrança de mensalidades.

Nas assembleias gerais houve um processo intenso de conscientização por meio de mesas-redondas para os universitários. Buscava-se debater as principais

⁹ Universitários Estudam a Crise e Adotam Alerta. **A Província do Pará**, Belém, 5 jul. 1968. 1º cad., p. 8

¹⁰ O estudo de José Dirceu (1998, p. 119) sobre a dinâmica de reforma universitária salientou que o movimento estudantil de 68 bem mais que a luta contra a ditadura e uma revolução de comportamento, foi também uma revolução educacional que poderia ter dado ao Brasil outra Universidade. Na época houve um debate sobre a Universidade Crítica, uma ideia vinda da França, trazida pela Polop (...). A proposta de uma Universidade Crítica era bastante conceitual e de maior relevância, porque trazia embutida a ideia de transformar a Universidade – algo que acredito até hoje – renovando sua importância como espaço cultural e político e subvertendo as estruturas tradicionais.

¹¹ Universitários Estudam a Crise e Adotam Alerta. op. cit, p. 8

¹² PUTY, Alberto Ferreira. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 22 set. 2023.

reivindicações estudantis, entre os temas analisados estavam os acordos MEC-U-said e suas consequências à educação brasileira, assim como, as necessidades específicas de cada unidade de ensino da UFPA para serem debatidas e colocadas como pauta de contestação à reforma dos prédios das Faculdades e Escolas. Neste período existia sala de aula improvisada em galpões sem condições de funcionamento; a questão da mudança para o Campus Pioneiro do Guamá era vista com cautela e medo, uma vez que acreditavam que a concentração dos estudantes no mesmo local daria maior controle do regime vigente sobre as atividades estudantis; discutiam-se as pautas gerais do movimento estudantil nacional, como a derrubada da ditadura militar, a violência com que trataram os jovens em outros estados; nesses debates participavam membros da igreja, professores, políticos, os quais eram favoráveis às lutas dos universitários.

Em relação aos Acordos MEC-Usaid, a massa estudantil alegava que não tinha conhecimento do que seriam tais acordos, este conhecimento estava muito restrito aos líderes estudantis que mantinham uma relação política com outras unidades políticas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). É importante salientar que os acordos MEC-Usaid tinham um “caráter sigiloso”¹³ que feria a soberania da política educacional do país. Também lutavam contra as limitações de verbas, precariedade de material, má remuneração dos professores, falta de pagamento das bolsas de estudo, a existência de certas cátedras consideradas ultrapassadas, uma ampla campanha pela manutenção da Escola de Química. Assim como almejam contribuir no desenvolvimento do ensino através da participação junto ao conselho universitário, tomando parte das decisões universitárias¹⁴.

O jornal *A Folha do Norte*, do dia 28 de julho, notificou que as ocupações iniciaram através da Escola Superior de Química, sendo deliberada após uma assembleia entre os professores e alunos que se reuniram para debaterem a ameaça

¹³ O caráter sigiloso da assinatura dos acordos que institucionalizaram a intervenção norte-americana no ensino brasileiro parece ter sido tão bem conservado que o próprio ministro da Educação, Tarso Dutra, se valeu disso para afirmar, em abril de 1967, na Bahia, que ainda não tivera tempo para examiná-los. Ele se sentia, portanto, em condições de duvidar de que os termos dos documentos fossem do conhecimento dos estudantes, cujos protestos teriam, por conseguinte, um sentido “puramente emocional, por estar em causa uma organização norte-americana”. Ao assinar o acordo, confessara, automaticamente, competência para planejar a educação no Brasil. E o próprio sigilo criado pelas autoridades em torno dos Acordos MEC-Usaid já demonstrava o perigo que eles representavam. Os acordos MEC-Usaid realçavam a formação técnica em prejuízo das humanidades e enfatizavam a privatização. Os estudantes não concordavam com os acordos MEC-Usaid, pois compreendia que esses acordos feriam a soberania brasileira. POERNER, Artur José. **1939 – O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. *Os Acordos MEC-Usaid*. 5. ed. ilustrada rev. ampl. e atual. – Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 218–226.

¹⁴ TÉRMINO de Férias Revigora Protestos. **O Liberal**, Belém, 4 jul. 1968. 2º cad., p. 1.

de extinção que se fazia presente no plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará, destacando que a ameaça era uma vontade antiga do reitor, e um descumprimento do Decreto de Lei 53, artigo segundo, que determinava a formação de instituto básico e unidades de formação profissional desta unidade de ensino.

O jornal *A Província do Pará* do dia 2 de agosto trouxe informação sobre a Faculdade de Engenharia ter aderido à luta em solidariedade a Escola de Química, mas também apresenta seus descontentamentos, exigindo soluções para “o afastamento do diretor da Escola, o qual tinha atingido a compulsória, melhores condições de ensino, melhores salários aos professores, reforma total da estrutura da Escola”. Destaca também que o Governador do Estado interfere na crise estudantil paraense ao se solidarizar aos estudantes de Química, prometendo uma solução junto ao reitor Silveira Netto para o problema criado com a ameaça de transformação da Escola de Química em Instituto, mostrando-se compreender as causas das reivindicações. O jornal *O Liberal* publicou sobre a ocupação de mais Faculdades e que os estudantes secundaristas estavam aderindo à causa dos universitários, dentre essas a tomada das Faculdades de Direito, Medicina e Filosofia, repetindo atitude dos acadêmicos de Engenharia e Química Industrial, com um possível alastramento da crise com adesão da Faculdade de Odontologia e a Escola de Arquitetura.

Para sabermos mais sobre o cotidiano do movimento estudantil nesse processo histórico é importante elencar as memórias de ex-alunos que participaram da ocupação em 1968. Neste sentido, aluna da Faculdade de Filosofia em 1968, a professora Maria de Nazaré Sarges, relata que o clima era de tensão na Universidade durante os primeiros quatro anos de ditadura militar, ela ressalta a tomada da universidade pelos estudantes, que alguns permaneciam nos prédios, outros faziam pedágios, também relata o clima de insatisfação dos estudantes e eles queriam enfrentar o governo militar¹⁵.

A presidente do centro acadêmico de Filosofia em 1968, Layse Salles, lembra que, todas as Faculdades ocupadas, umas em maior grau e outras em menor. Mas o “grupo revolucionário das Faculdades ficava presente”. Os alunos vinham, saíam, iam para casa, voltavam durante o dia. Nós proibimos a entrada de professores reacionários, somente entraram professores que contribuíram conosco¹⁶.

¹⁵ SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. 25 anos de ensino superior regionalizado no Pará. [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2012. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 22 set. 2023.

¹⁶ SALLES, Layse Duarte. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 22 set. 2023.

Aluno da Faculdade de Economia em 1968, Roberto Ribeiro Corrêa, relembra sobre a ocupação afirmando que houve um movimento que começou na Faculdade de Química, em que eles reclamavam que não tinha laboratório, como ensinar os estudos de química sem a infraestrutura técnica-científica necessária? “Nós vamos fazer aqui a mesma coisa”¹⁷. Aluna da Faculdade de Filosofia em 1968, Maria Celeste Medeiros elenca que, “nós ficamos, acho que 22 dias, dia e noite, 24 horas por dia ocupando. Às vezes um saía, mas outros ficavam. A participação, no começo, foi mais intensa, mas depois foi arrefecendo, porque o pessoal se cansava e muitos não eram militantes”¹⁸.

O intuito de elencar essas memórias é ressaltar que há um enquadramento de uma experiência social humana construída entre esses sujeitos sociais que vivenciaram o cotidiano das reivindicações estudantis na cidade de Belém, mas precisamente no episódio das ocupações das Faculdades da UFPA, para demonstrar uma coerência, unidade, continuidade, pautado em um “estilo cronológico”¹⁹, pois os relatos mencionados pelos entrevistados puderam destacar o cotidiano social e político dessas ocupações. Para estes sujeitos que participaram das lutas reivindicatórias, verifica-se que “o passado ainda não passou”, haja vista que traços fortes daquela realidade permanecem no presente como um marco em suas vidas.

A Escola Superior de Química foi a primeira a ser tomada, a partir de uma reunião entre o colegiado e os alunos. Os discentes de química, através do diretório acadêmico, passaram a fazer campanhas de conscientização dos demais estudantes universitários sobre sua possível extinção, assim percorreram as unidades de ensino da UFPA, onde existiam assembleias e mesas redondas, utilizando o *slogan* “o Brasil precisa de Químicos e a Amazônia de Indústrias”²⁰, com o objetivo de ganhar apoio dos demais estudantes, deste modo começou o processo de ocupação. O jornal *A Folha do Norte*²¹ publicou que este processo foi desencadeado a partir de luta em defesa de seus direitos, os docentes e discentes

¹⁷ CORRÊA, Roberto Ribeiro. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. *UFPA Multimídia*, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 22 set. 2023.

¹⁸ MEDEIROS, Maria Celeste Miranda. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. *UFPA Multimídia*, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: set. ro de 2023.

¹⁹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 206.

²⁰ ESTUDANTES em Novos Debates. *A Folha do Norte*, 19 jul. 1968. 1º cad., p 3.

²¹ QUÍMICA Debate A Sua Extinção. *A Folha do Norte*, 28 jul. 1968. 2º cad., p 20.

compreenderam que o plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará ameaçava de extinção ao querer transformá-la em departamento do Instituto Básico de ensino químico.

O movimento estudantil universitário paraense tinha como uma ação política ir até as redações dos jornais, com o intuito de conceder entrevistas aos repórteres para publicarem suas mensagens. Naquele momento, conduziu-se até a sede dos jornais *O Liberal* e *A Folha do Norte*, os quais publicaram a interpretação dos discentes através das seguintes manchetes: “Química Quer Manter a Escola”²², “Escola de Química Pode ser Extinta”²³, “Química Debate a sua Extinção”²⁴, “Alunos de Química em Campanha pela Manutenção da Escola”²⁵, “Reunião da UP Esclarecerá Situação da Escola de Química”²⁶.

As notícias veiculadas neste meio de comunicação afirmam os relatos dos futuros químicos sobre a ameaça de aniquilação da profissão na Amazônia, momento de apresentação de conclusão do plano de reestruturação da UFPA, deixando estes em pânico e apreensivos. As frases dos vespertinos sintetizam um sentimento que passou a assolar os estudantes de química, os demais universitários, as autoridades políticas – deputados estaduais – a partir do dia 2 de julho de 1968, com a chegada do parecer do conselheiro Newton Sucupira, determinando que houvesse uma escolha entre a Escola Superior e o Instituto de Química, mas em sua opinião deveria permanecer o Instituto, os estudantes de Química condenaram o parecer nomeando-o de “ato criminoso” a transformação daquela Escola em Instituto Básico. Os alunos da Escola Superior de Química, após concluírem a campanha de conscientização referente à pretensa transformação de sua Escola em Instituto Básico, declararam estar em greve permanente ocupando a escola. Na defesa desta unidade de ensino, o governador Alacid Nunes colocou-se como mediador entre os alunos e o reitor, convocando reuniões com os dois lados para a resolução dos problemas existentes. Os estudantes da Escola Superior de Química, em defesa desta unidade, fizeram um pronunciamento na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, através do deputado estadual Júlio Costa Viveiros (MDB), onde o deputado leu o pronunciamento dos estudantes intitulado:

²² Química Quer Manter a Escola. **A Folha do Norte**, Belém, 14 jul. 1968. 1º cad. p. 5.

²³ Escola de Química Pode Ser Extinta. **A Folha do Norte**, Belém, 24 jul. 1968. 1º cad., p. 2.

²⁴ Química Debate Sua Extinção, 28 jul. 1968, p. 20.

²⁵ Alunos de Química em Campanha pela Manutenção da Escola. **O Liberal**, Belém, 17 jul. 1968. 1º cad., p. 2.

²⁶ Reunião da UP Esclarecerá Situação da Escola de Química. **O Liberal**, Belém, 22 jul. 1968. 1º cad., p. 3

DOIS PESOS DUAS MEDIDAS

O Governo, alegando não querer intervir nas Universidades, deixa de tomar providências com relação aos Reitores reconhecidamente CORRUPOTOS, que dão exemplos de política rasteira e mesquinha. Esses empecilhos procuram fechar Escolas, menosprezam decisões de Conselhos Universitários, apresentam planos de reestruturação sem autores credenciados, como um verdadeiro acinte à cultura universitária.²⁷

Nas falas dos discentes de química há uma crítica e acusações ao governo militar e ao reitor Silveira Netto, uma vez que o Ministério de Educação deixou de intervir na Universidade, no sentido de buscar resoluções administrativas, a ausência de políticas voltadas para este intuito permitia a permanência de reitores corruptos. Deste modo, eles acusaram o reitor Silveira Netto de ser corrupto, com práticas rasteiras e mesquinhas, assim como agia de caso premeditado, querendo fechar escolas, ignorando decisões do colegiado, novamente a críticas para a autoria do plano de reestruturação e sua imposição, atitudes que passavam por cima de uma “cultura universitária”.

É importante salientar que a compreensão sobre essa extinção²⁸ foi apenas o estopim de inúmeras insatisfações, políticas, sociais, econômicas e educacionais dos estudantes universitários, principalmente a ausência dos representantes estudantis na elaboração do plano estrutural da Universidade Federal do Pará, mas este representante não deveria ser indicação governamental, ou da reitoria, e sim um membro do movimento estudantil universitário disposto a defender as propostas políticas e sociais levantadas pelos estudantes universitários. Logo o processo de consolidação de implantação da reforma universitária da UFPA foi marcado por uma “série de debates, conflitos e impasses, cujas análises rememoram importantes questões” de cunho político e social, envolvendo os estudantes universitários, a reitoria, o conselho universitário, o Conselho Federal de Educação e o governo militar de Costa e Silva.

No entanto, o movimento estudantil universitário paraense compreendeu que as ocupações seriam uma forma de protesto, uma das tentativas de conter a

²⁷ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. *ATA da 74ª Sessão Ordinária*, Belém: ALEPA, 4 set. 1968, p. 110.

²⁸ O estudo de Edilza Fontes (FONTES, 2007, p 78) aponta que os estudantes da Escola de Química queriam barrar a proposta contida no Plano de Reestruturação que previa a criação de um Instituto de Química, em substituição da Escola de Química e do Curso de Química Industrial, acreditando que essa transformação significaria a “extinção” de ambos. A ocupação do prédio dessa Escola, então localizado no Museu Comercial da Associação Comercial do Pará, na Praça da República – hoje, núcleo de artes da UFPA, foi um dos mais tensos episódios do período e colocou em evidência um debate que se estendia desde 1963.

aceitação do projeto de reforma universitária da UFPA apresentado ao Conselho Federal de Educação. As ocupações eram um instrumento “político e de negociação”²⁹, sendo este complexo e heterogêneo, assim como estão presentes práticas de alianças e resistências. Este tipo de mobilização é uma superação às greves, uma vez que se torna uma mobilização permanente e que agrega participantes em suas assembleias e ações políticas. É importante salientar a existência dessa proposta de contestação que já estava presente nos debates das assembleias estudantis realizadas durante o episódio da morte do estudante paraense Edson Luís³⁰, mas encontrou resistência dos discentes das Faculdades de odontologia e farmácia, os quais buscavam caminhos condizentes com as políticas apresentadas pelo o governo militar e o reitor Silveira Netto.

O jornal *O Liberal* publicou uma nota afirmando que o reitor Silveira Netto marcou uma reunião com os alunos de química, sendo esta articulada entre o Diretório Central dos Estudantes e o secretário Otávio Bandeira Cascaes. O encontro tinha a finalidade de abordar a provável transformação da Escola de Química em Instituto Básico de ensino³¹. Deste encontro não houve um possível acordo, pois as mobilizações continuaram. Uma vez que o diálogo era difícil, requeria uma série de protocolos, o reitor só concedia reunião com alunos vestidos adequadamente, os de sexo masculino deveriam se apresentar com terno e gravata. Sobre os encontros com Silveira Netto, Layse Salles revela que ele era conservador, suas atitudes prejudicam os interesses do movimento estudantil ignorando suas demandas, um Reitor que não estabelecia um diálogo, impondo várias regras recebe os estudantes, estes deveriam se apresentar de terno e gravata para poder ser recebido na reitoria³².

As memórias de Layse Salles mencionam que o reitor era um homem conservador de difícil conversa. Suas decisões eram desfavoráveis às propostas vindas dos educandos, na maioria das vezes as prejudicava como podia. As memórias dos alunos presentes na UFPA no ano de 1968, referentes ao posicionamento político-administrativo do reitor Silveira Netto, nos revelam que este possuía uma forte oposição à frente de seus trabalhos. Alberto Ferreira Puty³³ cursou a Faculdade de

²⁹ ALMEIDA, Pablo E. R. **Resistência, Ocupação e Criminalização**: o movimento estudantil nas greves das universidades paulistas em 2007. 2009. (Dissertação em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível: www.estudosdotrabalho.org. Acesso em: 19 set. 2023.

³⁰ SALLES, Layse Duarte, 2014.

³¹ REUNIÃO da UP Esclarecerá Situação da Escola de Química, 22 jul. 1968.

³² SALLES, Layse Duarte, 2014.

³³ PUTY, Alberto Ferreira, 2014.

Engenharia no período de 1964 a 1968 e faz as seguintes afirmações: “o reitor não era bom”; “reitor atrasado”, “devolvia verbas”, “a luta também era contra o reitor”. Para o estudante Roberto Ribeiro Corrêa, que ingressou na Escola de Economia no ano de 1967, havia um grupo de discentes que “condenava as atitudes do reitor aqui”³⁴.

Retornando às ocupações, a segunda Escola a ser tomada foi a de Engenharia, a partir da organização de uma mesa-redonda, reunindo professores e alunos com objetivo de analisar o plano de reestruturação e discutir os problemas que assolavam a Escola de Engenharia. Os coordenadores da mesa disponibilizaram um tempo de vinte minutos para cada palestrante, na ocasião o Diretor Josué Freire mandou um representante, este ignorou as pautas colocadas e passou a defender o diretor, relatando a sua importância a frente daquela unidade desde sua fundação. A oposição dos graduandos de engenharia contribuiu para a renúncia de Josué Freire ao cargo de diretor, após 5 dias da greve.

Durante as falas dos membros que estavam compondo a mesa, os alunos de Engenharia presentes iniciaram uma comunicação paralela entre eles, através de bilhetes, direcionando-os à ocupação da unidade, até que um estudante, Arnaldo Barreto, subiu na mesa gritando “Vamos ocupar essa escola”, assim convidou os demais alunos para permanecerem no unidade de ensino, a sugestão de Arnaldo Barreto foi aderida pela maioria presente. Ao ocuparem o prédio colocaram faixas em sua fachada com as seguintes frases: “SÓ ENTREGAREMOS NOSSA ESCOLA AO NOVO DIRETOR”, “APOIO INTEGRAL À ESCOLA DE QUÍMICA”, “ABAIXO REESTRUTURAÇÃO: IMPOSTA”³⁵, nessas frases foram demonstrados os apoios à contestação da Escola de Química, assim como afirmaram a negação do plano de reestruturação da UFPA, pois compreenderam ser uma imposição do Conselho Universitário apresentado pelo reitor Silveira Netto. Já em relação à especificidade, observa-se nas frases a preocupação dos discentes em relação ao afastamento do Diretor Josué Freire por ter atingindo o tempo de compulsória a 14 anos, do mesmo modo que confirmaram a ocupação do prédio e ressaltaram as condições para um possível acordo de desocupação. Contudo existiam outras requisições, como “melhores condições de ensino, maiores salários para os professores e reforma total da estrutura da escola”³⁶.

O movimento estudantil universitário paraense, não obstante sua renovação vitalidade em 1968 proclamou os estudantes a participar da luta. Neste sentido,

³⁴ CORRÊA, Roberto Ribeiro, 2014.

³⁵ ESTUDANTES Ocupam a Segunda Escola. **A Província do Pará**, Belém, 2 ago. 1968. 1º cad., p. 1.

³⁶ *Ibid.* p. 1.

partiram de contestações específicas de cada unidade de ensino da UFPA, assim foi apresentada uma demanda acadêmica. As diversas Faculdades e Escolas acreditavam que um novo plano de reforma poderia ser elaborado com a participação estudantil, assim como, os universitários ligados a organizações partidárias compartilhavam da ideia que o movimento estudantil deveria ser um “apoio às forças revolucionárias, às lutas campestres e operárias”³⁷.

O diretório acadêmico de Direito buscou se solidarizar com o movimento de ocupação, organizando assembleia geral na Faculdade de Direito no Largo da Trindade, nesta reunião houve a participação de alunos de química e economia e as demais unidades. Para realizarem os debates estavam os docentes do curso de Direito para analisarem a situação da Escola de Química, ao fim desta assembleia ficou determinado realizar uma passeata com saída do Largo da Trindade até a Praça da República, onde estava localizada a Escola de Química. Também houve a elaboração e distribuição de panfletos com críticas aos acordos MEC-Usaid, ressaltando que estavam estabelecidos 30 acordos e somente 1 tinha sido revisto pelo governo federal, assim como solicitava que as manifestações deveriam ocorrer dentro de uma “ordem com liberdade”³⁸ e também conclamavam os universitários à luta: “tomamos agora, urgentemente, uma posição”³⁹.

A ocupação da Faculdade de Filosofia partiu também de uma assembleia geral, onde foi colocada a proposta de ficarem no recinto os que pudessem, havendo um revezamento entre os estudantes, mas o grupo de maior cunho revolucionário permaneceu por 24 horas. Muitos alunos vinham para a Faculdade permanecendo por determinado tempo e depois seguiam para suas residências, retornando no próximo dia. Em relação à organização dos estudantes de Filosofia, mostrou-se um movimento político estruturado, o qual dialogava com os centros acadêmicos de outras Faculdades.

Buscaram elencar suas propostas através de assembleias, passeatas. Nelas estavam presentes faixas e cartazes nas paredes, assim como tiveram a preocupação de uma possível invasão dos militares, assim como buscaram ter o cuidado com os bens materiais, evitando a destruição deles, para isso houve a restrição de determinados locais, como da diretoria e do laboratório. Fizeram o inventário dos bens existentes, lacraram as salas, prepararam um documento com todos os dados, assinado por ambas as partes.

³⁷ CARNEIRO, José. *Memórias políticas contra a ditadura militar no Pará*. Belém: NAEA/UFPA, 2017. p. 63.

³⁸ QUÍMICA É TEMA NA F. DE DIREITO. *A Folha do Norte*, Belém, 1 ago. 1968. 1º cad., p. 1.

³⁹ *Ibid.* p. 1.

As pautas reivindicatórias dos estudantes de Filosofia eram referentes a necessidades acadêmicas, estruturais e de cunho político, como da reforma universitária, mudança no currículo, como inserir o curso de bacharelado, áreas para o lazer, uma mesa de pingue-pongue, norma de comportamento dentro da sala de aula, participação na congregação paritária da Faculdade, assim como a reformulação do currículo escolar.

A Faculdade de Filosofia encontrava-se em um estado degradante de infraestrutura, nela outros cursos eram ministrados como, História, Pedagogia, e Geografia. Na fachada do prédio um aviso de greve dos estudantes, durante a tomada a ocupação somente professores simpatizantes ao movimento entraram no recinto, com a permissão dos estudantes, como a professora Anunciada Chaves, o professor Paulo Mendes, o professor Roberto Santos, uma vez que os estudantes acreditavam que os professores citados contribuiriam com informações políticas e sobre as questões de reformas sociais. Sendo assim, era concedida a permissão de pessoas apoiadoras do movimento, porém foi recusada a entrada de professores considerados reacionários.

O professor Orlando Sampaio Silva⁴⁰, em 1968, exercia a função de Diretor da Faculdade de Filosofia. Segundo ele, corrobora com o movimento estudantil universitário paraense, pois simpatizava com as pautas políticas defendidas, principalmente a proposta de reforma universitária. Durante o processo de ocupação da Faculdade de Filosofia, os alunos contaram com total apoio de sua administração, chegando a designar a professora Anunciada Chaves para ser uma porta-voz da diretoria e dos estudantes. Durante as assembleias promovidas dentro desta unidade, o diretor da Faculdade de Filosofia chegou a discordar do processo de ocupação, pois em seu entendimento os estudantes desta unidade tinham ampla liberdade para promoverem reuniões.

Após inúmeros debates sobre os problemas que afligiam a universidade e com o apoio de algumas instituições civis que acreditavam que a luta da classe era justa, como uma parte da igreja que incentiva os estudantes a caminhar em frente, buscando democratização do ensino e do país:

A Assembleia Geral dos universitários paraenses, promovida pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, teve início às 16 horas de ontem, com uma rápida palestra do padre Silvério, que conclamou os estudantes a se empenharem na busca de soluções para os problemas. Invocando a letra da música de Billy Blanco, recentemente premiada da I Bienal do Samba, o sacerdote disse, a

⁴⁰ SILVA, Orlando Sampaio. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. *UFPA Multimídia*, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 23 set. 2023.

certa altura: “ou encaramos os problemas de frente ou ficará tudo em conversa e o canto será sempre chorado”⁴¹.

É importante elencar que há outra versão para ocorrerem às ocupações e está relacionada com uma proposta da Ação Popular (AP)⁴², a qual teria designado mudança na forma de realizar protesto, sendo assim as manifestações sairiam das ruas, com passeata e comícios-relâmpago para serem atos de maior impacto e mobilidade, e assim obterem melhores resultados, pois existiam estudantes desvinculados do movimento estudantil que poderiam se inserir nas lutas, mas para isto ocorrer deveria partir de um processo de conscientização dos estudantes universitários e secundários das bandeiras defendidas. Somente após obterem conhecimento de causa passariam a combater a ditadura militar com o intuito de destituí-la do poder federativo e elevar a democracia nos moldes de seus ideais.

Assim, a Ação Popular partia do princípio de elaborar assembleias gerais com temas apropriados para a educação, como o plano de reforma universitária, com o objetivo de agregar um maior número de estudantes universitários e então partirem para as pautas políticas específicas, as quais pudessem contribuir com as lutas reivindicatórias. Deste modo o movimento estudantil daria apoio às causas revolucionárias defendidas por este partido de esquerda, dentre elas estavam a questão operária e a campesina, assim esta seria “uma luta de estudantes e não dos estudantes”, como ressaltou Márcio Alves⁴³.

As ocupações foram uma estratégia do movimento estudantil universitário paraense⁴⁴ que de certa forma conseguiram mobilizar pequenos grupos re-

⁴¹ PROPOSTA Para Tomar Reitoria Faz Terminar Em Tumulto Assembleia De Universitários. **A Província do Pará**, Belém, 11 jul. 1968. 1º cad., p. 8.

⁴² O estudo de Márcio Alves (1993, 115), em 1968 a massa estudantil não saiu às ruas para derrubar a ditadura. Muito menos queria implantar o socialismo, o comunismo ou qualquer outro “ismo” no Brasil. As primeiras manifestações de protesto foram feitas em busca de uma melhor inserção no mercado de trabalho do país hiper capitalismo que crescia sob a batuta de Delfim Neto e dos seus “*Delfim boys*”... Quem queria o comunismo, o maoísmo, o guevarismo, o socialismo era uma minoria de estudantes politizados, já agrupados em organizações clandestinas.

⁴³ ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Prefácio: Gilberto Dimenstein. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 117.

⁴⁴ Sobre o processo de ocupação, o estudo de José Dirceu (1998, p. 119) menciona que essa mudança de combate surgiu a partir da compreensão de um desgaste das greves e passeatas de ruas. Já a historiadora Maria Ribeiro do Vale (2008, p. 166) ressalta que este processo foi desencadeado pelos universitários, durante as férias, onde eles recusaram “a reiniciar as aulas em agosto por considerar a ‘universidade arcaica incompatível com a realidade brasileira’, assim como, houve um retrocesso nas manifestações de rua e a volta às lutas reivindicatórias, centradas principalmente na preparação do Congresso da UNE”, assim como, pela necessidade de organizarem o XXX Congresso da UNE. Na concepção desses dois autores as passeatas de ruas não atendiam mais às necessidades de reivindicações políticas do movimento estudantil nacional. Sendo assim, eram necessárias outras estratégias de contestações ao regime militar.

volucionários em diferentes Faculdades, a partir de um problema específico, no caso dessa mobilização, foi a exclusão dos estudantes universitários na elaboração do projeto de reforma universitária da UFPA. Com este caráter legalista, os diretórios acadêmicos, juntamente com a União Acadêmica Paraense, Ação Popular e do Partido Comunista Brasileiro, conseguiram reagrupar membros de diversos cursos, capazes de permanecer 24 horas nos prédios das Faculdades e Escolas, ou mesmo de contribuir na busca de recursos financeiros para garantir a alimentação de quem se propôs a ficar nas Unidades.

Por trás dos discursos legalistas estavam inseridos outros projetos que buscavam a modificação da base da sociedade brasileira nos aspectos econômicos, políticos, sociais, regionais e nacionais. Por esses motivos declararam guerra a toda política do governo militar discordante dos seus propósitos. Em âmbito nacional, pregavam a libertação da nação em relação à ditadura militar e seu sistema de manipulação; na questão regional, defenderam a Amazônia da intervenção estrangeira; no que se diz respeito à economia, criticaram o projeto modernizador do país voltado para um mercado externo, em detrimento da população.

No entanto, para um plano mais imediato reivindicavam uma reforma no ensino superior do Brasil, exigindo a eliminação de “estruturas autoritárias e arcaicas”, as quais não seriam modificadas com a proposta de reforma universitária apresentada pelo MEC. Além de consistir na continuação do sistema de ensino voltado aos interesses dos grandes monopólios econômicos, a reforma universitária apresentada pelo MEC teve a compreensão de ser uma política educacional imperialista, devido aos acordos firmados com entidades de governo estrangeiro, permitindo assim a quebra do monopólio educacional do Brasil. Além do que o projeto desvincular-se de uma educação voltada para o bem estar dos cidadãos, onde houvesse uma “Universidade Crítica e Democrática” que estivesse comprometida com o desenvolvimento da nação, desvinculada do sistema de mercado especializado, voltado para o desenvolvimento dos grandes capitais.

Sobre as ocupações da Faculdade de Medicina, está também obteve apoio de professores e professoras, como a professora Bettina Ferro e os professores Ronaldo Araújo e Monteiro Leite. Os acadêmicos de Medicina recorreram à Assembleia Legislativa do Estado, buscando apoio dos deputados estaduais. Neste intuito, foram até a ALEPA e entregaram um manifesto explicando à sociedade os motivos que levaram a tal mobilização:

Povo do Pará

Somos estudantes de Medicina e ora ocupamos as dependências de nossa Faculdade. Tudo isto porque não está mais havendo condições de estudos e ensino. Não temos salas de aulas, não temos Professores, não temos material para laboratório, não temos material para exames, não temos hospital escolar (...). O que pedimos é uma área livre na Faculdade, onde possamos nos reunir, pedimos comissões de professores e alunos para estudar a melhoria de ensino e permitir uma universidade mais dirigida ao povo, (...). Deste modo, estamos precisando de vosso apoio para lutamos para que a Universidade seja também de vossos filhos. Não abandone, coopere, comente, divulgue, faça o que os jornais não estão fazendo porque estão sendo pagos para não o fazerem, venham visitar nossas Faculdades e vejam com quem está a razão. Estamos dispostos a lutar até o fim,

Os Acadêmicos de Medicina⁴⁵

Essas são alegações dos acadêmicos do curso médico, o qual se encontrava sem condições para desenvolver um ensino e pesquisa, mostrando o caos em que se encontrava o curso de Medicina. Vivenciava uma crise brutal, com ausência de material, salas de aula, equipamentos como a reivindicação de um microscópio para cada aluno, pois havia uma demanda obrigando ter um revezamento da turma para o uso do laboratório e mais professores, a cooperação das autoridades, a contestação do projeto de reforma universitária da UFPA, uma participação efetiva dos professores e alunos nesta reforma para poder ser implantada uma Universidade voltada para o povo.

Cabe salientar que o processo de ocupação foi aderido por todas as Escolas e Faculdades da UFPA. Esta radicalização é um ato de protesto mais agressivo do que a greve. Este protesto que iniciou com os acadêmicos de Química e que foi aderido pelas demais unidades de ensino, obteve uma organização denominada “comissão de ocupação”, a qual agregou universitários de diferentes cursos, esta fez o diagnóstico das pautas reivindicatórias específicas de cada curso para torná-las do movimento de mobilização. As especificidades foram para as assembleias gerais e analisadas por palestrantes que possuíam conhecimento sobre o assunto. Um dos temas presente nos debates era a manutenção da universidade pública⁴⁶,

⁴⁵ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **ATA da 64ª Sessão Ordinária**, Belém: ALEPA, 21 ago. 1968, p. 141.

⁴⁶ O estudo de Marcelo Ridenti (2002, p 151) ressalta que 1968 iniciou no Brasil com manifestações de estudantes. Por um lado, eles reivindicavam ensino público e gratuito para todos, a proposta de reforma universitária deveria estar para a democratização do ensino superior, oferecendo melhores qualidade de ensino e pesquisa, com maior participação estudantil nas decisões do conselho universitário, mais

pois havia o temor entre a juventude universidade de que o governo autoritário privatizasse o ensino superior pautado nos acordos Mec-Atcon-Ussaid, como pode ser observado na publicação do jornal *O Papagaio*, onde os discentes do curso de economia publicaram que “o universitário brasileiro depara-se hoje com quadro desanimador e dissolução bastante difícil se somente alguns poucos tomaram a si o encargo de impedir a privatização da universidade brasileira”⁴⁷. É evidente que o movimento estudantil universitário paraense acreditava que haveria a venda das instituições de ensino superior e caberia a classe estudantil impedir esse propósito o qual era debatido em assembleias estudantis.

É importante elencar que as assembleias estudantis foram fundamentais para manterem a unidade dos acadêmicos, uma vez que todos poderiam pronunciar-se sobre os problemas que os afligiam, assim como, proporcionaram aos demais estudantes conhecerem as diretrizes políticas defendidas pelo movimento estudantil universitário paraense, fato que contribuiu para buscar o apoio social, pautado em argumentos convincentes e que a luta era justa.

Durante o processo de ocupação da UFPA, o movimento estudantil universitário paraense, para manter os alunos 24 horas nas Faculdades e Escolas montou várias equipes responsáveis por uma determinada função, como a de limpeza, alimentação, arrecadação de dinheiro através de pedágios nos semáforos das ruas e avenidas, outros ficavam com os aspectos culturais, os quais elaboraram festas temáticas e apresentação de teatro. A violência física era inexistência, mas havia o terror psicológico foi eminente com o policiamento nas proximidades, sendo esta uma forma de ameaça constante dos militares, de modo que o comando da ocupação montou uma equipe de vigilância permanente para anunciar uma possível invasão militar na Universidade e ter um controle das pessoas que circulavam pelas Faculdades, exigindo uma identificação de estudantes, para os demais era necessária uma autorização do comando da ocupação para entrar no recinto. Vigiavam constantemente todo material que chegava às unidades, evitando surpresas. A vigilância estava presente principalmente à noite, onde um grupo de jovens ficavam sentados na frente da Faculdade do curso de Medicina.

verbas para pesquisa – voltada para resolver os problemas econômicos e sociais do Brasil. Por outro lado, os estudantes contestavam a ditadura e o cerceamento às liberdades democráticas. Naquela época, a maioria dos universitários estudava em escolas públicas e o acesso ao ensino superior era bem mais restrito que nos dias de hoje, havendo uma demanda muito maior que a oferta de vagas.

⁴⁷ [Publicação]. *O Papagaio*, Belém, n. 19, p. 1, 2 ago. 1968.

DA AMAZÔNIA PARA O BRASIL: A INSTALAÇÃO DO GOVERNO ITINERANTE DO PRESIDENTE GENERAL ARTUR COSTA E SILVA EM BELÉM DO PARÁ

O presidente general Artur Costa e Silva, quando chegou ao Pará, resolveu dialogar com os estudantes universitários paraenses porque este vinha de uma série de conflitos com o movimento estudantil, onde o diálogo foi a violência. O governo veio ao Pará com a comissão de ministros para administrar o país a partir de Belém, na ocasião inaugurou o Campus Pioneiro do Guamá da Universidade Federal do Pará, no dia 13 de agosto de 1968. O movimento estudantil universitário paraense programaram sua recepção ao governo militar de Costa e Silva com duas passeatas. A primeira saíria da Faculdade de Medicina, percorrendo a Rua Generalíssimo Deodoro até a São Jerônimo onde ficava a reitoria. A segunda foi uma proposta dos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde um grupo iria ao aeroporto de Val-de-Cães para contestar a ditadura militar, mas não tiveram êxito porque suas informações chegaram às autoridades policiais de Belém.

O comandante do Quartel General da Amazônia solicitou ao Governador Alacid Nunes a providência de fazer desocupação da UFPA com o uso das forças armadas. No entanto, Alacid Nunes tomou uma medida conciliatória com os universitários, solicitando a presença do comando de ocupação para uma reunião na casa do governador, na Av. Magalhães Barata. O convite chegou à Faculdade de Medicina nas primeiras horas da madrugada, por um emissário. O fato foi levado imediatamente à assembleia, a qual aprovou o diálogo. No encontro entre o governador e os universitários, houve o acordo para que os alunos não fossem ao aeroporto, em troca deu garantia de que a ocupação ocorreria, dentro de um limite, sem violência, mas o governador ameaçou afirmando, caso o contrário usaria a força policial e invadiu o recinto das Faculdades e Escolas. A proposta foi levada para assembleia geral, que decidiu por manter as ocupações sem enfrentamento com os militares.

No Pará, os estudantes dialogam com o governo Costa e Silva, sendo este aberto a toda a sociedade paraense, que assistiu através da TV Guajará, canal 4, onde foi apresentado um debate “amplo e franco, de quase quatro horas”⁴⁸ entre o Ministro da Educação, Tarso Dutra e uma comissão de estudantes universitários. Estes colocaram as principais pautas reivindicatórias do movimento,

⁴⁸ ESTUDANTES: Impressionaram o Ministro e Levaram Hoje Memorial ao Presidente. *A Província do Pará*, Belém, 13 ago. 1968. 2º cad., p. 9.

assim como construíram várias críticas ao reitor Silveira Netto, inclusive pediram o afastamento deste administrador e “anulação pura e simples do plano de reestruturação da Universidade”⁴⁹.

Os jovens conseguiram impressionar o ministro na maneira como souberam conduzir o debate através da demonstração da firmeza e conhecimento das circunstâncias em relação às questões referentes à Universidade, sendo que Tarso Dutra “elogiou o equilíbrio dos universitários paraenses e os termos elevados das discussões, prontificando-se a atender dentro das possibilidades a todas as reivindicações”⁵⁰. Os estudantes, na ocasião falaram, ao ministro que o reitor Silveira Netto era o responsável pelos acontecimentos que estavam ocorrendo na UFPA⁵¹, inclusive pelas ocupações das Faculdades, que somente ocorreram devido ao descumprimento às determinações dos decretos-leis das diretrizes de bases. Em relação ao Plano de Reestruturação, alegaram não serem ouvidos, assim como os professores desconheciam o autor ou autores desta reformulação⁵². Para o encontro, os estudantes levaram como pauta reivindicatória as seguintes questões:

Reabertura pelo Conselho Federal de Educação do prazo legal de 180 dias para a elaboração de um novo plano de reestruturação da Universidade do Pará, mediante participação de professores e alunos [...]; investigação dos pontos ventilados quanta à atividade da reitoria; Federalização e integração à UFPA da escola de enfermagem Magalhães Barata; restabelecimento do regime de dependência até duas disciplinas; manutenção da Escola Superior de Química juntamente com o Instituto de Química, Criação do restaurante universitário; abolição do sistema de bolsas para o financiamento e incrementação de bolsas de estudo inteiramente grátis; abolição das taxas de expediente que a Universidade cobra; aumento de verbas no orçamento da União para a Educação em termos de aumento percentual⁵³.

⁴⁹ ESTUDANTES: Impressionaram o Ministro e Levaram Hoje Memorial ao Presidente. 1968, op. cit. p. 9.

⁵⁰ *Ibid.* p. 9.

⁵¹ Cabe aqui salientar o estudo de Márcio Alves (1993, p. 115) o qual o movimento estudantil só existiu no Brasil devido à imprudência do Ministério da Educação. “Quem criou o movimento estudantil revolucionário no Brasil foram o Ministério da Educação, incapaz de responder com ofertas de ensino à demanda dos jovens, e a polícia, que baixou o cassetete na cabeça de quem reivindicava a chance de arrumar um emprego melhor quando entrasse no mercado de trabalho. Os depoimentos dos mais jovens, rapazes e moças saídos das escolas secundárias, são claros e coincidem nesse sentido. A repressão policial criava a indignação, que, por sua vez, motivava os estudantes a se organizar melhor e a encontrar justificativas políticas para o engajamento”.

⁵² ESTUDANTES: Impressionaram o Ministro e Levaram Hoje Memorial ao Presidente, op. cit. p. 9.

⁵³ ESTUDANTES: opinam sobre o debate na TV com o ministro. **A Folha do Norte**, Belém, 13 ago. 1968. 2º cad., p. 10.

O movimento estudantil universitário paraense se organizou e conseguiu dialogar de forma saudável com o governo militar de Costa e Silva, este por sua vez permitiu fazer diferente dos demais encontros com o movimento estudantil. Em Belém, em vez de cacetes, cavalaria, policiais armados, houve uma abertura para uma conversa. Mas é importante destacar que a juventude paraense, na presença da comitiva governamental, buscou contestar a ditadura através de lutas específicas da educação, pois as pautas apresentadas ao governo de Costa e Silva mencionavam a reelaboração do plano de reforma universitária da UFPA, a manutenção das duas unidades de química e aumento de verbas para a educação do estado do Pará. O discurso legalista conseguiu impressionar o presidente militar, o qual em seu pronunciamento de saída de Belém ressaltou que os universitários do Pará representavam o “verdadeiro estudante brasileiro”.

O ministro Tarso Dutra se pronunciou a estas contestações, salientando que em relação às ocupações das Faculdades, o prejuízo somente seria dos estudantes, haja vista que estes deveriam cumprir a carga horária mínima exigida por lei; discordou totalmente sobre o prazo de 180 dias pedido para reexame do projeto de reforma da Universidade Federal do Pará, contudo se comprometeu que pessoalmente iria solicitar ao Conselho Federal de Educação para retornar o plano para ser realizado um novo parecer pelos estudantes e professores; considerou que os estudantes estavam com um argumento muito forte, pois houve uma falha na reelaboração, uma vez que negaram a palavra aos docentes e discentes da Universidade.

Em relação à questão da Escola Superior de Química, o ministro da educação afirmou que a petição dos alunos era justa e tinha o apoio para sua manutenção, à permanência das duas unidades não acarretaria prejuízo, a questão deixava de ser interesse regional, tornando-se uma questão nacional devido à necessidade de técnicos para Amazônia, a qual estava sendo cobçada por pesquisadores estrangeiros; reconheceu que a UFPA passava por uma crise estrutural devido à demanda de alunos matriculados, no entanto a Universidade estava passando por um processo de revitalização através das verbas do governo federal.

É importante mencionar as visões dos estudantes participantes do debate na TV, o universitário Pedro Pinho ressaltou, em entrevista ao jornal *Folha do Norte*, que houve um comprometimento do ministro para solucionar os problemas gerais que os afligiam, assim compreendeu haver saldos positivos. Já na visão do estudante Alex Turenko Júnior, as declarações do ministro Tarso Dutra em relação às colocações não chegavam a lugar nenhum, uma vez que “ele não prometeu, não

se comprometeu e nem se propôs a resolver coisa alguma”⁵⁴ Para Fernando Fiúza de Melo, o debate não se consolidou em uma proposta definitiva, ficando tudo em promessas, contudo o debate serviu ao movimento estudantil paraense para divulgar as contestações. Assim, os estudantes participantes do debate na TV, em maioria, ficaram desacreditados nas colocações do ministro Tarso Dutra, alegando que as propostas ficaram nas promessas e assim a comissão de ocupação resolveu dar continuidade à mobilização permanente até que fossem apresentadas soluções.

Cabe salientar que os estudantes participantes deste debate com o Ministro da Educação Tarso Dutra conseguiram impressionar a sociedade com a maneira de conduzir os debates, pois o desempenho foi elogiado na ALEPA pelo deputado Laércio Barbalho⁵⁵, o qual mencionou que os estudantes tiveram maturidade para mostrar os direitos que possuíam, neste sentido pôs-se complacente ao movimento estudantil universitário paraense, oferecendo assim o total apoio da Câmara às reivindicações estudantis.

É relevante mencionar que os centros acadêmicos das Faculdades, bem como os diálogos construídos entre os estudantes, representavam a organização do movimento estudantil. Mostra-se de forma contundente a participação dos jovens enquadrados em um modelo institucionalizado arcaico, que ocasionou fortes debates políticos entre a juventude, com o intuito de encontrar soluções possíveis sobre as questões relacionadas à educação superior. As temáticas estabelecidas dentro do movimento estudantil universitário paraense foram as mais variadas, apesar disso, obteve apoio da maior parte dos estudantes nas ocupações, nas assembleias e nas passeatas, fatos que vieram se consolidando desde o episódio da morte de Edson Luiz, que representou, nesse ínterim, uma unificação do movimento, gerando uma mobilização coletiva em prol de um objetivo comum, a “verdadeira reforma” no ensino superior.

A coletividade da juventude universitária em Belém se consolidou com as ocupações das Faculdades, que foi o maior evento político estudantil ocorrido no Pará durante a ditadura militar em 1968, o qual teve maior clima de tensão com a chegada do presidente Costa e Silva e a comitiva ministerial. Neste momento, o presidente governou o país a partir da Capital paraense, um dos seus objetivos no estado seria levar o desenvolvimento tecnológico e econômico para a Amazônia, na ocasião do estabelecimento do governo itinerante em Belém ocorreu oficial-

⁵⁴ ESTUDANTES: opinam sobre o debate na TV com o ministro, op. cit. p. 10.

⁵⁵ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **ATA da 63ª Sessão Ordinária**, Belém: ALEPA, 20 ago. 1968, p. 141

mente a inauguração de parte da Cidade Universitária da Universidade Federal do Pará. Retornando ao clima de tensão dos estudantes, durante o processo de permanência dos estudantes nas Faculdades, com a chegada do governo federal, pois não havia conhecimento das proporções que poderiam ocorrer naquele momento, quando o presidente conhecesse os protestos dos estudantes. Entretanto, Costa e Silva, pautado em uma ideologia conciliatória, permitiu o diálogo com o movimento estudantil.

O impasse entre o reitor e o diretor tornou-se grandioso e com dificuldades para ser resolvido no âmbito do conselho universitário da UFPA, que precisou ser apaziguado pelo o governador do estado do Pará Alacid Nunes e pelos deputados estaduais. O governador abriu diálogo com ambos, no intuito de solucionar a crise estudantil em Belém, uma vez que estava esperando o governo itinerante do presidente militar Costa e Silva com a comitiva presidencial. Queria solucionar o problema, a fim de evitar maiores transtornos e passar boa impressão de seu mandato governamental. Neste sentido, o governador se reuniu com o reitor Silveira Netto e com Júlio Ribeiro no Hospital dos Servidores do Estado⁵⁶, após uma exposição dos debates e resultados do conselho universitário, chegaram ao acordo de solicitar ao Conselho Federal de Educação o retorno do plano de reestruturação da Universidade, através de pedido do governador Alacid Nunes, o excelentíssimo encaminhou um ofício ao Presidente do Conselho Federal de Educação Deolino Couto o retorno do projeto⁵⁷, com o provável intuito de ser revisto os pontos que ocasionaram o conflito estabelecido.

O debate sobre a reforma universitária da UFPA chega à Assembleia Legislativa do Pará pelas mãos dos estudantes. O primeiro que propôs analisar o assunto foi o deputado estadual Maravalho Belo (ARENA), que considerou de mais alta importância o assunto. Na ocasião afirmou estar ao lado dos estudantes, pois estes tinham um movimento legítimo, com objetivo definido. Em sua opinião, o governo estava tomando atitudes contraditórias, uma vez que se negava a solucionar os problemas, enquanto os estudantes paraenses sabiam fazer seus protestos, “sem depredações, sem ofensa moral, sem atentar contra as instituições”⁵⁸.

O deputado Antônio Mergulhão, o qual tinha um filho acadêmico de medicina, salientou sua indignação com a falta de diálogo entre o reitor Silveira Netto,

⁵⁶ CONSELHO Vai Reexaminar a Reforma da Universidade. **A Província do Pará**, Belém, 4 ago. 1968. 1º cad., p. 8.

⁵⁷ *Ibid.* p. 8

⁵⁸ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **ATA da 62ª Sessão Ordinária**, Belém: ALEPA, 19 ago. 1968, p. 68.

assim como dos professores diretores das Faculdades e Escolas, afirmando que o diretor da Faculdade de Medicina seria um instrumento de manobra do reitor. Em sua interpretação, a postura de Silveira Netto seria autoritária, mostrando que ele era um “verdadeiro ditador”, já que nem mesmo na ‘caserna é negado ao subordinado o direito de falar ao seu Comandante”⁵⁹.

O deputado Massud Ruffeil também concordou com a visão de ditador de Silveira Netto, a qual tinha sido iniciada durante a administração do curso de medicina, deste modo seria impossível o universitário ficar sem manifestação contrária à reitoria. Cabe mencionar que os deputados estaduais afirmavam que o estado do Pará seria a representação da democracia brasileira. Em suas concepções o país estava em plena democracia, a qual seria intolerável com a postura do reitor Silveira Netto agir de forma autoritária, tomando decisões sem consultar o conselho universitário e os estudantes e, ainda, negando-se a atender as reivindicações da mobilização estudantil. Diante da postura administrativa do reitor, o deputado estadual Alfredo Gantuss se pronunciou: -“É lamentável que o magnífico reitor não tenha a mínima sensibilidade. Só um caminho ele poderia seguir, a renúncia definitiva da reitoria”⁶⁰.

Essa concepção de ditadura presente na Universidade Federal do Pará, que foi denominada de “Silverismo” por seus opositores, chega a ser contraditória, conforme diziam os deputados da ARENA, que colocaram o apoio à reivindicação do movimento estudantil universitário paraense, pois a mesma compreensão não persistia ao governo federal, ao contrário, eles viam que o movimento militar de 1964 teria sido uma revolução, esta visão foi ressaltada constantemente nos pronunciamentos dos senhores deputados, já a oposição existente limitava-se a denominar a existência de uma democracia capenga no Brasil.

Retornando sobre o debate da reforma universitária na Assembleia Legislativa do Pará, este foi intenso, acompanhado pelos universitários, os quais recorreram a Casa Legislativa para ser sua intercessora com a reitoria. Os representantes civis do Poder Legislativo aceitaram o papel de “advogados” da causa estudantil, por entenderem que o movimento seria “coerente e patriótico”, de maior responsabilidade, e voltava-se contra o autoritarismo do reitor, nas palavras dos deputados. Diante do apoio concedido ao movimento estudantil universitário, o comando de ocupação da Faculdade enviou um parecer de agrade-

⁵⁹ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. *ATA da 63ª Sessão Ordinária*, 20 ago. 1968, p. 78.

⁶⁰ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. *ATA da 63ª Sessão Ordinária*, Belém: ALEPA, 21 ago. 1968, p. 162.

cimento e de aviso, ressaltando que a luta se fazia contínua, e esta solidariedade deveria ser da mesma forma, pois a mobilização era em benefício da sociedade, da qual os deputados são os representantes:

Agradecemos todo apoio que nos puderam dar, mas lembramos que o apoio deve ser dado continuamente, já que continua tem sido a nossa luta. Que essas manifestações de apoio dos senhores Deputados - especialmente dos deputados opositores, a quem cabe maior responsabilidade face à política do governo - não fique restrita a alguns instantes de maiores manifestações estudantis -, mas que seja prolongado a todo o ano em todo ano. Não será somente por nós que assumimos esta luta, mas sim em benefício do povo a quem dizeis representar. Nós estamos cumprindo a nossa tarefa no sentido de contestá-lo. Esperamos que cumprais a vossa.

Diretório Acadêmico de Filosofia Comando de Ocupação da Faculdade⁶¹

Para compreenderem melhor as questões do Plano de Reestruturação da UFPA⁶² colocado pelo movimento estudantil paraense, recorreram aos debates presentes nas atas do Conselho Universitário, as quais já foram citadas neste estudo. Os deputados chegaram às seguintes conclusões: má elaboração do projeto de reforma, pois foram solicitadas modificações em vários pontos mais de uma vez; foi apresentada uma versão que tinha sido aprovada pelo Conselho de Educação Federal, o que para eles era inaceitável, já que havia um desconhecimento de quem seria a autoria, sendo este imposto pelo reitor Silveira Netto para o conselho aprovar, sem tempo para a devida análise, motivo de questionamentos por parte de professores e alunos. Assim, foi ressaltado que “a reitoria está pecando mortalmente contra o direito que todos têm de opinar no meio em que vivem, no meio em que trabalham, no meio em que estudam”⁶³. E também concluíram que, conforme o plano, a Escola Superior de Química seria extinta, fato que consideraram um absurdo, irracional, haja vista que os estudos químicos representavam “um dos alicerces fundamentais do que todos os programas de desenvolvimento pensados para a Amazônia”⁶⁴.

⁶¹ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **ATA da 63ª Sessão Ordinária**, 20 ago. 1968, p. 144.

⁶² O estudo de Edilza Fontes (2007, p 81), afirmou que “O Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará, embora tivesse sido encaminhado à apreciação do Conselho Federal de Educação (CFE), em agosto de 1967, nunca foi definitivamente aprovado por esse órgão deliberativo, retornando amiúde para a realização de novas diligências indicadas como necessária pelos pareceristas, a fim de se atender à legislação vigente. Somente em dezembro de 1969, foi aprovado, em tempo recorde – 48 horas –, um novo Plano de Reestruturação, por meio do Decreto nº 65.880, adequado a determinações da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que instituiu a Reforma Universitária. Iniciava-se, dessa forma, um novo ciclo de vida institucional para a Universidade Federal do Pará, caracterizado pelo processo de instalação e consolidação da Reforma”.

⁶³ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **ATA da 63ª Sessão Ordinária**, 20 ago. 1968, p. 124.

⁶⁴ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **ATA da 63ª Sessão Ordinária**, 20 ago. 1968, p. 143.

Dentro da perspectiva de defensores da causa do movimento estudantil universitário paraense, os deputados formaram uma comissão para dialogar junto ao reitor Silveira Netto, formada por partidários da ARENA e MDB: Arnaldo Prado, Arnaldo Moraes Filho, João Augusto de Oliveira, Jorge Arbage, Laércio Barbalho, Osvaldo Brabo de Carvalho e Santino Correia, contendo as reivindicações dos estudantes:

1) Oficialização das comissões partidárias para estudo do Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará; 2) Concessão de uma área livre nas unidades da Universidade Federal do Pará, na qual professores e alunos estudam e debatem o Plano de Reestruturação e que se destinem ainda, a outros fins, tal como a realização de reuniões de conagração e do sentido técnico científico, tudo na busca do verdadeiro Universitário; 3) Abonadas faltas ocorridas pela suspensão das aulas em decorrência do atual impasse, ou a prorrogação do ano letivo, se for o caso.⁶⁵

O reitor foi convidado a comparecer à Casa Legislativa do Pará e a fazer um pronunciamento sobre o projeto de reforma universitária da UFPA, com o intuito de explicá-lo e responder os questionamentos dos legisladores sobre os problemas existentes na Universidade. No entanto, recusou-se a comparecer, optando responder ao requerimento dos deputados através de ofício, informando os procedimentos tomados para as resoluções das divergências apontadas pelos deputados.

No tocante das Comissões para estudo do Plano de Reestruturação da Universidade, mesmo antes de qualquer pronunciamento a respeito, essa reitoria já solicitou a manifestação das diversas unidades, assim como em todos os Diretórios e Centros Acadêmicos. Esclareço mais, que desde 1962, conforme as atas da reunião da congregação das diversas universidades, foi o assunto tratado e devidamente debatido;

As áreas livres destinadas aos alunos são as dependências dos respectivos Diretórios e se em alguma Unidade os estudantes não as dispõem, compete/ aos senhores Diretores essas providências, já determinada por essa reitoria. Ademais convém esclarecer que, alugado por essa reitoria e com funcionários necessários, dispõe o Diretório Central de Estudantes de prédio próprio para suas atividades. No que se diz respeito ao abono das faltas, mister se faz esclarecer que a matéria de competência dessa reitoria [...], entretanto, naquilo que depender da boa vontade pessoal do Reitor pode V. Exa. ficar certo de que será o assunto equacionado na melhor maneira possível.⁶⁶

⁶⁵ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **ATA da 64ª Sessão Ordinária**, Belém: ALEPA21 ago. 1968, p. 175.

⁶⁶ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **ATA da 66ª Sessão Ordinária**, Belém: ALEPA, 23 ago. 1968, p. 75.

O reitor Silveira Netto mostrou que já estavam em andamento as resoluções dos problemas da Universidade, porém suas palavras não transmitiram confiança nem para os deputados, muito menos para os estudantes que o acusavam de se negar a atender as resoluções propostas pelo movimento estudantil universitário paraense. Diante de tanta pressão, Silveira Netto teve que atender algumas reivindicações específicas, como as comissões paritárias, a suspensão do Plano de Reestruturação e o abono das faltas, para que a Universidade prosseguisse com seu calendário do corrente ano.

Os vários departamentos estão funcionando a todo vapor. A turma está tinindo e procurando participar de todas as decisões. Agora sim, estamos sentidos aquele entrosamento desejado entre alunos professores e já podemos nitidamente perceber o aprimoramento que está ganhando o funcionamento de todo.

Convenções Paritárias

Duas comissões paritárias estão trabalhando em nossa Escola: uma encarregada de fazer um diagnóstico da Faculdade e tem como coordenador Professor Nelson Figueiredo Ribeiro. A segunda, nascida primeiro, estudar a reforma Universitária, tendo o Professor Arnaldo Dias Mendes como coordenador.

Acreditamos que deverá nascer fruto do trabalho de tais comissões que têm levado muito sério o desempenho de suas tarefas⁶⁷.

Após o período de 28 de julho a 04 de setembro, com exatamente 39 dias de ocupação da UFPA, o movimento estudantil universitário paraense interpretou que o processo de negociação tinha chegado ao fim, obtendo vantagens à frente da reitoria, como a supressão do Plano de Reestruturação da UFPA. Deste modo o curso de Química permaneceu inalterado. Houve a elaboração de um novo período acadêmico, as faltas foram suspensas, conquistaram reivindicações específicas, assim como o direito paritário dentro das congregações, deu-se, portanto, o processo de desocupação paulatinamente.

Cabe salientar que, embora as ocupações tenham conquistado importantes vitórias junto à reitoria e ao próprio governo militar do general Artur Costa e Silva, o movimento estudantil universitário paraense, liderado por jovens ligados aos ideais de liberdade e de humanidade, defensores da democracia brasileira, combatentes da ditadura militar, pautados em ideologias político-social de esquerda, obteve um percentual significativo de vitórias dentro da própria classe estudantil paraense. Uma vez que o retorno da “normalidade” acadêmica despertou o interesse em poucos estudantes para se inserirem na luta permanente pela liberdade.

⁶⁷ [Publicação]. **O Papagaio**, Belém, n. 22, p. 1, 4 set. 1968.

Novamente a grande massa de estudante se permitiu agir de acordo com “as conveniências individuais, o conformismo cego, acima de todos os ideais da coletividade”⁶⁸. Não havendo o despertar para uma cruzada cívica, onde o temor, ódio, o misticismo, daria lugar à realidade, à luta, à coletividade e ao patriotismo. Neste sentido, os universitários que correspondiam a essas ideologias, com a aproximação das comemorações de 07 de setembro, salientaram que a massa estudantil deveria se espelhar nos mártires da nação, os quais se sacrificaram.

Os estudantes universitários acreditavam no poder do jovem com a capacidade de modificar as estruturas políticas e sociais presentes no estado, uma vez que faziam parte de uma elite intelectual, ao conseguiram ter acesso ao ensino superior, em um país com grande número de analfabetos, após terem passado por um rigoroso processo seletivo. A Universidade representava uma instituição social, propulsora do campo do saber político, científico e das questões gerais, onde havia trocas de experiências advindas de um exame crítico da realidade. Com o fim da mobilização permanente os estudantes universitários resolveram radicalizar de forma drástica seus protestos, retornando às ruas com todo vigor como opositor da ditadura militar, organizaram passeatas e foram com ao embate com a força de repressão do estado nas vias públicas, quando essa opção não apresentou resultados contudentes parte desses estudantes optaram pela luta armada.

REFERÊNCIAS

FONTES

Biblioteca Pública Artur Viana (Hemeroteca)

Jornais: *A Folha do Norte* (1968), *A Província do Pará* (1968), *O Liberal* (1968)

Jornal do Centro Acadêmico de Economia de 1968: O Papagaio

Arquivo Central da Universidade Federal do Pará

Atas: Atas do Conselho Universitário da UFPA (1967-1968), Atas da Faculdade de Medicina (1968)

Arquivo da Assembleia Legislativa do Pará

Atas: Atas das sessões ordinárias (1968)

⁶⁸ [Publicação]. **O Papagaio**, Belém, n. 22, p. 5, 4 set. 1968.

FONTES ORAIS / AUDIOVISUAIS

Repositório Multimídia da UFPA: Disponível em www.multimidia.ufpa.br

Entrevistas: Aluizio Lins Leal, Alberto Ferreira Puty, , Edna Maria Ramos Castro, Hecilda Mary Veiga, Humberto Rocha Cunha, Júlio dos Santos Ribeiro, Layse Duarte Salles, Lenilson Sá Holanda, William Mota Siqueira, Waldir Paiva Mesquita, Maria de

Nazaré dos Santos Sarges, Maria Celeste Miranda Medeiros, Maria Celeste Passarinho de Souza Porto, Roberto Ribeiro Corrêa, Ruy Antônio Barata, Orlando Sampaio Silva, Valdecir.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Prefácio de Gilberto Dimenstein. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. 1968, nas teias da história e da memória. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Disputas em torno da memória 68 e suas representações. *In*: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento (org.). **1968: 40 anos depois: História e memória**. Rio de Janeiro: Letras, 2009.

AZEVEDO, Lúcia Rangel. O Papel da UNE no Movimento Estudantil na Segunda Metade do Século XX. **ECCOM**, v. 1, n. 2, p. 7-22, jul./dez. 2010. Disponível em: www.fatea.br/. Acesso em: ago. 2014.

BARATA, Ruy Antônio. História de raça e pirraça nas terras do Grão- Pará. *In*: NUNES, André Costa. **1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe militar no Pará**. Belém: Ed. Autores, 2004.

BARBOSA, Roldão Ribeiro; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Uma Historiografia da Reforma Universitária de 1968**. Disponível em: www.histedbr.fe.unicampe.br. Acesso em: dez. 2017.

COSTA, Luiz Gustavo Santos; VASCONCELOS Rita de Cassia Azevedo Ferreira de. Abolicionismo e imprensa na Corte e em Ouro Preto na última década da escravidão (1880-1888). **Temporalidades**, Revista Discente do Programa de Pós- graduação em História da UFMG, v. 2, n. 1, jan./jul. 2010.

CUNHA, Alexandre. UFPA: o ano que levou uma década. *In*: MELLO, Alex Bolonha Fiúza de. **UFPA 50 ANOS**. Relatos de uma Trajetória. Belém: Editora Universitária UFPA, 2007.

CUNHA Janaína Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o Processo de Reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira**. São Leopoldo, 2009.

CUNHA, Raquel; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 10, p. 1-25, 2009.

DIRCEU, José; PALMARES, Vladimir. **O movimento de 68 contado por seus líderes**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela. **1964 - O golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da Força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 11, abr. 2013.

FILHO, João. O movimento estudantil nos anos 60. *In*: FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo radical, 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. A invenção da Universidade Federal do Pará. *In*: FONTES, Edilza Joana Oliveira. **UFPA 50 anos, Histórias e memórias**. Belém: Editora Universitária, 2007.

FONTES, Edilza Joana Oliveira; ALVES, Davison Hugo Rocha. A UFPA e os anos de chumbo. A administração do reitor Silveira Netto em tempo de ditadura (1960-1969). **Revista Tempo Argumento**. Florianópolis, v. 5, jul./dez., 2013.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Projeto: A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, experiências, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). Disponível em www.multimidia.ufpa.br

MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Color. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz 30 anos**. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 11-26

MEIHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer e como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. **1968 em movimento** / Angélica Müller (Coordenadora) – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

POERNER, Artur José. **1939 – O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed., ilustrada rev. ampl. e atual. – Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. **1968. A Paixão de uma Utopia**. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: editora, FGV, 2008.

REIS, Daniel Aarão. Entre Passado e Futuro: os 40 anos de 1968. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 93-104, jul/dez 2008, disponível em <http://revistaacervo.an.gov.br>. Acessado 15-07-2014.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular Cristianismo e Marxismo. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **História do Marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 20 a 60. Campinas: Editora Unicamp. 2002. p. 213- 282.

VALLE, Maria Ribeiro. **1968**: o diálogo é a violência, Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RAIMUNDO AMILSON DE SOUSA PINHEIRO

**O JORNAL RESISTÊNCIA:
IMPrensa ALTERNATIVA
E DIREITOS HUMANOS NO
PARÁ (1977-1985)**

INTRODUÇÃO

Ao longo dos vinte e um anos de regime autoritário no Brasil, a imprensa teve variadas formas de atuação e a partir do governo Geisel passou a ser essencial na estratégia de abertura proposta pelo governo. O *Jornal Resistência*, um dos mais importantes jornais da imprensa alternativa no Brasil, foi fundado em fevereiro de 1978, em Belém, pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), e circulou no Estado do Pará de forma quase ininterrupta a partir de então, sobretudo nos anos finais da ditadura militar, contexto de intensas mudanças sociais, políticas e institucionais, mas que não foram de forma linear e contínua em relação a volta para a democracia política, o que pode ser percebido pela própria liberdade ou não nos espaços de atuação do Jornal, entendido nesse texto como um artefato cultural, produtor de práticas e representações, que inventou sentidos e operou nas arenas culturais, fazendo com que a luta pelo poder e pelos direitos humanos, através de um discurso contra-hegemônico, fosse simbólica e discursiva também.

Essa narrativa rastreia, através dos textos da imprensa alternativa no Pará e pelas memórias, as forma de atuar dos agentes sociais que participavam diretamente de inúmeros movimentos e entidades na Amazônia paraense e seus textos impressos, estabelecendo uma rede que tivessem um alcance maior e pudesse disputar a informação e a dominação política e cultural que estava em luta por uma dada representação,¹ tanto na cidade como no campo, em lutas que se travavam no campo simbólico e discursivo entre os vários sujeitos sociais.

A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) criou alguns meses após a sua fundação, em fevereiro de 1978, o *Jornal Resistência*, cujo principal lema era: “*Resistir é o primeiro passo*”. Esse jornal possibilitou a criação de ferramentas e instrumentos para outra percepção do social e por conseguinte do processo de transição entre uma ditadura militar para um estado democrático de direito vivido na Amazônia e no Brasil. Portanto, busca-se discutir como esse jornal em seus primeiros anos, em um contexto de intensas mudanças sociais, políticas e institucionais, que foram caminhos cheios de avanços e recuos em relação a volta para a democracia política, o que pode ser percebido pela própria liberdade ou não nos espaços de atuação do próprio *Jornal Resistência*, além da sua

¹ Para Chartie, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990: 17.

representação enquanto um dos principais jornais da imprensa alternativa durante a ditadura o regime militar no Pará, que se contrapôs ao domínio dos meios de comunicação da grande imprensa na região e que de certa forma modelou práticas culturais e políticas de resistência e colocou outras perspectivas de leitura dos acontecimentos e das transformações em curso pelos agentes envolvidos. Pretendo entender os valores, expectativas e regras implícitas que expressaram e moldaram as intenções e ações coletivas (HUNT, 2007: 31), compartilhadas por homens e mulheres, naquilo que Lynn Hunt chamou de cultura política, nos anos finais da década de 1970 e a primeira metade dos anos oitenta do século vinte no Estado do Pará, buscando entender o significado político da cultura de resistência, entendendo o jornal como uma forma cultural e que os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classes.

SOCIEDADE, IMPRENSA E IMPRENSA ALTERNATIVA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Como disse o historiador Carlos Fico, nunca houve em tempo algum uma liberdade total de criação na imprensa e nas atividades artístico-culturais em relação aos governos brasileiros, que sempre trataram de atuar como reguladores e disciplinadores, estabelecendo formas e modos de censura, tais como leis de imprensa, classificações etárias e proibições de atentado à moral e aos bons costumes, que se modificam muito de acordo com o modelo de mandatários do momento, que em muitos casos contam até mesmo com a própria legitimação de amplos setores da sociedade (NEVES, 2013: 188). No caso do regime autoritário brasileiro implantado a partir de 1964, as relações entre o governo militar e a imprensa nesse período foram marcadas por complacências, cumplicidades, omissões e muitas tensões. Imprensa, jornalistas e governo não foram os mesmos durante esses vinte e um anos de ditadura militar no Brasil. Essas discontinuidades marcaram caminhos que foram importantes tanto para o regime autoritário como para as oposições democráticas das mais diversas matizes ideológicas, que se apresentavam a partir de seus textos, impressos e discursos não para uma massa homogênea, mas para um mundo da história, que como diz Robert Darnton é “um amontoado heterogêneo” (DARNTON, 1990: 70).

Pensando dessa forma, de uma maneira geral, é possível perceber um estreitamento maior nas liberdades da imprensa durante a ditadura militar no Brasil

(1964-1985),² sobretudo, a partir de 1968, que passou a ser um marco de uma censura política lentamente institucionalizada, estabelecida a partir de 13 de dezembro de 1968, com a promulgação do Ato Institucional 5 (AI-5) (AQUINO, 1999: 206). Esse Ato Institucional não tinha no seu corpo linhas diretamente relacionadas a imprensa, mas criou condições para interpretações, juntamente com a Doutrina de Segurança Nacional³ em curso, permitiu uma prática de censura mais sistemática a partir de então no Brasil, aspecto que de imediato impactou as atividades da imprensa. Diante de um processo de mais incertezas, as escolhas e interesses dos agentes sociais que vivenciavam esses momentos não pode ser compreendida a luz da pura racionalidade que podemos tentar satisfazer hoje nossas tentativas de compreensão da ação daquelas pessoas, como a escolha dos mais diversos sujeitos históricos. A atuação no mundo e suas escolhas eram também motivadas por ideologias, valores, expectativas e motivações simbólicas e culturais, que acabavam consentindo, assimilando e aceitando normas estabelecidas pelo regime militar ou usando de negociações e estratégias de resistência a dominação dos grupos da sociedade política.

Nos últimos anos da década de 1960 e na primeira metade da década de 1970, a censura política na imprensa brasileira foi bem notória e para que o regime militar tivesse o controle do estado e pudesse proteger seus interesses, interferiu substancialmente de forma direta, através da censura prévia,⁴ e de forma colaborativa, pela autocensura,⁵ na divulgação ou não do que poderia ser publicado. Entende-se que os governos militares davam uma enorme importância para as informações, pois seriam importantes instrumentos para uma forma de moldar modos de vida e compreensão e percepção do mundo social pelas pessoas. Dessa forma, assim como grande parte da imprensa brasileira aderiu, de forma espontânea ou não, as práticas impostas pelo regime autoritário, pois nos primeiros anos da década de

² As balizas temporárias, sobretudo em relação ao fim da ditadura militar no Brasil, é discussão aberta ainda na historiografia. Sobre esse debate, ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014 & VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira* (1964-1985). A democracia golpeada à direita e à esquerda. São Paulo: Ed. LeYa, 2014.

³ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil* (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

⁴ A censura prévia ocorria através de telefonemas, anônimos ou não, de ordens escritas, apócrifas ou não, encaminhados às redações dos jornais, diretamente através da presença de um censor nas redações ou através de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de divulgação, que tinham a finalidade de decidir sobre o que deveria ou não ser publicado.

⁵ A autocensura representaria uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação, que assume a função de comunicar a seus repórteres o que podem ou não escrever. Sobre essas questões, ver: AQUINO, Maria Aparecida. *Idem*.

setenta foram cometidos inúmeros crimes de violação aos direitos humanos⁶ e que a imprensa, digo a grande imprensa comercial, de uma maneira geral, se silenciou. Por outro lado, do momento do golpe de Estado em 1964, até aproximadamente 1980, se fortaleceram importantes canais de questionamentos a ordem estabelecida pelo Estado. Segundo os Cadernos da Comunicação, publicação da Secretaria de Comunicação do Rio de Janeiro, nesse período “nasceram e morreram no Brasil cerca de 150 periódicos, que ficaram conhecidos como Imprensa Alternativa (também chamada de nanica, independente, entre outros termos).⁷ Mas é de se destacar o ano de 1974 e de 1975 como marcos importantes num processo de modificação de muitos aspectos em relação a atuação da imprensa. Com o início do governo de Ernesto Geisel, devido a pressões internas e internacionais (TEIXEIRA DA SILVA, 2013: 101) o processo de democratização institucional e político do Estado brasileiro volta a ordem do dia como prioridade, e a imprensa passa a ser entendida como um espaço importante de articulação para os militares da linha moderada castelista implementarem esse plano de abertura, com o máximo controle, sobretudo em relação às oposições e aos democratas. Então, para o general-presidente Geisel, o abrandamento da censura era visto como o primeiro passo da política de abertura. Como disse o jornalista e professor Kucinski, tratava-se de “envolver os editores como co-autores de uma proposta de abertura cujos contornos e alcance eram determinados pela cúpula militar. E de erguer, ao fim, toda uma nova estrutura de dominação” (KUCINSKY, 1991: 48).⁸ Nesse sentido, mesmo com o abrandamento e fim da censura nos anos seguintes, isso não significava que se tinha total liberdade, mas sim tratava-se de um modelo direcionado pelos militares de uma “modernização conservadora” (ARTURI, 2001: 17).

Desse modo, o Pará não estava numa ilha, isolado de uma dinâmica de acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais do resto do Brasil. Pelo contrário, os militares transferiram para a Amazônia um forte aparato de controle político, militar, administrativo e econômico, que impactou profundamente a vida das pessoas nas florestas e nas cidades do norte, e em especial no Pará. Como em situações de certa forma análogas na história do Brasil, nos anos setenta do século XX a Amazônia passou a desempenhar um papel central para o Estado brasileiro

⁶ Ver: Brasil Nunca Mais. Prefácio D. Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁷ Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005. 80 p.: — (Cadernos da Comunicação. Série Memória; v.13)

⁸ KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

em uma política de integração e internacionalização do capital. No entanto, diferente do que a política dominante dos governos militares, tanto Federal como Estadual, poderiam supor, havia uma diversidade de agentes e de pensamentos que faziam com que a realidade não fosse tão preto-no-branco como se poderia imaginar. Tanto na zona rural do Pará, como na cidade de Belém, havia uma população numerosa, que crescia vertiginosamente nos anos setenta e oitenta,⁹ de gente que sentia as agruras e penúrias do dia-a-dia de um estado autoritário que não conseguia dar conta e responder ao aumento das desigualdades, que nas sociedades capitalistas, segundo Stuart Hall, são desigualdades que se referem não somente as questões sociais, mas também são lugares da desigualdade em relação a etnia, sexo, gerações e classes, sendo a cultura o *locus* central em que são estabelecidas e contestadas tais distinções. É na esfera cultural que se dá a luta pela significação, na qual os grupos subordinados procuram fazer frente à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos mais poderosos. (HALL, 1997)

Parte considerável da população da Região Metropolitana de Belém viveu um quadro social e econômico dramático, no final da década de 1970 e década de 1980, em relação à qualidade de vida, especialmente a população mais pobre da cidade, formada pelos moradores das áreas periféricas, trabalhadores e também a classe média assalariada, que passaram a ter experiências que, como diz E. P. Thompson foram tratadas em termos culturais em relação às tradições, sistemas de valores, ideais e formas institucionais (THOMPSON, 1987: 10) e não somente em função da estrutura econômica. O que de certa forma, não se choca com a perspectiva de Lynn Hunt em relação aos valores comuns e expectativas compartilhadas, que vão moldar “as intenções e ações coletivas”. Esse é um preâmbulo importante para compreender o nascimento de uma imprensa de resistência no Pará. Nesse sentido, pode ser entendido o jornal como um artefato cultural, a partir dos seus textos impressos e discursos, que reorganizaria todo um campo das relações sócio-culturais hegemônicas por uma elite econômica e política paraense. Desse modo, o *Jornal Resistência*, da SDDH, nasce para ser um espaço de luta por uma representação do mundo social, em contraposição ao campo sociocultural de construção de significados da elite através dos seus meios de comunicação, que eram artefatos culturais importantes para estabelecer significados, em meio a um processo intenso de transformações, tensões, estratégias, negociações e disputa pelo poder que foi o período da democratização no Brasil.

⁹ IBGE, Diretoria Técnica, Departamento de Censo Demográfico. *Anuário estatístico do Brasil 1983*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, 1984 & IBGE, Diretoria de Pesquisas e Inquéritos, Departamento de População, *Anuário estatístico do Brasil 1986*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 47, 1987.

O JORNAL RESISTÊNCIA: HISTÓRIA E LUTA POR DIREITOS HUMANOS NO PARÁ (1978-1985)

O *Jornal Resistência* foi lançado, em Belém, no mês de fevereiro de 1978, tendo seu número inicial sido chamado de “Número Zero” e como destaque em sua capa uma série de imagens fotográficas que procuravam passar uma ideia de movimentos e reivindicações contra uma série de abusos e violações dos direitos humanos. O *Resistência* surge, assim, como jornal político e de oposição a ditadura militar - essa era sua principal marca, encampando uma linha editorial de denúncia das mazelas sociais e práticas autoritárias cujas responsabilidades eram atribuídas aos governos da ditadura militar, se lançando numa arena onde os significados estavam constantemente em negociação e em disputas.

No final da década de setenta e início da década de oitenta do século XX, eram muitos os jornais da grande imprensa que circulavam no Estado do Pará, como o *Diário do Pará*, *O Estado do Pará*, *O Flash*, *O Jornalista*, *O Liberal*, *A Província do Pará*, entre outros menores, como o *Jornal do Círculo*.¹⁰ Mas eram jornais que contavam com uma linha editorial que não se confrontava diretamente com os interesses da elite política e econômica do Estado e do regime militar. Limitavam-se, principalmente, a alguns fragmentos da política partidária, aspectos corriqueiros do cotidiano, a cadernos extensos sobre esportes, polícia e acontecimentos da vida social escritos na Coluna Social, e uma grande parte do jornal era reservada a transposição de matérias nacionais e internacionais de outros jornais que circulavam nacionalmente. A mensagem principal destes jornais era mostrar às notícias que aconteciam naquele momento no Brasil, as mudanças que estavam em curso, mas sob um prisma harmônico, de normalidade, legalidade e de no máximo um processo de negociação, em que o governo tinha o controle da situação, sem grandes alardes. Mesmo com o fim da censura prévia, a imprensa nos últimos anos da década de 1970 e o caminho rumo à democracia, a história e os sujeitos não se apresentavam de forma linear, contínua e sem contradições, tanto que quando Geisel foi questionado a respeito e sobre medidas que teve que tomar em seu governo relacionadas à distensão e posterior abertura política, ele disse: “nossa democracia não é igual às outras (...) democracia é relativa” (NAPOLITANO, 2014: 257), ou a fórmula dita por Elio Gaspari em relação a Figueiredo: “havia uma ditadura sem ditador. No fim do seu governo, havia um ditador sem ditadura” (NAPOLITANO, 2014: 229). Mas não tinha como não se perceber que as coisas mudavam no país,

¹⁰ Levantamento realizado no setor de jornais da Biblioteca Pública Artur Vianna.

e essas mudanças atingiam a imprensa, que mesmo ainda controlada de forma indireta e sob certa pressão, gozava a partir de então de uma liberdade não vista em anos anteriores. Os jornais paraenses, como, por exemplo, “O Liberal” e o “O Estado do Pará” passaram a publicar matérias sobre política, economia e as questões trabalhistas, como as greves, após 1978 e 1979 que antes não apareciam, mas sob aquela perspectiva dita anteriormente.

IMAGEM 1 - CAPA DO JORNAL RESISTÊNCIA NÚMERO ZERO



Fonte: *Jornal Resistência*, Número Zero. Belém, fevereiro de 1978. Disponível no Arquivo do Professor Manoel Alexandre Cunha, Laboratório de Antropologia, Universidade Federal do Pará.

Agora, quem poderia criar um jornal que, mesmo com muitas limitações em relação a essa imprensa dita empresarial, poderia se confrontar e criar um discurso sociocultural que representasse um mundo social contra hegemônico com o que se vinha praticando no jornalismo paraense? Ao citar Michael Mann, Peter Burke diz que ele acreditava que “as sociedades são constituídas de múltiplas redes socioespaciais de poder que se imbricam e se cruzam” (BURKE, 2012: 123). Então, é possível perceber que essa rede de poder está relacionada a uma cultura e uma tradição política de ocupações de espaços não só geográfico, mas como culturais.

Desse modo, atuou a imprensa alternativa,¹¹ em que o *Jornal Resistência* se colocou como um grande protagonista, não somente no Pará, como na Amazônia, haja vista que a imprensa alternativa tinha espaços de atuação também em outros Estados, como em Rio Branco, no Acre, com o *Jornal Varadouro*.

Não foi de uma hora para outra que pessoas simplesmente por suas indignações resolveram se contrapor de alguma forma a dura realidade concreta do mundo em que viviam. Desde o século XIX¹², passando pela institucionalização do pensamento de esquerda no Pará, a partir da Fundação do Partido Comunista em 1931, o pensamento e uma cultura política de esquerda estarão presentes nos círculos de intelectuais, de estudantes, nas discussões clandestinas, passando aos movimentos sociais de ruas por moradia, contra a carestia e de direitos humanos ao longo do século XX. É importante perceber que mesmo diante dos atos de violência imputados pelos movimentos sociais ao Estado e o clima de medo que se criou durante os vinte e um anos da ditadura militar, a esquerda paraense sempre esteve atuando, algumas vezes de forma mais aberta, em outra mais velada e na clandestinidade. Havia sim uma experiência histórica de ideias de esquerda que passaram, por sua vez, a constituir uma tradição tratada em termos culturais na consciência com o passar dos anos entre militantes e as pessoas que estavam próximas a esses movimentos. Ao mesmo tempo, essas ideias passaram a associar a indignação e a busca de justiça social, em muitos casos, às ideias socialistas e comunistas das esquerdas que se fizeram, mesmo em muitos casos por caminhos diversos, e sobreviveram na consciência de muitas pessoas (PINHEIRO, 2015: 83). Apesar do enfrentamento político e cultural sistemático contra as organizações de esquerdas e comunistas, as universidades, alguns setores da igreja progressista e movimentos estudantis de Belém acabaram sendo um celeiro para os debates dessas esquerdas ao longo da década de 70 e 80 do século XX, mesmo sendo uma discussão que em muitos casos ficava velada, e não muito perceptível pelo conjunto dos participantes. Parte desses agentes que se intitulavam ser da esquerda passaram também a militar, direta ou indiretamente, em alguns partidos, legalizados através do MDB, ou clan-

¹¹ “A palavra “alternativo” já era usada nos Estados Unidos e na Inglaterra para designar arte e cultura não convencionais. Significa também optar entre duas coisas que se excluem reciprocamente, a única saída para uma situação difícil. O Aurélio consagra a expressão “imprensa alternativa” como “órgão de imprensa que se caracteriza por uma posição editorial renovadora, independente e polêmica”. Os jornais alternativos das décadas de 60 e 70 eram tudo isso. Em contraste com a complacência da maioria da grande imprensa da época, denunciavam violações dos direitos humanos e faziam a crítica sistemática do modelo econômico”. Cf. *Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005. 80 p.: — (*Cadernos da Comunicação. Série Memória*; v.13, sem página.

¹² Ver SALES, Vicente. *Marxismo, Socialismo e os Militantes Excluídos*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

destinos, como os partidos comunistas, que ainda estavam na ilegalidade, mas cada vez mais deixavam a clandestinidade, sobretudo, através de instituições e organizações que mantinham atividades legais nesse momento, como a SDDH,¹³ que por ser uma entidade que defendia os direitos humanos, acabava agregando muitas pessoas que lutavam por cidadania e democracia no Pará, de diversas orientações políticas, como pessoas ligadas ao PCdoB, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a FASE,¹⁴ CBB¹⁵, e também pessoas ligadas a partidos considerados de direita.

Havia não só uma participação direta, em muitos casos, como também uma aproximação e solidariedade dessas entidades com os movimentos e militantes de esquerdas. É dessas esquerdas e de pessoas tidas como progressistas, de homens e mulheres, que vão emergir as vozes do *Jornal Resistência*, atuando como um agregador, ou, como se costumava chamar, uma frente, reunindo diversas forças políticas que se denominavam de oposição e democratas, na segunda metade da década de 1970.¹⁶

O *Jornal Resistência* caminhava e era resultado da aglutinação de vários setores da oposição, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e segmentos da Igreja Católica inspirados na Teologia da Libertação, que mantinham algum tipo de atividade de resistência ao regime militar no Pará ao longo da década de 1970, acima de tudo, empreendidas pelos sujeitos que fundaram legalmente, com registro em cartório, a primeira entidade da sociedade civil de defesa dos direitos humanos do Brasil, a SDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos).

Quando a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos foi fundada, em agosto de 1977, além da estrutura de sua direção, foram criados seis núcleos, entre eles o de “Informações e Relações Públicas”, que ficou sob a coordenação de Luiz Maklouf Carvalho, na época jornalista do Jornal “O Estado do Pará”, onde escrevia a coluna “Opinião”, e também estudante de Direito da Universidade Federal do Pará. Esse núcleo tinha a função de comunicação da SDDH com a sociedade em geral, e assim atuou nos meses seguintes a fundação da entidade de direitos humanos, através de comunicações e informes em gerais sobre alguns movimentos sociais em Belém e no campo paraense. Mas o alcance dessas informações

¹³ Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. Ver: PINHEIRO, Raimundo Amilson de Sousa Pinheiro. Em nome dos direitos humanos: história, movimentos sociais e democratiza Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2019.

¹⁴ Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.

¹⁵ Comissão dos Bairros de Belém. Sobre a história da CBB, ver: ALVES, Edivania Santos. *Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1996)*. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2010.

¹⁶ Entrevista de Humberto Cunha, presidente da SDDH. *Jornal Resistência*, Belém. Agosto de 1980, p. 3

acabava sendo limitado aos sócios e as assembleias, não tendo grande densidade e propagação. Para a entidade, a contra-informação era muito importante naquele contexto de disputas sociais, políticas no campo de uma cultura política. A partir daí começa um amplo processo de discussões internas aos sócios e participantes da SDDH, no qual a questão central era se a entidade deveria ou não ter um jornal, como muitas outras organizações e entidades tinham naquele momento no Brasil. Esses debates eram abertos nas assembleias, mas muito bem acompanhados internamente pelos militantes das organizações de esquerda, sobretudo, os do PCdoB, que viam um jornal como um excelente instrumento para seus projetos políticos, haja vista que um jornal servia para ampliar o grau de penetração, de influência, de discurso ideológico e das formas de organização e administração do grupo. Então passa a ser cada vez mais forte nas assembleias dos últimos meses de 1977 a ideia da SDDH, como uma grande frente política que passou a ser, para “espelhar através de um jornal essa pluralidade e essa capacidade de resistência ao sistema, cujo nome seria exatamente por causa disso, movimentos populares de bairros, sindicatos, camponeses, estudantes, qualquer movimento, fortalecendo as oposições”.¹⁷ Nesse processo de debates em relação a ter ou não um jornal, o vereador e jornalista na época, João Marques, teve uma importante contribuição, segundo as memórias de entrevistados. Foi dele que partiu a ideia e autoria do nome e lema do jornal, que era “Resistir é o primeiro passo”.¹⁸ Isso demonstra como era conduzido o debate, e que mesmo que o PCdoB e PCB tivessem hegemonizado os principais cargos da entidade de Direitos Humanos, outras representações e a sociedade civil como um todo tinham um papel que ia muito além da simples concordância a condução dos líderes “comunistas”. João Marques era de um grupo do MDB, chamado Autênticos, e tornou-se um protagonista nesse momento de encaminhamento das discussões e decisões sobre elas.

Decidido pelo jornal, a grande questão que se impôs e que vai acompanhar durante toda a existência do *Jornal Resistência* foi seu financiamento. Os seus primeiros números sempre contaram com a ajuda e voluntarismo de muitas pessoas que circulavam em torno da SDDH. A arrecadação de fundos para colocar o jornal em circulação era fundamental, pois a proposta da qual o *Resistência* nasceu era exatamente da possibilidade de se constituir um porta voz dos movimentos sociais organizados, para divulgar suas lutas, suas agendas, as suas necessidades, e para isso precisava de uma estrutura que pudesse minimamente incomodar o pode-

¹⁷ Carlos Boução, entrevista em 12 de janeiro de 2017.

¹⁸ Humberto Cunha, entrevista em 28 de outubro de 2015.

rio de informação da grande imprensa. Não tinha como mostrar o “outro lado da moeda” em relação à informação com uma tiragem insignificante perto das dezenas de milhares de jornais por edição da grande imprensa paraense. Para colocar alguns milhares de exemplares nas ruas (e o *Jornal Resistência* nunca passou dos sete mil exemplares), ao longo dos anos, era necessária uma ampla campanha de arrecadação de fundos para isso. A colaboração financeira e de trabalho de sócios, simpatizantes e de entidades ligadas aos movimentos sociais no Pará foi essencial para conseguirem colocar nas ruas os primeiros números do jornal.

Como a SDDH era uma entidade que agregava uma diversidade de pensamento dos vários grupos da sociedade, o primeiro desafio e conflito se deu pela disputa interna de quem seria o editor do jornal, posição importante para definir a linha de atuação e posição do jornal. O primeiro coordenador do Núcleo de Informação e Relações Públicas da SDDH foi o jornalista Luiz Maklouf. Ele era um militante do PCdoB e jornalista da grande imprensa, que por isso saiu naturalmente na frente para ser o editor do Jornal. Porém, a proposta de se ter um jornal a serviço dos interesses dos movimentos sociais, que levantasse a bandeira das lutas democráticas e da oposição seduzia e interessava outros militantes que acompanhavam a SDDH. Em uma das assembleias antes do lançamento do *Jornal Resistência*, foi pautada a discussão para a escolha de seu editor, e no meio dos participantes da SDDH comentava-se que um nome forte era o do jornalista Raimundo José Pinto, irmão de Lúcio Flávio Pinto, que tinha editado alguns anos antes o “Jornal Bandeira 3”. Mas, segundo Luiz Maklouf Carvalho, a direção do PCdoB “inchou a assembleia com dezenas de estudantes simpáticos ao partido, que nunca tinham participado antes”,¹⁹ e assim elegeram para editor do *Jornal Resistência*, o próprio Luiz Maklouf Carvalho, que era jornalista da grande imprensa convencional e participante do PCdoB¹⁸¹, versão também apontada pelo jornalista Bernardo Kucinski em seu livro a partir de entrevista também com o jornalista Maklouf. No entanto, é preciso esclarecer e entender melhor essa questão, para que a memória nesse caso não se sobreponha à história. Tanto Raimundo Pinto, como Luiz Maklouf eram jornalistas, mas vinham de experiências diferentes. No mundo dos jornalistas, Raimundo Pinto já era uma figura mais conhecida e com nome mais consolidado, por outro lado, Maklouf, apesar de colunista no Jornal “O Estado do Pará”, era ainda um jornalista em ascensão e considerado por alguns membros um tanto quanto “sensacionalista”, mas que tinha uma grande capacidade de trabalho.²⁰ Por outro

¹⁹ Luiz Maklouf Carvalho, entrevista em 30 de setembro de 2018.

²⁰ Manoel Alexandre Cunha, entrevista em 23 de Fevereiro de 2017.

lado, em relação à atuação política dos dois, sobretudo, nos movimentos sociais, muitos no interior da SDDH, Luiz Maklouf era muito mais conhecido do que Raimundo Pinto, que, apesar de ser um progressista paraense histórico, não militava diretamente em nenhuma organização, como era o caso de Maklouf. Ao ser escolhido coordenador do primeiro núcleo de comunicação da SDDH, Maklouf já mostrava que tinha uma densidade maior de penetração nesses movimentos. Claro que interessava ao PCdoB escolher um militante seu para editar o *Jornal Resistência*, mas é preciso compreender a trajetória dos dois dentro da SDDH para não cair num reducionismo imediatista que explique a eleição de Maklouf. Nessa mesma linha é o depoimento do Jornalista Paulo Roberto Ferreira, que participou e inclusive conviveu com os dois jornalistas:

Eu acho que é uma visão equivocada pelo seguinte: o Raymundo Pinto, embora um cara progressista, ele tinha uma atuação mais no jornalismo. O Maklouf, como te falei, tinha vindo do movimento estudantil, e tinha uma atuação no jornalismo e por conta da entidade tinha uma relação com as entidades, com as pessoas, que estavam em torno da sociedade. Então quando vai definir, evidentemente que o Maklouf tinha muito mais respaldo por esta dentro da sociedade no dia a dia, na construção, dessas entidades todas que o próprio Raymundo. O Raymundo era competentíssimo. Eu acho que foi uma questão de momento onde se lança um candidato numa assembléia onde está majoritariamente pessoas que vinham do movimento estudantil, ou que tava ainda no movimento estudantil, que estavam os movimentos sociais, que conheciam muito mais o Maklouf, pois o Raymundo não era um cara conhecido no meio desses movimentos.²¹

Essa disputa pelo cargo de Editor do *Jornal Resistência* no início de sua fundação traz à tona uma questão importante e que vai acompanhar a história do jornal e por tabela da SDDH: perceber suas fissuras. Importante para desconstruir a ideia de homogeneidade das oposições que atuavam no interior na SDDH e que pela luta democrática deixavam as diferenças políticas em segundo plano. Não era assim. Havia questões que unificavam o grupo, mas, no geral, ocorriam muitas disputas por espaço e estrutura para atuar, e mais do que disputas políticas, eram arenas de lutas culturais, e a cultura envolve poder, que contribui para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades.

Superados inicialmente essas arestas internas e escolhido o nome de Luiz Maklouf Carvalho para editar o jornal, ocorreu o lançamento do *Jornal Resistência* no dia 02 de fevereiro de 1978, numa reunião da Sociedade Paraense de Defesa dos

²¹ Paulo Roberto Ferreira, entrevista em 19 de janeiro de 2017.

Direitos Humanos, na Igreja da Aparecida, na Avenida Pedro Miranda, onde ficava também a sede da SDDH. Segundo a descrição dos agentes do SNI em seus relatórios e que possivelmente, pela riqueza dos detalhes, tinham pessoas infiltradas na reunião, aproximadamente cinquenta pessoas participaram desse lançamento, lideranças e simpatizantes dos movimentos sociais de Belém e pessoas ligadas à SDDH. Os agentes do SNI destacaram a presença das seguintes pessoas: Mário Nazareno Farias de Souza Noronha, Paulo Cesar Fonteles de Lima, Dr. Levy Hall de Moura, o filho do Dr. Levy, vereador e jornalista João Marques, Ubiratan Moraes Diniz, Jacy Britto Ribeiro, Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima, Nize Maria Jinkings, José Otávio Magno Pires, Amilcar Ximenes Pontes, Luiz Maklouf Carvalho, Sidney Dourado, e representantes do bairro da Sacramento e Marco, além dos membros da FASE.²² A Edição chamada de número zero foi distribuída gratuitamente entre os presentes, que, em seguida, passaram a discutir a viabilidade ou não de distribuir o Jornal nas bancas de Revistas da cidade de Belém. Nessa primeira reunião de lançamento do *Jornal Resistência*, já se discutiu a possibilidade de o jornal ser apreendido pela Polícia Federal, como aconteceu com o “Tribuna Estudantil”, entre outros jornais políticos. A assembleia se encerrou com a discussão a respeito de como se levantaria fundos financeiros para manter o jornal a partir de então. Desse modo, estava oficialmente apresentado, em uma das Assembleias da SDDH, o que se tornaria o principal jornal da imprensa alternativa na Amazônia: o *Resistência*. Como instrumento de informação que tinha como princípio editorial apresentar uma agenda política com certas questões e reivindicações que quebravam o formato apresentado pelos outros jornais do Estado e traziam discursos e vozes que antes não conseguiam ecoar através da grande imprensa, praticando “um jornalismo mais livre”.²³ Esse primeiro *Jornal Resistência* fora publicado com dez páginas, todas em preto e branco, sem editorial e expediente do jornal, o que só irão aparecer pela primeira vez na Edição Número 2.

A partir de então, muitos jornalistas e ativistas dos movimentos sociais passaram a contribuir com a produção e distribuição/circulação do *Jornal Resistência*, entre eles o próprio Luiz Maklouf Carvalho, como também Paulo Roberto Ferreira, Rosaly Brito, Regina Lima, Ana Petrucelli, Rosa Leal, Pedro Estevão da Rocha Pomar, Januário Guedes, Sérgio Bastos, Paulo Santos, Miguel Chikaoka (fotógrafo), Carlos Boução, João Marques, que foi presidente do Sindicato dos

²² ABE_ ACE_3267/83. Arquivo Nacional, Agência de Belém, Serviço Nacional de Informações. Rio de Janeiro.

²³ FERREIRA, Paulo Roberto. Mais de 180 anos de imprensa. Texto cedido pelo autor. Sem página.

Jornalistas do Estado do Pará, Nélio Palheta, Sérgio Palmquist, João Vital, Agenor Garcia, Ana Célia Pinheiro, José Rangel e Sérgio Bastos, entre outros atores e colaboradores diretos do *Jornal Resistência*, como Raimundo Jinkings, Humberto Cunha, Hecilda Cunha, Daniel Veiga e Paulo Fonteles. Dos jornalistas que escreviam ou cediam suas matérias para serem publicadas pelo *Jornal Resistência*, sendo que muitas vezes até pediam para não serem identificados, parte considerável, eu diria que quase todos, com raras exceções dos que tinham alguma ajuda de custo ou atividade remunerada pelo Jornal, atuavam e trabalhavam em outros jornais, como *O Liberal*, *O Estado do Pará* e a *Província do Pará*. Isso é importante frisar, pois na história, muitas vezes, cometemos o erro de moldar e encaixar os agentes sociais num único formato para satisfazer nossos esquemas explicativos, esquecendo que na dialética da experiência histórica podemos ser muitas coisas ao mesmo tempo. O fato de estar relacionado e atuando em jornais que giravam em torno da estrutura do poder vigente não significava uma total anulação de concepções do mundo diferentes do modelo dominante; ao contrário, a contribuição ao *Jornal Resistência*, tanto através da escrita dos textos como do fornecimento de informações, era dos mais diversos jornalistas que faziam a imprensa dita tradicional da capital paraense. Ou seja, os jornalistas, assim como todos os sujeitos históricos, têm identidades plásticas e pautadas por vários marcadores sociais, não somos um só todo tempo. Jornalistas e cartunistas da *Província*, *O Liberal*, *Estado do Pará*, circulavam e conviviam nas ruas, nos bares e às vezes nas redações dos mesmos jornalistas e militantes do *Jornal Resistência*, o que fazia com que os universos culturais desses sujeitos se aproximassem também. Daí surgia toda uma rede de solidariedade e de compreensão da importância para aquele momento do *Jornal Resistência*, que passava a servir como uma válvula de escape para muitos que se sentiam de certa forma limitados no exercício de sua profissão e liberdade.

Algumas pessoas colaboravam com o *Resistência*, umas explicitamente, como os cartunistas que tinham um pouco menos de pressão em cima deles, e eles colaboravam, como o Ubiratan Porto, trabalhava na *Província*, o Sérgio Bastos, que trabalhava no *Liberal*. Colaborava com a gente e trabalhava. A gente tinha algumas pessoas que topavam colocar seu nome, como a Ana Célia Pinheiro, do Blog da Perereca, primeiro explicitamente depois usou uma espécie de pseudônimo. Mas ela assinou matéria. Um cara como Agenor Garcia, ele cedeu matéria, como o nome dele, mas depois passava o material, mas pedia para não colocar o nome dele. O Maklouf tinha algumas pessoas da relação pessoal dele, pois ele trabalhou no antigo Estado do Pará, um jornal que antecedeu o *Diário do Pará* e ele tinha algumas pessoas que passavam matérias pra ele. Eu ia ao

Liberal e tinha alguns companheiros e eu fazia a ponte com matérias que eram censuradas e perguntavam se eu não queria levar para o *Resistência*. Às vezes eu nem tava sabendo e o cara vinha me falava sobre a matéria dele e eu achava interessante e dizia se podíamos dar uma adaptada ou as vezes o material estava bem escrito e a gente publicava. Não era a maioria, mas também tinham pessoas que se sentiam sufocadas pelo controle que existia dentro das redações. A autocensura que existia ali e a pressão. Tinha editor que era mais autoritário que um rei. Mas tinham outros que tinham cumplicidade com o repórter. Tinha repórter que queriam arriscar mais, mas tinham os que não queriam ser incomodados pelo editor chefe.²⁴

Do modo dito acima, não querendo discutir Teoria da Comunicação, que não é o objetivo deste artigo, haviam questões importantes a se pensar: Como o jornalista lidava com a notícia e com a construção dos sentidos dessa notícia? A pergunta gira em torno de se pensar como certos jornalistas faziam jornalismo diferenciado de acordo com a proposta editorial dos jornais que atuavam. Era, sem dúvida, muito diferente escrever nos últimos anos da década de 1970 para um jornal como *O Liberal*, e, ao mesmo tempo, contribuir e ser colaborador do *Jornal Resistência*. Pensando dessa forma, Darnton diz que os jornalistas:

Escrevem pensando em toda uma série de grupos de referência: seus preparadores, seus diversos editores, seus diferentes grupos de colegas na seção de Cidades, as fontes e objetos de seus artigos, os repórteres de outros jornais, seus amigos e parentes e grupos de interesses específicos. (DARNTOR, 1990: 86)

Muitos desses jornalistas que atuavam no *Jornal Resistência* acabavam tendo uma perspectiva que era necessário diminuir a distância das notícias das experiências diárias daqueles que seriam os leitores e consumidores de seus textos, de modo que, aí retorno a Darnton, “as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia” (DARNTOR, 1990: 96). E já que a cultura é um campo de tensões, disputas e negociações, as notícias do *Jornal Resistência* buscavam tensionar, produzir um sentido e a construção de uma significação para o leitor (CHARTIER, 1990: 121), trazendo questões que quando eram apresentadas representavam um sentido muito diferente do que os apresentados pelos outros jornais da cidade. O *Jornal Resistência*, que tinha como um de seus principais objetivos “apresentar a luta dos mais diversos setores, exatamente para que, vamos dizer, para quem está lá no campo fique sabendo da luta do professor, de outras categorias, e quem está na cidade, fique sabendo do campo, e assim por

²⁴ Paulo Roberto Ferreira, entrevista em 19 de janeiro de 2017.

diante”.²⁵ Nesse sentido, o *Resistência* buscava rearticular todo o campo nas relações socioculturais em decorrência do impacto de suas notícias, procurando criar fissura no campo de forças do poder cultural de uma elite tradicional detentora dos maiores jornais no Estado.

Durante aproximadamente sete anos (1978-1985), o Jornal circulou no Estado do Pará de forma ininterrupta, oscilando apenas em relação a periodicidade, pois em alguns momentos chegou a não ter uma periodicidade fixa, já que alternou sua circulação de forma quinzenal, mensal ou circulou com apenas edições extras. De uma maneira mais geral, pode-se classificar sua história ao longo da ditadura militar em quatro fases: a) A fase que remete aos primeiros números do jornal e que tem como marco a apreensão da edição número 5; b) fase que o jornal circulou somente com edições extras; c) a fase que funcionou com uma gráfica própria e que teve como direção a SDDH até 1983 e d) a fase após de 1983 até 1985.

A primeira fase do *Jornal Resistência*, cujo fato mais marcante para a sua história foi a apreensão da edição de número 5 pela Polícia Federal, teve como característica a ausência quase completa de infra-estrutura. O trabalho era praticamente voluntário, onde não havia uma política organizacional sistemática, mas o jornal saía e tinha uma repercussão social e influência em muitos movimentos populares. Nessa fase, durante o ano de 1978, começou com dois mil exemplares e chegou até cinco mil exemplares, no entanto, o retorno dessas vendas era muito limitado. Mesmo depois da apreensão da quinta edição, que causou um impacto financeiro negativo imensurável para a SDDH, ainda seguiu com a periodicidade nos próximos números, mas já com uma redução no número de páginas e da própria qualidade gráfica do jornal, o que vai culminar com a edição de número 10, pois se passou a discutir abertamente na SDDH e no Núcleo de Imprensa a possibilidade do fim da publicação do jornal - isso no primeiro semestre de 1979 -, haja vista que consideravam “o Resistência está falido, aí nós... Bem havia uma decisão quase que unânime de fecharem, acabarem o resistência lá na SDDH porque não dava para continuar mantendo e eu fiz uma proposta assim: Por que nós não ficamos fazendo números especiais”?²⁶ Diante desse impasse de encerrar ou não o *Jornal Resistência*, optou-se pelo caminho das Edições Extras, segunda fase da história do jornal, financiada pelos movimentos democráticos e populares de então, que diante de matérias de seu interesse de área de atuação, financiavam aquela edição.

²⁵ *Jornal Resistência*. Belém, agosto de 1980, p. 4

²⁶ Humberto Cunha, entrevista em 28 de outubro de 2015.

Foi garantida a sobrevivência do Jornal, enquanto se partia para um plano mais organizado para se ter uma infra-estrutura melhor para o jornal, representada pela campanha de criação de “capital de giro”, que chegou a levantar nesse período 600 mil cruzeiros.²⁷ Enquanto circulavam esporadicamente as edições extras, discutia-se a volta da periodicidade do jornal e a reestruturação do núcleo de imprensa da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

Passado esse momento, na terceira fase volta-se a publicação do jornal de forma mensal, a partir de abril de 1980. Com poucas exceções de atrasos devido às questões técnicas, manteve-se nesse momento a saída mensal do jornal, sempre no início de cada mês. Nessa fase, a tiragem do jornal foi em média de cinco mil exemplares, mas chegando há alguns momentos a sete mil exemplares, sendo que na verdade, a média real de vendas sempre foi em torno dos quatro mil exemplares nesse período. Essa fase foi marcada fortemente por se ter uma Gráfica própria para o Jornal.

A quarta fase desse período do jornal até o fim da ditadura militar aconteceu após mudanças políticas profundas na organização política da SDDH, depois do segundo semestre de 1983, quando sai uma grande parte dos jornalistas e pessoas que compuseram o Núcleo de Imprensa até então, como Paulo Roberto Ferreira e Luiz Maklouf. O jornal ganhou novas características e abordagens, focando nos movimentos do dia-a-dia e sociais, mas perdendo o lado cultural que a terceira fase havia imprimido: “voltou aquela fase mais artesanal, como nas ilustrações, perdeu um pouco daquele salto que tínhamos dado em qualidade, mas tinha muito material bom”.²⁸

O *Jornal Resistência* sempre foi dirigido pelo Núcleo de Imprensa da SDDH. Esse Núcleo tinha pessoas fixas nele e muitos voluntários, como estudantes universitários, que se avolumavam mais nos períodos de férias. Além do Editor, o Núcleo de Imprensa tinha uma secretária, uma tesouraria, um responsável pela agitação e propaganda, que garantia, por exemplo, a saída do jornal e as pichações na cidade. Durante uma boa parte da história do jornal, até a terceira fase comentada acima, o Núcleo de Imprensa tivera algumas pessoas fixas, como falado antes: Luiz Maklouf, Paulo Roberto Ferreira, Carlinhos (Carlos Boução), Assis, Margareth Sá, Daniel Veiga, Waldemar e Euníciana.²⁹ Destes, apenas Luiz Maklouf, Paulo

²⁷ Informe do Núcleo de Imprensa da SDDH. Arquivo do Professor Manoel Alexandre Cunha, Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará.

²⁸ Paulo Roberto Ferreira, entrevista em 19 de janeiro de 2017.

²⁹ Informe do Núcleo de Imprensa da SDDH. Arquivo do Professor Manoel Alexandre Cunha, Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará.

Roberto Ferreira e Carlos Boução eram remunerados, sendo que o primeiro e o terceiro disponibilizavam-se integralmente para o jornal e o segundo com meio expediente. Os demais eventualmente de acordo com suas possibilidades.

QUADRO 1 - TAREFAS E SEUS RESPONSÁVEIS NO JORNAL RESISTÊNCIA

Membro do Núcleo de Imprensa	Tarefa no <i>Jornal Resistência</i>
Luiz Maklouf	Editor responsável pelo <i>Jornal Resistência</i> até 1983. Participava da redação, reportagens e o dia-a-dia da abertura e fechamento;
Paulo Roberto Ferreira	Responsável pela parte administrativa (dinheiro e gestão). Ajudava na edição, redação e no dia-a-dia da gráfica. Era o responsável da SDDH pelo desempenho da gráfica e pelo seu trabalho profissional.
Carlos Boução (Carlinhos)	Participava das reuniões da diretoria da SDDH. Articulava reuniões, mutirões e discussões. Acompanha o dia-a-dia da redação e fazia quase todas as tarefas. Chegou a ser Coordenador do Núcleo de Imprensa.
Margareth Sá	Tinha limitação de tempo disponível para o jornal, mas era responsável pelos anúncios do jornal e participava das reuniões do Núcleo de Imprensa
Assis	Cuidava das assinaturas e participava das reuniões do núcleo.
Daniel Veiga	Membro da diretoria que participava do Núcleo. Era responsável pela distribuição do jornal para o interior do Estado e por parte das assinaturas
Waldemar	Participava das reuniões do Núcleo e dos mutirões, além de vender os jornais.
Euniciana	Participava das reuniões do Núcleo, dos mutirões, da venda de jornais nos bairros, tinha uma coluna no jornal e ajudava na redação.
Helena	Participava das reuniões do Núcleo e dos mutirões.

Fonte: quadro construído a partir das entrevistas e dos documentos da SDDH, disponíveis no Arquivo do professor Manoel Alexandre Cunha, Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará.

Como é possível perceber, a partir das informações citadas acima, a maior parte das tarefas e funções diárias do *Jornal Resistência* ficava a cargo do editor Luiz Maklouf, do Paulo Roberto Ferreira e do Carlos Boução. Esse Núcleo de Imprensa da SDDH reunia-se todas as quartas-feiras à noite, quando havia quorum mínimo para a reunião. Quase sempre aos sábados e domingos, faziam-se mutirões no Comércio (Centro Comercial de Belém, no Centro antigo da cidade), nas feiras e bairros, não só com membros do Núcleo de Imprensa e dirigentes da SDDH, como com os estudantes universitários.

De uma maneira geral, ao longo dos últimos anos da década de 1970 e primeiros da década de 1980, a edição do Jornal funcionou da seguinte forma: No início de cada mês havia a reunião de pauta; após a definição da pauta, se encaminhavam a preparação das matérias e das colaborações. Em seguida, o editor Maklouf centralizava o fechamento, acompanhado pelo Núcleo de Imprensa. Após esse momento, começava o processo gráfico para o jornal sair, seguido do processo da distribuição, assinaturas, mutirões, o trabalho de propaganda e venda.

Ao longo da história do *Jornal Resistência*, sempre uma questão esteve presente no cotidiano dos que faziam o jornal: a questão financeira para custear o jornal. A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos era uma entidade sem fins lucrativos e vivia basicamente das contribuições dos seus sócios, das entidades e das campanhas de arrecadação. Manter a entidade para dar voz aos movimentos do campo e da cidade tinha um custo financeiro. E o *Jornal Resistência* veio ampliar enormemente essa conta que quase sempre tinha dificuldade para fechar. A edição número 28 do *Jornal Resistência*, por exemplo, com a chamada principal em sua capa “Escândalo na Caixa Econômica”, teve como custo para ser colocada em circulação pela SDDH e o Núcleo de Imprensa o seguinte gasto entre custos industriais (tinta, papel, chapas, fotolitos, paginação e composição), custo de pessoal e outros custos (transporte e fretes), um total de Cr\$ 151.500,00 mil cruzeiros.³⁰ E a arrecadação entre assinaturas, que era maior parte, e vendas, chegava próximo dos Cr\$ 154.248,00. Uma margem financeira muito apertada, isso já no melhor cenário das fases do *Jornal Resistência*, em pleno funcionamento da Gráfica própria. Mas, na maior parte das vezes, sobretudo, nos primeiros anos, o cenário sempre foi muito difícil e deficitário, tanto que as campanhas de arrecadação de fundos para o Jornal foram constantes.

Nem sempre um sócio da SDDH era assinante do *Jornal Resistência*, assim como um assinante do *Resistência* não necessariamente era sócio da SDDH. Mas eram nessas assinaturas para um público já definido, tanto em relação a entidades quanto a pessoas físicas, que ia grande parte do número de jornais de cada edição. Dos Cr\$ 154.248,00 arrecadados da edição número 28, Cr\$ 128.248,00 foram de assinaturas e somente Cr\$ 26.000,00 de vendas. Para o segundo Presidente da SDDH, o jornal sempre sobreviveu graças a três formas principais: da venda, das assinaturas e das campanhas de arrecadação de fundos.³¹

³⁰ Informe dos custos do *Resistência* N° 28. Arquivo Professor Manoel Alexandre Cunha, Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará.

³¹ Humberto Cunha, entrevista em 28 de outubro de 2015.

Quem organizava e cuidava dessa arrecadação de fundos para o Jornal era o próprio Núcleo de Imprensa, que tinha muita autonomia em relação à própria SDDH, independência que fazia com que esse Núcleo tivesse toda uma estrutura organizativa e de autonomia, chegando a ser como “uma entidade dentro de outra entidade”.

O *Jornal Resistência* tinha uma característica que o diferenciava de muitos outros jornais alternativos do período, como, por exemplo, o Jornal Varadouro do Acre, que era o fato de no Jornal aparecerem pouquíssimas propagandas ou anúncios comerciais, com algumas exceções de escritórios ou comércios ligados a algum sócio ou pessoa que acompanhava o movimento, e da própria chamada que era feita em todas as edições para a possibilidade de os leitores assinarem o jornal: “Faça logo sua assinatura”; e ainda a chamada para alguns outros jornais alternativos menores, como o Jornal Nanico, mas para a qual certamente não haveria nenhum tipo de compensação financeira. Essa questão do anúncio comercial nas páginas do jornal, ao contrário do que a primeira vista pode se deduzir, não era em função de escolhas e filtros ideológicos daqueles que dirigiam o movimento da SDDH e o Núcleo de Imprensa do Jornal, mas sim um distanciamento e temor dos empresários e de qualquer anunciante de associar seu nome ou de sua empresa ao *Jornal Resistência*, que era tido pelas autoridades e o sistema de informação como “coisa de comunista”: “estávamos abertos a fazer publicidade, mas era difícil, normalmente conseguíamos quem tinha o mínimo de esclarecimento político ou de militância política e que tava numa situação mais propícia e que pudesse contribuir com essa luta por que era um processo árduo”.³² Além do custo natural da produção do Jornal, havia demandas diárias por acompanhamento de lutas e a necessidade de se fazer reportagens em outros municípios paraenses.

Era assim com pouca finança que a gente tinha que fazer as coisas, com a ajuda de alguma entidade que bancava uma passagem. A gente viajava muito de ônibus ou de barco, era muito no que se viajava, na época não se viajava muito de avião não. Era assim: ficava hospedado na igreja, na casa de algum companheiro. Se viajava tanto pelo Resistência, como pelo núcleo jurídico.³³

A solidariedade e articulação de muitas entidades vão ser importantes para superar as inúmeras barreiras advindas da escassez de recursos. Desse modo, esse foi o primeiro grande desafio para colocar o jornal nas ruas de Belém e de alguns municípios paraenses: A falta de recursos financeiros. O que acabava interferindo na periodicidade do jornal, na tiragem e na dependência da disponibilidade

³² Carlos Boução, entrevista em 12 de janeiro de 2017.

³³ Paulo Roberto Ferreira, entrevista em 19 de janeiro de 2017.

dos colaboradores voluntários, da participação do movimento democrático popular e do apoio dos setores da Igreja progressista para a produção e distribuição.

Durante algum tempo, o *Jornal Resistência* utilizou várias gráficas para imprimir o jornal, sendo a primeira a Gráfica Salesiana, que tinha como gráfico responsável Paulo Rocha e que havia sido Presidente do Sindicato dos Gráficos. Mas devido às pressões da repressão aos responsáveis por várias gráficas em Belém, o jornal sempre teve muita dificuldade em rodar seu material, tanto que algumas edições inclusive foram impressas em gráficas fora do Estado do Pará, como em São Luiz e São Paulo. A SDDH mantinha contato com muitas organizações internacionais, como a imprensa estrangeira e também Organizações de ajuda ao “Terceiro Mundo”. E foi num desses contatos, que a Entidade de Direitos Humanos conseguiu aprovar um projeto que montaria um parque gráfico para o Núcleo de Imprensa da SDDH, através da *Brot Fur Die Welt* (Pão Para o Mundo).³⁴ Após isso, uma série de dificuldades se apresentou para instalar essa gráfica, principalmente porque a SDDH era uma entidade sem fins lucrativos e não era comercial. Essa entidade de ajuda humanitária ao invés de mandar os equipamentos, passou sua ajuda através de recursos financeiros, que acabaram ficando defasados e não dando para comprar os equipamentos novos. Inicialmente, na transição de 1979 para 1980, a gráfica foi coordenada por um profissional da área, conhecido dos sócios da SDDH, mas que não acompanhava o ritmo político da função. Foi quando a SDDH resolveu fazer uma concorrência entre os sócios para ver quem poderia assumir. Foi quando Paulo Roberto, Daniel Veiga e Humberto Cunha disponibilizaram seus nomes e um capital pessoal deles e criaram a Gráfica Suyá, que a partir de 1981 passou a imprimir o *Jornal Resistência* e ter como gerente o jornalista Paulo Roberto Ferreira. A gráfica Suyá não somente ficou responsável pela impressão do *Jornal Resistência*, como também pela demanda dos movimentos sociais e populares de panfletos, cartazes e seus folhetins.

Durante os anos em que o jornal atuou de forma quase ininterrupta, a tiragem do jornal ficou sempre numa média de 2 mil a 7 mil exemplares, mas oscilando muito o número da vendagem.³⁵ Apesar de esse número ficar bem abaixo de outros jornais alternativos que circularam no Brasil nesse período, o alcance das notícias do *Resistência* eram bem impressionantes, chegando a lugares que a grande imprensa tinha dificuldades: nas periferias de Belém, na Transamazônica, sudeste do Pará e Marabá, por exemplo. Num universo cultural moldado por um

³⁴ FERREIRA, Paulo Roberto. *Tempos de Resistência*. Sem página.

³⁵ Os dados de vendagem são do *Jornal Resistência*, junho de 1982 (edição extra) e 15 de janeiro de 1983.

formato já dominante de determinado tipo de informações, as notícias e outras perspectivas de ler e compreender aqueles processos em curso na Amazônia, de grilagem de terra, violência no campo, violação dos direitos humanos, de grande desigualdade social, entre outras questões levantadas pelo jornal, vão oportunizar a organização de movimentos sociais, na cidade e no campo, que irão engendrar discursos contra-hegemônicos ao estado de coisas, o que vai ser de imediato rebatido pelas elites políticas através de seus aparelhos de dominação, instaurando um campo de tensões que se apresentava nas arenas culturais. Na fotografia abaixo, é possível perceber um tipo de dinâmica de organização para a distribuição do *Jornal Resistência*: Reunia um grupo de aproximadamente vinte pessoas, que saíam pelas ruas do centro da cidade, e também pelas periferias, entoando discursos enquanto se promovia e se distribuía a venda do jornal.

**IMAGEM 2 - DIVULGAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO JORNAL
RESISTÊNCIA NO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM**



Fonte: Miguel Chikaoka, 1979. Acervo SDDH

Mesmo que a maior parte da tiragem do jornal já estivesse destinada para assinantes, eram intensos o trabalho de divulgação e venda pela cidade e pelo interior do Estado do Pará. Havia uma conjuntura favorável na avaliação da direção da SDDH e do Núcleo de Imprensa para a receptividade das ideias que o *Jornal Resistência* trazia em suas páginas. Por fora do movimento, pessoas que não participavam ou não tinham nenhuma ideia do que era a SDDH ou o *Jornal Resistência* eram também potenciais para compreender o momento delicado e as críticas que o jornal fazia. Advogados, médicos, funcionários públicos, bancários, professores,

entre outros profissionais, constituíam uma classe média que precisava ter contato com o Jornal. Daí os famosos mutirões nas ruas e as pichações nos rumos para dizer que existia um movimento de oposição ao regime militar. Portanto, fazer os mutirões e colocar o Jornal nas bancas de revistas, mesmo que não tivesse uma venda considerável, era importante para marcar a posição de oposição. A distribuição do Jornal geralmente ficava organizada da seguinte forma. Em Belém, ficava responsável Carlos Boução e para o interior do Estado e outras localidades Daniel Veiga.

Os municípios e locais do Pará em que mais tinham a venda do *Jornal Resistência* eram Marabá, PA-70, Conceição do Araguaia e Cametá, devido a um dos principais articuladores e que viria a ser o segundo Presidente da SDDH, Humberto Cunha, trabalhar para a FASE nessa região. Eram regiões do Estado em que constantemente havia conflitos fundiários e que os interlocutores e militantes da SDDH ocupavam espaços nesses conflitos. Conforme o documento acima, havia a distribuição do jornal para outros Estados, mas não na relação de venda, e sim na distribuição para as entidades democráticas e outros movimentos de oposição, que passariam também a acompanhar a luta pelos direitos humanos na Amazônia e que assim conheciam o *Jornal Resistência*. Para muitos lugares, acontecia o envio e a distribuição do jornal, mas como não havia pessoas como referência e identificação com o movimento, acabava-se não tendo um real controle da penetração do jornal na região ou município.

Dois aspectos merecem destaque em relação às distribuição e venda do jornal: Quanto ao número de assinantes em relação à proporção entre Belém e os municípios do interior do Estado e o perfil de gênero dos assinantes. Como a sede e o lugar de reuniões da SDDH e do Núcleo de Imprensa eram sediados em Belém e os esforços maiores ocorriam na Capital, era maior o número de assinantes do *Jornal Resistência* em Belém do que em outros municípios, e embora a diferença não fosse grande, mas era significativa pela concentração de esforços dos participantes da SDDH na capital. Quanto ao gênero dos assinantes do *Jornal Resistência*, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, tanto em Belém como no interior e em outros Estados, o número maior de assinantes e possíveis leitores do *Jornal Resistência* sempre foram constituídos por homens. Essa diferença entre os assinantes homens e as mulheres no interior do Estado do Pará se destaca, por exemplo, na proporção de 108 (cento e oito) assinaturas de homens para apenas 7 (sete) assinaturas de mulheres, em determinados locais - uma diferença de gênero no interior cujos motivos precisam ser melhores compreendidos, mas que não é a preocupação central desse artigo.

A distribuição para os assinantes exigia um esforço organizativo grande, porque muito vezes o Jornal não ia por qualquer tipo de empresa de transporte ou envio, mas por terceiros ou mensageiros que tinham essa função. Porém, a grande questão na distribuição do Jornal estava relacionada ao tentar colocá-lo nas bancas de revistas, não só para vender, embora fosse importante, mas para dar visibilidade para a marca “Jornal Resistência”. Colocar o jornal nas bancas era um processo de convencimento. Primeiro pelo caráter do Jornal, que era de oposição e identificado como um jornal “comunista” pelas autoridades e por uma parte da população, o que causava medo por parte do dono da banca de revista ou pelo menos constrangimento. No início dos anos de 1980, com o Comando de Caça a Comunista (CCC) na ofensiva, apoiados por setores conservadores das forças armadas e por reacionários da sociedade civil que, de alguma forma, lutavam para frear o avanço das políticas de abertura, ficava ainda mais perigoso ter esses jornais em suas bancas de revistas. Outra questão era a comercial e dizia respeito aos lucros dos envolvidos. Cada banca tinha um processo de negociação e o percentual de lucro era estabelecido pelo mercado, variando de 10 a 20%. Era um processo extremamente difícil fazer o jornal chegar aos interessados e dar uma representatividade pra ele na cidade e no campo paraense, diante das lutas pela informação e das arenas culturais pelo seu significado e sua ressignificação.

Pela sua posição política firme de denúncia, de oposição e de desconstrução ao que o regime militar defendia, o *Jornal Resistência* acabou sendo vítima daquilo que ele sempre denunciava: A violação de direitos. O *Jornal Resistência* foi vítima ao longo de sua história do que era sua matéria prima - a liberdade de imprensa e de liberdade. Não tardou para que o jornal despertasse a atenção e provocasse as mais instintivas sanhas de tentar amordaçá-lo. Como dito acima, a linha editorial era frontal ao regime militar, o que provocou perseguições e a ira dos agentes da repressão local, que sempre estavam em sintonia com a Agência Nacional do Serviço Nacional de Informações (SNI). Durante o período do recorte temporal abordado por esse artigo, o *Jornal Resistência* sofreu dois momentos que demonstram que mesmo diante do projeto de abertura política, os aparelhos de repressão e a comunidade de informações ainda atuavam de forma bem incisiva nos finais da década de 1970 e início da década de 1980.

A Edição número 5 do *Jornal Resistência*, de agosto de 1978, foi uma das mais polêmicas entre as muitas do Jornal. Essa edição era comemorativa pelo primeiro ano de fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. A matéria principal da capa dizia: “Fomos torturados no Ministério do Exército”

e girava em torno dos depoimentos de quatro ex-presos políticos: Paulo Fonteles, Hecilda Veiga, Humberto Cunha e Iza Cunha, torturados, inclusive, nas dependências do Exército, e traziam publicamente fatos que ainda não eram públicos para a maior parte do povo paraense. O Jornal denunciava torturas e outros atos de abuso de poder por parte dos oficiais militares ligados ao DOI/CODI, contra presos políticos. Esses fatos denunciados tinham ocorrido nos anos de 1971 e 1972. O número do Jornal com esses depoimentos e denúncias criou uma grande agitação entre os militares, que chegaram a classificar essa edição como uma “verdadeira profissão de fé comunista dos integrantes da SPDDH, com a transcrição de pensamentos de Lênin, Trotsky e Mao-Tse-Tung, na página 30”³⁶ E isso gerou uma resposta imediata do aparelho repressivo estruturado e organizado em Belém.

No dia 25 de agosto de 1978, essa Edição especial comemorativa Número 5 do *Jornal Resistência* foi apreendida pela Polícia Federal por ordem do Ministério da Justiça, que determinou a instauração de Inquérito Policial, com base na Lei de Segurança Nacional. A apreensão aconteceu nas oficinas da Gráfica da Escola Salesiana do Trabalho.

A polícia chegou e cercou o quarteirão da gráfica, recolheu todos os exemplares, a chapa e leva o Paulo Rocha que era o gerente da gráfica e instrutor dos alunos lá. Vai preso. Passa lá doze horas e depois eles liberam. Todo mundo que tava no expediente daquela edição vai ser chamado para depor na Polícia Federal e vai ser aberto um inquérito.³⁷

Havia antes certo temor por parte dos membros da SDDH que poderia ter algum tipo de reação por parte da repressão, mas somente depois que o Jornal estivesse à venda nas bancas e nas ruas. Mas como a edição era comemorativa pelo primeiro aniversário da SDDH, foram disponibilizados na reunião cerca de 300 a 500 exemplares antecipadamente para os sócios, pela programação de 1º aniversário da SDDH (18, 19 e 20 de agosto de 1978). Devido à infiltração dos agentes do SNI nas atividades da SDDH, isso foi suficiente para que a polícia desse uma “batida” de surpresa na Gráfica que estava rodando o material. Além da apreensão, foi instaurado um Inquérito Policial-Militar (IPM) contra os denunciados, nº 78/78 que foi presidido inicialmente pelo delegado Regional da Polícia Federal, Sadoc Thales Barreto Reis; com a sua promoção a Superintendência da Polícia Federal no Acre, o comando do Inquérito passou para o delegado Walter Soares. Foram 14 (quatorze) os

³⁶ ABE_ ACE_3267/83. Arquivo Nacional, Agência de Belém, Serviço Nacional de Informações. Rio de Janeiro.

³⁷ Paulo Roberto Ferreira. Depoimento dado ao Repositório de Multimídia da Universidade Federal do Pará.

militantes e jornalistas inquiridos pela Polícia Federal, sendo que 7 (sete) acabaram indiciados e fichados criminalmente. Segundo o inquérito policial, de modo geral, os inquiridos disseram não ter lido o número 5 do *Jornal Resistência*, com a exceção do Diretor e do Editor do jornal. A fala dos indiciados era de que em hipótese alguma quiseram injuriar as Forças Armadas, mas apenas ajudar para que aqueles que praticaram torturas pudessem ser expulsos das suas fileiras.³⁸ Reafirmaram em seus depoimentos que o jornal deveria continuar saindo e denunciando todos os casos de violação dos direitos humanos que tomassem conhecimento. Os sete indiciados e fichados foram: Paulo Cesar Fonteles de Lima, Hecilda Mary Veiga, Humberto Rocha Cunha, Izabel Marques Tavares da Cunha, Luiz Maklouf Carvalho, José Maria Costa de Souza e Paulo Roberto Ferreira,³⁹ e tiveram a assistência dos advogados João Marques, Ruy Barata e a assistente Vera Tavares.

Logo em seguida a apreensão, a SDDH e o *Jornal Resistência* articularam manifestações públicas de protesto. Divulgaram nota à imprensa, Igrejas e público em geral e contaram com a solidariedade de várias entidades, como o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Pará, Regional Norte II da CNBB, Comissão Pastoral da Terra, Instituto Pastoral Regional, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Para (UFPA), e demais Diretórios Acadêmicos. Isso demonstrava o grau de mobilização e articulação que já tinha sido alcançado pela SDDH junto a essas entidades. A manifestação e notas dessas entidades foram emitidas no sentido de lamentar tal decisão que tinha sido tomada num momento em que toda a sociedade civil cobrava do Estado a restituição dos direitos e garantias individuais, a plenitude institucional, a normalidade política e as liberdades fundamentais. Todas essas notas foram publicadas na edição de nº 6 do *Jornal Resistência*, fazendo duras críticas ao fato da apreensão e trazendo no seu expediente uma grande tarja preta no lugar dos nomes das pessoas que faziam o *Resistência*, a exceção foi o nome do Editor Luiz Maklouf que permaneceu no expediente do jornal.

Para a abertura desse Inquérito Policial contra o Jornal e seus principais articuladores, a Polícia Federal utilizou-se da Lei de Segurança Nacional, artigo 16, parágrafo 2º. A partir daí, o jornal passou a sofrer uma campanha de intimidação e vigilância constante, o que levou a uma peregrinação a várias gráficas para imprimir o jornal, como dissemos anteriormente. Nenhuma gráfica queira imprimir o

³⁸ ABE_ACE_3267/83. Arquivo Nacional, Agência de Belém, Serviço Nacional de Informações. Rio de Janeiro.

³⁹ Informe IPM 78/78. Arquivo do Professor Manoel Alexandre Cunha, Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará.

Jornal Resistência. Mas o veneno acabou se transformando em remédio, pois com a ajuda de organismos internacionais, foi possível ao Jornal, que tinha suas finanças sempre limitadas, constituir uma gráfica própria para rodar o Jornal.

Foi nessa Gráfica, a Suyá, que ocorreu mais um evento de ataque da repressão política no Estado do Pará sobre o *Jornal Resistência* ao longo do período da democratização: A invasão da Gráfica Suyá, em 08 de outubro de 1982. Nesse ano, houve uma grande agitação dos movimentos que estavam ligados às lutas sociais e à defesa dos direitos humanos devido a prisão, considerada sem fundamento e arbitrária, de 13 (treze posseiros) e 2 (dois) padres franceses, Aristides Camio e François Gouriou, presos em São Geraldo do Araguaia, no Pará,⁴⁰ questão abordada no Capítulo 3 desta tese. Em função disso, se constituiu um comitê em Belém, chamado de Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), que passou a atuar no Estado denunciando as arbitrariedades na condução do processo dos padres e dos posseiros, e acabou aglutinando outros setores das esquerdas do Pará, como a aproximação com militantes ligados ao PCdoB e por tabela ligados ao *Jornal Resistência* e a SDDH.

O material utilizado pelo MLPA, que pedia a libertação dos presos e dos padres, tinha também uma forte conotação política, e utilizava até alguns textos bíblicos, principalmente contra o presidente Figueiredo. A Polícia Federal apreendeu esses materiais e logo associou a sua produção à gráfica do *Jornal Resistência*. Então foi dada uma “batida”, sem mandato judicial, na Gráfica Suyá e na Comissão Pastoral da Terra. Mas ao chegar lá, segundo o *Jornal Resistência*, os policiais teriam mudado o objetivo e passaram a procurar documentos que pudessem ligar o Jornal e a Gráfica às atividades do PCdoB, que, na época, era ilegal. Acabaram encontrando um documento da conferência extraordinária do PCdoB do Pará, o que levou a polícia, ainda segundo o Jornal, a agir com extrema violência contra as pessoas que estavam no momento da invasão na gráfica.

Esses atos de violência e arbitrariedade cometidos pelos aparados do Governo Militar no Pará e seus agentes foram bastante explorados nos meses seguintes pelo *Jornal Resistência*, como uma forma de posição diferente da versão oficial propagada nos grandes meios de comunicação da imprensa paraense, que se tratava de ação que foi apurar uma denúncia, mas que ao chegar ao local, os Policiais Federais foram “atacados” e agredidos, por isso tiveram que reagir. Como se percebe, as palavras têm história e produzem sentidos, ao mesmo tempo em que vão incorporando

⁴⁰ Pastora Rosa Marga Rothe, depoimento. In: AZEVEDO, Dermi. *Travessias Torturadas: direitos humanos e ditadura no Brasil (1964-1985)*. Natal: Offset Editora, 2012, p. 101.

nuanças, flexionadas nas arenas políticas em que o significado é negociado e renegociado, permanentemente, em lutas que se travavam no campo do simbólico e do discursivo, por isso que o espaço ocupado pelo *Jornal Resistência*, mesmo que limitado em termos de alcance diante da grande imprensa, encontrou fissuras na tessitura social paraense que subverteu a regra e a ordem do discurso dominante.

Foram abertos dois inquéritos: um contra o MLPA e outro contra a Gráfica Suyá. O do MLPA acabou sendo arquivado, tendo sido concluído que o material por ele produzido não tinha caráter subversivo. Mas o da Suyá, inquérito nº 158/82, que fez a impressão do material, não só prosseguiu como também tomou outro rumo. Tentando dar lógica ao inquérito, a Polícia Federal ligou-a a um suposto documento do PC do B (esquerda) que o agente José Roberto Prado e o delegado Moisés da Silva afirmaram ter encontrado na Gráfica. Ocorreu, porém, que o agente e o delegado se contradisseram quanto ao local em que teria sido achado o documento, que também não constava da relação de material apreendido, assinado pelo gerente administrativo da empresa/ gráfica, Paulo Roberto Ferreira. O procurador da Justiça Militar, Benedito Felipe Rauen, pediu o enquadramento na Lei 6.620/78 (Lei de Segurança Nacional - LSN), do, na época vereador, Humberto Cunha, de Paulo Roberto Ferreira e de Daniel Veiga. O enquadramento de um parlamentar, em 1983, teve um grande impacto social e na imprensa.⁴¹ Mas as mudanças conjunturais e as agitações democráticas do período, ajudaram no arquivamento do processo, posteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante de toda essa violência sofrida em diferentes fases de sua história, o *Jornal Resistência* manteve ao longo desse tempo, no regime militar, uma forte linha de oposição ao regime autoritário, atribuindo-lhe todas as responsabilidades da crise social e econômica pelas quais o país passava, apontando que as mazelas de Belém e do campo paraense eram somente um reflexo dessa conjuntura nacional. O governo militar era sempre focado pelas críticas mais mordazes dos textos do *Jornal Resistência*, e também ridicularizado pelo humor debochado e sagaz das charges sempre presentes nos cadernos do jornal. As charges eram muito importantes, à medida que havia um grande índice ainda de analfabetismo e semi analfabetismo na população rural e mesmo nas baixadas de Belém. E tornar o jornal com um visual mais leve e com aspecto bem humorado, aumentava a chance de comunicação.

⁴¹ *Jornal Resistência*, Número 52, março de 1983.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira (1984). **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes.
- AQUINO, Maria aparecida (1999). **Censura, Imprensa e Estado Autoritário** (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de S. Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC.
- ARTURI, Carlos (2001). O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política** Nº 17: 11-31 Nov.
- Brasil Nunca Mais** (1985). Prefácio D. Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes.
- BURKE, Peter (2012). **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora Unesp.
- CHARTIER, Roger (1990). **História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: DIFEL.
- DARNTON, Robert (1990). **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras.
- DARNTON, Robert (1990). **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras.
- FICO, Carlos (2013). Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HALL, Stuart (1997). Race, culture and communications: looking backward and forward cultural studies. In : STOREY, John, (ed.). **What is cultural studies?** A reader. 2ª ed. London: Arnold, 1997. & HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, nº 2, jul./dez.
- HUNT, Lynn (2007). **Política, cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Cia das Letras.
- Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005. 80 p.: — (**Cadernos da Comunicação. Série Memória; v.13**)
- KUCINSKI, Bernardo (1991). **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta Editorial.
- NAPOLITANO, Marcos (2014). **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto.
- PINHEIRO, Raimundo Amilson de S (2015). **“Abaixo o Figueiredo. O povo não tem medo. Mais arroz e mais feijão, abaixo a repressão”**: quando professores entraram em cena em Belém (1979-1986). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (2013). Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano** – O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DAVISON HUGO ROCHA ALVES



PROJETO RONDON E A
DISCIPLINA ESTUDO(S) DE
PROBLEMAS BRASILEIROS: A
TENTATIVA DE APROXIMAR
A JUVENTUDE BRASILEIRA
DAS AÇÕES CÍVICO-
NACIONALISTAS EM TEMPOS
DE DITADURA MILITAR

INTRODUÇÃO

Este artigo discute através do uso de documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI), de jornais e de cinejornais informativos a relação da disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros com o projeto Rondon (Pro) em tempos de ditadura militar no Brasil durante o período de 1967 a 1979. Durante a chamada primeira fase da ditadura militar em que os militares que assumiram o poder em 64 tentaram legitimar o seu poder através de diversas formas, inclusive através do espaço educativo. A disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros (EPB) era conflituosa e vigiada em tempos de ditadura militar. Foram criadas estratégias e táticas usadas por agentes de Estado, estudantes universitários e professores para tentar (des)legitimar a disciplina EPB.

Aproximei-me desta temática de pesquisa quando participei de um projeto de pesquisa na Universidade Federal do Pará (UFPA), durante 2014 e 2016, quando nas comemorações do 50 anos da “revolução de 1964” os estudos sobre a ditadura militar regionalizam-se, foi quando as instituições públicas começaram a reescrever a história pela ótica da chamada “história social”, ou seja, os historiadores estavam compreendendo a importância de compreender o conjunto das instâncias da vida social para entender os reflexos da ditadura militar brasileira nas estruturas da sociedade.

As reflexões desenvolvidas neste artigo é resultado da pesquisa desenvolvida durante o doutorado na Universidade federal do Pará (Ufpa) no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), quando pesquisei com diversas fontes históricas a história curricular da disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros em tempos de ditadura militar. Portanto, sendo um recorte de tese de doutoramento a partir do Projeto Rondon e sua relação com a disciplina EPB para compreender as ambivalências desse período histórico.

Em matéria publicada no site *Exame*, o ministro da Educação e Cultura, na época Ricardo Vélez Rodríguez,¹ queria retomar a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC), bem como o Projeto Rondon – instituído na metade do século XX – fazendo a seguinte afirmação “estamos impulsionando de novo o Projeto Rondon em nível universitário para visitar as regiões menos desenvolvidas do país, que

¹Ricardo Vélez Rodríguez (1943 - ...) é formado em Filosofia (licenciatura, mestrado e doutorado), pesquisa a história das ideias filosóficas e políticas no Brasil e na América Latina. RODRIGUEZ, Ricardo Velez. **Blog – Ricardo Vélez Rodríguez**. [S. l.], c2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/pxuarnsw>. Acesso em: 15 mai. 2021.

foram esquecidas pelo mercado e que precisam ser incorporadas à vida nacional”². A discussão do currículo controlado e vigiado sempre está presente no interior dos governos, o caso do governo Bolsonaro não é diferente, o mesmo ocorria durante a ditadura militar quando o regime tentou controlar a juventude brasileira após o ano de 1968.

O ministro também queria “impulsionar” a volta da disciplina moral e civismo em todos os níveis de ensino,³ partindo da perspectiva que “em nossas antigas escolas primárias e secundárias, existia a disciplina Educação Moral e Cívica. Depois, quando chegava ao ensino universitário, o aluno tinha [a disciplina] de Estudo dos Problemas Brasileiros. Isso foi esquecido”⁴. A discussão sobre o tipo de história ensinar sempre está presente no debate público e na arena política. Na atual conjuntura brasileira não é diferente, o Estado é o responsável por conformar determinada narrativa didática a ser ensinada e veiculada nos espaços escolares e universitários. Observando os espectros da ditadura durante o período recente brasileiro, podemos compreender que algumas estruturas de poder ainda persistem na sociedade brasileira, por exemplo, como mencionado acima a partir da eleição do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) e a atuação por dentro do Ministério da Educação (MEC) durante a gestão de Ricardo Veléz, podemos inferir que,

O Brasil vive em permanente atraso com o acerto de contas em relação às graves práticas violentas que marcam sua história. Etnocídio de populações indígenas, escravização e genocídio de pessoas negras, naturalização da violência contra as mulheres e LGBTs, e autoritarismo de Estado persistentes são algumas das estruturas que dão forma e conteúdo em nosso país. A relação com esse passado de barbárie é de negação e silenciamento. Com esses expedientes, busca-se dissipar qualquer rastro de culpa ou de responsabilidade por tais estruturas de violência. Uma sociedade capaz de reconhecer as fraturas que as constituíram só poderia assumir a forma política de um Estado que não repara, não lembra e não julga as violações de direitos (TELES; QUINALHA, 2019: 9).

Dessa forma, os quatro anos de (des)governo Bolsonaro possibilitou construir uma relação com o passado autoritário que não passa na sociedade brasi-

² Ministro da Educação quer retomar educação moral e cívica. Estadão Conteúdo, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/5aeavpw6>. Acesso em: 15 mai. 2021.

³ A descaracterização das humanidades está presente desde o golpe de 2016 e no governo atual, diante das investidas em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como é o caso da implementação da disciplina “Trabalho e Projeto de Vida” de acordo com o Novo Ensino Médio, por exemplo, como demanda neoliberal do Governo Michel Temer e a ser implementado no ano de 2022 pelo MEC no governo Jair Bolsonaro.

⁴ Ministro da Educação quer retomar educação moral e cívica, 2019.

leira, pois, mobilizou constantemente na arena política e na sociedade a discussão da ditadura militar. As investidas do então ministro Ricardo Veléz vem na direção de retornar ao Brasil idealizado pelos militares a 40 ou 50 anos atrás⁵, ou seja, um Brasil antes da constituinte de 1988, quando as estruturas de poder estavam sendo sustentadas pelos militares que assumiram o comando do país em março de 1964.

A problemática que iremos responder ao longo deste artigo é a seguinte: quais são as estratégias e táticas usadas pelos estudantes universitários e agentes de Estado para costurar no cotidiano do ambiente universitário a “proposta” de Brasil potência? Nesse sentido, cabe-se uma reflexão sobre o conceito de ditadura que estamos abordando neste artigo. Durante as reflexões de rememoração dos 50 anos do golpe que posteriormente implantou uma ditadura militar no Brasil, surgiram diversas interpretações no campo dos historiadores. Os conceitos de “ditadura militar” e de “golpe civil-militar” que abordaremos neste trabalho está baseado nas interpretações apresentadas por Daniel Reis (2014) e Rodrigo Motta (2014) para construir uma nova perspectiva historiográfica nos estudos dos governos militares, quando os historiadores admitem nas rememorações dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, ocorridas no ano de 2014, que o regime político instaurado pelos militares só foi possível com a participação de civis dentro do processo histórico.

A utilização de jornais permite construir as intencionalidades concebidas por veículos de informação. Compreendemos que através do periódico foram expressas as formas educativas consideradas necessárias para a juventude brasileira, no contexto histórico pesquisado, pensando que os discursos apresentados acabaram idealizando um modelo de sociedade para se atingir o projeto de nação planejado em tempos de autoritarismos.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (DE LUCA, 2005: 115).

Desse modo, além de pensar como a imprensa nacional construiu interpretações em torno das discussões de moral e civismo em tempos de autoritarismo no Brasil, buscou-se compreender como os jornais denominavam as ações cívicas e os problemas brasileiros que envolviam os estudantes. Os historiadores, nas úl-

⁵ O objetivo é fazer um Brasil semelhante ao que ‘era há 40, 50 anos’, diz Bolsonaro. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://tinyurl.com/3spmeh4>. Acesso em: 15 mai. 2021.

timas décadas, evidenciam novos procedimentos para a escrita da História, estão na busca permanente de descobrir os chamados “protocolos de verdade” conforme aponta Francisco Falcon (2002: 52), afastando-se de esquemas explicativos, das certezas e racionalidades que predominaram a historiografia do final do século XIX e início do século XX (VEIGA, 2008: 13). O papel da pesquisa histórica permite compreender que não existe verdade única no processo de narrar o passado, mas a busca de uma verdade provável (GADIVA, PUENTES, 2007: 302). A partir da perspectiva teórico-metodológica da denominada “nova história política” a tese busca compreender a educação como objeto histórico. Queremos, particularmente, entender a universidade como um problema para o campo político. Faremos o diálogo com as reformulações teórico-conceituais da história política, precisamente o lugar do político e da política no momento de consolidação da ditadura militar brasileira, ocorrido após o ano de 1968, em particular, no final do ano 1969 com a discussão de moral e civismo para todos os níveis de ensino. Portanto, as concepções de René Remond sobre o político articulam-se a necessidade de “compreender a formação e a evolução das racionalidades políticas, isto é, dos sistemas de representações que comandam a maneira como uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro” (REMOND, 2007: 33).

Utilizaremos como fonte histórica os jornais do período de 1969-1979, os documentos do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), as produções do Ministério do Interior (MINTER) sobre o PRO, as matérias publicadas pela Revista *VEJA*, usaremos o discurso proferido pelo ministro da Educação Jarbas Passarinho, as peças publicitárias da agência nacional sobre o PRO e o Decreto-Lei nº 68.065, de 1971.

EPB E A LEGITIMAÇÃO DA DITADURA MILITAR NO ENSINO SUPERIOR DO PROJETO DE NAÇÃO DA DITADURA MILITAR

A ideia central deste artigo é que a EPB se tornou uma disciplina vigiada, uma disciplina de controle dos governos militares para a construção da ideia de nação a partir dos valores, das intenções, dos objetivos da “revolução de 64” a serem alcançados ao longo dos anos da ditadura militar. Para isso, era necessário moldar a juventude universitária. Enfocamos a construção de reafirmar no interior das universidades que o Brasil vivia em uma democracia. Construiu-se uma cultura do consenso e pretensão de legitimidade ao longo dos dez primeiros anos conforme destaca Maria Rezende,

Partiu-se do pressuposto de que a pretensão de legitimidade não é atinente apenas aos regimes democráticos mas todos eles, inclusive as ditaduras, enfrentam o desafio de encontrar meios de alcançar reconhecimento entre os diversos segmentos sociais. Portanto, mesmo não havendo qualquer traço de legitimidade democrática no regime militar, não se pode afirmar que este não se empenhava em encontrar meios de aceitabilidade para o seu projeto de sociedade (REZENDE, 2013: 12)

A recriação da disciplina Educação Moral e Cívica em todos os níveis ensino, inclusive no ensino superior foi uma marca educacional da ditadura militar após o ano efervescente de 1968, pois, era necessário afastar os estudantes universitários do chamado “perigo comunista” como afirma o professor Patto (2014), quando eles tentaram legitimar o seu projeto de poder por meio do ambiente educacional, assim os militares da caserna que assumem o poder em 1964 constroem por dentro dos espaços de poder Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), Conselho Federal de Educação (CFE) e Ministério da Educação e Cultura o retorno do moral e do civismo como prática educativa cívico-nacionalista em tempos de ditadura militar. Para tanto, a disciplina EPB passava por diversos problemas de execução como a desconfiança em torno desta disciplina acadêmica no currículo universitário (ALVES, 2022).

A discussão que propomos ao longo deste trabalho em torno da disciplina EPB e suas relações com o Projeto Rondon é compreender através do projeto educacional que a ditadura militar de 1964 consolidou um produto social em torno do projeto cívico-nacionalista que foi constantemente criticada oito anos depois a partir de 1977 com diversas críticas no interior da universidade a esta disciplina acadêmica. Portanto, em torno do Projeto Rondon houve-se a construção de um consenso e de um consentimento por dentro da disciplina EPB.

O movimento de resistência aos regimes autoritários e ditaduras têm sido, em geral, supervalorizados nas experiências do século XX, seja quanto às suas dimensões quantitativas seja quanto às qualitativas. Sem desconsiderá-las, inclusive como objetos de pesquisa, não raramente essa ênfase está ligada à luta política, que acaba por encobrir o papel que tiveram num contexto marcado pelo consenso e pelo consentimento em torno de um regime autoritário. (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010: 13)

Portanto, através da disciplina EPB e suas faces com o projeto Rondon a tentativa de construir um projeto de nação ao moldes da ditadura militar de 1964, portanto, a necessidade de atrair a juventude universitária para o projeto de Brasil

Grande, a pesquisa revela o jogo de ambivalências em torno do projeto de poder militar instaurado no Brasil, onde rompem-se visões maniqueístas e colocam a sociedade diante do espelho (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010:13) em torno das ações sociais desses sujeitos históricos em tempos de ditadura militar. Nessa direção, a fim de fugir dos binômios e aproximar-me dessas ambivalências podemos afirmar que,

Diante do espelho, não raro, descobrem-se mesmo como parte de sua engrenagem, a gestá-lo, alimentá-lo. Em todo caso, as respostas variaram nesse percurso, que esteve longe de ser retilíneo, estendendo-se ao longo de décadas. Apenas lembrar como as dicotomias estritas, frequentes a princípio, como colaboracionismo ou resistência, deram lugar a um quadro mais complexo e fino das muitas relações possíveis das sociedades com os regimes autoritários e ditatoriais. (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010: 12)

A disciplina EPB coloca em cena novos agentes educativos (militares e juristas), nesse sentido tem a função de limitar o pensamento e a ação pedagógica do professor. Era a ideia de construção do “não dizer” como política educacional do Estado brasileiro para legitimar o regime militar de 1964. Era necessário atrair a classe estudantil universitária para afastá-la das concepções consideradas desvirtuadas da moral e dos bons costumes na sociedade brasileira.

Pretendemos abordar ao longo deste artigo a experiência dos estudantes universitários no que tange a sua participação dentro do Projeto Rondon como prática educativa da disciplina universitária Estudo(s) de Problemas Brasileiros. Para isso, concordamos com as reflexões de Rollemberg & Quadrat (2010) quando elas acabam moldando a ditadura militar no jogo de ambivalências, durante o período de 1967 a 1979, assim, elaboram novas interpretações para os tempos autoritários que 50 anos depois revisitam temas do passado recente brasileiro. Usamos as reflexões de E.P.Thompson, no que se refere a discussão do conceito de experiência, onde para o historiador inglês,

A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida (THOMPSON, 1981: 112).

Nessa direção cabe-se ressaltar que para o historiador Thompson (1981) a vida material dos sujeitos e suas experiências de vida fazem com que eles interpretem o mundo a partir de sua leitura particular, com isso, possibilitam construir um sentido histórico para suas ações no tempo, elaborando uma consciência de

classe para suas ações. No caso específico a ser abordado neste artigo a questão da disciplina EPB e sua relação com o Projeto Rondon, percebemos que eram consideradas faces da mesma moeda, pois, queriam construir a ideia de Brasil potência idealizado pela ditadura militar.

PROJETO RONDON E A EPB: O QUE NOS DIZEM AS FONTES HISTÓRICAS SOBRE A FACETA NACIONALISTA EM TEMPO DE DITADURA MILITAR?

A discussão sobre o PRo começou no ano de 1967 com a denominada “Operação Piloto”. O espaço privilegiado para o início das atividades do PRo foi a cidade de Porto Velho. No coração do Brasil. O lema da Operação Piloto era *A selva não é nossa inimiga* (ORIENTE, 2004: 17). No início o PRo contou com a participação de universitários ligados aos cursos de Medicina, Odontologia e Engenharia, eles teriam a missão empreendedora de “revolver parte dos problemas existentes em regiões mais carentes”.⁶ Posteriormente, a política de atuação mudou para os seguintes campos: educação, desenvolvimento comunitário, pesquisas, apoio administrativo e assessoramento técnico.

Não demorou muito para que a ideia se concretizasse com enorme receptividade. Sob a coordenação do Prof. Omir Fontoura, catedrático de Geografia da Universidade Fluminense, com a participação de 31 estudantes de Medicina, Engenharia, Geociências, Documentação e Comunicação. Participaram as seguintes universidades: Universidade do Estado da Guanabara, Pontifícia Universidade Católica e Universidade Fluminense. Todos os participantes com vivo interesse, iniciaram o trabalho pioneiro no Brasil. Participaram para a parte prática, na organização do grupo. Para que tudo corresse com ânimo e ordem, decidiram que as reuniões seriam na reitoria da UEG, com palestras para conhecimento teórico da região. Com a finalidade de conhecimento mútuo por parte dos alunos, foi idealizada uma carteira de identificação dos participantes com dados pessoais, tipos de sangue, fator RH e outras, inclusive vacinas. Cada estudante recebeu a importância de CR\$ 300,00 para algumas despesas. O transporte foi feito em avião, custeado pelo Ministério do Interior. Com o lema *A Selva Não é Nossa Inimiga*, partiram às 11 horas do dia 11 de junho de 1967, num aparelho do DNOCS. Prefixo PD-FNE, do Rio de Janeiro, com destino a Porto Velho, Capital de Rondônia. No dia 14, às 14 horas, outra turma seguia para o mesmo destino (ORIENTE, 2004: 17).

Durante a Operação Piloto pretendeu-se, por parte da ditadura militar, documentar o êxito do PRo. A volta do grupo de estudantes sulistas deveria ser na

⁶ ORIENTE, loc. cit.

conscientização de que o trabalho em torno do referido projeto não poderia parar. A ação universitária deveria estar voltar para o lema *Integrar para não Entregar*, do capitão Lauro Bastos Filho, sobre a ação do 5º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) que voltando da selva amazônica afirmou: “o batalhão está trabalhando dia e noite para integrar a região amazônica e não a entregar a cobiça, à miséria e ao pauperismo” (ORIENTA, 2004: 17).

A profa. Edilza Fontes afirma que após o golpe civil-militar de 1964 houve modificação no planejamento pensado para a região amazônica, onde nesse contexto foram implementados planos de desenvolvimento regional partindo do governo federal (FONTES, 2021: 242). A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) serviu como instrumento essencial da “Operação Amazônia” durante a gestão do presidente Castelo Branco (1964-1967). Uma nova política de incentivos fiscais foi implementada e criou-se o Banco de crédito da Amazônia (BASA).

A floresta era considerada empecilho para o progresso da região, por isso, ocorreu o incentivo de exploração dos recursos naturais, a derrubada massiva da floresta e a expansão do capital no interior da região amazônica servindo como atrativo para o aumento de migrações internas, implementação de incentivos fiscais e o acelerado processo de transformação das terras em mercadoria (FONTES, 2021, p. 244).

Os planos têm uma leitura da região onde a natureza e a sociedade amazônica estão fora do tempo, estão num tempo passado, estão num tempo da conquista, da colonização. Os conceitos de vazio demográfico e indolência do homem nativo são o tempo inteiro reafirmado para oferecer uma imagem da região onde o progresso e a civilização precisava chegar (FONTES, 2021: 242).

A perspectiva de integrar para não entregar deveria ser colocada em ação pela ditadura militar através da Operação Amazônia, como demonstra a historiadora Edilza Fontes, pois, o novo Brasil pensado pelo poder castrense percebia a floresta como atraso, havendo a necessidade de ocupar os “espaços vazios” (FONTES, 2020: 25). O discente de EPB deveria estar alinhado ao discurso pensado pela ideia de ordem, desenvolvimentismo e progresso para região amazônica, haja vista, que o Nordeste e a Amazônia estão contidos no conteúdo curricular da disciplina EPB conforme as diretrizes legais do CFE.

O movimento do PRO deveria servir de exemplo para atrair outros jovens universitários ao projeto de poder da ditadura militar e, assim, afastá-los das con-

cepções consideradas subversivas dentro daquele contexto, mesmo que não surtisse efeito em determinados momentos. Foram recebidos em sua volta para realizar entrevistas aos jornais, televisão e rádio, e para transmitirem aos alunos de diversas escolas, o que viram e executaram naquela região amazônica de difícil acessibilidade (ORIENTE, 2004: 19-20). O regimento do PRO apresenta os 10 princípios que deveriam ser seguidos pelos rondonistas:

- I. Conhecimento da realidade brasileira;
- II. Participação da juventude no processo de desenvolvimento;
- III. Participação da Universidade no Desenvolvimento;
- IV. Interiorização da Universidade;
- V. Prestação de Serviços aos órgãos públicos;
- VI. Participação ativa e consciente da comunidade no processo de desenvolvimento;
- VII. Integração Nacional;
- VII. Interiorização e fixação de mão-de-obra;
- IX. Adequação profissional às realidades e exigências do mercado de trabalho;
- X. Preparação do universitário para o exercício consciente da cidadania, com fundamentos nos princípios do idealismo que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais (ORIENTE, 2004: 27).

Os objetivos gerais e os objetivos básicos do PRO são assim destacados por Esther Oriente:

Objetivos Gerais:

- Proporcionar ao universitário o contato com a realidade brasileira em toda a sua plenitude e complexidade;
- Conscientizar as futuras lideranças, das reais necessidades do país;
- Criar uma mentalidade nacional de participação comunitária;
- Engajar o universitário na construção do progresso nacional;
- Levar às diversas regiões do país, o idealismo, o altruísmo, o dinamismo e o embasamento cultural;
- Colaborar com a universidade, visando ao ensino menos teórico, menos academicista e mais prático, mais vivido e mais prático.

Objetivos Básicos:

- Integração Nacional.
- Prestação de Serviços (ORIENTE, 2004: 27-28).

O presidente Costa e Silva participou do evento, na cidade do Rio de Janeiro,⁷ durante o seu discurso direcionado aos estudantes o presidente fez um apelo aos estudantes brasileiros, pois, a ditadura militar estava dando sinais concretos de seriedade a sociedade brasileira, assim, ele constrói a ideia de Brasil potência dizendo durante a cerimônia que

[...] o governo da república sente de seu dever pedir a atenção da juventude estudiosa para a necessidade de refletir sobre as dificuldades da situação nacional, que grupos inconformados procuram agravar, e, assim, tentar abrir um fosso entre governados e governantes para o efeito de restaurar, em escala nacional, o estado de coisas abolido em 1964. O governo compreender o ardor e a violência da expressão das aspirações juvenis e vem dando, dia por dia, provas concretas de seriedade, tolerância e paciência.⁸

Para o presidente Costa e Silva o governo precisava aproximar-se do movimento estudantil universitário, apostava no PRO como um elemento fundamental para a construção do projeto de nação pretendido pelos governos militares. Destacando a ação policial contra os “elementos que haviam se misturados aos estudantes”⁹ dentro do espaço universitário, o presidente Costa e Silva afirmou que o ambiente universitário estava democrático e que prezava pela liberdade de expressão do movimento estudantil.

[...] nem por isso, até agora, o governo lançou mão de qualquer um dos recursos legais ao seu alcance. Exemplo vivo, pelo seu alcance de respeito da liberdade de palavra e de crítica está na sua atitude em face da imprensa, que diz o que quer na linguagem da sua escolha, sem a mais leve restrição, e, valendo-se aliás, dessa liberdade, vem contribuindo, voluntariamente ou involuntariamente, para exacerbar os ânimos e inflamar as paixões dos moços, e facilitar a ação dos empreiteiros da inquietude e do alarme social.¹⁰

Formou-se um Grupo de Trabalho com sede na cidade do Rio de Janeiro, ele estava subordinado diretamente ao MINTER, tinha como finalidade promover estágios de serviços a estudantes universitários. O objetivo do PRO era conduzir a

⁷ COSTA e Silva apela aos estudantes. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 29 jun. 1968. 1º caderno, p. 3.

⁸ COSTA e Silva apela aos estudantes, loc. cit.

⁹ COSTA e Silva apela aos estudantes, loc. cit.

¹⁰ COSTA e Silva apela aos estudantes, loc. cit.

juventude a participar do processo de integração nacional e seu era “integrar para não entregar”. Um jogo de palavras que dizia muito sobre o sentido ideológico pretendido pelos militares para a juventude no pós-1968, ou seja, havia a necessidade de “ocupar” o estudante universitário no período de férias para que não ficasse ocioso e fizesse ações consideradas subversivas pelo regime vigente.

Criado em 11 de julho de 1967, durante o Governo Militar, o Projeto Rondon tinha como lema “integrar para não entregar”, expressando um ideário desenvolvimentista para o país, articulado à doutrina de segurança nacional, característica daquele Governo. Resultado da união de diferentes povos, carregado de sincretismo cultural, o Brasil, país com dimensões continentais, apresenta uma diversidade social e econômica muito grande. O Projeto nasceu com o objetivo de levar a juventude universitária, por meio de participação voluntária, a conhecer a realidade deste país e, principalmente, fazer com que os jovens contribuíssem para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, ampliando o bem-estar da população (GONÇALVES, 2017: 9).

O Grupo de Trabalho tinha a função de organizar os planos e projetos específicos do PRO, sendo composto por representantes dos seguintes órgãos federais: Ministério do Interior; Ministério da Educação e Cultura; Ministério da Marinha(MM); Ministério do Exército (MEX); Ministério da Aeronáutica (MAER); Ministério dos Transportes; Ministério da Agricultura; Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral; Ministério da Saúde; Movimento Universitário do Desenvolvimento Econômico-Social (MUDES); Conselho de Reitores representando as entidades do ensino superior. A referida legislação (Decreto nº 62.927) apresenta que integrará a equipe do Grupo de Trabalho um representante da Universidade da Guanabara (UEG), pois, ela tem sua participação pioneira no Projeto. Portanto, o Projeto Rondon era articulado com diversos órgãos e queria a legitimidade do movimento estudantil universitário para a sua plena execução.

O núcleo central das ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho estava sob a responsabilidade dos representantes dos seguintes órgãos: Ministério do Interior, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Marinha, Ministério do Exército, Ministério da Aeronáutica e Conselho de Reitores. A função deles, segundo o Decreto-Lei, seria de orientar, coordenar e prover o apoio às atividades do PRO. A função do coordenador-geral era de sempre julgar necessário os objetivos do projeto e ocorrer a motivação dos jovens universitários à criação de subgrupos regionais com atuação em um ou mais Estados ou territórios de atuação. O historiador Gabriel Lima destaca que

Além disso, o Ministério do Interior, criado pela ditadura militar em 1967, era o setor governamental mais próximo da expedição e não poupava esforços para fomentar o culto a Rondon como herói nacional. Simultaneamente a operação nacional, a operação piloto, o ministro Albuquerque Lima engaja-se pessoalmente nas preparações para as comemorações do aniversário de nascimento do marechal. Em exposição de motivos que apresentou ao presidente da república, em 27 de julho daquele ano com o objetivo de demandar pensão especial para os membros da comissão Rondon ainda vivos, o marechal era lembrado como um “chefe predestinado” e como um dos mais ilustres “filhos da pátria” brasileira. Rondon e seus auxiliares eram tidos como “verdadeiros construtores da nacionalidade” (AMATO, 2019: 66-67).

Os acontecimentos de 1968, desde março até junho, são rememorados na fala do presidente Costa e Silva, destacava-se as ações do governo no combate aos inimigos considerados subversivos. O presidente advertiu que o seu governo estava monitorando as ações estudantis. A tentativa de atrair a juventude universitária para o projeto pensado no pós-1968 vem no sentido de construir uma relação harmoniosa com o espaço universitário.

[...] o governo dispõe de provas irrefutáveis da atuação de elementos vinculados, ainda e sempre, a recente passado de anarquia moral, administrativa e financeira, cujo fito é a inescrupulosa exploração da inexperiência, da boa-fé e da corajosa necessidade de sacrifício dos estudantes para induzi-lo a ações que, contraria a paz pública, tiveram de ser contidas.¹¹

A interpretação do Jornal O Globo sobre o Projeto Rondon no ano de 1968 contradiz o discurso apresentado pelo presidente Costa e Silva. Por exemplo, durante a preparação para a segunda fase do PRO, no que se refere às suas operações regionais, podemos observar a adesão/participação de estudantes universitários ocorrida em sua primeira fase.¹² O jornal *O Globo* apresenta os dados finais:

Os números finais do Projeto Rondon nº 1 são apresentados em O GLOBO em primeira mão: 176.504 médico-enfermo-odontológicos; 12.785 atendimentos agropecuários; 28 projetos elaborados pelos 51 acadêmicos de Engenharia participantes; 17 projetos geológicos e 20 coletas de amostras ao longo de 55 mil quilômetros quadrados percorridos pelos 15 estudantes de Geologia; 1.270 pessoas ouviram palestras de dois acadêmicos de Teologia. Os 174 componentes do grupo de Medicina atenderam a 57.233 pessoas, aplicaram 48.107 vacinas, realizaram 187 pequenas cirurgias, 45 cirurgias hospitalares e 22 partos. Os 71 integrantes do grupo de

¹¹ COSTA e Silva apela aos estudantes, 1968: 3.

¹² DADOS Finais. O Globo, Rio de Janeiro, 17 jun. 1968. Geral: 3.

Odontologia atenderam a 14.283 pessoas, realizando 20.609 extrações, e 625 cirurgias dentárias. Os 17 estudantes de enfermagem fizeram 815 visitas, atendendo a 2.047 pessoas. Quatro acadêmicos de Farmácia fizeram 768 exames de laboratório, 19 acadêmicos de Serviço Social fizeram 12.844 atendimentos socioeducacionais e 311 palestras versando em sua maioria sobre noções de higiene. Os 57 componentes do grupo de Engenharia Florestal fizeram 1.022 consultas, e 124 palestras; recolheram 320 amostras de solo e visitaram 62 fazendas. Os 42 membros de Veterinária fizeram 538 atendimentos, 10.296 vacinas, 51 palestras e aplicaram 108 testes. Entre os projetos elaborados pelos acadêmicos de Engenharia figuram os de 18 quilômetros de estrada na BR-230 e BR-226; de 140 casas populares geminadas e isoladas; plantas de um matadouro municipal; praça de esportes; estudos do problema de energia elétrica, em Guajará-mirim; locações topográficas para ampliação de aeroporto de Xapuri, e estudo de possibilidade de se trazer água de colônia indígena de Guajará-Mirim, por meio de bombas e motores a óleo ou gasolina.¹³

Os estudantes eram caracterizados como empreiteiros da anarquia, de subverter a ordem com a finalidade de avaliar e substituir o regime.¹⁴ Era necessário combater o inimigo interno e o governo estava preparado para essa missão. Durante a sua fala na cerimônia de instalação do Grupo de Trabalho, o presidente Costa e Silva reafirmou o diálogo com a classe estudantil universitária, evidenciando que “o governo precisava ter entendimentos francos, profundos e completos com a juventude”.¹⁵ Por fim, Costa e Silva apresentou quatro objetivos a serem alcançados em relação à educação brasileira, são eles:

(a) ouvir atentamente os estudantes; (b) estudar-lhes as aspirações com o melhor espírito de harmonizá-las com os meios disponíveis no momento; (c) oferecer-lhes melhores condições para a vida a que se destinam; (d) assegurar-lhes plena liberdade de reunião e expressão, desde que o uso da liberdade não interfere no direito a igual liberdade de seus concidadãos, não perturbem a ordem pública e respeite os direitos alheios.¹⁶

O PRO foi destaque em diversos filmes produzidos pela Agência Nacional. Por exemplo, no ano de 1968 os jovens universitários saíram da cidade do Rio de Janeiro com destino à região amazônica. Eles iriam conhecer diversas realidades da Amazônia viajando no navio Barroso Pereira. O embarque ocorreu no cais da

¹³ DADOS Finais, 1968: 3.

¹⁴ COSTA e Silva apela aos estudantes, 1968, p.3.

¹⁵ COSTA e Silva apela aos estudantes, loc. cit.

¹⁶ COSTA e Silva apela aos estudantes, loc. cit.

praça Mauá, no estado da Guanabara (RJ). Estavam presentes personalidades do governo federal que não são mencionados na peça publicitária, bem como de familiares dos estudantes.¹⁷

Havia uma intensa propaganda, dentro e fora da ditadura militar, em torno do PRO. Por exemplo, o jornal *O Globo* noticiou que o Projeto Rondon ganhou destaque na Universidade do Samba Boêmios da Campina (USBC), foi tema da Escola de Samba do bairro¹⁸ localizado na cidade de Belém (PA). O samba-enredo é de autoria de Valter Mesquita e César Brasil,¹⁹ os mais antigos e prestigiados sambistas da capital paraense. No ano de 1969 a USBC contou com a participação de “300 figurantes e suas alegorias representarão os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes universitários na região amazônica durante as férias dentro do programa do Projeto Rondon.”²⁰

O carro-chefe simbolizará a fachada de uma Universidade, com a inscrição Universidade Integrada. Nele estarão 14 jovens representando os estudantes, uns sentados e outros em pé, carregando livros. Um outro carro simbolizará os rios da Amazônia, onde os jovens em canoas representarão os estudantes do projeto Rondon em seu deslocamento para o interior, quando fazem uso dos mais diversos tipos de transportes, inclusive dos mais diversos tipos de embarcações impulsionadas a remo, o que poderá mostrar ainda, o perigo ainda em que os jovens estão expostos, principalmente pela falta de prática. Um tapiri (Casa do caboclo amazônica em palha), com um casal e várias crianças, representarão parte da missão do Projeto Rondon. No mesmo carro, vários estudantes do projeto simbolizam o atendimento médico-dentário aos moradores do tapiri, enquanto uma moça faz anotações e conversando com o “dono da moradia”, como se tratasse de assuntos relacionados com o levantamento socioeconômico da área. E finalmente, o último carro terá o mapa do Brasil com o emblema do Projeto Rondon ao centro. Um jogo de luzes, mostrará os Estados cujos estudantes tenham participado do Projeto ou estejam integrados ao projeto Rondon III.²¹

¹⁷ PROJETO Rondon (1968). Cinejornal Informativo nº 126 (1968). Produção: Agência Nacional. Publicação: Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: YouTube Vídeo Editor, 1968. 1 vídeo (44seg.). Disponível em: <https://tinyurl.com/y5k5wgh5>. Acesso em: 19 set. 2020.

¹⁸ Segundo o jornal *O Globo* (1969), foi fundada em 1 de março de 1952, com o nome de Dissidentes de Campinas, uma vez que resultou da separação do antigo bloco carnavalesco. Seu primeiro êxito aconteceu no ano seguinte quando conseguiu a vitória. Foi vice-campeã em 1954 e tricampeã em 1955, 56 e 57. Em 1958 tornou-se vice. Em 1959 a escola de samba tornou-se vice. O segundo tri foi conquistado em 1965, 66 e 67. A escola nunca conheceu um terceiro lugar.

¹⁹ RONDON fez parto em Goiás e traçou cidades no Pará. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1969: 2.

²⁰ RONDON fez parto em Goiás e traçou cidades no Pará, loc. cit.

²¹ RONDON fez parto em Goiás e traçou cidades no Pará., loc. cit.

A letra do samba-enredo da Escola de Samba do bairro da Campina em Belém destaca as ações do PRO na Amazônia, determinadas pelo governo federal no sentido de mobilizar a integração nacional, demonstrando que a região era uma fronteira aberta para o progresso e para o desenvolvimento pretendido pela ditadura militar. Existe um chamamento através do Projeto Rondon para a existência de uma “nova vida” no espaço amazônico. A juventude brasileira serviria para a construção do projeto de nação desejado. O samba-enredo assim destaca:

Campina, sempre foi tua sina
Escolher o que é bom
Nossa Escola proclama
Tanto Amor, tanta fama do Projeto Rondon,
Coro: Despertar Amazônia querida,
Tu verás nova vida com o Projeto Rondon,
Na campanha de Integração contra o Entreguismo,
Que deixou de ser lirismo,
E hoje é realidade,
Embrenhada do Sertão,
Tornando Alegre a Solidão,
Na jornada do Humanismo,
Vai a juventude estudiosa da cidade,
Coro: Despertar Amazônia querida,
Tu verás nova vida com o Projeto Rondon,
Cantemos em coro no final da exaltação,
Aos caravaneiros do projeto Rondon,
Amazônia é um mundo novo que não pode regredir,
Era a alma do povo que estava a pedir,
Cantemos, o que a vida nos ensina,
Esta é a homenagem dos Boêmios da Campina.²²

O coronel Mauro da Costa Rodrigues era o coordenador do PRO durante o ano de 1968. Havia a intenção de fazer a integração da universidade com as operações do projeto.²³ Para ele, uma das ações a ser desenvolvida era a criação de campi avançados em diversas regiões do país. A ideia era que eles permitiriam a integração da universidade brasileira com os problemas nacionais.

Os campi avançados eram espaços de vivência dos problemas locais a serem observados pelos estudantes universitários. A instalação do plano piloto ocorreu na cidade de Boa Vista. O coordenador geral do PRO afirmou que “era uma oportunidade de os universitários realizarem estágios”. A perspectiva do plano piloto era que a experiência possibilitasse um maior contato com a realidade nacional.

²² Fonte: Jornal O Globo, 1969: 2

²³ UNIVERSIDADES integrarão melhor a operação Rondon. O jornal, Rio de Janeiro, 8 abr. 1969: 9. 1º caderno.

O coronel Jarbas Passarinho assumiu a pasta da Educação e Cultura no dia 30 de outubro de 1969, durante a gestão do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A revista *VEJA* publicou uma entrevista com o filho do novo ministro, Jarbas Gonçalves Passarinho Júnior. O jovem universitário possuía 20 anos e era discente do terceiro ano do curso de Medicina da UFPA.

O historiador Carlos Fico afirma que após o AI-5, o Conselho de Segurança Nacional aprovou o chamado *Conceito Estratégico Nacional*. No referido documento foram estabelecidas várias diretrizes governamentais que definiam o cidadão como responsável pela segurança nacional (FICO, 2017: 67). No contexto de guerra ideológica, os regimes militares latino-americanos usando da concepção de “segurança nacional” afirmavam que era necessário colocá-la em prática, pois, eles queriam combater o comunismo. O país vivia uma guerra interna e foi instalado a partir da ESG um debate sobre o inimigo interno durante os anos 1960, e no caso brasileiro, o inimigo era o brasileiro “subversivo” (FICO, 2017: 67). Dentro das universidades públicas o combate aos estudantes foi intensificado, muitos estavam influenciados pela utopia revolucionária desde a revolução Cubana ocorrida em 1959.

O ambiente hostil na cidade de Belém quando fora aprovado para o curso de Medicina na UFPA demonstrava que o ambiente universitário no *campus* do Guamá era considerado bastante apreensivo por parte dos discentes opositores a ditadura militar, pois, o jovem universitário não era visto como discente, mas o filho do ministro de um governo que não dialogava com o movimento estudantil. Como forma de protesto foi colocado um cartaz na Faculdade de Medicina com o desenho de um grande pássaro, carregando no bico um pássaro menor. Fazia referência de que as ideias do pai ministro também estavam conectadas com o filho estudante universitário.

Durante entrevista à *VEJA*, Jarbas Júnior defendeu o pai e defendeu as ações do governo em relação à classe estudantil. O filho do ministro era contra a expulsão de alunos universitários, exceto “por questões consideradas muito sérias”,²⁴ o que se tornava uma questão um tanto contraditória, pois, não deixa explícito na entrevista o que seriam essas “questões sérias” para os governos militares. Defendeu que os universitários tivessem um órgão de representação e que lutassem por mais vagas nas universidades.²⁵ Fez elogio ao PRO e às ações do governo no sentido de atrair a juventude universitária para o projeto de nação pretendida, afirmando que “é uma maneira de o estudante participar concretamente, em vez de ficar gritando slogans em praças públicas”.²⁶

²⁴ A CALMÁRIA das universidades. *VEJA*, [São Paulo], 12 nov. 1969: 58.

²⁵ A CALMÁRIA das universidades, loc. cit.

²⁶ A CALMÁRIA das universidades, loc. cit.

A imagem do PRO perante os militares que atuavam no governo também foi destacada na entrevista, pois, este projeto extensionista tornou-se um presente do governo para os estudantes que participavam no período de férias trabalhando a favor do Brasil. Era exercido o dever cívico dentro das operações nacionais realizadas em regiões distantes do país. Os estudantes que aceitavam este “presente do governo”, atuavam entusiasmados no projeto, apesar das críticas e ações de resistência dentro do PRO. Segundo a revista, a finalidade do governo Costa Silva ao criar o Projeto Rondon²⁷ foi desviar o estudante universitário das preocupações com as questões políticas nacionais e internacionais.

A integração do projeto com a Educação no pós-1968 foi reafirmada. Ao assumir a pasta da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho convidou para secretário geral do MEC o primeiro-coordenador do PRO, o tenente-coronel Mauro Costa Rodrigues,²⁸ no sentido de aproximar a juventude universitária do projeto pretendido pelos militares.

O tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues era oficial da arma de cavalaria e do Estado-Maior do Exército. Com Jarbas Passarinho assumindo a pasta da educação o “homem do Rondon” assumiu a função de secretário-geral dentro do MEC, sendo responsável pelo planejamento e coordenação das atividades do Ministério. Segundo a revista *VEJA*, Mauro da Costa Rodrigues viajou pelo país em 1967, percorreu por 180 dias diversas regiões e, com isso, conheceu o interior do Brasil. A sua experiência no Projeto Rondon o credenciou para assumir a secretaria geral no MEC.²⁹ Ele afirma: “graças aos meus dois anos no Projeto Rondon visitei centenas de escolas e universidades”,³⁰ defendia a ideia de que a relação é a “pedra de base de desenvolvimento e da segurança nacional”.

Para o tenente-coronel Mauro Rodrigues os estudantes deveriam participar diretamente das ações administrativas do MEC. Pretendia levar estudantes universitários para conhecer a rotina administrativa no interior do ministério, uma forma de aproximação do Governo com a classe estudantil universitária. A revista *VEJA* destaca que o ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho con-

²⁷ BRASIL. Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968. Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%2C%20em%20car%C3%A1ter%20permanente%2C%20o,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 21 set. 2018.

²⁸ Nasceu em 1927 na cidade do Rio de Janeiro. Foi Coronel e Secretário da Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul em 1973.

²⁹ O primeiro time de passarinho. *VEJA*, [s. l.], Educação, 12 nov. 1969: 64.

³⁰ O PRIMEIRO time de passarinho, 1969: 64.

vidou o jovem estudante de Direito de 21 anos, Rodrigo Otávio Costa, considerado o representante dos estudantes no Ministério.³¹ A revista criticou a escolha devido o rapaz ser filho do coronel Otávio Costa. O jovem universitário não pensava como os estudantes que participaram da pesquisa encomendada pela *VEJA*. Ele considerava-se capacitado para assumir a função administrativa no MEC, pois conhecia os dois lados (do governo e dos estudantes universitários no país), afirmou para a revista que os alunos protestavam porque conheciam apenas um lado da história.³²

Rodrigo Costa apresentou à revista as concepções sobre o movimento estudantil universitário e destacou ser contra as greves e passeatas, mostrando-se a favor do ensino público pago e como argumento afirmou que muitos colegas de sua turma na Universidade Cândido Mendes possuíam a mesma perspectiva ideológica. A postura pró-ditadura de Rodrigo Costa evidencia que mesmo depois da turbulenta relação com o movimento estudantil desde 1968, havia jovens universitários favoráveis a política educacional implementada para as universidades, o jovem universitário considera sua nomeação pelo ministro Jarbas Passarinho “uma promessa de novos dias”.³³

O PRo era um fator de integração nacional.³⁴ Com a tentativa de ganhar o apoio da opinião pública em relação ao projeto, os estudantes relataram suas experiências na televisão. *O Jornal* noticiou que os estudantes participaram da operação nos confins da Amazônia, bem como em diversos pontos de nossa fronteira, como no interior brasileiro que não estava desbravado.³⁵ O papel assumido pelo Exército nas operações nacionais do PRo também foi destaque. Havia a importância de aliar o Exército brasileiro ao papel de integração nacional, o que juntamente com a juventude universitária ajudariam na construção de um Brasil em franca expansão e desenvolvimento econômico e social. O Exército era considerado a unidade de espírito cívico e a presença do Brasil em todo o território nacional.

O ministro da educação, Jarbas Passarinho, considerava que o PRo tinha o papel de levar assistência médica para todas as regiões brasileiras e o governo reuniria os esforços para apostar suas fichas no projeto. Especialmente na área de Medicina, por isso, destacou que

Seria muito importante para o país, pois, a situação da Medicina, por exemplo, mostra que o Rio – Copacabana principalmente, é a

³¹ *Ibid.*: 65.

³² *Ibid.*:65.

³³ *Ibid.*: 65

³⁴ FATOR de integração nacional. *O Jornal*, 26 mar. 1969. 1º caderno, p. 3.

³⁵ FATOR de integração nacional, loc. cit.

região que tem mais médicos no mundo; enquanto a maior parte do país, não tem nenhuma assistência. A prestação de serviço seria uma forma de interiorização da assistência: este é o espírito do Projeto Rondon.³⁶

O ministro Jarbas Passarinho, durante o seu discurso de posse, destacou a importância do PRO para as ações que seriam desenvolvidas pelo MEC, trazendo em sua mensagem aos estudantes brasileiros que “não querem ser farsantes, e nem ser vítimas de farsas. Antes preferem participar que serem marginalizados do processo de afirmação do Brasil. Aí, está no vitorioso Projeto-Rondon, a prova do altruísmo e da capacidade de participação dos jovens”³⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Havia uma mobilização nacional tanto por meio do Ministério do Interior (MINTER), através das ações extensionistas, como pelo MEC com a necessidade de convencer a opinião pública brasileira a mudar a imagem da universidade e do universitário brasileiro. Esta perspectiva está presente seja nos jornais analisados no período em questão, bem como no Seminário sobre Assuntos Estudantis, evento ocorrido em fevereiro de 1976. A noção de guerra total estava presente no imaginário social pensado pelo governo militar durante os anos 1970 e os estudantes precisavam ser recrutados pelo governo.

Os estudantes universitários contestavam as políticas educativas pensadas pela ditadura militar. Percebemos que esses sujeitos que não optaram pela luta armada também faziam a sua resistência, ela acontecia por dentro do PRO, por exemplo, como forma de contestar as atividades cívicas e assistencialistas pensadas durante as operações nacionais durante os anos 1970 e 1980.

A disciplina EPB precisava ser reformulada. A sua perspectiva em atingir os objetivos da “revolução de 1964” foi pensada por meio do Seminário sobre Assuntos Estudantis organizado pelo MEC. Havia a necessidade de construir uma política de extensão universitária que aproximasse o discente do “Brasil Real” proposto pela ditadura militar. A tentativa de aproximar o Projeto Rondon das ações cívico-militares por dentro da disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros foi perdendo força por dentro das universidades no final dos anos 70, quando os estudantes universitários começaram a conhecer a realidade dos

³⁶ PASSARINHO “apoia década da educação”. O Jornal, 7 dez. 1969. 1º caderno: 3.

³⁷ PASSARINHO, Jarbas. Metas para a educação. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul. INEP – MEC. Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil. Boletim, número 3, 1970: 5.

problemas brasileiros e fazer críticas ao projeto educacional da ditadura militar após o ano efervescente de 1968. Com isso, novos temas e questões sociais começaram a surgir no interior das universidades por dentro da disciplina acadêmica estudada neste artigo, assim, propõem-se um olhar mais sociológico para o denominado campo dos “estudos brasileiros” a fim de elencar outros problemas nacionais como a fome, a desigualdade, o racismo, a constituinte, a questão da mulher, o indígena e a questão da reforma agrária, sendo espaço para próximo debate dentro desta discussão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Davison. Estudos de Problemas Brasileiros: a história de uma disciplina conflituosa e vigiada. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2022.

AMATO, Gabriel (2019). **Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: estudantes, ditadura e nacionalismo**. São Paulo: Alameda.

ANDRADE, Everardo; ALMEIDA, Juniele (2019). Em busca de tempos de experiência: História de vida, profissão e narrativas de professores na pesquisa educacional. *In*: _____ . **História oral e educação**. São Paulo: Letra e Voz: 13-40.

DE LUCA, Tânia (2005). História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto: 111-153.

FALCON, Francisco (2002). **História Cultural: uma visão de cultura e sociedade**. Amsterdã: Elsevier.

FICO, Carlos (2017). **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto.

FONTES, Edilza (2021). “Chega de lendas, vamos faturar”: A floresta Amazônica nos discursos dos governos militares (1964-1985). *In*: RIBEIRO, Vanderlei; SECRETO, Maria Verônica. **O rural em América Latina: perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço: 237-252.

FONTES, Edilza. A construção do campus da UFPA, Operação Amazônia e governos militares. *In*: FONTES, Edilza; ROCHA, Davison. **Governos militares na Amazônia: política educacional, conflitos, legislações agrárias, a operação Amazônia, cultura histórica e os direitos humanos**. Belém: Cabana, 2020: 17-25.

GADIVA, J.; PUENTES, Johnny (2007). História e historiografia: construção de novas tendências teóricas. *In*: PÔRTO JR., Gilson. **História do Tempo Presente**. São Paulo: Edusc.

GONÇALVES, Daniel (2017). **Projeto Rondon: a força aérea brasileira integrando o Brasil**. Rio de Janeiro.

MOTTA, Rodrigo (2014). **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PÔRTO JR, Gilson (2007). **História do Tempo Presente**. São Paulo: Edusc.

REIS, Daniel (2014). **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

TELES, Edson; QUINALHA (2020). **Espectros da ditadura: da comissão da verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária.

THOMPSON, Edward (1981). **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ORIENTE, Esther (2004). **Projeto Rondon – Integrar para não entregar**. Goiânia: Kelps.

VEIGA, Cynthia (2008). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. São Paulo: Autêntica.

THIAGO BRONI DE MESQUITA

GABRIEL DA SILVA CUNHA

**“NÃO HOUVE DITADURA”:
NEGACIONISMO HISTÓRICO
EM TORNO DA DITADURA
MILITAR NO BRASIL, LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E O
PNLD 2020/2022**

INTRODUÇÃO

Iniciamos esse trabalho rememorando a história da canção “Apesar de você” do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda que há pouco mais de 50 anos atrás confundia e desmoralizava o aparelho estatal de censura do regime militar. Aos olhos dos censores, o samba trazia em sua letra a história de um relacionamento infeliz, ao passo que, na voz do povo, a música se consagrava como um hino da chamada canção de protesto contra a ditadura militar. Não tardou para que os militares voltassem atrás e, em 07 de maio de 1971, a canção estava censurada.

Sabemos que a história da censura é um capítulo à parte na história da ditadura militar brasileira, mas o que nos causou estranheza nos últimos anos foi imaginar que, em 2019, o mercado editorial brasileiro se viu ameaçado a promover “autocensura” em suas obras em decorrência da ação política do novo governo que tomou posse em janeiro daquele ano.

Nesse artigo vamos falar sobre as polêmicas envolvendo o Edital de Convocação 01/2018 – CGPLI, que regeu o processo de aquisição de obras didáticas e literárias destinadas aos estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º anos) das escolas da educação básica pública das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal para o Plano Nacional do Livro Didático de 2020/2022.

Ao longo deste trabalho demonstraremos como o então ministro da educação, o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, utilizou o seu poder de agenda para tentar interferir no andamento de um edital para a seleção de livros didáticos, que já estava em andamento desde 2018. Buscamos oferecer ao leitor um olhar sobre como a polêmica estabelecida pelo então ministro é um convite a reflexão sobre o fato de que a disciplina história, ao longo dos anos, caminha em um campo minado de confrontos e disputas intelectuais, políticas e institucionais, o que já vem sendo destacado por Circe Bittencourt (1992) desde os anos 90.

Dois são os problemas centrais que pretendemos desenvolver. O primeiro deles parte do seguinte questionamento: como o maior programa de universalização de livros didáticos do Brasil, o PNLD, foi capturado por atores políticos com poder de agenda e poder de veto no contexto da tomada de posse do governo de Jair Messias Bolsonaro em janeiro de 2019? Já o segundo trata do seguinte problema: como editoras e autores de obras didáticas de história reagiram a pressão exercida pelo governo e o que mudou na abordagem das obras em relação a unidade temática da BNCC de História “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”.

Para responder a tais questões, dividimos o artigo em quatro unidades de diálogo. Na primeira apresentaremos um panorama sobre como grupos ligados ao então deputado federal Jair Messias Bolsonaro estabeleceram um contraponto em relação às comemorações dos 50 anos do golpe de 1964 e as ações, do então governo da presidenta Dilma Rousseff, no sentido de oferecer acesso a informações sobre a história da ditadura militar brasileira com a abertura de documentos, além da criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, que tinha como finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Num segundo momento, faremos uma abordagem sobre como a internet se tornou um importante espaço de negação da história, nos últimos anos, a partir da atuação de grupos que tem como finalidade a divulgação, em especial, de peças publicitárias baseadas em dados de caráter duvidoso e que atacam a produção de conhecimento histórico sobre temas amplamente discutidos na academia, como é o caso da história da ditadura militar brasileira.

Num terceiro momento demonstraremos como esses grupos geram um capital político que é utilizado pelos tomadores de decisão para basear seus discursos e direcionar seu poder de agenda, garantindo a amplificação da pressão sobre o mercado editorial e autores.

Por fim, na quarta unidade, traremos um recorte da pesquisa realizada pelo projeto “Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça: regimes autoritários e ditadura militar no Brasil, entre o conhecimento histórico e o conhecimento histórico escolar”¹, o qual mapeou todas as possíveis mudanças ocorridas em obras didáticas aprovadas para o PNLD 2020, de forma comparada com obras aprovadas em editais anteriores no que tange a história da ditadura militar brasileira.

INCOMODAS MEMÓRIAS REVELADAS: UM PONTO E UM CONTRAPONTO

As comemorações dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964 coincidiram com a realização da Copa do Mundo no Brasil no ano de 2014. Desde 2011 a Comissão Nacional da Verdade sacudia a poeira de baixo do tapete da memória dos porões da ditadura e projetos como o “Memórias Reveladas” colocavam em panos bem quentes os arquivos de uma “ditadura documentada”. Nas mais diversas escalas se reproduziram “comissões da verdade” para dar conta de questões que a CNV não

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido entre os anos de 2019-2020 junto a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Pará.

daria conta de responder. Em 2014 o Brasil e a caserna estavam diante uma incômoda memória: houve ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985 e esse era o ponto.

Naquele mesmo ano o historiador Carlos Fico, em entrevista ao site *El País*, já alertava sobre esse ponto. Para ele, havia uma expectativa de que os militares fossem instados pelos prejuízos que causaram a sociedade durante os 21 anos de ditadura militar no Brasil, apontando para necessária uma rediscussão sobre a Lei de Anistia, sobre a afirmou haver uma “questão geracional”. Segundo ele:

A minha geração entende que os militares não passam de funcionários públicos uniformizados. Essa geração que nos antecede parece vê-los com alguma cautela. É muito importante que a presidente Dilma supere isso e determine que os comandantes militares se pronunciem como foi recomendado. É uma questão histórica e política e depende da presidente (MARREIRO, 2014)²

Quatro anos antes, em artigo de 2010, o historiador já chamava a atenção sobre a circunstância na qual um acordo, entre militares e civis, permitiu a transição democrática em meados da década de 80 a qual, inclusive, dizia respeito à Lei de Anistia. Segundo Fico (2010), era um pacto que iria para além do debate sobre as torturas, perseguições e mortes. O “pacto” tratava, sobretudo, das irregularidades cometidas ao longo da ditadura por oficiais de diversas patentes.

Nos bastidores desse ponto de indigesta memória um contraponto vinha sendo escrito pelo ex-militar e, então deputado federal, Jair Messias Bolsonaro e seus filhos, também parlamentares. Podemos afirmar que, em 2014, não se imaginava que um contraponto escrito do gabinete de um parlamentar com baixa densidade política se tornaria numa onda conservadora e de extrema direita tal qual conhecemos hoje, entretanto, para muitos militares o “pacto”, selado nos anos 80, se esfacelava na medida em que memórias e documentos revelavam uma nova dimensão sobre a história dos governos que eles levaram a cabo durante 21 anos, enfim olhávamos a trave nos olhos por dentro do regime.

Boa parte da história da ditadura militar brasileira contada, antes da abertura dos arquivos, está registrada em fotos. São registros que mostram a resistência não somente ao golpe civil-militar de 1964, mas sobretudo a ditadura militar que esse golpe se tornou nos anos seguintes. Em 2014 as ruas foram novamente tomadas por manifestantes que queriam pautar esse capítulo da nossa história, mas essas mesmas ruas também deram espaço a um contraponto.

² EL PAÍS. FLÁVIA MARREIRO. DITADURA BRASILEIRA. “A sociedade como um todo foi violentada pela ditadura”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/11/politica/1418302801_859838.html. Acesso em: 05/10/2022.

Às vésperas do dia 30 de março de 2014, quando o golpe civil-militar de 1964 completaria seus 50 anos, na sacada da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Janeiro uma faixa exibia a seguinte mensagem “Ditadura nunca mais. Página infeliz da nossa história”. Em 28 de março de 2014, na página do *Twitter* do então deputado federal pelo Partido Progressista, Jair Bolsonaro, uma foto fazia o contraponto a faixa que demonstrava a repulsa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro à ditadura militar brasileira.

Na postagem aparecem ele, à direita, e seus filhos, o deputado federal pelo Partido Social Cristão, Eduardo Bolsonaro, ao centro, e o vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Progressista, Carlos Bolsonaro, à esquerda com uma faixa trazendo a mensagem “Militares: salve 31/mar/64. Não à ditadura cubana”³.

O registro, feito pela família de parlamentares, em frente ao Palácio Pedro Ernesto, ocorreu após uma das diversas marchas organizadas por partidos políticos e movimentos sociais, que saíram pelas ruas do centro do Rio de Janeiro em protesto contra a ditadura militar.

É importante lembrar que oito meses antes, protestos de rua tomaram conta de todo o país contra o aumento do valor dos combustíveis e, às vésperas da Copa do Mundo, havia um clima de insatisfação sintetizado no movimento “Não vai ter Copa”, oriundo dos movimentos que acontecem no ano de 2013 e que, àquela altura, supostamente não eram bem “compreendidos” pela classe política no poder desde 2002.

Para Céli Regina Jardim Pinto (2017), desde a luta pela redemocratização do país, nos anos oitenta, se observava as ruas sendo ocupadas por movimentos cujo alinhamento político estava no espectro de centro-esquerda e de esquerda, contudo, para ela, nos movimentos de 2013 e 2014 o alinhamento dos manifestantes migrou para posições políticas de centro e de direita. Segundo a autora:

As jornadas de junho de 2013 não tiveram o principal protagonista das campanhas políticas de rua no Brasil desde a primeira eleição direta para presidente do país pós-ditadura, em 1989: o militante/eleitor do PT. Os doze anos de governo petista desgastou o discurso dos militantes, pelo próprio fato de ser poder, pelas alianças que foram feitas para governar, pela frustração da ausência de políticas mais à esquerda e, não menos importante, pelos escândalos de corrupção que vieram a público a partir de 2005, conhecidos como “mensalão”. (PINTO, 2017: 136)

³ Disponível em <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/449599160908406784>. Acesso em: 05/10/2022.

Um capital político estava sendo gestado naquele contexto e compete lembrar que Pierre Bourdieu (2014), em diversos capítulos de sua sociologia política, adverte sobre os modos como atores políticos são reconhecidos e alçados como sujeitos capazes de agir politicamente. O capital político galgado por tais atores varia à medida em que são capazes de ocupar espaços, entre eles os meios de comunicação de massa.

Quando reflete sobre a construção do espaço político e o jogo parlamentar, Bourdieu afirma que o parlamento é um lugar do consenso regulado ou de dissensos, de modo que pessoas que não sabem conduzir bem as formas de expressar o dissenso são excluídas da vida política. O que salta os olhos na crítica de Bourdieu diz respeito ao que ele escreve a seguir, quando trata da televisão no novo jogo político.

Para ir mais depressa, é possível transpor (essa análise) para a televisão, que se tornou, infelizmente, um dos substitutos do Parlamento. Digo assim uma frase (...) em que é mostrado que o espaço político contemporâneo engloba coisas que não estamos acostumados a levar em conta numa descrição das esferas políticas: a saber, os institutos de sondagem, a televisão, os programas políticos etc., que são elementos (agora maiores) do espaço político real. (BOURDIEU, 2014: 462)

É lugar comum na ciência política a afirmação da mídia e da comunicação de massa como fonte de capital político. Dela advém, entre outros, o reconhecimento público, a estruturação de carreiras políticas, o debate público de ideias e o soerguimento de atores políticos que, ora excluídos da vida política por não saberem bem conduzir o dissenso em ambientes parlamentares, podem acumular capital político gerado na mídia e utilizá-lo em contextos favoráveis como uma via de estruturação da carreira para a ascensão a cargos importantes próprios da política.

Sabemos a complexidade da relação entre mídia e política, das resistências que um campo estabelece em relação ao outro, assim como da simbiose existente entre esses lugares e, sobre o tema, vale relembrar a clássica discussão de Luis Felipe Miguel quando aborda a relação entre meios de comunicação e a prática política afirmando que “é necessário, em primeiro lugar, o reconhecimento de que a mídia é um fator central da vida política contemporânea e que não é possível mudar este fato” (MIGUEL, 2002, p. 158).

O contraponto que vinha sendo escrito pelo então deputado federal Jair Messias Bolsonaro tinha o cenário político ideal para alça-lo do lugar onde

residem os excluídos políticos, que malversam suas dissensões no parlamento, para o centro de uma mídia que se retroalimentava do desgaste político acumulado pelos governos do PT no espectro político que se inicia com as jornadas de 2013/2014, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2015/2016), a atuação da força tarefa da operação Lava Jato (2014/2021) e a prisão do candidato à presidência da República Luis Inácio Lula da Silva em abril de 2018.

Em 2016, durante a votação do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff na Câmara de Deputados, o incomodo da caserna com as memórias reveladas entre 2011 e 2014 pela Comissão Nacional da Verdade ganhou voz com o emblemático discurso do deputado federal Jair Bolsonaro. Se em 2014 a tímida faixa postada nas redes sociais se torna uma “aspas” na tessitura da escrita de uma história que se fez durante as comemorações dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, em 2016, o discurso de Jair Bolsonaro atravessaria o tempo se aproveitando das questões não resolvidas na precária e tardia justiça de transição brasileira. Curiosamente esse discurso se fez em contraponto, se fez como negação da história, reposicionou sujeitos como Carlos Ustra e ofereceu a uma antiga geração de militares a possibilidade de pautar a história e os “pactos” desfeitos desde 2011.

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo! Pela nossa liberdade! Contra o Foro de São Paulo! Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ulstra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias! Pelas nossas Forças Armadas! Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!” (Jair Bolsonaro em 17/04/2016).

Em 2010, o historiador Carlos Fico afirmava que “com o passar do tempo, estabeleceu-se a leitura de que o ‘perdão aos torturadores’ foi o preço a pagar para que a anistia fosse aprovada” (FICO, 2010, p. 331). Em 2016, em rede nacional, dentro de um contexto de desgaste político e midiático pelo qual atravessava o governo de Dilma Rousseff, o então deputado gerava importante capital político para si e para uma geração de militares. A história da ditadura militar brasileira estava em disputa e um Brasil paralelo ali surgia.

“DEIXA OS HISTORIADORES PRA LÁ”: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA NARRADA A PARTIR DE UM BRASIL PARALELO

Em 2016 telespectadores em todo o Brasil assistiram Jair Messias Bolsonaro, na Câmara de Deputados, saudar a memória de um torturador. Em outubro de 2018, durante entrevista concedida ao *Jornal Nacional*, o agora candidato a presidência da República se comunicava diretamente com o seu eleitorado e, com uma massa de indecisos, respondendo, a um questionamento feito a ele, sobre a história da ditadura militar no Brasil com a seguinte afirmativa: “Deixa os historiadores pra lá!”⁴.

O contexto no qual a pergunta foi direcionada ao candidato dizia respeito a um pronunciamento de cunho intervencionista do seu vice-presidente na chapa, o general Hamilton Mourão, segundo o qual os poderes deveriam buscar uma solução sobre os problemas da República no Brasil, caso contrário uma solução seria imposta pelos militares, que ele representava⁵.

Embora o jornalista William Bonner interpelasse o candidato afirmando que “Os historiadores sérios se referem a 1964, candidato, como um golpe militar”, Jair Bolsonaro escolheu um discurso de Roberto Marinho, fundador das Organizações Globo, para contrapor a afirmação de Bonner sobre o golpe civil-militar de 1964 e tentar desmoralizar a empresa, entretanto, chama a atenção o lance de que o candidato também afirmou que a intervenção militar e, os governos militares dela decorrente, existiram dentro da legalidade.

Sobre essa discussão, Carlos Fico (2021) defende que no golpe civil-militar de 1964 não estava contida a ditadura militar e que os meandros sobre os quais se desenvolveram os governos militares em seus 21 anos de existência, são extremamente complexos.

Ao lançar mão de um arranjo teórico por ele chamado de “utopia autoritária”, Carlos Fico nos oferece um panorama sobre a moldura institucional e os projetos do regime militar brasileiro, que conjugava a pretensão de achar que aquele arranjo institucional seria capaz de alavancar o Brasil a uma condição de potência, muito embora tal arranjo convivesse com um pensamento autoritário onde a sociedade brasileira era considerada despreparada para o exercício da política. Segundo o autor:

⁴ Jair Bolsonaro (PSL) é entrevistado no *Jornal Nacional*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/28/jair-bolsonaro-psl-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml>. Acesso em: 09/09/2022.

⁵ General fala em impor solução para o problema político do país e é criticado por Forças Armadas. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/general-fala-em-impor-solucao-para-o-problema-politico-do-pais-e-e-criticado-por-forcas-armadas-00dwnrispljdwqb83fgvmmz/>. Acesso em: 09/09/2022.

Essa moldura possuía lógica, coerência e sistematicidade, nada tendo de contraditório ou paradoxal. Ela permitiu que o regime operasse no sentido de sua utopia autoritária: fazer o “saneamento” das instituições, por meio das punições revolucionárias, e configurar um Estado forte, bem aparelhado – em termos constitucionais – com mecanismos de segurança capazes de controlar a “sociedade despreparada” e as “instituições frágeis”. Por isso, a busca constante por nova constituição que concretizasse tal objetivo – processo que o regime chamava de necessidade de institucionalização. (FICO, 2021: 44-45)

Os governos militares ao fazerem conviver no mesmo ambiente político Constituições Federais (1943, 1967 e 1969) e Atos Institucionais, que são leis de exceção, permitiram um ambiente de juridicidade para as suas ações o que, entretanto, não exime o fato de que tais governos constituíam em sua essência uma ditadura militar.

Quando o entrevistador afirma que historiadores sérios se referem a 1964 como um golpe, ele quis dizer que esses profissionais são capazes de acessar esse passado, promover um refinamento de análise e permitir a compreensão das camadas temporais sobre a história e fazendo enxergar para além dos generalismos e suposições, muito embora muitas vezes sejam eles os que prevalecem em composições e “disputas de narrativas” em lugares públicos de divulgação, em especial a internet.

Em agosto de 2019 o jornalista Rodrigo Ghedin, em reportagem publicada no site *The Intercept Brasil*, demonstrou como o *Youtube* teve um papel fundamental no contexto de acirramento da política nacional e como o bom uso do algoritmo do *Google* ajudou redes consideradas irrelevantes a ter um crescimento exponencial. Da reportagem extraímos os dois trechos a seguir:

O padrão do crescimento dos canais de extrema direita se repete: até julho e agosto, eles eram irrelevantes – não tinham tido nenhuma aparição no ranking. A partir de setembro, explodem.

(...)

Um algoritmo é um conjunto de instruções criado para resolver um problema computacional. Em plataformas de conteúdo, como o YouTube e o Facebook, algoritmos complexos classificam as reações dos usuários para determinar quais conteúdos são mais interessantes para ele. É um sistema que se retroalimenta, ou seja, quando detecta sinais que indicam preferência por certo tipo de conteúdo, o algoritmo indica mais conteúdo daquele tipo.⁶

⁶ GHEDIN, Rodrigo. Cinco dos dez canais que explodiram no ranking do Youtube durante as eleições são de extrema direita. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/08/28/ranking-youtube-extrema-direita/>. Acesso em: 05/10/2022.

No que a fala de Jair Bolsonaro em 2018, o artigo de Carlos Fico em 2021 e a reportagem de Rodrigo Ghedin em 2019 dialogam? Primeiramente ao atestar haver uma autoridade compartilhada do passado em espaços públicos de divulgação e debate; em segundo lugar, no fato de que esses espaços públicos não funcionam no mesmo tempo dos historiadores, o tempo dos algoritmos é veloz e não podemos esperar dele imparcialidade e refinamento teórico e metodológico.

Na última década historiadores brasileiros passaram a conviver mais intensamente com o que se convencionou chamar de História Pública. Embora seja uma antiga conhecida de historiadores norte americanos e australianos, no Brasil, o *boom* desse método de experimentação histórica é recente e exige do profissional habilidade e trânsito em espaços públicos ou mesmo privados.

Para Michael Frisch (2016), a história pública não é uma via de mão única e um ponto fundamental dentro desse debate diz respeito ao fato de que “é irrelevante se ‘nós’ nos encontramos utilizando a história para elevar e socializar as massas ou para subverter as elites e descentrar quadros culturais dominantes” (FRISCH, 2016: 59).

Nesse ponto, retomamos a questão da autoridade compartilhada do passado em espaços públicos de debate. Ao que tudo indica, historiadores não querem ser deixados “pra lá”, mas estariam esses historiadores prontos para ocupar espaços públicos de divulgação do conhecimento histórico? É a história pública uma possibilidade para os historiadores? Sobre essas questões vale a reflexão de Gerald Zahavi (2011), quando afirma:

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. Nesse sentido, a história pública pode ser definida como um ato de “abrir portas e não de construir muros”, nas palavras de Benjamin Filene (ZAHAVI, 2011: 7)

Negar a história é disputar a autoridade sobre o passado e, em 2018, *youtubers*⁷, perfis de redes sociais com posturas conservadoras⁸, defensores do

⁷ Lalita Kraus (2019) aponta para o fato de que o crescimento de mídias sociais, no contexto político recente do Brasil transformou completamente a “estratégia e a linguagem da ação social, da mesma forma que transforma a estratégia política, através, por exemplo, de técnicas próprias da propaganda computacional”. Para ela “o uso de bots para divulgar informações, a manipulação algorítmica e a divulgação viral de fake News”, o que aponta para o fato de que “as mídias sociais têm sido cada vez mais um palco importante para as campanhas no mundo”.

⁸ O Movimento Escola Sem Partido ganhou força no contexto anterior a pandemia de SARS-COV 2 em 2020, quando as escolas foram fechadas devido as políticas de isolamento social. Naquele momento

Escola sem Partido e até mesmo professores de história⁹, passaram a reivindicar as suas versões sobre o passado.

Um dos movimentos mais emblemáticos de ocupação de espaços públicos para a divulgação do conhecimento histórico, baseado na negação do passado, foi o lançamento do documentário “1964: O Brasil entre Armas e Livros”, produzido pelo empresa Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A.

A empresa privada, fundada em 2016, oferece ao público consumidor por meio de suas plataformas na internet, produtos audiovisuais baseados em discussões históricas polêmicas, tal foi o caso da do documentário sobre a história da ditadura militar brasileira.

A história contada no documentário pelos ex-alunos da Escola Superior de Marketing e Propaganda (ESPM) Lucas Ferrugem, Henrique Viana e Filipe Valerim, tem como pano de fundo uma narrativa baseada na existência de “vilões e mocinhos”.

O produto oferece a seguinte versão: no contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos são apresentados como um “grande herói” ao defender valores de liberdade, cristianismo e democracia, ao passo que a União Soviética emerge como grande “vilã” do século XX, para isso citam o caso da Revolução Cubana para destacar o fato de que o Brasil vivia o grave perigo de uma revolução comunista.

O documentário afirma que: “é praticamente impossível que alguém que não tenha vivido a Guerra Fria tenha condições de avaliar as condições pelas quais foram possíveis os acontecimentos do mês de março de 1964”, nessa perspectiva, para os publicitários, apenas os relatos de quem viveu aquele período seriam o suficiente para a criação de uma versão, verdadeira, sobre aquele passado.

Na versão da empresa Brasil Paralelo sobre o Golpe de 1964, a experiência de João Goulart é reduzida a figura de um presidente que aumentava fortemente o risco de um “golpe comunista” no Brasil. Quanto ao golpe, a justificativa encontrada pelos profissionais de marketing foi a de que esse “golpe parlamentar” foi “a solução encontrada pelas forças políticas daquele momento” para salvar o Brasil da tal ameaça comunista que representava o presidente.

se convencionou chamar de “patrulha ideológica” a ação de membros da sociedade civil que queriam questionar os métodos utilizados por professores. Andréia da Silva Daltoé e Ceila Maria Ferreira (2019) destacam a importância de retirar o movimento do campo do absurdo e dar a ele a devida importância política que conquistou dentro do contexto político recente no Brasil.

⁹ Dentro do contexto que estamos discutindo ao longo desse artigo, o caso mais emblemático é o da professora de história do município de Chapecó-SC Caroline Campagnolo. A professora ganhou destaque nas mídias sociais de extrema-direita, se elegeu deputada estadual pelo PSL, chegou a ser cotada para assumir o cargo de secretária de educação em Santa Catarina, mas seguiu a carreira legislativa onde passou a incitar alunos a filmar e denunciar professores.

Muitas outras questões poderiam ser levantadas sobre o documentário, entretanto, consideramos importante destacar que ele chegou a ser exibido em salas de cinema da empresa Cinemark no dia 31 de março de 2019¹⁰, bem como em escolas, como foi o caso registrado na Região Metropolitana de Belém, onde a exibição do filme em uma escola particular em Ananindeua levou a instituição a emitir nota de esclarecimento, após protestos¹¹.

Em março de 2019, Jair Messias Bolsonaro já era presidente do Brasil e o caso acima descrito é apenas um, de diversos outros, que confirmam a força do negacionismo histórico atuando como uma das agendas principais do governo no campo da educação, provocando uma inflexão no cenário político nacional e apontando para mudanças no modo como temas acessariam o seletivo grupo de questões tidas como prioridade.

No Brasil, o arranjo institucional confere ao presidente da República um grande poder de agenda e de veto, portanto, havia a possibilidade de implementação, junto ao Ministério da Educação, de uma agenda que “esquecesse os historiadores” e com isso queremos dizer com isso que o presidente tem o poder de mudar as comunidades de produção de políticas junto aos ministérios alinhando, inclusive, tais comunidades à política ideológica de Estado à qual o governo congrega.

Na fase de transição, entre a eleição e a posse, foram definidos os rumos que o Ministério da Educação iria tomar no novo governo e foi indicado para assumir a pasta o filósofo colombiano Ricardo Vélez Rodríguez. A tônica do novo governo abria espaço para a formação de outras possibilidades dentro das arenas de tomada de decisões, o que é próprio da política, e a primeira prova de força do governo para a implementação de suas pautas veio com o PNLD 2020/2022, tema que abordaremos nas próximas seções.

“NÃO HOUVE DITADURA”: LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E A CHEGADA DE UMA NOVA MENTALIDADE NO PNLD 2020/2022

A gestão do filósofo colombiano à frente do Ministério da Educação é reconhecida pelas declarações polêmicas, pela falta de habilidade política e por

¹⁰ Conferir: Cinemark admite que exibição de filmes pró-ditadura militar foi um erro. Disponível em: <https://quartaparedepop.com.br/2019/04/03/cinemark-admite-que-exibicao-de-filme-pro-ditadura-militar-foi-um-erro/>. Acesso em: 06/01/2022

¹¹ Conferir: Escola cristã do Pará promove documentário que exalta ditadura militar. Disponível em: <https://pv.org.br/escola-crista-do-para-promove-documentario-que-exalta-ditadura-militar/>. Acesso em: 06/01/2022; Colégio em Ananindeua abre espaço para a discussão de documentário sobre ditadura militar. Disponível em: <https://www.romanews.com.br/cidade/colégio-de-ananindeua-faz-promocao-de-documentario-que-exalta-o-golpe/34586/>. Acesso em: 06/01/2022

sua curta trajetória, durou pouco mais de três meses. Às vésperas de sua exoneração do cargo, em 08 de abril de 2019, o ministro acumulava um desgaste político relativo, entre outras questões, ao modo como sua gestão conduziu o Edital de Convocação 01/2018 – CGPLI, que tratava da seleção de livros didáticos para o PNLD 2020/2022.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico¹², em 03 de abril de 2019, o então ministro relatava que os livros didáticos aprovados no referido edital sofreriam mudanças em seus conteúdos e destacava que, na história do Brasil, no que se referia a história dos 21 anos de ditadura militar “não houve golpe, e o regime militar não foi uma ditadura”.

A entrevista do ministro logo reverberou na imprensa e veículos de comunicação replicaram a entrevista. No portal de notícias G1 foi veiculada reportagem com o seguinte título “Ministro da Educação diz que pretende revisar livros didáticos sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar”, nela, a reportagem afirma que o ministro desejava mudar a forma como é conhecida a história da ditadura militar no Brasil, cita trechos com falas do ministro, postagens feitas por ele no *Twitter*¹³ e convida especialistas na área para a análise das falas. A seguir citamos três trechos com declarações do ministro transcritas na reportagem.

O que ocorreu em 31 de março de 1964 não foi um golpe, mas uma decisão soberana da sociedade brasileira [...]. O regime de 21 anos que sucedeu não foi uma ditadura, mas um regime democrático de força, porque era necessário naquele momento.

(...)

Quem colocou o presidente Castelo Branco no poder não foram os quartéis. Foi a votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há ausência do presidente. Era a constituição da época e foi seguida à risca. Houve uma mudança de tipo institucional, não foi um golpe.

(...)

O que disse ao Valor foi que mudanças poderiam ser realizadas progressivamente, trazendo uma versão mais ampla da História, e só após passar por uma banca de cientistas da área. Doutrinação como foi feito pela esquerda, jamais.¹⁴

¹² MURAKAWA, Fábio; ARAÚJO, Carla. Vêlez quer alterar livros didáticos para “resgatar visão” sobre golpe. Jornal Valor Econômico. 03/04/2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>.

¹³ Compete destacar que boa parte da comunicação do governo, no primeiro ano de mandato, se fazia por via da rede social Twitter, o que era reiterado pela mídia na época e, por conseguinte, nos meios oficiais de comunicação do governo.

¹⁴ G1. Ministro da Educação diz que pretende revisar livros didáticos sobre o golpe de 1964 e a ditadura

Com essas declarações a permanência do ministro à frente do ministério da educação se tornou insustentável e quatro dias após ocorreu a sua demissão. O imbróglio que culmina com a demissão de Vélez Rodrigues da pasta se inicia em 02 de janeiro de 2019, quando foram anunciadas mudanças no edital para compra de livros didáticos pelo ministério.

No aviso de alteração publicado naquele dia, itens do edital de convocação do processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o PNLD 2020 passou a permitir erros de impressão, pautar de forma negativa questões relativas a gênero e raça, além de permitir o uso de publicidade e a ausência de referências bibliográficas nas obras.

Em nota, o Ministério da Educação disse que apenas publicou nota deixada na gestão anterior, o que foi negado, e nesse contexto o mercado editorial foi atingido diretamente com aviso de alteração. De acordo com o site Nossa Escola:

As alterações causaram uma correria no mercado editorial. Para as editoras, o momento de divulgação do aviso aconteceu tarde demais: os livros para o edital já teriam sido produzidos e encaminhados ao MEC para serem avaliados de acordo com os critérios anteriores de seleção. No mercado de materiais didáticos, muitas empresas se adequam aos critérios do MEC para venderem livros ao governo.¹⁵

Em defesa de sua gestão, pelo *Twitter*, no dia 09 de janeiro de 2019, Ricardo Vélez Rodrigues tornou sem efeito o 5º aviso de Retificação do edital PNLD 2020, reiterando “o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira” na mesma nota o ministro desmentiu qualquer informação de que o governo, ou ele mesmo, decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital¹⁶.

O clima de insegurança e instabilidade provocada pela gestão e pelas declarações do ministro Ricardo Vélez Rodrigues impactaram diretamente o mercado editorial de livros didáticos. Ao negar a história da ditadura militar no Brasil, o ministro acenava aos militares na busca de apoio político para a sua permanência no governo, mas, sobretudo, pressionava o mercado editorial para que essa demanda chegasse aos livros didáticos.

militar. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/04/ministro-da-educacao-diz-que-pretende-revisar-livros-didaticos-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.ghml>.

¹⁵ Paula Perez para Nossa Escola. Vai-não-vai: entenda a confusão no edital do PNLD 2020 que permitia erros nos livros. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/14998/vai-nao-vai-entenda-a-confusao-no-edital-do-pnld-2020-que-permitia-erros-nos-livros>. Acesso em: 05/10/2022.

¹⁶ Disponível em: <https://twitter.com/ricardovelez/status/1083102739381604353>. Acesso em: 05/10/2022.

As declarações do ministro, em abril de 2019, seguiam as sugestões do deputado federal Eduardo Bolsonaro que, em rede social, afirmou a necessidade de uma revisão histórica sobre esse período no Brasil. Segundo ele, “se continuarmos no nosso marasmo os livros escolares seguirão botando assassinos como heróis e militares como facínoras”¹⁷.

Não tardou até que autores de livros didáticos que concorriam no edital manifestassem o que estava ocorrendo nos bastidores do processo. A reportagem intitulada “Autores se autocensuram sobre ditadura para não perder espaço no MEC de Bolsonaro”, veiculada pelo El País (Brasil), em 07 de abril de 2019, três dias após as declarações do ministro da educação sintetizava o sentimento dos autores.

Na reta final das eleições presidenciais 2018, um movimento atípico tomou conta de ao menos quatro grandes editoras de livros didáticos do país. Autores de história, muitos conceituados e com longa carreira na educação, pediam para fazer modificações na última versão dos livros de história que iriam disputar a licitação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o ano de 2020, voltada à compra de obras para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Os pedidos, que incluíam substituir a palavra ditadura por regime, e golpe de 64 por movimento — em contraste com o recomendado pelas próprias diretrizes oficiais que citam ditadura civil-militar —, surpreenderam até mesmo editores. Os próprios autores, antecipando o posicionamento ideológico do Governo Bolsonaro prestes a ser eleito, optaram pela autocensura para não perder espaço potencial num mercado milionário.¹⁸

É interessante notar que algumas editoras como a Ática, Scipione, Saraiva e Atual afirmaram a reportagem que “prezam pela pluralidade e liberdade de compreensão de seus autores, promovendo a manutenção da visão neutra de seus conteúdos”¹⁹, ao passo que outras editoras destacaram que tanto as mudanças aprovadas no governo de Michel Temer com a BNCC, quanto as afirmações feitas por pessoas ligadas ao atual governo sugeriam a “chegada de uma nova mentalidade, estes programas foram colocados em xeque tanto do ponto de vista prático, quanto ideológico”²⁰.

¹⁷ FOLHA DE SÃO PAULO. Ministro diz que não houve golpe em 1964 e que livros didáticos vão mudar. São Paulo, 03/04/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/livros-didaticos-vo-negar-golpe-militar-e-ditadura-diz-ministro-da-educacao.shtml>. Acesso em 04/05/2019.

¹⁸ EL PAÍS (Brasil). Autores se autocensuram sobre ditadura para não perder espaço no MEC de Bolsonaro. São Paulo, 07/04/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/06/politica/1554504245_154102.html. Acesso em: 04/05/2019.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ *Idem*.

Ao tentar impor uma versão sobre o passado baseado na negação da história e utilizar o poder de agenda da pasta, o sistema de apoios políticos e a pressão monetária sobre as editoras para provocar a chegada de uma suposta “nova mentalidade” nos livros didáticos, o governo deixava de levar em consideração o fato de que o livro didático é uma conquista da democracia.

A suposta “nova mentalidade” que o governo queria impor às editoras implicava a imposição de uma revisão de temas, como a ditadura militar, que estava implícita nos discursos políticos do governo e de sua base de apoio, o que nos leva a uma provocação feita por Jorge Ferreira (2009) quando afirma que os livros didáticos não se apropriam com velocidade dos temas debatidos na academia em dissertações e teses e destaca que nem é função deles adotarem tais conclusões.

Imaginar que pairou sobre o PNLD um choque autoritário e ideológico de tal monta só nos leva a uma discussão proposta por Sônia Regina Miranda e Tânia Regina de Luca (2004), quando afirmam que a cultura avaliativa do livro didático, em contexto democrático, levou a criação de poderosos mecanismos de reajustamento e adaptação do mercado editorial, lógica que o que o governo buscava subverter.

A questão que está posta é, tais mecanismos de reajustamento e adaptação do mercado editorial permaneceram de pé quando analisamos em conjunto ou individualmente as 11 coleções²¹ de livros didáticos de história aprovadas para o PNLD 2020/2022 naquele ano? Quais tipos de acomodações foram feitos e como autores abordaram a história da ditadura militar brasileira nesse contexto?

A DITADURA DE CABEÇA BAIXA: UM RECORTE DA ESCRITA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA APROVADOS NO PNLD 2020/2022

Entre os anos de 2020 e 2021 no âmbito do projeto de pesquisa “Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça: regimes autoritários e ditadura militar no Brasil, entre o conhecimento histórico e o conhecimento histórico escolar” um dos planos de trabalho focou na análise das 11 coleções de obras didáticas aprovadas no PNLD 2020/2022.

Finalizaremos esse trabalho com um recorte dessa pesquisa oferecendo ao leitor nossas observações sobre as coleções Teláris História e Vontade de Saber História, as quais selecionamos tendo por base os critérios: estabilidade de aprovação das obras e recorrência de aprovação dos textos dos autores das obras em editais do PNLD.

²¹ Para consultar quais obras foram aprovadas consulte o Guia digital PNLD 2020. Disponível em: https://pnld.nees.com.br/pnld_2020/codigo_colecoes. Acesso em: 30/09/2019.

Iniciamos nossa abordagem relatando nossas observações sobre o caso da coleção Teláris História. A obra é distribuída pela Editora Ática e nos dois editais anteriores teve como título Projeto Teláris e era assinada Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi. Ambos os autores deixam a editora Ática no edital de 2018 e migram para a FTD onde passam a assinar o texto da 1ª edição da coleção Inspire História.

Para ocupar o lugar deixado por Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi a editora Ática contrata Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, autores da coleção Projeto Mosaico da editora Scipione²² e com a chegada dos novos autores a coleção Projeto Teláris passa se chamar Teláris História.

São comuns as mudanças de autores no mercado editorial, cabendo destacar que tais mudanças correspondem a ajustes que são próprios desse mercado. Para o caso da coleção Teláris História, entretanto, o que mais nos chamou a atenção, em um primeiro momento, foi a mudança significativa de abordagem sobre história da ditadura militar brasileira em decorrência da mudança de autores. Inicialmente sustentamos nossa hipótese retomando o texto assinado Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi, em 2015, no então Projeto Teláris, estabelecendo comparações possíveis com o texto apresentado por Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino na edição de 2018.

A edição de 2015 inicia oferecendo ao leitor um panorama sobre a Comissão Nacional da Verdade de 2011, apontando para o fato de que o tema, naquele contexto, era uma demanda do tempo presente, haja vista que a CNV mobilizou parte da sociedade brasileira sobre o que representou a ditadura militar para aqueles que sofreram com o regime autoritário dela decorrente.

O texto reforça ainda que a ditadura-militar brasileira representou um “tempo sombrio”, de grandes perdas para a sociedade e que do ponto de vista político esteve baseada em legislações de exceção, repressão política e modernização autoritária.

No que se refere a parte gráfica é possível afirmar que a edição de 2015 estabelece um importante diálogo entre os textos dos autores e a linha editorial. De forma constante imagens e fontes históricas dialogam com os textos e possibilitam a ampliação da percepção do leitor sobre a complexidade do tema. Dessa forma, documentos atestam questões problemáticas, imagens destacam o protagonismo da sociedade na luta contra a ditadura, esquemas, conexões e atividades ajudam na retomada de temas e no diálogo com as demandas de tempo presente próprias daquele contexto.

²² As editoras Ática e Scipione são parceiras no mercado editorial.

Na edição de 2018 assinada por Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino as mudanças de abordagem iniciam quando a história da ditadura militar brasileira deixa de integrar um capítulo específico e passa a ser uma subunidade intitulada “*O golpe de 1964*” dentro do capítulo “*Brasil: da democracia à ditadura*”.

Na nova coleção a ditadura militar brasileira, que antes tinha como foco o diálogo com demandas do tempo presente, passa a ser interpretada de forma estanque, cronológica e baseada na ação dos presidentes entre 1964 e 1985. Cabe destacar que os autores não definem, de forma clara, a relação que o texto mantém com nomenclaturas e conceitos que fazem parte do repertório de produção sobre o tema.

Um recorte no texto e edição que atesta essa argumentação pode ser verificado na obra quando os autores descrevem em formato de linha do tempo o que eles intitulam como “Os governos civis-militares” (VICENTINO E VICENTINO, 2018, p. 153). Nessa linha do tempo os autores escalonam os presidentes, o tempo de mandato e dão para cada um desses períodos a nomenclatura “ditadura de Castelo Branco”, ou “ditadura de Costa e Silva” reduzindo não somente experiência do período a ação dos presidentes, mas induzindo o leitor a um tipo de história política sem problemas.

Do ponto de vista gráfico, a edição de 2018 também apresenta mudanças significativas, como é o caso da seleção de imagens que integram a subunidade. É interessante quando a edição quer chamar a atenção para protestos, passeatas e movimentos de contestação ao regime, as imagens utilizadas são confusas e com pouca nitidez sobre a dimensão que pretendem expressar. Já quando a edição trata dos feitos dos presidentes, as imagens selecionadas são ufanistas e trazem retratos com os presidentes em destaque.

Feita essa comparação inicial chegamos a quase atestar a hipótese de uma possível acomodação da editora às pressões emanadas pelo governo, entretanto, quando levamos em consideração o fato de que Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino são autores recorrentes em editais do PNLD, concluímos que o sistema de avaliação de obras didáticas se manteve de pé.

Afirmamos isso após comparar o texto e edição da coleção Teláris História (Ática/2018) com o texto e edição da coleção Projeto Mosaico (Scipione/2015) e concluirmos que poucas foram as alterações feitas tanto nos textos, quanto na edição, merecendo destaque a inclusão de um texto sobre a resistência indígena à ditadura militar, o qual foi incluso em todas as obras aprovadas no edital de 2018 devido exigência prescrita na BNCC de história para o 9º ano.

Encerramos essa unidade trazendo nossas observações sobre o caso da coleção Vontade de saber história assinada por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pelegrini. A obra didática é assinada por professores reconhecidos no meio acadêmico e, sobretudo, no mercado de livros didáticos de história onde possuem estabilidade de aprovação da coleção Vontade de saber história desde o ano de 2011, quando ela é aprovada pela primeira vez.

Durante três edições do PNLD a coleção foi distribuída pela FTD, entretanto, no edital de convocação 01/2018 – CGPLI a obra concorre pela Quinteto Editorial, grupo pertencente a FTD Educação e que possui uma história centenária no mercado educacional e editorial de livros didáticos no Brasil associada a atuação dos irmãos maristas.

Em Vontade de Saber História a história da ditadura militar brasileira é contada no capítulo 11 que, na edição de 2015, tem como título “A ditadura militar no Brasil” e na edição de 2018 “A ditadura civil-militar no Brasil”, apontando para uma importante atualização de nomenclaturas que absorve o que foi debatido no meio acadêmico sobre o tema.

Autores e edição mantem a ideia de aguçar o conhecimento prévio dos leitores nas primeiras páginas do capítulo, entretanto, uma importante mudança gráfica indica a possibilidade de que houve acomodação da editora às pressões do governo, pois na edição de 2015 a imagem de destaque fazia alusão a repressão militar à manifestantes que protestavam contra a ditadura, no Rio de Janeiro, em 1968, já na edição de 2018 a imagem foi substituída por tanques do Exército em rua da cidade de São Paulo em abril de 1964.

É possível afirmar que os autores mantem boa parte do texto em ambas as edições, entretanto, no estudo detalhado do caso da coleção percebemos que houve: supressão ou alteração de subtítulos, alterações de imagens, supressão de gráficos e inclusão de textos que sugerem amplas possibilidades de interpretação.

Exemplos de alteração ou supressão de subtítulos estão presentes nas seguintes situações: Ao tratar do tema “Militares no poder” a edição de 2015 traz uma abordagem com subtítulo “A ‘ameaça comunista””, esse subtítulo é suprimido na edição de 2018. Em outro momento os autores abordam questões relativas à atuação de órgãos como o SNI e o DOI-CODI, os quais na edição de 2015 são abordados com o título “Perseguições, prisões e exílios”, já em 2018 o título é “A prática da delação”. Quando a discussão gira em torno da repressão e tortura temos em 2015 o título, “Os ‘porões’ da ditadura”, ao passo que em 2018 a mesma discussão vem sob o título “O endurecimento do regime”.

As alterações de ordem gráfica são um capítulo à parte no estudo de caso de *Vontade de Saber História*, muito embora as substituições de imagens demonstrem a habilidade dos autores em apresentar um novo produto “adequado” às pressões do contexto autoritário em curso no MEC, mas o que fica evidente é o incômodo dos autores com tal situação.

Um exemplo sobre essa hipótese pode ser visto na seção onde os autores abordam a questão da tortura que, na edição de 2015, vem acompanhado de uma gravura a qual é substituída em 2018, por uma chocante fotografia de ossada encontrada num cemitério clandestino da cidade de São Paulo no ano de 2017.

Dois textos inéditos na edição de 2018 corroboram ao fato de que os autores apresentavam um produto “adequado”, mas que ao mesmo tempo desmoraliza o gabinete autoritário instalado no MEC que visava subverter os mecanismos de avaliação de obras didáticas tendo por base o poder de agenda e de veto de seu mandatário.

Em “Golpe ou revolução”, presente apenas na edição de 2018, os autores utilizam trechos de uma entrevista concedida por Ernesto Geisel como fonte histórica a ser analisada dentro do contexto debatido ao longo do capítulo. É possível afirmar que a intenção dos autores é a de problematizar se o que ocorreu antes de 31 de março de 1964, se foi um golpe ou revolução e o uso da entrevista com o presidente foi a forma encontrada por eles para trazer um olhar de dentro do regime e possibilitar um debate sobre fatos históricos tendo por base a verdade contida na fonte.

Já em “desenvolvimentismo no regime militar” os autores mais uma vez lançam mão de textos que possibilitam amplas possibilidades de interpretação. Nos textos os autores elencam temas que compõem uma agenda positiva dentro da história da ditadura militar brasileira tais como o PIB do Brasil, a Embraer, a Embraer, Projeto Grande Carajás, Usina Hidrelétrica de Itaipu, ProÁlcool, infraestrutura aeroportuária, usinas nucleares, construção de metrô, ampliação da rede rodoviárias, mas finalizam com a questão das desigualdades sociais utilizando, capciosamente, uma fala do presidente Médici que diz “A economia vai bem, mas o povo vai mal” (2020: 265).

Finalizamos essa unidade convidando o leitor a observar a seguinte substituição de imagens feita pelo autores e edição na coleção *Vontade de saber história*:

IMAGEM 1



Legenda original: Durante o processo de abertura política, ocorreram várias greves de trabalhadores da região do ABC paulista. Ao lado, Luiz Inácio Lula da Silva discursa para uma multidão de metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), durante uma greve, em 1979.

Fonte: PELEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. Vontade de saber história, 9º ano. 3ª. Ed. São Paulo: FTD, 2015: 288.

IMAGEM 2



Legenda original: Capa do Jornal da Tarde, de 1977, noticiando as reformas do Pacote de Abril.

Fonte: DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. Vontade de saber história, 9º ano. 1ª. Ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018: 258.

As imagens compõem respectivamente as unidades intituladas “O fim da ditadura militar no Brasil, em 2015, e “O fim da ditadura civil-militar no Brasil”, em 2018. Como podemos observar a edição de 2015 faz uso de uma imagem de Luis Inácio Lula da Silva discursando, em 1979, para metalúrgicos em São Bernardo do Campo (SP), a fim de destacar o protagonismo dos movimentos sociais nos momentos finais da ditadura militar no Brasil.

Já na edição de 2018 a imagem é curiosamente substituída por uma capa do *Jornal da Tarde* de 1977, onde o presidente Ernesto Geisel aparece de cabeça baixa à frente de uma tropa de militares, a imagem dialoga com trecho do texto que trata das reformas apresentadas pelo governo no conhecido Pacote de Abril, o qual previa o fechamento do Congresso Nacional com a intenção política de conter o crescimento do MDB no legislativo nos anos finais da ditadura civil-militar brasileira.

Ana Maria Mauad e Marcos Felipe de Brum Lopes (2014), ao analisar a relação entre história, imagem e ciência, afirmam que as imagens despertam julgamentos estéticos de forma articulada com as culturas dos que as produzem, com o processo histórico que caracterizou o tempo em que foram criadas e no qual circularam. Para eles, é importante perceber “os meios pelos quais elas circulam redefinem seus usos, funções e significados” (MAUAD E LOPES, 2014: 283).

Quando comparamos as imagens e refletimos sobre o contexto que levou a edição e os autores da coleção *Vontade de Saber História* a substituir uma imagem, que retrata uma greve de trabalhadores liderada por Luis Inácio Lula da Silva, por outra onde um presidente Geisel é retratado de cabeça baixa diante de mais um ato autoritário dos governos militares em um texto que discute exatamente o fim da ditadura civil-militar no Brasil.

Em 1971 a canção “Apesar de você” de Chico Buarque subvertia a lógica da censura da ditadura militar brasileira e em 2019 autores e autoras de livros didáticos de história colocaram em prática o aprendizado histórico que acumulamos com as lições sobre a história das ditaduras brasileiras, atravessando a onda conservadora construída ao longo da última década e, mais uma vez, desmoralizando aqueles que se arvoram do aparelho estatal para o exercício do poder de forma autoritária e tendo na censura uma das bases para a reprodução de uma lógica antidemocrática e que desdenha das instituições públicas e de seus mecanismos de controle e avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo apresentamos alguns dos temas debatidos junto ao projeto de pesquisa “Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça: regimes autoritários e ditadura militar no Brasil, entre o conhecimento histórico e o conhecimento histórico escolar”, registrado junto a Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão da Escola de Aplicação da UFPA.

Buscamos demonstrar como a disciplina história foi sendo cerceada durante a última década e como o negacionismo histórico vai se construindo e ganhando força dentro de um cenário de instabilidade política que alçou para o centro do debate político nacional grupos antes excluídos, mas que conseguem angariar capital político devido a habilidade com a qual ocuparam espaços na mídia, em especial aqueles vinculados às redes sociais na internet.

Sintetizamos como os meios de comunicação de massa captaram a atuação desses grupos ao assumir o poder em 2019 e convidamos o leitor a observar como a pressão exercida pelos dirigentes do Ministério da Educação foi sentida pelo mercado editorial e por autores no contexto de implementação do edital que visava a seleção de obras didáticas para o PNLD 2020/2022.

Demonstramos a predileção do governo em relação a história da ditadura militar brasileira (objeto de estudo do nosso projeto) e oferecemos um recorte que atesta o fato de que houve mudanças nos livros didáticos de história, mas que a mesma não ocorreu conforme os interesses do governo.

Em suma, consideramos que o PNLD e o FNDE saíram fortalecidos após à polêmica gestão de Ricardo Vélez Rodrigues, competindo destacar que ambientes de estabilidade democrática proporcionam segurança para a atuação de editoras e autores que visem concorrer em editais públicos de seleção e compra de livros.

Por fim, após a realização de 11 estudos de caso envolvendo as coleções aprovadas no edital de convocação 01/2018 – CGPLI, atestamos que todas as obras didáticas aprovadas se aterm aos fatos históricos relativos à história da ditadura militar, há entre as obras aprovadas diferenças que dizem respeito as linguagens e narrativas utilizadas tanto na construção textual, quanto na edição, entretanto, em nenhum caso foi atestado negação da história ou revisões sem base historiográfica. Não é possível precisar se de fato houve pressão em torno de uma suposta “censura prévia”, todavia corroboramos ao fato de que todos os textos correspondem ao que se espera dentro do tema, além de todos os textos estarem amparados na própria BNCC de história para o 9º ano.

O polêmico edital atesta o fato de que mesmo em uma sociedade em rede, livros didáticos mantem o seu protagonismo e, parafraseando Magda Ricci (2014), saber que muitos alunos só lerão textos de história com esses materiais faz muita diferença. Conhecer a história da ditadura militar no Brasil, a história da censura e alinhar esses saberes ao domínio da escrita da história colocou autores e autoras um degrau acima da vontade do governo e de seus asseclas. Para um leitor desatento, em algumas obras, chegou a parecer que houve “autocensura”, mas basta um olhar mais sensível para ver que Clio estava a nos mostrar o caminho para fugir desse cálice, mais uma vez.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI (2015). **Projeto Teláris: história: ensino fundamental 2.** 2ª. Ed. São Paulo: Ática.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (1993). Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: v.13, nº 25/26, pp. 193-221 – set. 92/ago.93.

BOURDIEU, Pierre (2014). **Sobre o estado.** São Paulo: Cia das Letras.

BRASIL (2018). Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília.

BRASIL (2019). Ministério da Educação. **PNLD 2020: história: guia de livros didáticos /** Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.

BRASIL (2016). Ministério da Educação. **PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais /** Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica - SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica.

DALTOÉ, Andréia da Silva e FERREIRA, Ceila Maria (2019). **Ideologia e filiações de sentido no Escola sem Partido.** <https://doi.org/10.1590/1982-4017-190105-DO0519>

DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila; PELEGRINNI, Marco (2018). **Vontade de saber história,** 9º ano. 1ª. Ed. São Paulo: Quinteto Editorial.

FERREIRA, Jorge (2009). 1946-1964: histórias que os livros didáticos nos contam. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar: memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV.

FICO, Carlos (2010). A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição,** Brasília: Ministério da Justiça, n.4, jul./dez. 2010: 318-333.

FICO, Carlos (2021). Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, histórias**, volume 9, nº 17, jan./jun.

KRAUS, Lalita(2019). Territorializando o espaço: Movimentos de direita e mídias sociais como aparelhos hegemônicos. ISSN: 1984-8781 - **Anais XVIII ENANPUR 2019**. Código verificador: dwyXz73wNinL verificar autenticidade em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo (2016). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum (2014). Imagem, História e Ciência. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 9, n. 2, p. 283-286, maio-ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222014000200002>.

MIGUEL, Luis Felipe (2002). **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000100007>.

MIRANDA, Sonia Regina e DE LUCA, Tania Regina (2004). O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNL D. **Rev. Bras. Hist.** 24 (48), 2004, disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000200006>.

PELEGRINNI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila (2015). **Vontade de saber história**, 9º ano. 3ª. Ed. São Paulo: FTD.

PINTO, Céli Reina Jadim (2017). **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)**. Lua Nova, São Paulo, 100: 119-153, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-119153/100>.

RICCI, Magda (2014). Os primeiros livros didáticos republicanos de história do Pará: o patriotismo e a construção da memória. *In*: HENRIQUE, Marcio Couto. **Diálogos entre história e educação**. Belém: Editora Açai.

SANTHIAGO, Ricardo (2018). Pode-se falar de uma história pública brasileira? *In*: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo e BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno (2015). **Projeto Mosaico: história: anos finais: ensino fundamental**. 1. Ed. São Paulo: Scipione.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno (2018). **Teláris História**, 9º ano: ensino fundamental, anos finais. 1ª Ed. São Paulo: Ática.

ZAHAVI, Gerald (2011). Ensinando história pública no século XXI. *In*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz.

SOBRE OS AUTORES

ADRIANE DOS PRAZERES SILVA, professora Adjunta e Chefe do Departamento de Filosofia Ciência Sociais e Educação (DFCS), da Universidade do Estado do Pará (UEPA - Campus Belém); Líder da Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Trabalho na Amazônia, vinculado ao grupo de Pesquisa Amazônia: história, culturas e identidades; Doutora e Mestra em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA – Campus Belém), onde atuou como Professora Substituta; Especialista em Educação Ambiental e Uso de Recursos Hídricos pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA - 2013); Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Histórias pela Universidade Federal do Pará (UFPA - 2011); Graduação em Ciências Naturais com habilitação em Biologia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA - 2010). Atua como pesquisadora de Conflitos Sociais na Amazônia, com enfoque na História Agrária do Estado do Pará. Possui experiência na área de História, assim como, na área de Ciências Naturais com ênfase em Biologia. Participa dos grupos de Pesquisa Governos Militares na Amazônia entre a Memória e a História, Movimentos Sociais, Educação Popular e Trabalho na Amazônia e História Militar e Fronteiras.

DAVISON HUGO ROCHA ALVES, doutor em História Social pela Universidade Federal do Pará (Ufpa) pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - PPHIST (2022). Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), integrante do Mestrado Profissional em Ensino de História do polo Xinguara pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ProfHistória/ UNIFESSPA). Graduado em Pedagogia (2021) Mestre em História Social (2016) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Graduado em História Licenciatura e Bacharelado (2013) pela Universidade Federal do Pará (Ufpa).

EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES, doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (2002), Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e Graduação em História pela Universidade Federal do Pará (1982). No âmbito acadêmico, atualmente é Professora Associada IV da Faculdade de História - UFPA, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST / UFPA) e do Programa de pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA / UFPA), onde também atuou como coordenadora do curso no período de 2016 a 2018. Atua como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Foi

coordenadora do Campus da UFPA nos municípios de Capanema e Ananindeua. Foi presidente da Associação Nacional dos Professores de História - ANPUH/PA (2002-2004 e 2014-2018, atualmente professora do referido programa. Participa do Grupo de Pesquisa do CNPQ História do Tempo Presente na Amazônia/UFPA e do Grupo de Pesquisa História política, culturas políticas na História/UFMG. Membro do Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho (ANPUH Nacional) e da Rede INCT/Propriedades. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Pará - IHGP. Presidente da Comissão “César Leite” de Memória e Verdade da UFPA. No Governo do Estado do Pará foi Diretora Geral da Escola de Governo do Estado do Pará e Superintendente do Planejamento Territorial Participativo do Pará (2007-2009). Exerceu, ainda, a Presidência do Conselho Estadual de Educação do Pará. Foi Presidente da Fundação Cultural do Município de Belém (janeiro de 1997 e março de 1998). Foi secretária adjunta (2019-2022) e Secretária de Estado da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica do Pará - SECTET/PA, de abril de 2022 à fevereiro de 2023. Foi gestora do Programa Forma Pará da SECTET e Coordenadora dos Projetos Educando em Libras e Aplicativo do Círio de Nazaré. Atualmente é secretária adjunta da Secretaria de Estado Igualdade Racial e Direitos Humanos - SIRDH/PA. Tem ampla experiência nas áreas de História Social da Amazônia e movimentos sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Memórias, História do Trabalho, História Agrária, História Social, História Cultural, é Produtora Cultural e publicou vários livros, artigos acadêmicos, além de desenvolver atividades nas áreas de Planejamento Estratégico, Administração e Gestão Pública, Educação e Ensino de História.

ELIAS DINIZ SACRAMENTO, doutor em História. Professor Associado I da UFPA. Membro da Fundação Virgílio Serrão Sacramento de Educação. Sócio da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e da Associação Nacional de Professores de História (ANPUH). Autor dos livros “A luta pela terra numa parte da Amazônia: o trágico 07 de setembro em Moju e seus desdobramentos”, “As almas da terra: a violência no campo mojuense”, “Romeiros de Moju: devotos de Nossa Senhora de Nazaré” e “Luta pela terra na Amazônia: Mortos na luta pela terra - Vivos na luta pela terra”. Colaborou no Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Pará com o artigo “Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história”. Membro dos grupos de pesquisa: Governos Militares na Amazônia - entre a memória e a História e Rede Amazônia de Estudos Rurais. Foi Membro da Comissão da Verdade da UFPA César Leite de Moraes.

FRANCINEI ALMEIDA DA COSTA, é professor da Rede Estadual de Ensino do Amapá atuando com a disciplina História. Mestre em História pela Universidade Federal do Amapá-Unifap, do Programa de Pós-Graduação em História-PPGH-

-UNIFAP, desenvolvendo pesquisas sobre a Ditadura Militar na Amazônia sobre História Social do Trabalho, poder, fronteiras e justiça do trabalho. Desenvolve pesquisas relacionadas ao Mundo Trabalho na Amazônia no século XX, no Laboratório de Estudos da História Social do Trabalho na Amazônia (Lehstam).

GABRIEL DA SILVA CUNHA, graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Pará, com a dissertação “O autoritarismo em questão: um estudo de caso sobre o ensino de história e a ditadura militar brasileira na Escola de Aplicação da UFPA”. Atualmente é servidor público efetivo, atuando no Centro de Registros e Indicadores Acadêmicos da Universidade Federal do Pará. Pesquisa sobre história da ditadura militar, ensino de ditadura militar, história pública e história do tempo presente.

IANE MARIA DA SILVA BATISTA, doutora em História Social da Amazônia pela UFPA; Mestra em Planejamento do Desenvolvimento, pelo Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA; onde também cursou especialização em Gestão Pública, Planejamento e Meio Ambiente; Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (2001). É professora adjunta da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará e docente do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Membro do Grupo de Trabalho de História Ambiental da Associação Nacional de História (ANPUH). Áreas de atuação e interesse: Memória, Cultura e Patrimônio, Acervos de Movimentos Sociais, Difusão de Acervos, Paleografia, História Ambiental, Ensino de História, História da Amazônia, História do Tempo Presente, Arquivos Permanentes, Patrimônio Documental. Gênero e Documentação.

MAIKA RODRIGUES AMORIM, discente de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) pela Universidade Federal do Pará, especialista em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (2014). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (2007).

PAULO SÉRGIO DA COSTA SOARES, mestre em História Social da Amazônia (PPHIST-UFPA), possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem como área de atuação: O conhecimento prático historiográfico na escola; História do Brasil Republicano (1964-1985). Participou do projeto: A UFPA e os anos de chumbo: memória, experiência, silêncio, trauma e cultura educacional (1964-1985), como bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) e bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID). Participou como Professor colaborador do Plano Nacional de For-

mação de Professores (PARFOR) da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará e da Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará.

RAIMUNDO AMILSON DE SOUSA PINHEIRO, doutor e Mestre em História Social, pela Universidade Federal do Pará. Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História (Universidade Federal do Pará), e pós-graduação Lato Sensu em Patrimônio Histórico e Cultural do Pará, também pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor na Universidade do Estado do Pará (UEPA), professor do Centro Universitario FIBRA e professor Licenciado pleno de História da Secretaria de Estado de Educação/PA (SEDUC). Tem experiência na área de História e Educação, com ênfase nos seguintes temas: ditadura civil-militar, movimentos sociais, história dos direitos humanos, democratização, valorização dos trabalhadores em educação, arquivo, museologia, patrimônio histórico e ensino de história.

RENAN NASCIMENTO DOS REIS, possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (2012), Especialização em História, Cultura e Sociedade pela Universidade Estadual do Piauí (2015), Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2017) e Doutorado em História Social pela UFPA (2022). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, tendo sido Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e professor bolsista da UFPI, atuando principalmente nos seguintes campos de pesquisa: História, Memória e Educação.

THIAGO BRONI DE MESQUITA, graduado em História (UFPA). Mestre em Ciência Política (UFPA). Doutor em História Social (UFRJ). Professor DIII Nível 2 da Educação Básica Técnica e Tecnológica da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA) onde faz estágio pós-doutoral. Atua junto Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PPGEH/UFPA) na linha de pesquisa “Linguagens e narrativas no ensino de história” e é lotado na Escola de Aplicação onde é professor do Ensino Fundamental II. É membro da Associação Nacional de Professores de História Seção Pará (ANPUH/PA) onde atua como Secretário de Ensino de História na Educação Básica e da e da Rede Proprietas. É professor colaborador nos cursos de graduação em História das Faculdades de História da UFPA nos campus universitários de Ananindeua, Belém e Bragança. Coordena o projeto de pesquisa “Medicilândia (Pará): memórias e histórias de um município transamazônico” aprovado na Chamada CNPq/MCTI N° 10/2023 (Universal 2023). Pesquisa sobre história da ditadura militar, história da Amazônia, ensino de história, história e memória, história agrária, história local, história política e história pública.

Formato:
16x23

Tipografia:
Minion Pro
COTTON



[2024]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N.º 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com